



DIÁRIO OFICIAL



Belém, terça-feira
28 de março de 2017

ANO CXXVI DA IOE
127º DA REPÚBLICA
Nº 33.342

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

80 Páginas



O Certificado Digital é sua identidade virtual. Com ele, você acessa, de forma segura, ágil e sustentável, todos os serviços e instituições, via internet. E com a garantia do sigilo e da integridade das informações.

Adquira seu Certificado Digital IOE. É oficial. Pode confiar.

Informações:
(91) 4009-7828
e-mail: ar@ioe.pa.gov.br

Audiência Pública debate direitos e deveres na Educação Especial

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) promove Audiência Pública destinada ao debate sobre dispositivos legais que estabelecem direitos e deveres no âmbito da Educação Especial, no Sistema Estadual de Ensino do Pará.

O evento ocorrerá com a finalidade de apreciar e aprovar as diretrizes que normatizam o assunto e será realizado no dia 18 de abril, das 9h às 12h, no auditório Albano Franco, do Sesi/Fiepa.

Na ocasião, será apreciada a nova

resolução, resultante das discussões efetivadas com diversas instituições sobre os dispositivos legais. As matrizes estão liberadas no site do Conselho Estadual de Educação do Pará (www.cee.pa.gov.br).

PÁGINA 41

Conservação em rodovia

A Secretaria de Estado de Transportes (Setran) realizará licitação cujo objeto é a conservação na Rodovia PA-254, trecho Jutuarana (Km 0)/Miúdo (km 36,50)/São João (Km 25), com extensão de 130 Km, na Região de Integração Baixo Amazonas, sob jurisdição do 10º Núcleo Regional.

A abertura será feita às 10h do dia 28 de abril no edifício sede da Setran, na sala de licitações (1º andar).

PÁGINA 20

Confecção de material gráfico

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção/fornecimento de material gráfico (impressos) será objeto de licitação da Secretaria de Estado de Cultura (Secult).

A abertura do certame será realizada às 12h do dia 10 de abril, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

PÁGINA 36

Acordo de cooperação

A Junta Comercial do Estado do Pará (Jucepa) e a Prefeitura de Ourilândia do Norte celebram Acordo de Cooperação Técnica.

Tem por objetivo simplificar e racionalizar o processo de registro e legalização do empresário e sociedades empresárias, estimulando o ingresso de novos empreendimentos na economia formal, reduzindo custos e prazos.

PÁGINA 10

Construção de unidade de saúde

Às 9h do dia 11/04, a Prefeitura de Trairão abrirá licitação em sua sede, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global.

O objetivo será contratar empresa especializada para construção de edifício em alvenaria da Unidade Básica de Saúde do Cacau (porte I). O edital completo e mais informações poderão ser obtidos na prefeitura.

PÁGINA 65

Homologação de resultado

O Centro de Perícias Científicas Renato Chaves homologa o resultado definitivo do Processo Seletivo Simplificado (PSS) nº 001/2017 para contratação temporária de médicos legistas.

Os profissionais selecionados ficam convocados para assinar o termo de contrato junto ao Setor de Recursos Humanos, localizado no prédio sede do CPC.

PÁGINA 30

Coleta de lixo hospitalar

A Prefeitura de Igarapé-Miri abrirá licitação, na modalidade Pregão Presencial, às 10h do dia 12 de abril, na sede do órgão.

O objeto consistirá na contratação de empresa especializada para prestar serviço de lixo hospitalar, incluindo coleta, transporte, armazenamento, tratamento (incineração) e destino final dos resíduos.

PÁGINA 66

Agenda Cultural

Programme-se!



CINEMA

Eu, Daniel Blake

Local: Cine Líbero Luxardo (Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$12 (aceita-se meia)

Dia 29/03 (quarta) - 18h

Sinopse: Após sofrer um ataque cardíaco e ser desaconselhado pelos médicos a retornar ao trabalho, Daniel Blake (Dave Johns) busca receber os benefícios concedidos pelo governo a todos que estão nesta situação. Entretanto, ele esbarra na extrema burocracia instalada pelo governo, amplificada pelo fato dele ser um analfabeto digital. Numa de suas várias idas a departamentos governamentais, ele conhece Katie (Hayley Squires), a mãe solteira de duas crianças, que se mudou recentemente para a cidade e também não possui condições financeiras para se manter. Após defendê-la, Daniel se aproxima de Katie e passa a ajudá-la.



CINEMA

Neruda

Local: Cine Líbero Luxardo (Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$12 (aceita-se meia)

Dia 29/03 (quarta) - 20h

Sinopse: Na trama, quando a Guerra Fria chega ao Chile, o ex-senador comunista e escritor vencedor do Prêmio Nobel Pablo Neruda começa a ser perseguido pelo Governo de Gabriel González Videla. O policial Óscar Peluchonneau (Gael Garcia Bernal) é designado para prender o poeta e sua esposa, a pintora argentina Delia del Carril.

Os dramáticos acontecimentos de sua nova vida, como um fugitivo, inspiram Neruda a escrever sua coleção épica de poemas, "Canto Geral".



ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site www.ioepa.com.br

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR:**

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas; ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores, quebras de seção, quebra manual de linhas, marcadores próprios dos editores de texto, como pontos; quadrados; setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
- (*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817



SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE
sac@ioe.pa.gov.br | 4009.7818



Simão Robison Oliveira Jatene
GOVERNADOR

José da Cruz Marinho
VICE-GOVERNADOR

Márcio Desidério Teixeira Miranda
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Ricardo Ferreira Nunes
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Marcos Antônio Ferreira das Neves
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA



**DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, 2271
Marco • CEP: 66.093-410
Belém - Pará
PABX: 4009-7800
FAX: 4009-7819
www.ioepa.com.br

Luis Cláudio Rocha Lima
PRESIDENTE

Edson Ferreira Farias
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Augusto Henrique da Silva Neto
DIRETOR INDUSTRIAL

Ana Carmen Palheta Alves
DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA

NESTA EDIÇÃO | Terça-feira, 28 de Março de 2017

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR - PÁG. 5
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO - PÁG. 5
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PÁG. 6
FUNDAÇÃO PROPАЗ - PÁG. 6

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO ... - PÁG. 6
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO - PÁG. 6
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 7
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 7
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 8

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - PÁG. 8
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - PÁG. 10
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 10

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - PÁG. 10

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - PÁG. 11
HOSPITAL OPHIR LOYOLA - PÁG. 14
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - PÁG. 14
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E
HEMATOLOGIA DO PARÁ - PÁG. 15
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL
DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA - PÁG. 18

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - PÁG. 20
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E
CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - PÁG. 20

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO

AGROPECUÁRIO E DA PESCA - PÁG. 20
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - PÁG. 20
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL - PÁG. 21
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 21
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 25

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - PÁG. 25
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 26
NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA
MUNICÍPIOS VERDES - PÁG. 27

SECRETARIA DE ESTADO DE

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - PÁG. 27
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PÁG. 29
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 29
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES... - PÁG. 30
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ ... - PÁG. 30
FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA ... - PÁG. 33
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 33

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - PÁG. 36
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ - PÁG. 36

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - PÁG. 36
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - PÁG. 36

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - PÁG. 36
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 42

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - PÁG. 46
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - PÁG. 46

SECRETARIA DE ESTADO DE

JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - PÁG. 47

SECRETARIA DE ESTADO DE

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
MINERAÇÃO E ENERGIA** - PÁG. 47
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO PARÁ - PÁG. 47
INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ... - PÁG. 47
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A. - PÁG. 47

SECRETARIA DE ESTADO

**DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E OBRAS PÚBLICAS** - PÁG. 48
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - PÁG. 48

SECRETARIA DE ESTADO DE

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA** - PÁG. 48
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA PARAENSE
DE AMPARO À PESQUISA - PÁG. 48
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 48

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - PÁG. 49

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - PÁG. 49

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - PÁG. 49

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 51

JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 52

LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ ... - PÁG. 52

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 53
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 57

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ... - PÁG. 59
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 60

MUNICÍPIOS - PÁG. 65

EMPRESARIAL - PÁG. 67

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR

Governador: Simão Robison Oliveira Jatene
Tel.: (91) 3201-5669 / 5587 Fax: (91) 3248-0133

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Vice-Governador: José da Cruz Marinho
Tel.: (91) 3201-3631 Fax: (91) 3201-3745

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: José Megale Filho
Tel.: (91) 3201- 5563 / 5564 Fax: (91) 3248-0765

NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA

Diretora Geral: Daniele Salim Khayat
Tel.:

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: Ten. Cel. PM César Mauricio de Abreu Mello
Tel.: (91) 3084-2450 / 2456 Fax: (91) 3084-2455

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

Procurador Geral: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior
Tel.: (91) 3225-0811 / 0777 Fax: (91) 3241-2828

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE

Auditor: Roberto Paulo Amoras
Tel.: (91) 3239-6477 / 6479 Fax: (91) 3239-6476

FUNDAÇÃO PROPAPZ

Presidente: Jorge Antônio Santos Bittencourt
Tel.: (91) 3201-3724

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO DE GOVERNO E ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Secretário:
Tel.: (91) 3216-8890 / 3216-8898

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - SEEIPS

Secretária: Izabela Jatene de Souza
Tel.: (91) 3201-3725

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO PARA COORD. DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES - SEPMV

Secretário: Justiniano de Queiroz Netto
Tel.:

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

Secretária: Alice Viana Soares Monteiro
Tel.: (91) 3289- 6202 / 6224 Fax: (91) 3241-2971

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE

Presidente: Luis Cláudio Rocha Lima
Tel.: (91) 4009-7800 Fax: (91) 4009-7802

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP

Presidente: Iris Ayres de Azevedo Gama
Tel.: (91) 4006-7954 / 7965 / 7991 / 7994 Fax: (91) 4006-7962 / 7972

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGPREV

Presidente: Allan Gomes Moreira
Tel.: (91) 3230-3521 Fax: (91) 3230-3521

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - EGPA

Diretor Geral: Ruy Martini Santos Filho
Tel.: (91) 3214-6802 / 6803 Fax: (91) 3214-6802

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Secretário: Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Tel.: (91) 3222-5720 / 3218-4200 / 4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

Presidente: Augusto Sérgio Amorim
Tel.: (91) 3348-3320 / 3209 Fax: (91) 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA

Presidente: Cilene Moreira Sabino de Oliveira
Tel.: (91) 3217-5801 / 5802 / 5803 Fax: (91) 3217-5840

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN

Secretário: José Alberto da Silva Colares
Tel.: (91) 3241-9291 / 3242-9900 / 3204-7417 Fax: (91) 3241-0709

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESP

Secretário: Vítor Manuel Jesus Mateus
Tel.: (91) 4006-4800 / 4804/ 4805 Fax: (91) 4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

Diretor Geral: Luiz Cláudio Lopes Chaves
Tel.: (91) 3342-1100 / 3342-1305 Geral: 3289-1002 Fax: (91) 3289-1009

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Presidente: Rosângela Brandão Monteiro
Tel.: (91) 3241-5208 / 4009-2241 Fax: (91) 4009-2299

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA

Presidente: Ana Suely Leite Saraiva
Tel.: (91) 3242-6905 / 9100 Fax: (91) 3242-6905

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPÁR VIANNA

Presidente: Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça
Tel.: (91) 3276-5665 / 0601 Fax: (91) 3276-1150

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN

Secretário: Kleber Ferreira de Menezes
Tel.: (91) 3218-7800/7846/7805 3243-3256 Fax: (91) 3231-5845

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH

Presidente: Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon
Tel.: (91) 3201-3605 Fax: (91) 3201-3605

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON

Diretor Geral: Bruno Henrique Reis Guedes
Tel.: (91) 3213-3403 / 3241-1717 Fax: (91) 3213-3467

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP

Secretário: Giovanni Corrêa Queiroz
Tel.: (91) 3226-8904 / 1363 Fax: (91) 3226-7864 /3246-6168

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

Presidente: Daniel Nunes Lopes
Tel.: (91) 3181-6500 / 6501 Pabx: 3181-6500 Fax: (91) 3229-9488

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

Gerente Executivo: FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
Tel.: (91) 98895-6120

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA

Diretor Geral: Luciano Guedes
Tel.: (91) 3210-1104 / 1102 Fax: (91) 3210-1105

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER

Presidente: Paulo Amazonas Pedroso
Tel.: (91) 3256-0150 / 0015 Fax: (91) 3256-0015

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS

Secretário: Luiz Fernandes Rocha
Tel.: (91) 3184-3330 / 3341 Geral: 3184-3300 Fax: (91) 3276-8564

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio

Diretor Geral: Thiago Valente Novaes
Tel.: (91) 3184-3377 / 3362 Fax: (91) 3184-3377

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP

Secretário: Gen. Jeannot Jansen da Silva Filho
Tel.: (91) 3215-2200 / 3215-2255 Fax: (91) 3225-2644

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM

Comandante Geral: Cel. PM Roberto Luiz de Freitas Campos
Tel.: (91) 3277-5644 Fax: (91) 3277-5644

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBM

Comandante Geral: CEL. QOBM Zanelli Antonio Melo Nascimento
Tel.: (91) 4006-8313 / 8352 / 8396 Fax: (91) 3257-7200

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Delegado Geral: Rilmar Firmino de Sousa
Tel.: (91) 4006-9045 Fax: (91) 3252-0050

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

Diretor Geral: Orlando Salgado Gouvêa
Tel.: (91) 4009-6012 Geral: 4009-6075 Fax: (91) 4009-6016

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN

Diretor Superintendente: Andréa Yared de Oliveira Hass
Tel.: (91) 3214-6253 / 6256 Fax: (91) 3214-6249

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE

Superintendente: Ten. Cel. André Luiz de Almeida e Cunha
Tel.: (91) 3230-2214 / 3242-2539 Fax: (91) 3224-6726

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT

Secretário: Paulo Roberto Chaves Fernandes
Tel.: (91) 4009-8736 / 8740 Fax: (91) 4009-8740

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP

Presidente: Dina Maria César de Oliveira
Tel.: (91) 3202-4350 / 4333 Fax: (91) 3202-4351

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Superintendente: Paulo José Campos de Melo
Tel.: (91) 3201-9471 / 9478 Fax: (91) 3201-9476

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM

Secretário: Daniel Nardin Tavares
Tel.: (91) 3202-0931 / 0901 Fax: (91) 3202-0903

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA

Presidente: Adelaide Oliveira de Lima Pontes
Tel.: (91) 3228-0838 / 4005-7746 Fax: (91) 3226-6753

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC

Secretária: Ana Cláudia Serruya Hage
Tel.: (91) 3211-5107 / 5160 / 5161 Fax: (91) 3211-5026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA

Reitor: Juarez Antônio Simões Quaresma
Tel.: (91) 3244-5177 Fax: (91) 3244-5460

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER

Secretário: Ana Maria do Socorro Magno Cunha
Tel.: (91) 3254-1373

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ- FASEPA

Presidente: Simão Pedro Martins Bastos
Tel.: (91) 3204-0201 Fax: (91) 3204-0204

NUCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADAO

Gerente Executivo: Maria Alves dos Santos
Tel.: (91) 3201-9555

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH

Secretário: Michell Mendes Durans da Silva
Tel.: (91) 4009-2722 / 2723 / 2744 / 2700 Fax: (91) 3225-1632 / 3242-9651

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME

Secretário: Adnan Demachki
Tel.: (91) 3110-2550

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

Presidente: Cláudio Luciano da Rocha Conde
Tel.: (91) 3224-2663

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC

Presidente: Rogério Bastos das Neves
Tel.: (91) 3236-2884

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ

Presidente: Jorge Otávio Bahia de Rezende
Tel.: (91) 3246-2554 / 2404 / 1800 Fax: (91) 3266-1526

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA

Presidente: Bianca Amaral Piedade Pamplona Ribeiro
Tel.: (91) 3228-9191 / 9260 / 9157 Fax: (91) 3228-9191

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP

Secretário: Ruy Klautau de Mendonça
Tel.: (91) 3183-0002

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3202-8567 / 8514 Fax: (91) 3236-2199

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB

Presidente: Lucilene Bastos Farinha
Tel.: (91) 3214-8500 / 8101 Fax: (91) 3243-0555

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO

Presidente: César Meira
Tel.: (91) 3110-8450

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - SECTET

Secretário: Alex Bolonha Fiúza de Mello
Tel.: (91) 4009-2510 / 4009-2512 Fax: (91) 3242-5969

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Presidente: Eduardo José Monteiro da Costa
Tel.: (91) 3223-2560

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

Presidente: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires
Tel.: (91) 3344-5201 / 5208 / 5217 Fax: (91) 3344-5204

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

Secretária: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo
Tel.: (91) 3201-2300 Fax: (91) 3201-2331

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR

Secretário: Adenauer Marinho de Oliveira Góes
Tel.: (91) 3110-5003

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 1728, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 17.447.988,69 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da lei Orçamentária nº 8.458, de 28 de dezembro de 2016

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 17.447.988,69 (Dezessete Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Sete Mil, Novecentos e Oitenta e Oito Reais e Sessenta e Nove Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$			
CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
291012678214357429 - SETRAN	0301	449092	527.914,44
291012678214357430 - SETRAN	0301	449092	1.890.953,84
291012678214357432 - SETRAN	0301	449092	9.528.107,80
291012678214357433 - SETRAN	0301	449092	4.773.270,35
291012678214357505 - SETRAN	0301	449092	212.471,02
291012678414357575 - SETRAN	0301	449092	242.431,52
742011257114488473 - UEPA	0660	339093	3.834,72
742011257114488473 - UEPA	6302	339093	14.850,60
792011812212978338 - IDEFLOR-Bio	0656	339033	1.311,11
792011812212978338 - IDEFLOR-Bio	0656	339037	2.313,29
792011812212978338 - IDEFLOR-Bio	0656	339039	100.000,00
792011812212978338 - IDEFLOR-Bio	0656	449052	150.000,00
792011854114378569 - IDEFLOR-Bio	0316	339092	530,00
		TOTAL	17.447.988,69

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 de março de 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

MARIA CRISTINA MAUÉS DA COSTA

Secretária de Estado de Planejamento, em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual nº. 5.251/85;

Considerando o art. 2º, item 11, do anexo da Lei Estadual nº. 5.276/85, alterada pela Lei Estadual nº. 8.289/2015;

Considerando o art. 2º, inciso II e § 2º, da Lei Estadual nº. 7.624/2012, alterada pela Lei Estadual nº. 8.106/2015, c/c o art. 56, da Lei Complementar Estadual nº. 53/2006, alterada pela Lei Complementar Estadual nº. 93/2014;

Considerando o teor do Ofício nº. 095/2017-DP1, de 10 de fevereiro de 2017, do Comando-Geral da Polícia Militar do Pará - PMPA;

Considerando o Parecer nº. 0070/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica agregado, nos termos do art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual nº. 5.251/1985, o MAJ QOPM RG 27020 WALTÚLIO MAUÉS DA GAMA, a contar de 1º de fevereiro de 2017, em razão de ter sido nomeado para o exercício de função de natureza policial-militar (Subchefe de Gabinete Militar) junto ao Gabinete Militar do TCE/PA, conforme a Portaria nº. 32.082, de 7 de fevereiro de 2017, publicada no DOE nº. 33.312, de 10 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 27 DE MARÇO DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X, da Constituição Estadual, e

Considerando o art. 88, § 1º, inciso I, e 90 da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985, c/c o art. 2º e item 05 do Anexo da Lei nº. 5.276/85, alterada pela Lei nº. 8.289/15;

Considerando o Ofício nº. 004/2017 – Gab. Cmdº. do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará;

Considerando o Parecer nº. 077/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

R E S O L V E :

Art. 1º Agregar a MAJ QOBM ALESSANDRA DE FÁTIMA VASCONCELOS PINHEIRO, MF 5614856-2, a contar de 3 de fevereiro de 2017, em razão de ter sido nomeada para exercer a função de natureza policial-militar na Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, conforme Portaria nº. 285/2017-CCG, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial nº. 33322, de 24 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de fevereiro de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO, 27 DE MARÇO DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando os termos do Ofício nº. 104/2017 - DP1 e os elementos constantes do Processo nº. 2017/78737;

Considerando o Parecer nº. 0064/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

R E S O L V E :

Art. 1º Reverter ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará, nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251/1985, o MAJ

QOPM RG 27270 ALEX TEIXEIRA RAPOSO, por haver cessado o motivo de sua agregação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de janeiro de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO, 27 DE MARÇO DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

Protocolo 160568

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA Nº 428/2017-CCG DE 27 DE MARÇO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E :

autorizar CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO, Subchefe da Casa Civil, e DEUZARINA NAZARÉ MATOS DE OLIVEIRA, Diretora Administrativa Financeira, para movimentarem *Em Conjunto* a conta eletrônica do Banco do Brasil S/A, via Autoatendimento Setor Público.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE MARÇO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 429/2017-CCG DE 27 DE MARÇO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, combinado com o § 2º do art. 1º do Decreto nº. 1513/2016, e

Considerando os termos do Processo nº. 2017/125989,

R E S O L V E :

autorizar JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO, Secretário Extraordinário de Estado para Coordenação do Programa Municípios Verdes, a viajar para Brasília-DF, nos dias 28 a 29 de março de 2017, a fim de participar de reunião com a Presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais e Renováveis - IBAMA e Ministério Público Federal - MPF para discutir sobre a operação Carne Fria deflagrada, e conceder 1 ½ (uma e meia) diárias .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE MARÇO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 430/2017-CCG DE 27 DE MARÇO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 13, inciso I, da Lei nº.

7.543, de 20 de julho de 2011,

R E S O L V E :

lotar FRANCINETE DA SILVA ALVES, Assessor Especial I, na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, a contar de 1º de março de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE MARÇO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo 160569

PORTARIA

PORTARIA Nº 083/2017-SCCG DE 24 DE MARÇO DE 2017
A SUBCHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto s/n de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01.01.2015 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2.603/2015 CCG de 04.05.2015, publicada no DOE nº 32.878 de 05.05.2015 e, CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 74 a 76, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
RESOLVE:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores relacionados em anexo, referente ao mês de Abril de 2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 24 de Março de 2017.
CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
ANEXO DA PORTARIA Nº 083/2017-SCCG - DE 24 DE MARÇO DE 2017

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO GOZO
AGUINALDO DO CARMO ALCANTARA	2015/2016	03/04 a 02/05/2017
AIRES FRANCISCO MACANS COSTA	2016/2017	17/04 a 16/05/2017
ANA CRISTINA CARDOSO ALVES	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
ANA GABRIELLE FARIAS ARRAIS	2016/2017	25/04 a 24/05/2017
CLAUDIA REGINA DE SOUZA BARROS	2016	03/04 a 02/05/2017
DALVA MARIA VASCONCELOS DOS SANTOS	2016	03/04 a 02/05/2017
EINA MARIA TORRES CAMPOS	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
EMILIO BERNARDO SALES RAMOS	2014/2015	03/04 a 02/05/2017
EMIONE LARISSÉ DE MORAES COSTA	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
EVA TEIXEIRA FERREIRA	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
GILBERTO OLIVEIRA PENNA	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
IAN TANCREDI DE ARAÚJO	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
JAIRO DA COSTA ALVES	2015/2016	03/04 a 02/05/2017
JOSE DIVAN SANTOS DA PENHA	2016	03/04 a 02/05/2017
JOSE RAIMUNDO PINTO DE LIMA	2016	03/04 a 02/05/2017
LAMEA YARED DE SOUZA	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
MARCELA BELO GUIMARAES	2016/2017	17/04 a 16/05/2017
MARIA CATIANE DE ABREU GADELHA	2016/2017	10/04 a 09/05/2017
MARIA DE FATIMA SALES BRASIL	2015/2016	03/04 a 02/05/2017
MARIA JACINETE ABREU PACHECO	2015/2016	03/04 a 02/05/2017
MARIA SAMARA LIMA RAMOS	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
ORIVALDO FERREIRA PINHEIRO	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
ORLANDO BARATA MILEO JUNIOR	2015/2016	03/04 a 02/05/2017
PEDRO HENRIQUE ARAUJO BARBOSA	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
TAMMYARA DE JESUS GOMES DE SENA	2016/2017	03/04 a 02/05/2017
TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA	2015/2016	03/04 a 02/05/2017

RESUMO DA PORTARIA DE LICENÇA PRÊMIO**PORTARIA Nº : 081/2017, de 24 de março de 2017**

Nº de dias : 30 (trinta) dias
Servidora : ANTONIO CARLOS QUEIROZ DE FREITAS FILHO
Matrícula : 57231220/3
Cargo : Assessor Especial I
Período : 02.05.2017 a 31.05.2017
Triênio : 2014/2017
CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
Protocolo: 160190

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DIÁRIA

Portaria nº 180/2017 – PGE.G., 27 de março de 2017.
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
CONSIDERANDO o art.145 da Lei 5.810/94;

RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, 03 e ½ diárias ao Procurador do Estado Paulo De Tarso Dias Klautau Filho, Id. Funcional 5746299/1, para participar de reunião ordinária do Colégio Nacional de Corregedores das Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal - CCPGE, no período de 22 a 25.03.2017.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Rio Branco/AC
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
SORAYA FERNANDES DA SILVA LEITÃO
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa
Protocolo: 160177

FUNDAÇÃO PROPАЗ

CONTRATO**EXTRATO DE CONTRATO Nº009/2017 – FUNDAÇÃO PROPАЗ EXERCÍCIO: 2017**

OBJETO: Aquisição de equipamentos, softwares e suprimentos de informática, referente à participação da ata de registro de preços nº 016/2016 SEAD/PA, para atender as necessidades da Fundação PROPАЗ.
VALOR GLOBAL: R\$ R\$4.051,88 (quatro mil cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos)
VIGÊNCIA CONTRATUAL: 21/03/2017 à 20/03/2018.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.122.1297.8338; Fonte – 0101; Natureza da Despesa – 449052.
FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 876 de 28 de outubro de 2013; 877 e 878 de 31 de março de 2006.
CONTRATADO: TERACOM TELEMÁTICA S.A.
ENDEREÇO: Rua América, nº1.000, bairro Industrial, CEP.: 92990.000 Eldorado do Sul/RS
DATA DA ASSINATURA: 21/03/2017.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Jorge Antônio Santos Bittencourt
Jorge Antônio Santos Bittencourt
Presidente
Fundação PROPАЗ
Protocolo: 160466

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

LICENÇA PRÊMIO**Portaria nº 102 /2017 – DE 24 DE MARÇO DE 2017.**

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 518/2014, de 10 de Julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014 e;
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO, ainda os termos do Processo nº 2017/83758;
RESOLVE:
I – CONCEDER ao servidor MÁRIO DA SILVA ARAÚJO, Id. Funcional nº 57194154 / 1 ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado na GERÊNCIA DE ORÇAMENTO – GEOR/DAF/SEAD, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio no período de 27 de Março de 2017 a 25 de Abril de 2017, referente ao triênio 27 de Fevereiro de 2008 a 26 de Fevereiro de 2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 24 DE MARÇO DE 2017.
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças
Protocolo: 160064

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº159/2017-GS/SEAD DE 17 DE MARÇO DE 2017.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial nº. 31.824 de 03.01.2011, e ainda;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/77135 de 21.02.2017.

R E S O L V E:
REVOGAR, a contar de 01 de Abril de 2017, a Portaria nº 032/2004, de 01 de fevereiro de 2004, publicada no DOE nº 30.123 de 02/02/2004, que cedeu a servidora SILVIA OLIVEIRA, Id. Funcional nº492523/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública, para o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 17 DE MARÇO DE 2017.
ALICE VIANA SOARES MONTEIRO
Secretária de Estado de Administração
Protocolo: 160227

Portaria nº 099 /2017 – DE 24 DE MARÇO DE 2017.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 518/2014, de 10 de Julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014 e;
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico nº 28885 com CID: E11.5 de 10 de março de 2017;
CONSIDERANDO, o processo nº 2017/121417;
RESOLVE:

I – PRORROGAR a Licença para Tratamento de Saúde, concedida através da Portaria nº.537/2016 de 21.11.2016 ao servidor PEDRO DO CARMO FERREIRA, Id. Funcional nº 3280608/ 1 ocupante do cargo de VIGILANTE, lotado na COORDENADORIA DE PERÍCIA MÉDICA – COPM/DSO/SEAD, 44 (quarenta e quatro) dias de Licença para Tratamento de Saúde no período de 01 de março de 2017 a 13 de abril de 2017.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 01 de março de 2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 24 DE MARÇO DE 2017.
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças
Protocolo: 160067

Portaria nº 098 /2017 – DE 24 DE MARÇO DE 2017.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 518/2014, de 10 de Julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014 e;
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico nº: 185374A/1 com CID: Z94.7;H18.1 de 16 de março de 2017;
CONSIDERANDO, o processo nº 2017/121417;
RESOLVE:

I – PRORROGAR a Licença para Tratamento de Saúde, concedida através da Portaria nº. 004/2017 de 03.01.2017 a servidora MICHELLE ROSSY PRINCE, Id. Funcional nº 57192797 / 1 ocupante do cargo de TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA, lotada na COORDENADORIA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E CURRICULAR – CEP/DP/SEAD, 30 (trinta) dias de Licença para Tratamento de Saúde no período de 20 de março de 2017 a 18 de abril de 2017.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 20 de março de 2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, BELÉM 24 DE MARÇO DE 2017.
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças
Protocolo: 160065

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

PORTARIA**PORTARIA N.º 038/2017/IOE, de 27 de março de 2017.**

O Presidente da IMPrensa OFICIAL DO ESTADO-IOE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 4.438, de 12 de dezembro de 1972 e pelo Decreto Estadual n.º 1.636, de 08 de junho de 2005;
Considerando o que dispõe o art. 67, caput da Lei Federal n.º 8.666/1993;
RESOLVE: Designar o servidor Manoel Alves Melo Filho, Matrícula n.º 54187798/3, para acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo pormenorizado:

CONTRATO	CONTRATADO	OBJETO	VALOR	PROCEDIMENTO
CTR N.º 009/2017/IOE	STYLUS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	R\$92.214,00	LICITAÇÃO N.º 004/2017/IOE

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA
Presidente

Protocolo: 160223

CONTRATO

Contrato: 010/2017/IOE.

Exercício: 2017.
Objeto: Prestação de Serviços Terceirizados de Apoio Administrativo na sede da IOE (Auxiliar Administrativo Nível III). Valor: R\$525.860,28 (Quinhentos e Vinte e Cinco Mil, Oitocentos e Sessenta Reais e Vinte e Oito Centavos), com valor mensal de R\$43.821,69 (Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Vinte e Um Reais e Sessenta e Nove centavos).
Data de assinatura: 27/03/2017.
Vigência: 27/03/2017 a 26/03/2018.
Pregão Eletrônico n.º 004/2017/IOE
Programa de Trabalho – 22.122.1297.8338;
Elemento de Despesa – 33.90.37;
Fonte – 0261.00.000;
Plano Interno: 420.000.8338C.
Contratado: DONZA & SILVA LTDA-ME.
Endereço: Bloco P, n.º04, Setor Centro Comercial Loja 04, Bairro: Vila Permanente
CEP: 68.455-717, Tucuruí-Pará
E-mail: eliel.donza@ammeconsultoria.com.br.
Fone: (94) 3778-4003
Ordenador: Luís Cláudio Rocha Lima.

Protocolo: 160203

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO

Número: 01/2017/IOE
Assinatura: 23/03/2017
Justificativa: Alteração da Fonte de Recurso.
Dotação orçamentária:
Fonte de recurso: 0261.00.6356
Natureza da despesa: 33.90.30
Programa de Trabalho: 22.131.1424.8233
Plano Interno: 419.000.8233C
Contrato: n.º 030/2016/IOE
Fundamentação Legal: Art. 65, §8º da Lei n.º 8.666/93.
Contratado: DÉDALO SOLUÇÕES DIGITAIS E SUPRIMENTOS LTDA-ME.
Ordenador: Luís Cláudio Rocha Lima

Protocolo: 160296

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA N.º 039/IOE, de 27 de Março de 2017.

O Presidente, da Imprensa Oficial do Estado no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora JOANA CRISTINA PINTO DA ROCHA COSTA, matrícula n.º 702285/1, CPF/MF 189.730.192-87, Suprimento de Fundos, no valor de R\$ 1.200,00, (Um mil e duzentos reais) destinados a atender as despesas urgentes e de Pronto Pagamento, a partir dos recursos, devendo os dispêndios a ser aplicado na seguinte NATUREZA DE DESPESA:
Classificação da Despesa:
22.122.1297.8338.3390-30 - R\$ 800,00 - Consumo
22.122.1297.8338-3390-39 - R\$ 200,00 - Pessoa Jurídica
22.122.1297.8339.3390-36 - R\$ 200,00 - Pessoa Física
Art. 2º o período de aplicação e de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão da ordem bancária, o responsável deverá prestar contas no prazo máximo 15 (quinze) dias, após o término da aplicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA
Presidente.

Protocolo: 160329

DIÁRIA

PORTARIA N.º 040 de 27 de Março de 2017

O Presidente, da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições;
Considerando que contém no Processo nº 090/2017.
Resolve:

Conceder, ao servidor, LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA, matrícula n.º 5596076/6, Presidente da Autarquia, 1/2 (meia) diária, pelo deslocamento à cidade de SÃO PAULO/SP, que acontecerá no dia 29.03.2017. Objetivo: para participar de reunião na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo IMESP, a fim de tratar assunto de interesse desta autarquia, naquela cidade.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA
Presidente.

Protocolo: 160378

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA MATERNIDADE

Portaria nº 102 de 22 de março de 2017

CONCEDER, a servidora MARINA LIMA WANDERLEY, Matrícula n.º 57232185/1, ocupante do cargo de Técnico em Saúde/Odontólogo, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, de acordo com o Art. Nº 88, da Lei nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994 e conforme Emenda Constitucional-EC Nº 44 de 09/03/2009, no período de 02/03/2017 a 28/08/2017, devendo retornar ao serviço no dia 29/08/2017.
A presente portaria retroagirá seus efeitos a contar do dia 02 de março de 2017.
José Moreira Sales
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 160148

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

Portaria nº 057 DE 27 DE MARÇO DE 2017

A Diretora de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 112/2013, de 11/04/2013, publicado no DOE nº 32.376, de 15/04/2013.
CONSIDERANDO o disposto no artigo 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO ainda, os termos do Processo nº 2017/46043, de 02/02/2016,
RESOLVE:
I – CONCEDER a servidora Tenili Ramos Palhares Meira, matrícula funcional nº 54193922/1, ocupante do cargo de Procurador Autárquico, lotada na Procuradoria Jurídica, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 19/06/2017 a 18/07/2017, correspondente ao triênio 2011-2014.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 27 de março de 2017.
Eudézia Martins D'Angelo
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 160386

CONTRATO

CONTRATO DE ADESÃO Nº 6444124

Data de assinatura: 20/03/2017
Vigência: 21/03/2017 a 20/03/2018
Objeto: Suporte técnico e remoto, aos softwares previstos na proposta comercial apresentada pela contratada, parte desse acordo, a ser disponibilizado a contratante, nos termos da política de suporte técnico da contratada.
Unidade Orçamentária: 84201 – IGEPREV
Programa do PPA 2016/2019: 1297 – Manutenção de Gestão
Classificação Funcional Programática: 09.122.1297-8338 – Operacionalização de Ações Administrativas
Fonte de Recursos: 0261000000
Nº da Ação: 232371
Natureza de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor: R\$ 834.585,60

Contratado ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA
Endereço: Rua Doutor José Áureo Bustamante, nº 455, Morumbi Business Center, Vila São Francisco - CEP 04710-090 São Paulo – SP.
Ordenador de Despesa: Eudézia Martins D'Angelo
Protocolo: 160483

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 03

Contrato: 006/2015
Data de assinatura: 15/03/2017
Vigência: 16/03/2017 a 16/03/2018
Objeto: reajuste de valores em relação ao acordado ao contrato inicial, para a repactuação do preço, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018 retroagindo os efeitos financeiros a 01/01/2017, conforme previsto no artigo 65, § 5º da Lei Federal 8.666/1993 assim como da prorrogação do contrato pelo período de 12 (doze) meses.
Unidade Orçamentária – 84201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.
Programa do PPA 2016/2019 – 1297: Manutenção da Gestão.
Classificação Funcional Programática – 09.122.1297-8338: Operacionalização de Ações Administrativas.
Fonte de Recursos – 0261006360: Recursos Próprios Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta.
Nº da Ação: 232087
Natureza de Despesa - 339037: Locação de Mão de Obra
Valor: R\$ 102.613,20
Contratado: PROJEBEL SERVIÇOS E COMERCIO LTDA
Endereço: Tv. Dr. Moraes nº. 740 - Alameda Amazônia nº 55 altos, Bairro Batista Campos CEP 66.045-590 - Belém – Pará
Ordenador de Despesa: Eudézia Martins D'Angelo

Protocolo: 160456

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO

O INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, por sua Comissão Permanente de Licitação, comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 03/2017, homologado em 23/03/2017, cujo objeto é Aquisição de Licença de uso de Software. Tendo como vencedora a empresa NWS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 06.092.495/0001-02, no valor global de R\$8.239,98.
Patricia Pinheiro - Pregoeira
CPL – IGEPREV.

Protocolo: 159551

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2017

Data de Assinatura: 21/03/2017
Valor Total: R\$ 260.643,80
Objeto: Serviço de aquisição de licença e suporte técnico e remoto, aos softwares para o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.
Fundamento Legal: Artigo 25 da Lei n.º 8.666/1993
Contratado: HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA
Endereço: Alameda Rio Negro nº 750, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06454-000 Barueri/SP
Ordenador de Despesa: Eudézia Martins D'Angelo

Protocolo: 160243

TERMO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2017

Data de Assinatura: 27/03/2017
Valor Total: R\$ 834.585,60
Objeto: suporte técnico e remoto, aos softwares previstos na proposta comercial apresentada pela contratada, parte desse acordo, a ser disponibilizado a contratante, nos termos da política de suporte técnico da contratada.
Fundamento Legal: Artigo 25 da Lei n.º 8.666/1993
Contratado: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA
Endereço: Rua Doutor José Áureo Bustamante, nº 455, Morumbi Business Center, Vila São Francisco - CEP 04710-090 São Paulo – SP
Ordenador de Despesa: Eudézia Martins D'Angelo

Protocolo: 160474

FÉRIAS

Portaria nº 056 DE 27 DE MARÇO DE 2017

A Diretora de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 112/2013, de 11/04/2013, publicado no DOE nº 32.376, de 15/04/2013.
RESOLVE:
I - CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Ana Karoline Fernandes Marçal	57233179/2	Procuradoria Jurídica	09/05/2016 a 08/05/2017	29/05/2017 a 27/06/2017
Fernanda Dionne Camarão Martins Cardoso	54193938/1	Gerência de Desenvolvimento de Pessoas	01/11/2014 a 30/10/2015	16/05/2017 a 14/06/2017
Raimunda Suely Amador Menezes	57234884/3	Diretoria de Administração e Finanças	01/04/2015 a 31/03/2016	22/05/2017 a 20/06/2017

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 27 de março de 2017.

Eudézia Martins D'Angelo
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 160210

TORNAR SEM EFEITO

Portaria nº 0235 DE 01 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Tornar sem efeito a publicação no Diário Oficial nº 33329 de 10/03/2017.

OBITO: 20/08/2010.

ORGÃO: PM

INTERESSADO (a): VANUCIA DE NAZARÉ SOUSA MOTA

ARISSON MOTA ARAÚJO

HARLEYSON MOTA ARAÚJO

SAIANE MOTA ARAÚJO

MATRÍCULA: 5779367

EX: SEGURADO (a): GEISE ANDRÉ PINHEIRO ARAÚJO

ORDENADOR: ALLAN GOMES MOREIRA

Protocolo: 160411

OUTRAS MATÉRIAS

CITAÇÃO POR EDITAL

Processo nº 2010/24866. Pelo presente edital CITAMOS o senhor Raimundo Nazareno Rosa Machado Junior, CPF nº 038.504.972-24, para que apresente as Certidões Negativas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Município onde reside, caso essas certidões sejam positivas, deverão conter os seguintes esclarecimentos: Instituidor (a) à data do óbito; cargo/função exercida pelo (a) instituidor (a) e o tempo de serviço para respaldar a concessão do benefício, informando se recebe outro benefício previdenciário.

Belém, 28 de março de 2017.

Ordenador: Allan Gomes Moreira

Protocolo: 160382

RESERVA REMUNERADA POLICIA MILITAR

PORTARIA RR Nº 0360, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

Proc. nº. 2016/501645

Fundamentação: Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991, combinado com o art. 45, § 9º da Constituição Estadual, e os artigos 101, inciso I e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "a", da Lei Estadual nº 5.251/1985; art. 2º-A da Lei Estadual nº 7.807/14; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, inciso I, alínea "b", do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º, Categoria "C" do Decreto nº 1.461/1981 c/c Portaria nº 001/99 - DRH/3; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; arts. 1º, 2º, 4º e 6º, da Lei nº 5.320/1986 c/c art.94, §2º da LC nº 039/2002, com as alterações dadas pela LC nº 044/2003; art. 20, da Lei Estadual nº. 4491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/86.

Interessado (a): RUY CELSO LOBATO DOS SANTOS

Matricula nº. 5179734/1

Posto ou Graduação: CORONEL QOPM

Valor dos Proventos: R\$ 20.930,62

Lotação: DIRETORIA DE PESSOAL DA PM/PA (BELÉM)

Ordenador: Allan Gomes Moreira

Protocolo: 160417

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2015

Exercício: 2016

Classificação do objeto: Outros

Objeto: LOCAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES TERRESTRES DE PEQUENO E MÉDIO PORTE.

Justificativa: Prorrogação de Vigência de acordo com a CLAUSULA VIGESIMA SEGUNDA do contrato nº 005/2015 por mais 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

Data da assinatura: 09/02/2017

Vigência: 09/02/2017 a 08/02/2018

Orçamento:

Funcional Programática: 04.128.1424.6077

Fonte de Recurso: 0101

Elemento de Despesa: 339039

Contratado: PARVI LOCADORA LTDA

CNPJ: 08.228.146/0001-09

Endereço: Estrada dos Remédios, nº 1700, sala A 02;

Bairro: Ilha do Retiro, CEP: 50750-360, Recife/PE

Ordenador: RUY MARTINI SANTOS FILHO

Protocolo: 160367

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

SUBSECRETARIA / DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria nº 653 DE 23 DE MARÇO DE 2017

DESIGNAR o servidor MAURO CÉSAR CARVALHO RAMOS, Id Func nº 5208696/1, Datilógrafo, em substituição a servidora MARIA DE LOURDES RODRIGUES ALVES, Id Func nº 48852/1, Gerente Fazendário, no período de 03/04/2017 a 02/05/2017, por motivo de férias.

Portaria nº 654 DE 23 DE MARÇO DE 2017

AUTORIZAR, o gozo de férias à servidora MARIA DE LOURDES RODRIGUES ALVES, Assistente Administrativo, Id Func nº 48852/1, lotada na CERAT de Redenção, para serem usufruídas no período de 03/04/2017 a 02/05/2017, em virtude da suspensão do gozo das férias referentes ao exercício de 28/06/2015 a 27/06/2016, pela Portaria nº 180 de 10/10/2016, publicada no DOE nº 33.240 de 27/10/2016.

Portaria nº 655 DE 23 DE MARÇO DE 2017

TRANSFERIR o período de gozo de férias da servidora MERCEDES NASCIMENTO RODRIGUES, Id Func nº 3245900/2, Auxiliar de Administração, lotada na CECOMT do Itinga, do mês de abril/2017 para o período de 01/08/2017 a 30/08/2017, referente ao exercício de 01/02/2016 a 31/01/2017.

Portaria nº 656 DE 23 DE MARÇO DE 2017

TRANSFERIR o período de gozo de férias da servidora MARILENE DE SOUSA LOBO, Id Func nº 3248062/1, Auxiliar Administrativo, lotada na Corregedoria Fazendária, do mês de abril/2017 para o período de 01/08/2017 a 30/08/2017, referente ao exercício de 04/03/2016 a 03/03/2017.

Portaria nº 657 DE 23 DE MARÇO DE 2017

TRANSFERIR o período de gozo de férias do servidor PAULO SERGIO DE FREITAS, Id Func nº 5185750/1, Assistente Administrativo, lotado na CECOMT do Gurupi, do mês de abril/2017 para o período de 01/12/2017 a 30/12/2017, referente ao exercício de 05/03/2016 a 04/03/2017.

Portaria nº 658 DE 23 DE MARÇO DE 2017

CONCEDER à servidora MARIA CILEIDE SENA, Id Func nº 50407/1, Assistente Administrativo, lotada na CECOMT Mercadorias em Trânsito, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 17/04/2017 a 16/05/2017, correspondentes ao triênio de 28/06/2010 a 27/06/2013.

Portaria nº 659 DE 23 DE MARÇO DE 2017

CONCEDER 4 (quatro) dias de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora ALFREDINA DE MIRANDA TEIXEIRA, Id Func nº 33162/1, Assistente Administrativo, lotada na Célula de Gestão de Pessoas/DAD, no período de 21/02/2017 a 24/02/2017.

Portaria nº 660 DE 23 DE MARÇO DE 2017

CONCEDER 90 (noventa) dias de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora SONIA DAS GRACAS SANTOS PIMENTEL, Id Func nº 198412/1, Assistente Administrativo, lotada na UECOMT de Vila do Conde/CECOMT Portos e Aeroportos, no período de 06/02/2017 a 06/05/2017.

Portaria nº 661 DE 23 DE MARÇO DE 2017

CONCEDER ao(à) servidor(a) MARLUCIA CARDOSO FERREIRA NEGREIROS, Id Func nº 5519730/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotada na CEEAT de Grandes Contribuintes, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 18/04/2017 a 17/05/2017, correspondentes ao triênio de 06/08/2005 a 05/08/2008.

Portaria nº 662 DE 23 DE MARÇO DE 2017

CONCEDER 5 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde, (à) servidora AIDA MARIA PEIXOTO SILVA, Id Func nº 5569125/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotada na Célula de Controle e Cobrança da Dívida Ativa/DAIF, no período de 20/02/2017 a 24/02/2017.

ERRATA

Portaria nº 502 DE 06.03.2017, DOE Nº 33.331 DE 13.03.2017.

Onde se lê: triênio de 15/04/2002 a 14/04/2005

Leia-se: triênio de 15/04/2005 a 14/04/2008.

ERRATA

Portaria nº 334 DE 17.11.2016, DOE Nº 33.3259 DE 28.11.2016.

Onde se lê: período de 06/12/2016 a 03/02/2017

Leia-se: período de 06/12/2016 a 31/01/2017.

Protocolo: 160377

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – CERAT MARITUBA

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não-Tributária de Marituba, no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos do artigo 11 da Lei n.º 6.182/98 e dos artigos 65 e 66 da Lei n.º 5.530/89, combinado com os artigos 124 e 744 do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, a apresentar os documentos a seguir relacionados, objeto da ação fiscal de rotina ou pontual nº 092017820000457-8, no prazo de 15(quinze) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14 § 3º, inciso III da Lei 6.182/98, alterado pela Lei Complementar nº 58 de 03 de agosto de 2006.:

Razão Social: M. DA C. V. FARIAS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (ESTÂNCIA FARIAS)

Inscrição Estadual: 15.371.191-4

Auditor Fiscal solicitante: Oldecir E Roterdan

Documentos solicitados:

RECIBO DE ENTREGA DO ARQUIVO DA EFD – ESCRITURAÇÃO

FISCAL DIGITAL

COMPROVANTE DE ENTREGA – DIEF

CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES

D.A.E. (S) DE RECOLHIMENTO DE ICMS

LIVRO DE REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE TERMO DE OCORRÊNCIAS

NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS

NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS

NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS – CANCELADAS

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal.

Período a ser fiscalizado: JANEIRO E FEVEREIRO/2017

Local p/ entrega da documentação: CERAT MARITUBA – ROD. BR 316, KM 13, S/Nº - CENTRO - MARITUBA(PA) – Sala da Fiscalização - (91) 3201-3327

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso IX, alínea "c" da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Público Estadual.

MARCIA MARIA COSTA SANTOS

Coordenadora Fazendária - CERAT Marituba

Protocolo: 160402

EDITAL DE TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO - CERAT BELEM

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária da CERAT - Belém, no uso de suas atribuições, NOTIFICA os titulares, sócios ou representantes legais da empresa B M C BATISTA COMERCIAL, Insc. Est. nº 15.212.333-4, nos termos do artigo 11 da Lei n.º 6.182/98 e dos artigos 65 e 66 da Lei n.º 5.530/89, combinado com os Arts. 124 e 744 do RICMS/Pa, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, a apresentar os documentos a seguir relacionados, objeto da PROGRAMAÇÃO EM PROFUNDIDADE DE EXERCÍCIO FECHADO POR DISTRIBUIÇÃO ALEATÓRIA para o PERÍODO DE 01/2014 a 12/2014, conforme determinado pela ORDEM DE SERVIÇO E TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 012017370000033-4, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte na forma do Art. 37 da Instrução Normativa nº 24, de 18/11/2010.

Auditora Fiscal Solicitante: RDÉBORA ANGELICA MONTEIRO

DOCUMENTOS SOLICITADOS:

- Balanço Patrimonial
- Cheques Moradia Baixados no Período
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Leitura da Memória Fiscal
- Livro de Registro de Apuração de ICMS
- Livro de Registro de Entradas
- Livro de Registro de Inventário
- Livro de Registro de Saídas
- Livro de Registro de Utilização de Termos de ocorrências
- Livro Diário
- Livro Razão

• Notas Fiscais de Entradas
• Notas Fiscais de Saída
Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal.
Prazo de entrega dos documentos solicitados: 30 (trinta) dias.
Local de Entrega dos Documentos:
Av. Gentil Bittencourt nº 2566, – Bairro-São Braz – entre Av. José Bonifácio e Tv. Castelo Branco – Belém- Pa,
Fone: 91- 3039-8500

Protocolo: 160208

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO-CERAT CASTANHAL

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Castanhal, no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos titulares, sócios ou representantes legais da empresa A BARBOSA DOS S. COMERCIO - Inscrição Estadual nº 15.527.533-0, nos termos ao Art. 11 da lei nº6.182/98 e dos Artigos. 65 e 66 da lei nº 5.530/89, combinados com os Artigos. 124 e 744 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676/01, a apresentar os documentos a seguir relacionados,objeto da Ação Fiscal de Rotina ou Pontual para o período 06/2016 até 12/2016, conforme autorizado pela NOTIFICAÇÃO FISCAL E ORDEM DE SERVIÇO Nº022017820000039-9 no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, alterada pela Lei nº7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Auditor(a) Solicitante: JOSE ANTONIO PERERIA RAMOS
DOCUMENTOS SOLICITADOS:

COMPROVANTE DE ENTREGA - DIFE

- COMPROVANTE DE ENTREGA DO ARQUIVO EFD
- A.E.(S) DE RECOLHIMENTO DE I.C.M.S.
- LIVRO DE CONTROLE DO ESTOQUE E PRODUÇÃO
- LIVRO DE REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE TERMOS DE OCORRÊNCIAS

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal

Prazo de entrega dos documentos solicitados: 30 dias
Local para entrega dos documentos: Rua Paes de Carvalho, 1128 – CERAT Castanhal – Telefone 91 3721-1448
O não atendimento do presente, no prazo estipulado, culminará na imediata aplicação da penalidade prevista no Art. 2º, da Lei 6.715/05, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando os interesses do Erário Estadual.

GERDEN FERREIRA VIDA

COORDENADOR FAZENDÁRIO-CERAT CASTANHAL

Protocolo: 160125

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT MARABÁ

O Ilmo. Sr. Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal contra o sujeito passivo abaixo relacionado, ficando a empresa NOTIFICADA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do Art. 14, § 3º, III da Lei nº 6.182/98, a efetuar o recolhimento do crédito tributário ou a interpor impugnação junto a esta Coordenação localizada na Rodovia Transamazônica, Km 05, Quadra Especial, Folha 30, bairro de Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.

RAZÃO SOCIAL: COMERCIAL E LOGÍSTICA PARAIBANO S/A.

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.284.816-9

AINF's: 032016510004177-0 e 032016510004177-0.

AFREs: Samuel Rosa da Silva

PAULO DA SILVEIRA

Coordenador Fazendário Substituto da CERAT Marabá

Protocolo: 160370

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT MARABÁ

O Ilmo. Sr. Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal contra o sujeito passivo abaixo relacionado, ficando a empresa NOTIFICADA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do Art. 14, § 3º, III da Lei nº 6.182/98, a efetuar o recolhimento do crédito tributário ou a interpor impugnação junto a esta Coordenação localizada na Rodovia Transamazônica, Km 05, Quadra Especial, Folha 30, bairro de Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.

RAZÃO SOCIAL: W. Dantas de Oliveira e Cia Ltda.

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.522.063-2

AINF's: 032016510010684-7; 032016510010685-5; 032016510010686-3; 032016510010687-1; 032016510010688-0; 032016510010689-8; 032016510010690-1; 032016510010692-8; e 032016510010691-0.

AFREs: Samuel Rosa da Silva

PAULO DA SILVEIRA

Coordenador Fazendário Substituto da CERAT Marabá

Protocolo: 160416

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados IMPROCEDENTES, em decisões de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.

012014510000346-9; 642015510001377-9; 372015510000678-3.

Belém (PA), 27 de março de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados NULOS, em decisões de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.

372015510000332-6; 012016510008293-2; 012016510009506-6.

Belém (PA), 27 de março de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO.

Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância.

Protocolo: 160346

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS – CAT

Portaria n.º201701000367 de 27/03/2017 - Proc n.º 002017730005417/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Clayton Delgado da Silva – CPF: 686.361.302-63

Marca: NISSAN VERSA 1.6 SL UNIQUE – CVT AUTOMÁTICO Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201701000369 de 27/03/2017 - Proc n.º 002017730006054/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Jose Orlando Pereira Barbosa – CPF: 117.210.062-49

Marca: FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4 GRAND FLEX 4P Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

Portaria n.º201704001380, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005281/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Ribamar da Gama – CPF: 032.921.772-00

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713HH329796

Portaria n.º201704001382, de 27/03/2017 - Proc n.º 42017730002480/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Simone Maciel de Oliveira – CPF: 569.281.812-49

Marca/Tipo/Chassi

I/CHEVROLET CLASSICLS/Pas/Automovel/8AGSU19F0DR170344

Portaria n.º201704001384, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005413/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Mauro Denis Ferreira Marques – CPF: 190.041.842-87

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713MF3255085

Portaria n.º201704001386, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005540/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Raimundo Alves Fonseca – CPF: 257.483.863-72

Marca/Tipo/Chassi

VW/NOVO VOYAGE 1.0 CITY/Pas/Automovel/9BWDA45U0ET005745

Portaria n.º201704001388, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005551/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Adriano de Abreu Leite – CPF: 392.777.472-34

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/UNO WAY 1.4/Pas/Automovel/9BD195A6MG0752933

Portaria n.º201704001390, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006055/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Pedro Moreira de Castro – CPF: 118.285.952-68

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD197132E3168678

Portaria n.º201704001392, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006083/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: David Alves de Lima – CPF: 318.234.592-34

Marca/Tipo/Chassi

I/VW SPACEFOX TREND GII/Pas/Automovel/8AWPB45Z7EA537952

Portaria n.º201704001394, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006095/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Rubens Vieira do Nascimento – CPF: 088.626.802-87

Marca/Tipo/Chassi

CHEV/PRISMA 1.4MT LT/Pas/Automovel/9BGKS69R0FG359191

Portaria n.º201704001396, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006228/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Rayannes Kelly Ribeiro do Nascimento – CPF: 808.882.912-72

Marca/Tipo/Chassi

VW/NOVO VOYAGE CL MBV/Pas/Automovel/9BWDB45U8HT075804

Portaria n.º201704001398, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006135/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Emerson Cunha Paixão – CPF: 004.229.932-20

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/IDEA ATTRACTIVE 1.4/Pas/Automovel/9BD13501YG2286544

Portaria n.º201704001400, de 27/03/2017 - Proc n.º 42017730002728/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Alcione Sousa de Lima – CPF: 868.878.742-53

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/PALIO WK TREKK 1.6/Pas/Automovel/9BD373154D5030275

Portaria n.º201704001402, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006108/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Hilma Ferreira Jansen – CPF: 306.533.802-59

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD197132D3078561

Portaria n.º201704001404, de 27/03/2017 - Proc n.º 42017730001628/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Francivaldo Diogenes de Castro – CPF: 065.581.942-87
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEV/PRISMA 1.0MT LT/Pas/Automovel/9BGKS69B0FG268157
Portaria n.º201704001406, de 27/03/2017 - Proc n.º 42017730002608/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Gelcimar Viana dos Santos – CPF: 543.917.332-34
 Marca/Tipo/Chassi
 VW/GOL 1.0 TITAN GIV/Pas/Automovel/9BWAA05WXP009657
Portaria n.º201704001408, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006130/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Francisco Justino Castro – CPF: 055.883.912-68
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69R0FG387621
Portaria n.º201704001410, de 27/03/2017 - Proc n.º 42017730002249/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Pedro Teixeira Pinho – CPF: 636.208.802-63
 Marca/Tipo/Chassi
 VW/GOL 1.0 GIV/Pas/Automovel/9BWAA05W3EP001310
Portaria n.º201704001412, de 27/03/2017 - Proc n.º 42017730002446/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Antonio Ramos do Nascimento – CPF: 250.694.892-91
 Marca/Tipo/Chassi
 VW/GOL 1.0 TITAN GIV/Pas/Automovel/9BWAA05W4BP089568
Portaria n.º201704001414, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006190/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Antonio Gomes de Lima – CPF: 165.708.802-25
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69R0GG203067
Portaria n.º201704001416, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005999/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Jose Fernandes Oliveira da Silva – CPF: 516.839.702-68
 Marca/Tipo/Chassi
 TOYOTA/COROLLA XEI20FLEX/Pas/Automovel/9BRBD48E7E2608431
Portaria n.º201704001418, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005986/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Roberto Carlos da Silva Miranda – CPF: 735.629.392-72
 Marca/Tipo/Chassi
 FORD/KA SEL 1.5 SD/Pas/Automovel/9BFZH54J1F8213393
Portaria n.º201704001420, de 27/03/2017 - Proc n.º 122017730000562/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Benedito Avis de Araújo – CPF: 645.921.892-72
 Marca/Tipo/Chassi
 VW/VOYAGE CL MB/Pas/Automovel/9BWDB45UXGT007311
Portaria n.º201704001422, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005874/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Floriano Bitencourt da Costa – CPF: 127.879.652-53
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEVROLET/CRUZELTNB/Pas/Automovel/9BGPB69N0GB156581

Portaria n.º201704001424, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005997/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Veridia de Castro Batista – CPF: 248.978.842-68
 Marca/Tipo/Chassi
 TOYOTA/COROLLA GLI18 CVT/Pas/Automovel/9BRBLWHE6H0065667
Portaria n.º201704001426, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005989/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Edmilson Ramos Garcez – CPF: 089.185.542-49
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/PALIO WK TREKK 1.6/Pas/Automovel/9BD373154E5052424
Portaria n.º201704001428, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006111/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Michel Monteiro Carvalho – CPF: 940.858.622-00
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/PALIO WEEK ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD17301A84225928
Portaria n.º201704001430, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730006125/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Antonio Adalucio Nogueira dos Passos – CPF: 170.462.972-15
 Marca/Tipo/Chassi
 VW/VOYAGE 1.6 COMFORTL/Pas/Automovel/9BWBDB05U4AT219993
Portaria n.º201704001432, de 27/03/2017 - Proc n.º 2017730005992/SEFA
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
 Interessado: Pedro Cardoso Amorim – CPF: 701.754.202-97
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/PALIO ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD17140G95358428
Protocolo: 160369

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº DA INEXIGIBILIDADE: 08/2017
DATA: 23.03.2017
VALOR: R\$-63.193,80 (Sessenta e três mil, cento e noventa e três reais e oitenta centavos)
OBJETO: Aquisição de 68 licenças de uso da biblioteca do software CPqD
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, Inciso I, da lei Nº 8.666/93.
CONTRATADO: Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
ENDEREÇO: Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1000, Polo II de Alta Tecnologia
CEP: 13086-902 Campinas/SP
TELEFONE: (19) 3705 6510
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Augusto Sérgio Amorim Costa
Protocolo: 160472

OUTRAS MATÉRIAS

Concurso Público edital 001/2015

Convocamos o candidato abaixo relacionado, para comparecer ao BANPARÁ, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar desta divulgação, para tratar de assunto referente à sua contratação, para o cargo de Técnico Bancário:
Município de Lotação: Novo Progresso

Nome	Colocação	Local de Apresentação da Documentação
Joao Marcos Lima Sousa	3º	Tv. 15 de Novembro, nº 196 - Santarém / PA

Município de Lotação: São Felix do Xingu

Nome	Colocação	Local de Apresentação da Documentação
Alana Fernandes de Oliveira	2º Reserva Técnica de Tucumã	Avenida Pará , nº 819 - Tucumã/PA
Kleitton Fernandes Alves	3º Reserva Técnica de Tucumã	

Obs: O não comparecimento do candidato, no prazo acima estabelecido, será considerado como desistência.

Protocolo: 160373

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

CONVÊNIO

CONVÊNIO /ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNICA n.º10/2017 Justificativa: O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por finalidade: Simplificar as relações entre Estado e Empresas, entre Estado e Cidadãos e entre órgãos e entidades do próprio Estado, tendo em vista a construção de um ambiente institucional adequado ao bom desenvolvimento dos negócios e investimentos privados e de prestação de serviços de modo racional e eficiente ao cidadão Objetivo: Simplificar e racionalizar o processo de registro e legalização do empresário e sociedades empresárias, estimulando o ingresso de novos empreendimentos na economia formal, reduzindo custos e prazos para o empreendedor Partes: Junta Comercial do Estado do Pará e Prefeitura de Ourilândia do Norte CNPJ:22.980.643/0001-21. Vigência: 20/03/2017 à 20/03/2022.Ordenadora Responsável: Cilene Moreira Sabino de Oliveira- Presidente.

Protocolo: 160368

CONVÊNIO/CESSÃO DE SERVIDOR-nº 011/2017 Justificativa: A cessão de 03 servidores municipais, sendo dois servidores de nível superior com formação nas áreas de : direito, economia, contabilidade ou administração e um de nível médio para prestarem serviços junto à conveniente, sem ônus para a mesma, que serão designados exclusivamente para Unidade Desconcentrada do Município de Ourilândia do Norte CNPJ: 22.980.643/0001-21. Partes: JUCEPA e Município de Ourilândia do Norte. Assinatura:20/03/2017 Vigência: 20/03/2017 a 20/03/2022 Ordenadora responsável: Cilene Moreira Sabino de Oliveira – Presidente

Protocolo: 160384

DIÁRIA

Portaria nº 083/17 27.03.2017. Art. 1º CONCEDER aos servidores Cléo Pereira de Oliveira Segundo, Coordenador Regional, matrícula nº 5757320/2, CPF nº 578.448.952-68, e Aíua Reis Queiroz, Assistente do Registro Mercantil, matrícula nº 57225310/1, CPF nº 948.242.402-63 a cada um 2 e ½ (duas e meia) diária, no valor de R\$ 720,0 (setecentos e vinte reais), os servidores participarão da reunião REGIN - Empresa Prosolution, |conforme convite da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, no período de 27/03 a 28/03/2017, conforme processo nº 2017/119539. Presidente em exercício

Protocolo: 160387

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

LICENÇA PRÊMIO

Portaria nº 092, DE 27 DE MARÇO DE 2017

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 0045/2015-SEPLAN, de 28 de janeiro de 2015, Considerando o disposto no artigo 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e Considerando ainda, os termos do Processo nº 2017/41835, de 31/01/2017, RESOLVE:
 CONCEDER à servidora MARIA GERALDA DA CONCEIÇÃO PAES BARRETO, matrícula nº. 3255387/1, ocupante do cargo de Técnico “C”, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017, correspondente ao triênio 2004/2007 (2ª etapa).

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, 27 de março de 2017.

FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira

Portaria nº 093, DE 27 DE MARÇO DE 2017

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 0045/2015-SEPLAN, de 28 de janeiro de 2015,

Considerando o disposto no artigo 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e

Considerando ainda, os termos do Processo nº 2017/94441, de 07/03/2017,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora MARIA DE NAZARÉ DA CONCEIÇÃO FLOR, matrícula nº. 26263/1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 03/04/2017 a 02/05/2017, correspondente ao triênio 2008/2011 (2ª etapa).

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, 27 de março de 2017.

FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 160394

CONTRATO

Contrato nº. 03/2017

Contratada: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A

CNPJ: 03.506.307/0001-57

Endereço: Rua Machado de Assis nº. 50, edifício 2, Bairro Santa Lúcia, CEP: 93.700.000, Município de Campo Bom. Estado do Rio Grande do Sul – RS.

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada na Prestação de Serviço de Sistema de Gestão de Abastecimento de Combustível de Unidades Consumidoras, Customizado e Gerido Pela Administração Pública Estadual, com Utilização de Cartão Magnético e com Fornecimento Contínuo e Ininterrupto de Combustível, Através de Rede de Postos Credenciados de Abastecimento para atender a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN.

Valor Global Estimado do Contrato: R\$ 74.238,50 (Setenta e Quatro Mil, Duzentos e Trinta e Oito Reais e Cinquenta Centavos).

Data de assinatura: 20.03.2017

Vigência: 28.03.2017 a 27.03.2018

Dotação orçamentária:

19101.04.122.1297.4668 – Operacionalização das Ações Administrativas;

Elemento de despesa: 339030

Fonte: 0101

Origem do Recurso: Estadual

Ordenadora de Despesa: Flávia Christiane de Alcântara Figueira Secco

Protocolo: 160226

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA

TORNAR SEM EFEITO

A PUBLICAÇÃO NO DOE Nº 33211 DE 14/09/2016, REFERENTE A Portaria nº 0894 DE 09/09/2016, QUE CEDEU A SERVIDORA ERLI MARTA REIS DA SILVA, MATRÍCULA Nº 57191589/2.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPA-SE, GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 23.03.2017.

VITOR MANUEL JESUS MATEUS

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Protocolo: 160476

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/ SESP/2017

A Secretaria de Estado de Saúde Pública, através de seu Pregoeiro, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo "MENOR PREÇO", conforme abaixo: OBJETO: Aquisição de Equipamento Permanente Hospitalar (Aparelho de Raios-X 300MA), destinado ao Município de Castanhal, através de Emenda Parlamentar.

DATA DA ABERTURA: 10/04/2017.

HORÁRIO: 09H00. (Horário de Brasília).

LOCAL: www.comprasnet.gov.br.

UASG: 925856

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 908289

ELEMENTO DE DESPESA: 449052

FONTE: 0103

ENTREGA DO EDITAL: Os interessados poderão retirar o edital nos sítios: www.comprasnet.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br.

OBSERVAÇÃO: Dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com o pregoeiro responsável, através do email: cpl.sespa@gmail.com

Belém (PA), 27 de março de 2017.

ROSIVEL NUNES FERREIRA

PREGOEIRO/SESPA

Protocolo: 160471

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/ SESP/2017

A Secretaria de Estado de Saúde Pública, através de seu Pregoeiro, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo "MENOR PREÇO", conforme abaixo:

OBJETO: Aquisição do medicamento OMALIZUMABE 150MG, para atendimento de paciente através da demanda administrativa da SESP.

DATA DA ABERTURA: 07/04/2017.

HORÁRIO: 09H00. (Horário de Brasília).

LOCAL: www.comprasnet.gov.br.

UASG: 925856

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 908288

ELEMENTO DE DESPESA: 339030

FONTE: 0103

ENTREGA DO EDITAL: Os interessados poderão retirar o edital nos sítios: www.comprasnet.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br.

OBSERVAÇÃO: Dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com o pregoeiro responsável, através do email: cpl.sespa@gmail.com.

Belém (PA), 27 de março de 2017.

ROSIVEL NUNES FERREIRA

PREGOEIRO/SESPA

Protocolo: 160428

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/ SESP/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Oxigênio Medicinal, para atender o Serviço de Resgate Aeromédico da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESP.

FIRMA VENCEDORA:

1. WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA, CNPJ Nº 597.955/0013-23, foi a vencedora do certame pelo critério de menor preço, no valor de R\$ 6.120.00 (seis mil, cento e vinte reais).

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/SESPA/2017: R\$ 6.120.00 (seis mil, cento e vinte reais).

Belém (PA), 27/03/2017.

VITOR MANUEL JESUS MATEUS

Secretário de Estado de Saúde Pública.

Protocolo: 160452

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/ SESP/2017

OBJETO: Aquisição de Material Permanente (PRÓTESE TRANSFEMURAL ENDOESQUELETICA PARA MEMBRO INFERIOR DIREITO), para atender as necessidades de paciente através da Coordenação Estadual da Pessoa com Deficiência/CEPED/SESPA.

FIRMA VENCEDORA:

1. ETHNOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA, CNPJ: 08.183.611/0001-06, foi a vencedora do item do certame, pelo critério de menor preço, num total de R\$- 98.000,00 (Noventa e oito mil reais).

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/SESPA/2017: R\$- 98.000,00 (Noventa e oito mil reais).

Belém (PA), 27/03/2017.

VITOR MANUEL JESUS MATEUS

Secretário de Estado de Saúde Pública.

Protocolo: 160433

DIÁRIA

PORTARIA Nº 600 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAPANEMA

PERÍODO: DE 25/02/2017 A 01/03/2017

MATRÍCULA / NOME / CPF

571939321 / AFONSO SANTOS VILHENA / 260.437.002-63

54191803 / ALDYR RODRIGUES DE SOUZA / 597.652.082-00

53736381 / HELITON HERLLEM RODRIGUES DE PAIVA / 373.108.442-20

57195002 / PEDRO OTAVIO DO CARMO ANDRADE JUNIOR / 377.346.102-00

545937 / ROBERTO RUBENS CIPRIANO / 263.002.572-15

OBJETIVO: REALIZAR AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA DE DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA VÍRUS, DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS, REALIZANDO ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO AGRAVO JUNTO A POPULAÇÃO EM GERAL E TESTAGEM RÁPIDA PARA HEPATITES B E C, SIFILIS E HIV.

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 602 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SOURE

PERÍODO: DE 25/02/2017 A 01/03/2017

MATRÍCULA / NOME / CPF

571953442 / ANA ROSA PEIXOTO MENDONÇA / 700.253.712-15

5898378 / JOAQUINA MIRANDA DOS SANTOS / 379.640.202-00

104876-1 / NÚZIA LEILIANE BARROSO NERY / 248.524.222-49

OBJETIVO: REALIZAR AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA DE DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA VÍRUS, DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS, REALIZANDO ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO AGRAVO JUNTO A POPULAÇÃO EM GERAL E TESTAGEM RÁPIDA PARA HEPATITES B E C, SIFILIS E HIV.

MUNICÍPIO DE SOURE

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 603 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 742,50

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAMETÁ

PERÍODO: DE 24/02/2017 A 01/03/2017

MATRÍCULA / NOME / CPF

54194716 / ANDRÉA VERA DA SILVA COSTA / 278.705.882-53

572101221 / HELOISA PORTAL DA SILVA DA COSTA / 377.585.862-87

54189029-1 / MÁRCIO RONI CORREA LIMA / 378.655.362-91

80144091 / ORBÉLIA HYOLMAR LEITE SENA / 265.801.792-87

OBJETIVO: REALIZAR AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA DE DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA VÍRUS, DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS, REALIZANDO ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO AGRAVO JUNTO A POPULAÇÃO EM GERAL E TESTAGEM RÁPIDA PARA HEPATITES B E C, SIFILIS E HIV.

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 604 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SOURE

PERÍODO: DE 25/02/2017 A 01/03/2017

MATRÍCULA / NOME / CPF

5110521 / ANTONIO VERISSIMO DE OLIVEIRA BARROS / 153.508.782-04

OBJETIVO: CONDUZIR OS TÉCNICOS QUE IRÃO REALIZAR AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA DE DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA VÍRUS, DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS, REALIZANDO ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO AGRAVO JUNTO A POPULAÇÃO EM GERAL E TESTAGEM RÁPIDA PARA HEPATITES B E C, SIFILIS E HIV.

MUNICÍPIO DE SOURE

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 605 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 742,50

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: CAMETÁ

PERÍODO: DE 24/02/2017 A 01/03/2017

MATRÍCULA / NOME / CPF

572064941 / GIVANILDO BORGES DE OLIVEIRA / 624.631.952-15

OBJETIVO: CONDUZIR EQUIPE QUE IRÁ REALIZAR AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA DE DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA VÍRUS, DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS, REALIZANDO ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO AGRAVO JUNTO A POPULAÇÃO EM GERAL E TESTAGEM RÁPIDA PARA HEPATITES B E C, SIFILIS E HIV.

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 606 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AUGUSTO CORREA

PERÍODO: DE 25/02/2017 A 01/03/2017

MATRÍCULA / NOME / CPF

5913106 / EDIOLEA DA SILVA MELO / 724.482.882-91

5167698 / FRANCISCA DOS REIS SANTIAGO / 397.438.962-87

5915679 / NEILA SILNA CORREA LIMA / 646.632.992-53

OBJETIVO: REALIZAR AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA DE DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA VÍRUS, DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS, REALIZANDO ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO AGRAVO JUNTO A POPULAÇÃO EM GERAL E TESTAGEM RÁPIDA PARA HEPATITES B E C, SIFILIS E HIV.

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 606 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50

FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AUGUSTO CORREA

PERÍODO: DE 25/02/2017 A 01/03/2017

MATRÍCULA / NOME / CPF

5913106 / EDIOLEA DA SILVA MELO / 724.482.882-91

5167698 / FRANCISCA DOS REIS SANTIAGO / 397.438.962-87

5915679 / NEILA SILNA CORREA LIMA / 646.632.992-53

OBJETIVO: REALIZAR AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA DE DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA VÍRUS, DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS, REALIZANDO ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO AGRAVO JUNTO A POPULAÇÃO EM GERAL E TESTAGEM RÁPIDA PARA HEPATITES B E C, SIFILIS E HIV.

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 609 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: IGARAPE MIRI
 PERÍODO: DE 25/02/2017 A 01/03/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / CLAUDIO OBADIA DE CARVALHO / 856.341.587-53
 58918423 / CONCEICAO DO SOCORRO DE MELO PEREIRA / 244.867.012-91
 / MARLY MADALENA BATISTA MOREIRA / 148.307.102-25
 55589253-2 / ROSINETE DAS GRAÇAS FARIAS NONATO / 334.115.302-00
 54189377 / VALCINEI DA SILVA PINHEIRO / 627.457.192-20
 572326191 / VIVIANE MICHELE FARIAS DOS SANTOS / 718.393.562-00

OBJETIVO: REALIZAR AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA DE DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA VÍRUS, DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS, REALIZANDO ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO AGRAVO JUNTO A POPULAÇÃO EM GERAL E TESTAGEM RÁPIDA PARA HEPATITES B E C, SIFILIS E HIV.MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI
 DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 611 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 742,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: IGARAPE MIRI
 PERÍODO: DE 24/02/2017 A 01/03/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 5931891 / MAURO VICTOR BRABO VERGUEIRO / 007.435.092-77

OBJETIVO: REALIZAR ACONSELHAMENTO, PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO ATRAVÉS DE TESTES RÁPIDOS PARA O HIV/AIDS, SIFILIS E HEPATITES VIRAIS NO CTA ITINERANTE NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI
 DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 612 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 742,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: IGARAPE MIRI
 PERÍODO: DE 24/02/2017 A 01/03/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 00 / SERGIO RICARDO SILVA SODRE / 127.913.932-34

OBJETIVO: REALIZAR ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA, TRIAGEM, CADASTRAMENTO NO SISTEMA SI-CTA E SISLOGLAB NO CTA ITINERANTE NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI
 DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 613 de 21 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 742,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: IGARAPE MIRI
 PERÍODO: DE 24/02/2017 A 01/03/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 / LUCIANE CRISTINA LOPES SOUSA / 790.012.972-34

OBJETIVO: REALIZAR TESTAGEM, PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO ATRAVÉS DE TESTES RÁPIDOS PARA O HIV/AIDS, SIFILIS E HEPATITES VIRAIS NO CTA ITINERANTE NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI
 DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 631 de 17 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 1 diária e meia VALOR: R\$ 202,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: AFUÁ
 PERÍODO: DE 17/02/2017 A 18/02/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 541844012 / GERTRUDE DA SILVA CARDOSO / 613.037.712-68
 571967832 / PAULA PIRES TEIXEIRA DE MIRANDA / 594.001.372-49

OBJETIVO: INVESTIGAR SURTO DE DOENÇA EXANTEMÁTICA DE ETIOLOGIA COMPATÍVEL COM OS AGRAVOS TRANSMITIDOS PELO AEDS AEGIPT, ELABORAR PLANO DE TRABALHO PARA INVESTIGAÇÃO, COMBATE E CONTROLE DESTA AGRAVO NAQUELE MUNICÍPIO E ÁREAS CIRCUNVIZINHAS, ELABORANDO ESTRATÉGIAS COM RELAÇÃO AS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS, NO QUE SE REFERE À INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA.
 DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 633 de 22 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 877,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PAU D'ARCO
 PERÍODO: DE 19/03/2017 A 25/03/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 57191326/1 / MONICA DA ROCHA FADUL / 145.857.902-68
 5878063/4 / SIMONY DO SOCORRO DE VILHENA GUIMARÃES / 429.041.372-20

OBJETIVO: REALIZAR SUPERVIÃO MONITORAMENTO E CAPACITAÇÃO AOS COORDENADORES E EQUIPE DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, PACS, E ESF NAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DAS LEISHMANIOSES E DESCENTRALIZAÇÃO DO TESTE RÁPIDO NOS MUNICÍPIOS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, REDENÇÃO E PAU D'ARCO, DE JURISDIÇÃO DO 12º CRS.
 DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 634 de 22 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 6 diárias e meia VALOR: R\$ 877,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PAU D'ARCO
 PERÍODO: DE 19/03/2017 A 25/03/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 5585605/1 / VICTOR VALÉRIO DE SOUZA WANDERLEY / 592.274.942-00

OBJETIVO: CONDUZIR AS SERVIDORAS MONICA FADUL E SIMONY GUIMARÃES QUE IRÃO REALIZAR SUPERVIÃO MONITORAMENTO E CAPACITAÇÃO AOS COORDENADORES E EQUIPE DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, PACS, E ESF NAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DAS LEISHMANIOSES E DESCENTRALIZAÇÃO DO TESTE RÁPIDO NOS MUNICÍPIOS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, REDENÇÃO E PAU D'ARCO, DE JURISDIÇÃO DO 12º CRS.
 DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 641 de 23 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: PEIXE-BOI.
 PERÍODO: DE 25/02/2017 A 01/03/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 55586822/1 / ANTONIO JOSÉ SOUZA SARDINHA / 330.164.882-72

OBJETIVO: CONDUZIR EQUIPE TÉCNICA QUE IRÁ REALIZAR AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO PREVENTIVA DE DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA VÍRUS, DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS, REALIZANDO ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO AGRAVO JUNTO A POPULAÇÃO EM GERAL E TESTAGEM RÁPIDA PARA HEPATITES B E C, SIFILIS E HIV.
 DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 652 de 23 de Fevereiro de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50
 FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
 ORIGEM: BELÉM, DESTINO: IGARAPE MIRI
 PERÍODO: DE 27/03/2017 A 31/03/2017
 MATRÍCULA / NOME / CPF
 572056421 / JOSE ANDRE DA SILVA PEREIRA / 796.427.562-34

OBJETIVO: CONDUZIR EQUIPE TÉCNICA QUE IRÁ REALIZAR CAPACITAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DA REDE CEGONHA, CTAS, MATERNIDADES NA QUALIDADE DE PALESTRANTE EM ACONSELHAMENTO EM TESTES RÁPIDOS PARA HIV E SIFILIS.
 DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: DANIELLE YASMINE DE ALMEIDA

Protocolo: 160180**OUTRAS MATÉRIAS**

REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 117/SESPA/2016
 PROCESSO Nº: 266946/2016 - ANEXO PROCESSO Nº 517227/2016.

OBJETO: Aquisição de Medicamento (Nintedanibe 150mg - 360 comprimidos), visando atendimento de paciente portador de fibrose pulmonar idiopática, via demanda administrativa do processo nº 2016/266946.

A Secretária de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais e,
 CONSIDERANDO que restou cancelado o Pregão Eletrônico nº 117/SESPA/2016.
 RESOLVE:

I - REVOGAR, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/SESPA/2016, por conveniência e oportunidade da Administração.
 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 23 de março de 2017.
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
 VITOR MANUEL JESUS MATEUS
 Secretário de Estado de Saúde Pública

Protocolo: 160455**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/SESPA/2017**

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 59/SESPA/2016, Processo nº 2015/460227, homologado pelo Secretário de Estado de Saúde Pública em 16/03/2017, publicado no Diário Oficial do Estado nº 33.337 de 21/03/2017.

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de Material Permanente Médico Hospitalar, para prover os estabelecimentos Assistenciais de Saúde - EAS/SESPA, solicitados pela Diretoria de Desenvolvimento de Redes Assistenciais - DDRAR/SESPA.
 VIGÊNCIA: 28/03/2017 a 28/03/2018.

Empresa: RYKA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 83.581.827/0001-63, com sede Tv. 14 de Abril, 1496 - Bairro: São Brás CEP: 66.063-005 - Belém - PA - Tel: (91) 3225-5798 - e-mail: rykacomercio@yahoo.com.br neste ato representada pela Sra. ANDREA NEVES CARNEIRO, portador do RG nº 32746898 - SSP/PA e do CPF/MF nº 478.795.214-53.

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES	UNID	V.UNT.	V.TOTAL
01	AVENTAL PLUMBÍFERO FEMININO - Equipamento para proteção individual radiológica, tipo avental padrão, fabricado em borracha plumbífera, flexível, com equivalência de 0,25 mm ou 0,50 mm de chumbo, com acabamento em nylon lavável. Modelo feminino.	UNID	10	R\$ 485,00	R\$ 4.850,00
02	AVENTAL PLUMBÍFERO MASCULINO - Equipamento para proteção individual radiológica, tipo avental padrão, fabricado em borracha plumbífera, flexível, com equivalência de 0,25 mm ou 0,50 mm de chumbo, com acabamento em nylon lavável. Modelo masculino.	UNID	10	R\$ 485,00	R\$ 4.850,00

VITOR MANUEL JESUS MATEUS
 SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Protocolo: 160470**ERRATA**

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Sistema Único de Saúde
Secretaria de Estado de Saúde Pública
Escola Técnica do SUS do Pará - "Dr. Manuel Ayres"
ERRATA DE PORTARIA DE PUBLICAÇÃO DE DIÁRIA Nº 604/2017, CÓDIGO Nº 159701, EM 27/03/2017.

Onde se lê: Conduzir as servidoras desta ETSUS-PA até o município de Parauapebas se estendendo até os municípios de Canaã dos Carajás, Marabá, São Domingos do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins e Rondon do Pará, a fim de realizar Supervisão Pedagógica no Curso de Qualificação para Agente Comunitário de Saúde.

Leia-se: Realizar Supervisão Pedagógica no Curso de Qualificação para Agente Comunitário de Saúde no município de Parauapebas se estendendo até os municípios de Canaã dos Carajás, Marabá, São Domingos do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins e Rondon do Pará.
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
 RAIMUNDO NONATO BITENCOURT DE SENA
 DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS-ETSUS/PA

Protocolo: 160333

CONTRATO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Sistema Único de Saúde
Secretaria de Estado de Saúde Pública
Escola Técnica do SUS do Pará – “Dr. Manuel Ayres”

Contrato nº: 09
 Exercício: 2017

Objetivo: Prestação de serviços docentes no Curso de Qualificação para Agente Comunitário de Saúde – Módulo I, no município de Rio Maria, no período de 27 a 31/03/2017. Totalizando 40 horas-aula.

Valor Total: 2.400,00

Data da Assinatura: 20/03/2017

Vigência: 20/03/2017 a 18/04/2017

Credenciamento: 006/2016

Orçamento:

nº 00034/2017

NE

Programa de Trabalho

Natureza da Despesa

Fonte do

Recurso

10128142783070000

33903600

0349002772

Federal

Contratado: Nilzete Teixeira Martins - CPF. Nº 243.384.602-10

Endereço: Rua Tiradentes, nº 593 – Bairro: Centro – Rondon

do Pará - PA

CEP.: 68.638-000

Ordenador: RAIMUNDO NONATO BITENCOURT DE SENA

Protocolo: 160257

**LABORATÓRIO CENTRAL
DO ESTADO PARÁ**

ERRATA

ERRATA DA Portaria nº 60 DE 06/03/2017

O Diretor do Laboratório Central no uso de suas atribuições legais, delegadas através da Portaria nº 035/06.01. 2011, publicada no D.O. E, nº 31.829 de 10 de janeiro de 2011.

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 60 de 06/03/2017, publicada no D.O. E nº 33.327 de 07/03/2017.

Onde se lê: Período de viagem: 12/03 A 18/03/2017.

Leia-se: Período de viagem: 01/04 A 09/04/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS

DIRETOR DO LACEN/PA

Protocolo: 160448

DIÁRIA

Portaria nº 99 DE 27/03/2017

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: DAR APOIO PROFISSIONAL REALIZANDO ATIVIDADE DE IMUNIZAÇÃO CONTRA FEBRE AMARELA NO MUNICÍPIO DE CONCORDIA DO PARÁ.

Período da viagem: 27/03 a 29/03/2017.

Quantidade: 02 e ½ (Duas e meia)

Origem: Belém – PA

Destino (s): Concórdia do Pará – PA.

Servidores: Jorge Almeida da Cruz / Mat. 5167493-1 / Auxiliar de Saúde

Márcia Cristina Machado Margalho / Mat. 5275318-2 / Comissionado

Ordenador: Sebastião Licínio Lira dos Santos.

Protocolo: 160422

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 3ª REGIONAL**

Port. Nº 133 à 138 de Diárias de 27/03/2017

Objetivo: Realizar superv. das ações de controle da Dengue e Zika Vírus, nos municípios de abrangência deste 3º CRS, avaliar as informações e as metas ref. ao 1º ciclo de 2017, assim como avaliar as informações inseridas no sistema e verificar o munic. que está com dificuldades na parte da digitação..

servidores: Paulo Elias V. de Souza ag. De saúde pública mat: 0498827

Geofram da C. Pimentel Datilógrafo mat: 5144930

Origem: Castanhal/Curuçá, São J. da Ponta, Terra Alta e São F. do

Pará Período: 05,06,07 e 10/04/17

Francisco D. Pantoja guarda de endemias mat: 0500996

Origem: Castanhal/Curuçá Período: 05/04/17

Edmilson Alves C. Filho motorista mat: 0503399

Castanhal/São J. da Ponta Período: 06/04/17

Elso G. de Menezes motorista mat: 57206404-1

Castanhal/Terra Alta Período: 07/04/17

Benedito José de L. da Silva motorista mat: 5705304

Castanhal/São F. do Pará Período: 10/04/17

Ordenador: Etevaldo José M. da Paixão

Protocolo: 160241

Port. Nº 130,131 e 132 de Diárias de 27/03/2017

Objetivo: Realizar superv. das ações de controle da Dengue e Zika Vírus, nos municípios de abrangência deste 3º CRS, avaliar as informações e as metas ref. ao 1º ciclo de 2017, assim como avaliar as informações inseridas no sistema e verificar o munic. que está com dificuldades na parte da digitação..

servidores: Paulo Elias V. de Souza ag. De saúde pública mat: 0498827

Geofram da C. Pimentel Datilógrafo mat: 5144930

Cícero A. Ferreira motorista mat: 0478954

Origem: Castanhal/Marapanim Período: 03/04/17

Ordenador: Etevaldo José M. da Paixão

Protocolo: 160232

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 4ª REGIONAL**

EXCLUSÃO DE SERVIDOR EM PORTARIA

EXCLUIR na PORTARIA Nº 423/2016, protocolo nº 258150 publicada no DOE nº 33158 de 29/06/2016, que concede viagem aos municípios S. Miguel do Guamá, Castanhal e Igarapé-Açu/PA, o servidor Redson Rogério Moura Gonçalves portador de matrícula nº 57190600-1.

Protocolo: 160487

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 7ª REGIONAL**

ERRATA

ERRATA

Portaria nº 017 DE 06 DE MARÇO DE 2017 – Diária

NOME: JOSÉ NAZARENO MARTINS GOMES MATRÍCULA: 0710104

LOTAÇÃO: 7º CRS

Deslocamento para Muaná.

ONDE SE LÊ: PERÍODO DE 13/03/2017 à 17/03/2017

LEIA-SE: PERÍODO DE 20/03/2017 à 24/03/2017.

DIRETOR REGIONAL: Raimundo Luis Santos da Silva

Protocolo: 160168

ERRATA

Portaria nº 018 DE 06 DE MARÇO DE 2017 – Diária

NOME: JOÃO CARLOS MONTEIRO FREIRE MATRÍCULA: 86711

LOTAÇÃO: 7º CRS

Deslocamento para Muaná.

ONDE SE LÊ: PERÍODO DE 13/03/2017 à 17/03/2017

LEIA-SE: PERÍODO DE 20/03/2017 à 24/03/2017.

DIRETOR REGIONAL: Raimundo Luis Santos da Silva

Protocolo: 160170

DIÁRIA

PORTARIA Nº 024 de 22 de MARÇO de 2017

NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 607,50

FONTE: FES-RECURSOS-ORDINÁRIOS

ORIGEM: BELÉM, DESTINO: SALVATERRA E CACHOEIRA DO ARARI.

PERÍODO: DE 27/03/2017 A 31/03/2017

MATRÍCULA / NOME / CPF

5746710-2 / GILSON CÂNDIDO COELHO CASTRO / 179.479.792-00

OBJETIVO: ACOMPANHAR A EQUIPE FORMADA POR TÉCNICOS DA COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PROGRAMA VSPEA (VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ATENÇÃO ÀS POPULAÇÕES EXPOSTAS A AGROTÓXICOS), LACEN e 7º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE INSERÇÃO E COLETA DE AMOSTRAS DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DE SALVATERRA E CACHOEIRA DO ARARI.

DIRETOR REGIONAL: RAIMUNDO LUIS SANTOS DA SILVA.

Protocolo: 160197

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 10ª REGIONAL**

PORTARIA Nº 0107/2017, de 27/03/2017 16:21:08

Portaria Individual

Objetivo: Conduzir a viatura do estado com servidores do CEREST e DIV. TECNICA, em trabalhos de vigilância epidemiológica, para realizar capacitação sobre preenchimento de fichas de notificação compulsória / protocolo de exposição de material biológico e acidente de trabalho grave. Tendo como público alvo Hospital Municipal (urgência e emergência, Laboratório, raios-X, clínicas)

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira

Destino (s): Uruará / Medicilândia / Brasil Novo

Servidor: 57206438-1/ MARCO ANTÔNIO BENATHAR MALATO (Motorista) / 4,5 diárias (completa) de 03/04/2017 a 07/04/2017

Ordenador de Despesa:

EDIVAR TEIXEIRA DE LIMA FILHO

Diretor do 10º CRS/SESPA

522.133.402-00

Protocolo: 160557

PORTARIA Nº 0105/2017, de 27/03/2017 11:05:38

Portaria Individual

Objetivo: participar de discussão do fluxo de atendimento, revisão normativa e demais assuntos relacionados à UDME unidade Dispensadora de Medicamento e componentes especializados.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira

Destino (s): Belém

Servidor: 57206260/2/ KLEBER FARIAS DA SILVA (Farmacêutico Bioquímico) / 1,5 diárias (completa) de 28/03/2017 a 29/03/2017

Ordenador de Despesa:

EDIVAR TEIXEIRA DE LIMA FILHO

Diretor do 10º CRS/SESPA

522.133.402-00

Protocolo: 160236

PORTARIA Nº 0106/2017, de 27/03/2017 15:57:46

Portaria Coletiva

Objetivo: Realizar capacitação sobre preenchimento de fichas de notificação compulsória e protocolo de exposição de material biológico e acidente de trabalho grave. Público alvo Hospital Municipal (urgência e emergência, Laboratório, raios-X, clínicas)

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira

Destino (s): Uruará / Medicilândia / Brasil Novo

Servidor: 5914925/2 / DANIELE ALVES DOS SANTOS (ASSISTENTE SOCIAL) / 4,5 diárias (completa) de 03/04/2017 a 07/04/2017

Servidor: 5923714 / MARCUS VINICIUS DA CRUZ BARROS (PSICÓLOGO) / 4,5 diárias (completa) de 03/04/2017 a 07/04/2017

Servidor: 5426421 / GELCIDES SOARES MODESTO (Técnica Pat. Clínica) / 4,5 diárias (completa) de 03/04/2017 a 07/04/2017

Ordenador de Despesa:

EDIVAR TEIXEIRA DE LIMA FILHO

Diretor do 10º CRS/SESPA

522.133.402-00

Protocolo: 160550

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 11ª REGIONAL**

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria nº 10, de 27 de março de 2017

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08 Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de suprimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo Suprimento de Fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida

pelo Tribunal de Contas do Estado.

Miguel Corrêa Lobato Filho / Motorista / 0498874 / 140.802.652-04

Nome do servidor	Cargo	Matrícula	CPF
	Total da despesa R\$	400,00	
1 - 908338	233511	339039	(CONSUMO)
0103000000	R\$ 400,00		

DOTAÇÃO AÇÃO ELEMENTO DA DESPESA FONTE VALORES

GERALDO PEREIRA BARROSO
Diretor do 11º CRS/SESPA/MARABÁ

Portaria nº 2.972/2015

Protocolo: 160371

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 12ª REGIONAL

DIÁRIA

Portaria nº 311 de 24 de Março de 2017.

Nome: **Ássima dos Remédios**

Cargo: **Agente Administrativo**

Matrícula/Siape: **1104374**

CPF: **392.456.912-68**

Período: **24.03.2016**

Nº de Diárias: **½(meia)**

Origem: **Conceição do Araguaia**

Destino: **Xinguara**

Objetivo: **participar de reunião da CIR (Comissão intergestores regional)**

Ordenador de Despesas: **Jean Carlos Pereira**

Protocolo: 160261

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 13ª REGIONAL

Portaria nº 071 de 17 de Março de 2017

Objetivo de: Realizar Supervisão e Avaliação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Controle da Dengue – SISPNC/D.

Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)

Origem: CAMETÁ – PA

Destino(s): BAIÃO – PA

Servidor(es):

57200855-2 / FRANCISCO ALVES DA SILVA NETO (Agente Administrativo)

57206619-1 / PAULO DOS PRAZERES RODRIGUES (Agente de Cont. de Endemias)

/ 2,5 diárias (Completa) / de 27/03/2017 a 29/03/2017.

Ordenador de Despesa

JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS

Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 160348

Portaria nº 054 de 09 de Março de 2017

Objetivo de: Reunir com a nova gestão para sensibilização e orientações quanto ao funcionamento da Ouvidoria do SUS no município, além de preenchimento do questionário da Rede Estadual de Ouvidoria do SUS para a nova gestão de 2017.

Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)

Origem: CAMETÁ – PA

Destino(s): MOCAJUBA – PA

Servidor(es):

57190531-1 / ANTONIA DENIZE CARDOSO DAMASCENO (Agente Administrativo)

/ 2,5 diárias (Completa) / de 27/03/2017 a 29/03/2017.

Ordenador de Despesa

JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS

Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 160345

Portaria nº 064 de 13 de Março de 2017

Objetivo de: Participar do Curso de Elaboração de Edital e Termo de Referência ofertado pela EGPA.

Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)

Origem: CAMETÁ – PA

Destino(s): BELÉM – PA

Servidor(es):

54192342-1 / ADENILTON BATISTA VEIGA (ACD)

/ 5,5 diárias (Completa) / de 26/03/2017 a 31/03/2017.

Ordenador de Despesa

JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS

Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 160338

Portaria nº 063 de 13 de Março de 2017

Objetivo de: Participar do Curso de Contratação Direta, Dispensa e Inexigibilidade ofertado pela EGPA.

Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)

Origem: CAMETÁ – PA

Destino(s): BELÉM – PA

Servidor(es):

57233233-1 / JOÁS HELENO SOARES DE SOUZA (Agente de Artes Práticas)

/ 5,5 diárias (Completa) / de 26/03/2017 a 31/03/2017.

Ordenador de Despesa

JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS

Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 160330

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

PORTARIA

PORTARIA FISCAL DE CONTRATO Nº 260/2017–GAB/DG/HOL

O Diretor Geral do HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso de suas atribuições que lhe foram designadas através do Decreto Governamental publicado no DOE nº 32.873 de 27 de abril de 2015 e aquelas previstas na Lei Estadual nº 6.826/2006 e ainda; RESOLVE:

Designar a servidora desta Autarquia, AUREA HELYETTE GOMES RAMOS, arquiteta, matrícula nº 57231711/2-HOL e, no seu impedimento, o servidor SAMUEL JACOB AZANCOT NETO, arquiteto, matrícula nº 57220835/1-HOL, ambos lotados na Assessoria de Planejamento Físico do HOL, para a função de Fiscais do Contrato administrativo nº 064/2017 – HOL, firmado com a empresa LIDER ENGENHARIA LTDA - EPP, cujo objeto é a adequação do Serviço de Terapia Renal Substitutiva - STRS. Processo nº 2016/482032.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém (PA), 15 de março de 2017.

LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES

Diretor Geral

Protocolo: 160385

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 272/2017 - GAB/DG/HOL.

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 23/04/2015, publicada no DOE nº 32.873 de 27/04/2015.

RESOLVE:

DISTRATAR, a partir de 20/03/2017, a servidora VIRGINIA MONTEIRO DE OLIVEIRA, Médico matrícula nº 5909388/1, lotada na Clínica de Cirurgia Torácica, admitido sob o regime das Leis Complementares 007/91 e 77/2011 – Servidor Temporário, por encerramento de Contrato.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Hospital Ophir Loyola.

Em, 20 de março de 2017.

LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES

Diretor Geral do HOL

Protocolo: 160461

LICENÇA PRÊMIO

Portaria nº 268/2017 – GAB/DG/HOL.

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 23/04/2015, publicada no DOE nº 32.873 de 27/04/2015.

CONSIDERANDO a nova redação do Art. 116 da Lei Estadual nº 5.099/83, Combinando com o Art. 98 da Lei nº 5.810/94-RJU;

CONSIDERANDO os termos contidos no Processo nº 2016/302900 de 26/07/2016.

CONSIDERANDO o que foi apurado nos assentamentos funcionais da servidora ODETE JASTE FERREIRA, Agente Administrativo, matrícula nº 3259757/1, lotada no Departamento de Ambulatório, referente ao 9º triênio de 05/06/2013 a 04/06/2016.

RESOLVE:

CONCEDER licença prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora ODETE JASTE FERREIRA, Agente Administrativo, matrícula nº 3259757/1, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL, para ser gozada no período de 03/04/2017 a 02/05/2017.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Hospital Ophir Loyola.

Em, 20 de março de 2017.

LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES

Diretor Geral do HOL

Protocolo: 160463

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO PARÁ

PORTARIA

Portaria nº 142/2017 - CPAD/GABP/FSCMP

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 135/2017 – GABP/FSCMP, de 14 de março de 2017, publicada no DOE nº 33334 de 16 de março de 2017, expedida pela Dra. Rosângela Brandão Monteiro, Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 205 da Lei nº 5.810/1994,

RESOLVE:

DESIGNAR Luciana Tábattha Souza e Silva, matrícula nº 57192846/1, para, sob compromisso, desempenhar as funções de secretário da referida Comissão.

Maria Helena de Azevedo Reis

Presidente da CPAD

Protocolo: 160262

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

Extrato de Termo de Distrato

Servidor: MARIA SUELY CASTILHO GOMES

Ato: Termo de Distrato

Término de Vínculo: 01/03/2017

Tipo de Vínculo: Contrato Temporário

Motivo: A PEDIDO DO SERVIDOR

Órgão: Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Belém, 20 de março de 2017.

Protocolo: 160418

Extrato de Termo de Distrato

Servidor: PATRICIA SANTANA PACHECO

Ato: Termo de Distrato

Término de Vínculo: 09/02/2017

Tipo de Vínculo: Contrato Temporário

Motivo: A PRESIDENTE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Órgão: Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará

Cargo: MÉDICO COM ESPECIALIDADE

Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Belém, 06 de março de 2017.

Protocolo: 160421

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA

Portaria nº 45/2017 – GAPE/FSCMPA, PUBLICADA NO DOE Nº 33.312, DE 10/02/2017. Referente às Férias da servidora ELAINE ABREU DE BARROS, Técnico de Enfermagem, Matrícula Nº 57193138/1, lotada na Gerência de Tocoginecologia.

ONDE SE LÊ: 01/03/2017 a 30/03/2017

LEIA-SE: 08/03/2017 a 06/04/2017

Belém – PA, 16 de Março de 2017.

ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Presidente da FSCMP

Protocolo: 160490

ERRATA DE PORTARIA

Portaria nº 119/2017 – GAPE/FSCMPA, PUBLICADA NO DOE Nº 33.329, DE 09/03/2017. Referente às Férias da servidora SANDRA DA SILVA CHAVES, Técnica de Enfermagem, Matrícula Nº 5506590/2, lotada na Gerência de Pediatria.

ONDE SE LÊ: 15/04/2017 a 14/05/2017

LEIA-SE: 18/04/2017 a 17/05/2017

Belém – PA, 23 de Março de 2017.

ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Presidente da FSCMP

Protocolo: 160419

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa: 08/2017

Data: 27/03/2017

Valor: R\$ 3.194,40

Objeto: compra de medicamento extra-padroneado (Pamidronato Dissólido 60 MG, pó liofilizado, frasco-ampola com diluente, 40 UND).

Fundamento Legal: com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, combinado com o artigo 2º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAD/DGL Nº 001, de 09 de abril de 2012 e Parecer n.º 006/2017/PROF/FSCMP.

Data de Ratificação: 27/03/2017

Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fonte de recurso: 0669003264; Elemento de despesa: 339030
 Contratado: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
 Endereço: Rodovia Itapira-Lindóia, KM 14, Bairro Itapira, CEP: 13974-900, São Paulo-SP
 Telefone: (19)3863-9530
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160205

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ato: 08

Número da Dispensa: 08/2017
 Data: 27/03/2017
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160206

TORNAR SEM EFEITO

Portaria nº 151/2017 – GAPE/GAB/FSCMP

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 26/02/2015, publicado no DOE nº 32.836 de 27/02/2015.

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO o período de férias de KATIA CILENE DE SOUZA, Cargo de Técnico de Enfermagem, matrícula Nº 5637791/2, lotada na Gerência de Clínica Cirúrgica, concedida de 17/04/2017 a 16/05/2017 através da Portaria Coletiva de Abril/2017 Nº 45/2017-GAP/GP/FSCMP, publicada no DOE nº 33.329 de 09/03/2017.
 Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
 Belém – PA, 23 de março de 2017.
 ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160415

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nota de Empenho da Despesa: 2017NE00269

Valor: R\$ 12.992,00
 Data: 09/02/2017
 Vigência: 09/02/2017 a 09/05/2017
 Objeto: compra de material médico e hospitalar diversos.
 Pregão Eletrônico SRP: 051/2015/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288;
 Despesa: 339030; Fonte: 0269
 Contratado: VIBEL COMERCIAL EIRELI-EPP
 Endereço: Rua Almirante Noronha, nº 162, Santana, CEP: 02.043-060 - São Paulo/SP
 Telefone: (11)2973-9998
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160324

Portaria nº 144 / 2017 – GAPE/GAB/FSCMP

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 26/02/2015, publicado no DOE nº 32.836 de 27/02/2015.
 R E S O L V E:
 TORNAR SEM EFEITO o período de férias de MARINA RODRIGUES BATISTA, Cargo de Agente Administrativo, matrícula Nº 5146771/1, lotada na Gerência de Informação ao Paciente concedidas de 02/01/2017 à 31/01/2017 através da Portaria Coletiva de Janeiro Nº 724/2016-GAP/GP/FSCMP, publicada no DOE nº 33.258 de 25/11/2016.
 Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
 Belém – PA, 16 de março de 2017.
 ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160488

Instrumento Substitutivo de Contrato

Nota de Empenho da Despesa: 2017NE00257

Valor: R\$ 17.640,00
 Data: 06/02/2016
 Vigência: 06/02/2017 a 06/05/2017
 Objeto: aquisição de material técnico hospitalar .
 Pregão Eletrônico SRP nº 063/2015/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Despesa: 339030; Fonte: 0269
 Contratado: ALFAMED COMERCIAL LTDA-EPP
 Endereço: Avenida Marquez de Herval, nº 2106, Bairro Pedreira, CEP: 66.087-320, Belém/PA.
 Telefone: 913272744
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160313

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nota de Empenho da Despesa: 2017NE00318

Valor: R\$ 3.194,40
 Data: 01/03/2017
 Vigência: 01/03/2017 a 29/05/2017
 Objeto: compra de medicamento extra-padroneizado (Pamidronato Dissódico 60 MG, pó liofilizado, frasco-ampola com diluente, 40 UND).
 Dispensa de Licitação nº: 008/2017/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Despesa: 339030; Fonte: 0669003264
 Contratado: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
 Endereço: Rodovia Itapira-Lindóia, KM 14, Bairro Itapira, CEP: 13974-900, São Paulo-SP
 Telefone: (19)3863-9530
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160204

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nota de Empenho da Despesa: 2017NE00319

Valor: R\$ 782,64
 Data: 20/02/2017
 Vigência: 20/02/2017 a 20/05/2017
 Objeto: Aquisição de fios de sutura.
 Pregão Eletrônico SRP nº: 064/2015/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288;
 Despesa: 339030; Fonte: 0269
 Contratado: IFS NASCIMENTO & CIA LTDA EPP
 Endereço: Tv. Enéas Pinheiro, nº 875, Pedreira, CEP. 66.083-156, Belém/PA
 Telefone: 9132766675
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160331

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nota de Empenho da Despesa: 2017NE00256

Valor: R\$ 1.560,00
 Data: 08/02/2017
 Vigência: 08/02/2017 a 08/05/2017
 Objeto: compra de material médico e hospitalar diversos.
 Pregão Eletrônico SRP: 051/2015/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288;
 Despesa: 339030; Fonte: 0269
 Contratado: NEW MEDICA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Endereço: Conj. Satélite, WE 12, Nº 1000, Galpão A, Coqueiro, CEP. 66.670-260 – Belém/PA
 Telefone: (91)3347-8469
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160321

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nota de Empenho da Despesa: 2017NE00331

Valor: R\$ 4.600,00
 Data: 22/02/2017
 Vigência: 22/02/2017 a 22/05/2017
 Objeto: Aquisição de material técnico hospitalar - diversos.
 Pregão Eletrônico SRP: 59/2015/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288;
 Despesa: 339030; Fonte: 0149006652
 Contratado: GUILBER FARMACÊUTICA COMÉRCIO LTDA
 Endereço: Passagem Bom Sossego, Centro, CEP. 67.030-245, Ananindeua/PA
 Telefone: (91)3238-3814
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160301

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nota de Empenho da Despesa: 2017NE00303

Valor: R\$ 10.500,00
 Data: 01/03/2017
 Vigência: 01/03/2017 a 29/05/2017
 Objeto: Objeto: aquisição de medicamento.
 Pregão Eletrônico SRP nº 05/2016/FSCMP
 Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288;
 Despesa: 339030; Fonte: 0269
 Contratado: POLYMEDH EIRELI - EPP
 Endereço: Av. Presidente Vargas, nº 2980, 1º andar, sala 01, Centro, Castanhal/PA, CEP: 68.740-005, telefone: (91) 98162-2948
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160288

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nota de Empenho da Despesa: 2017NE00323

Valor: R\$ 5.750,00
 Data: 13/02/2017
 Vigência: 13/02/2017 a 13/05/2017
 Objeto: contratação do serviço de coquetel tipo B com garçom.
 Dispensa de Licitação/Compra Direta: 2016/416443

Orçamento: Funcional Programática: 10.128.1427.8308;
 Despesa: 339039; Fonte: 0349006489
 Contratado: M. C. XERFAN RECEPÇÕES - ME
 Endereço: Rua Veiga Cabral, 1212-A, Batista Campos, CEP: 66023-620 - Belém/PA
 Tel: 9132414507
 Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160267

Portaria nº 153/2017-GAP/GP/FSCMP

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 26/02/2015, publicado no DOE nº 32.836 de 27/02/2015.
 CONSIDERANDO o falecimento do (a) irmão (a) do (a) Servidor (a) JAILSON MIRANDA GONÇALVES, ocorrido em 15 de Fevereiro de 2017 e especialmente o que dispõe o art. 72, inciso III, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994;
 RESOLVE:
 I - Autorizar o afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família ao (a) servidor (a) JAILSON MIRANDA GONÇALVES, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, Id. Funcional nº 55588780/2, lotado na Gerência de Clínica Médica, no período de 15/02/2017 a 22/02/2017, conforme certidão de óbito nº 06565 601552017400360008014904641.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de Fevereiro 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém – PA, 23 de Março de 2017.
 ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO
 Presidente da FSCMP

Protocolo: 160426

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

Portaria nº 178/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da Lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o término do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:
 I – Distratar, o (a) servidor (a), Milena do Rosario Ferreira de Oliveira, matrícula nº 5900353/2 do cargo de Agente Administrativo, lotado (a) na Gerência de Imunogenética desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II – Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.
 Ana Suely Leite Saraiva
 Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA

Protocolo: 160105

Portaria nº 180/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da Lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o término do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:
 I – Distratar, o (a) servidor (a), Nubia de Freitas Maia, matrícula nº 5919928/1 do cargo de Técnico em Patologia Clínica, lotado (a) na Gerência de Hematologia desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II – Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.
 Ana Suely Leite Saraiva
 Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA

Protocolo: 160109

Portaria nº 171/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Kelson Joiner dos Passos Ferreira, matrícula nº 5919934/1do cargo de Enfermeiro, lotado (a)na Coordenação do Hemocentro Regional de Castanhal desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160092

Portaria nº 173/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Marcelo Paula da Rocha, matrícula nº 5919926/1do cargo de Agente Administrativo, lotado (a)na Gerência de Almoxarifado e Patrimônio desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160096

Portaria nº 191/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Sara de Brito dos Santos, matrícula nº 5919932/1do cargo de Agente Administrativo, lotado (a)no Hemonucleo de Tucuruí desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160129

Portaria nº 179/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Nazare Elizangela de Andrade Lima, matrícula nº 5920503/1do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado (a)na Gerência de Coleta em Doadores desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160107

Portaria nº 193/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Taíça do Socorro Cunha Gonçalves, matrícula nº 5920127/1do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado (a)na Gerência de Coleta em Doadores desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160133

Portaria nº 172/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Liliam Aquino Correa, matrícula nº 5544882/1do cargo de Agente Administrativo, lotado (a) na Gerência de Contas Médicas desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160093

Portaria nº 185/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Rosângela Maria Costa de Oliveira, matrícula nº 5920431/1do cargo de Assistente Social, lotado (a)na Hemonucleo de Redenção desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160122

Portaria nº 188/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Rozinaldo Jose de Almeida, matrícula nº 5416256/2do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado (a)na Gerência de Coleta em Doadores desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160126

Portaria nº 174/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Marcio Roberto Silva Silva, matrícula nº 5920129/1do cargo de Motorista, lotado (a)na Gerência de Transportes desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160097

Portaria nº 194/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de março de 2017.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a publicação da lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011 que versa sobre alteração dos dispositivos da Lei complementar 07 de 25 de setembro de 1991, Considerando o termino do prazo do contrato administrativo de servidor temporário,

RESOLVE:

I - Distratar, o (a) servidor (a), Tarclia Priscila Tavares Bizerra, matrícula nº 7002018/1do cargo de Agente Administrativo, lotado (a)no Hemonucleo de Capanema desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2017.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de março de 2017.

Ana Suely Leite Saraiva

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo: 160134

CONTRATO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2017, VENCEDORA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2016 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/421283.****DAS PARTES:**

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARÁ - HEMOPA
CONTRATADO: GTEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA PAPELARIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.237.006/0001-26 com sede na Rua do Rosário nº 622, Piso superior - Centro, Jundiá, CEP: 13.201-784, São Paulo - SP.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA (ITEM 25), visando atender as necessidades da Fundação HEMOPA, conforme especificações técnicas e quantidades arroladas neste contrato, termo de referência e anexos, partes integrantes deste instrumento.

DO PRAZO: Este contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação que rege a matéria, por prazo e condições a serem firmados através de termo aditivo, até a entrega definitiva do objeto contratual.

DOS RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária a seguir:

Unidade Orçamentária: 62201

Programa de Trabalho: 10302142782880000

Fonte de Recurso: 0149003083 e 0349003083

Natureza de Despesa: 449052

DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R\$ 194.000,00 (Cento e noventa e quatro mil reais), já estão incluídos todos os custos necessários à entrega do objeto deste contrato, ou seja, todos os insumos, impostos, taxas, seguros, encargos sociais, previdenciários, comerciais, transportes, bem como quaisquer outras incidências diretas/ ou indiretas que possam incidir sobre o custo do objeto deste contrato;

DO FISCAL DO CONTRATO: O servidor Marcelo Victor Moura Aranha - Gerente de Manutenção/HEMOPA

DO FORO: Belém - Pará

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 21 de março de 2017.

ASSINATURAS:

ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA

PEDRO LUIS GONÇALVES - GTEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA PAPELARIA

ORDENADOR DE DESPESA - ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA -

CPF Nº 151.711.912-04,

Protocolo: 160239

**FUNDAÇÃO PÚBLICA
ESTADUAL HOSPITAL DE
CLÍNICAS GASPAR VIANNA**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade: 008/2017

Valor: R\$ 8.325,60

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação, para Prestação de Serviços de Apropriação de Custos, Suporte e Manutenção do Sistema de Custo Gerencial utilizado na FHCGV, permitindo a avaliação dos custos operacionais, custos de produtos e serviços, receitas e resultados.

Data de Ratificação: 17/03/2016

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho: 648338

Natureza da Despesa: 339039

Fonte do Recurso: 0269

Origem do Recurso Estadual

Contratado(s):

Nome: METHODUSUL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME

Endereço: Rua Jacuí 76, Vila Princesa Izabel.

Cachoeirinha-RS

CEP: 94.940-140

Telefone: (51) 3441-1255

E-mail: valnerpacheco@hotmail.com

Ordenador: ANA LYDIA LÉDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Protocolo: 157820

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº117, DE 24 DE MARÇO DE 2017

A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 27 de janeiro de 2012, publicado no DOE nº 32.087 de 30/01/2012.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 1.180 de 12.08.2008.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora abaixo, suprimento de fundos no valor de R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS), para pagamento de despesas miúdas durante o mês de ABRIL/2017, que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação do Centro de Hemodinâmica Monteiro Leite – CHML/FHCGV.

CONCEDER o prazo de 30 (TRINTA) dias para aplicação e mais 15 (QUINZE) dias, contados da data do recebimento, para encaminhamento de prestação de contas, sendo que após esse período estará a servidora impedida de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a tomada de conta especial.

NOME: LENE CRISTINA RODRIGUES FREITAS

CARGO: ADMINISTRADORA

MATRÍCULA: 5892415/1

RG: 1862913

CPF: 353.784.092-68

333903096 – MATERIAL DE CONSUMO

.....R\$ 300,00

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ANA LYDIA LÉDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Presidente / FPEHCGV

Protocolo: 160118

PORTARIA Nº116, DE 24 DE MARÇO DE 2017

A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 27 de janeiro de 2012, publicado no DOE nº 32.087 de 30/01/2012.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 1.180 de 12.08.2008.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora abaixo, suprimento de fundos no valor de R\$ 5.700,00 (CINCO MIL E SETECENTOS REAIS), para pagamento de despesas miúdas durante o mês de ABRIL/2017, que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna - FPEHCGV.

CONCEDER o prazo de 30 (TRINTA) dias para aplicação e mais 15 (QUINZE) dias, contados da data do recebimento, para encaminhamento de prestação de contas, sendo que após esse período estará a servidora impedida de receber novo suprimento de fundos, além de estar sujeito a tomada de conta especial.

NOME: ROSICLEIDE FONSECA DA SILVA

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

MATRÍCULA: 5360854/2

RG: 20960705

CPF: 394.650.202-49

333903096

– MATERIAL DE CONSUMO.....R\$ 5.100,00

333903996 – SERVIÇO DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R\$ 600,00

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ANA LYDIA LÉDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Presidente / FPEHCGV

Protocolo: 160116

FÉRIAS

Portaria nº 112, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 27 de janeiro de 2012, publicada no DOE nº 32.087 de 30.01.2012.

RESOLVE,

CONCEDER, férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, lotados na Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, referente ao mês de MAIO/2017.

PERÍODO AQUISITIVO 2016/2017

MATRÍCULA		NOME	PERÍODO
5077176	1	ADAMILTON NONATO MACIEL CORREA	02/05/2017 a 31/05/2017
54180644	3	ADEMIR BATISTA CORREA FILHO	01/05/2017 a 30/05/2017
5886171	2	ALEXANDRE RAIOL DE QUEIROZ	01/05/2017 a 30/05/2017
57217275	2	ALEXANDRE SAMPAIO SOUSA	02/05/2017 a 31/05/2017
57193739	1	ALMIR HADSON FERREIRA AVIZ	02/05/2017 a 31/05/2017
54197840	2	ANA CLAUDIA FONSECA DE MENDONCA FREIRE MENDES	15/05/2017 a 13/06/2017
57195648	1	ANA CLAUDIA VIEIRA NUNES	01/05/2017 a 30/05/2017
54190213	1	CARLOS ALBERTO COSTA DE LEO	02/05/2017 a 31/05/2017
6400680	1	CLARA SANTANA DA ROCHA LIMA ONUMA	01/05/2017 a 30/05/2017
57195715	1	CLEBER LEONARDO DE SOUZA CAMPOS	02/05/2017 a 31/05/2017
5077141	1	DENIZE MARIA FERREIRA DA SILVA	02/05/2017 a 31/05/2017
6400670	1	DIEGO LOBAO SANTIAGO	01/05/2017 a 30/05/2017
54195945	1	DINE VITORINA PEREIRA BARBOSA DE PADUA	02/05/2017 a 31/05/2017
5878306	2	DOMINGOS SERGIO TAVARES BATISTA JUNIOR	01/05/2017 a 30/05/2017
5302196	2	EDINEA MONTEIRO CORREA	08/05/2017 a 27/05/2017
54190626	2	EDUARDO PIOTTO LEONARDI	02/05/2017 a 21/05/2017
5851211	2	EVANDRO DO CARMO DOS SANTOS BENCHIMOL	01/05/2017 a 30/05/2017
5925215	1	FABIANA BARROS DE OLIVEIRA	15/05/2017 a 13/06/2017
5082137	1	FERNANDO GILSON SALES MARTINS	01/05/2017 a 30/05/2017
57192807	1	FRANCIANE DIAS BASTOS	01/05/2017 a 30/05/2017
2059320	1	GERALDA VIEIRA SOARES	01/05/2017 a 30/05/2017
30066	1	IRENE DA COSTA MIRANDA	02/05/2017 a 31/05/2017

54185446	3	IVETE MARIA BRAGA MACIEL	15/05/2017 a 13/06/2017
57175965	2	JANE SILVA OLIVEIRA	01/05/2017 a 30/05/2017
57195086	1	JAQUELINE DA SILVA CHAVES COLINS	02/05/2017 a 31/05/2017
5657547	2	JOAO FREDERICO ALVES ANDRADE FILHO	01/05/2017 a 30/05/2017
57232992	2	JOSILENE MAUES CORREA LOBATO	02/05/2017 a 31/05/2017
5923266	2	KELLYNE QUARESMA MOURAO	02/05/2017 a 31/05/2017
57192287	1	KELY MARTINS DE FREITAS	01/05/2017 a 30/05/2017
55589893	2	LARISSA PACHECO DE MOURA KZAM	03/05/2017 a 01/06/2017
5084784	1	LAUDELINA PEREIRA DE FARIAS	02/05/2017 a 31/05/2017
54195848	1	LEONARDO RODRIGUES GEMAQUE	02/05/2017 a 31/05/2017
5828660	2	LUCIANA DA SILVA CRUZ CARDOSO	08/05/2017 a 27/05/2017
5904650	1	MARCIA CRISTINA SOLANO FERREIRA	01/05/2017 a 30/05/2017
5903266	2	MARCOS VINICIUS SARAIVA DA COSTA FILHO	02/05/2017 a 31/05/2017
5084873	1	MARIA ARLENE MONTEIRO DE OLIVEIRA	02/05/2017 a 31/05/2017
3186997	2	MARIA DE FATIMA DA SILVA COELHO	01/05/2017 a 30/05/2017
5077206	1	MARIA DO SOCORRO DA SILVA OLIVEIRA	02/05/2017 a 31/05/2017
5084741	1	MARIA DO SOCORRO MOREIRA DE SOUZA	02/05/2017 a 31/05/2017
5130751	1	MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE ALMEIDA	02/05/2017 a 31/05/2017
54189113	1	MARIA JOANICE RODRIGUES PEREIRA	02/05/2017 a 31/05/2017
54181806	2	MARIA ORLANDA DOS SANTOS FIGUEIREDO	01/05/2017 a 30/05/2017
84905	1	MARLENE AZEVEDO MIRANDA	02/05/2017 a 31/05/2017
54184216	2	MILENE DE ANDRADE GOUVEA TYLL	01/05/2017 a 30/05/2017
5903800	2	NICOLLI PATRICIA VIEIRA PEREIRA MENDES	02/05/2017 a 31/05/2017
54189791	1	PATRICIA BENTES DINIZ	02/05/2017 a 31/05/2017
115827	1	PAULO AUGUSTO CARDOSO	02/05/2017 a 31/05/2017
5904606	1	RAFAEL FERREIRA TRAVESSA	01/05/2017 a 30/05/2017
57196709	3	RAFAELA DA COSTA LOIOLA CUPERTINO	01/05/2017 a 30/05/2017
5077150	1	REGINA ANGELA MENDES RODRIGUES	02/05/2017 a 31/05/2017
5082170	1	RITA MARIA SILVA MALATO	02/05/2017 a 31/05/2017
5888291	3	ROBERTO BALTAZAR DA COSTA	01/05/2017 a 30/05/2017

54189932	1	SAULO COELHO ASSIS RIBEIRO	01/05/2017 a 30/05/2017
57212577	1	SELMA BEZERRA DO VALLE	02/05/2017 a 31/05/2017
54197108	1	SILVANA MARIA BATISTA DA COSTA	18/05/2017 a 16/06/2017
2010895	1	SILVIA MARTINS DE CASTRO	02/05/2017 a 31/05/2017
57196902	3	SIMONE CRISTINA SENA REIS	01/05/2017 a 30/05/2017
5925238	1	SIMONE GERMANA MENDES DE OLIVEIRA	01/05/2017 a 30/05/2017
5157951	3	SONIA MARIA SILVA DE FRANCA	02/05/2017 a 31/05/2017
5904613	1	TANIA DO SOCORRO SOUZA CHAVES	01/05/2017 a 30/05/2017
57195746	1	WALBER LUIS RODRIGUES LIMA	02/05/2017 a 31/05/2017

PERÍODO AQUISITIVO 2015/2016

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO
5923421	ADRIANA CRISTINA MARGALHO PENICHE	02/05/2017 a 31/05/2017
57231150	ALDINE TORRES DE MIRANDA	01/05/2017 a 30/05/2017
115126	ALICE FRANCE GREIJAL BEZERRA CAVALCANTE	02/05/2017 a 31/05/2017
5909403	ALINE NERY DE SOUSA PADIM	02/05/2017 a 31/05/2017
57196723	ANA CLAUDIA DAS NEVES LOPES	02/05/2017 a 31/05/2017
57218056	ANTONIO CARLOS SILVA DE AZEVEDO	01/05/2017 a 30/05/2017
54193534	CARLOS HENRIQUE LUCAS LIMA	05/05/2017 a 03/06/2017
57188296	CHRISTIANO SOUZA DE FREITAS	01/05/2017 a 30/05/2017
54189604	CLEIDE DO SOCORRO DA SILVA	01/05/2017 a 30/05/2017
5908361	CRISTIANNE DE OLIVEIRA ARRAIS SARAIVA	01/05/2017 a 30/05/2017
54195001	DANIELA SMITH BRITO	02/05/2017 a 31/05/2017
55586195	DEIVI DA CONCEICAO OLIVEIRA	01/05/2017 a 30/05/2017
54187956	EDILENE DUTRA DO NASCIMENTO	01/05/2017 a 30/05/2017
57198020	ELANE MARCELE LIMA DE OLIVEIRA	02/05/2017 a 31/05/2017
54190124	ELIANE DE NAZARE DE SALES DANTIER	02/05/2017 a 31/05/2017
57192264	ENDILY CRISTINE DE OLIVEIRA RAMOS DIAS	01/05/2017 a 30/05/2017
57210026	HELOIZA ELLEM MENDES GONCALVES	02/05/2017 a 31/05/2017
5155193	IRENE VIEIRA COSTA	01/05/2017 a 30/05/2017
57192295	IVAN MATTOSO DE ANDRADE	01/05/2017 a 30/05/2017

54183857	3	JANARY REIS DE SOUZA	01/05/2017 a 30/05/2017
57206358	3	JOELMA BELLO DE BARROS	02/05/2017 a 31/05/2017
2017130	6	JOSE FIRMINO DE ABREU	01/05/2017 a 30/05/2017
5894149	2	KATIA MATOS DA SILVA	02/05/2017 a 31/05/2017
5903726	2	KID CARLOS GOMES SILVA	01/05/2017 a 30/05/2017
57192118	1	LEANDRO LIMA MARTINS	02/05/2017 a 31/05/2017
57188401	1	LENI MARIA MEIRA	01/05/2017 a 30/05/2017
57192309	1	LIGIA MENEZES FRANCA CALDAS	02/05/2017 a 31/05/2017
57188644	1	MARCELO DOS SANTOS MIRANDA	02/05/2017 a 31/05/2017
57210162	1	MARIA DA GLORIA DUARTE COUTO BOTELHO	01/05/2017 a 30/05/2017
84999	1	MARIA DA GRACA MIRANDA ALMEIDA	02/05/2017 a 31/05/2017
5155282	1	MARIA DE FATIMA SOUSA SILVA	02/05/2017 a 31/05/2017
54191811	1	MARIA TATIANE DA SILVA ROCHA	01/05/2017 a 30/05/2017
5304768	5	MIRIA DA SILVA GRUNVALD	01/05/2017 a 20/05/2017
54180719	2	MONICA DAS GRACAS PAIVA COSTA MARCAL	02/05/2017 a 31/05/2017
54195129	1	MURILO ANTONIO PINHEIRO MARQUES	02/05/2017 a 31/05/2017
3258700	1	NAIF DAIBES NETO	03/05/2017 a 01/06/2017
57192277	1	NIVEA CRISTIANE DE SOUSA DE ANDRADE	01/05/2017 a 30/05/2017
54184261	2	NORMA SUELY DA SILVA CORREA	01/05/2017 a 30/05/2017
57194266	2	PATRICIA DO SOCORRO NEVES DO CARMO	01/05/2017 a 30/05/2017
54185452	2	RICARDO JORGE DE MOURA PALHETA	01/05/2017 a 30/05/2017
54193853	1	RITA MONICA OLIVEIRA DINIZ	15/05/2017 a 13/06/2017
54180317	2	RODRIGO ANTUNES CASTANHO	02/05/2017 a 31/05/2017
5142024	1	ROSA DE FATIMA MACEDO PORFIRIO	02/05/2017 a 31/05/2017
57234077	1	SANDRA LUCIA DA SILVA ALVES	02/05/2017 a 31/05/2017
5152283	1	SANDRA REGINA DO SOCORRO PEREIRA ALVES	02/05/2017 a 31/05/2017
54189932	2	SAULO COELHO ASSIS RIBEIRO	02/05/2017 a 31/05/2017
5205824	1	URIS DA SILVA MACEDO	01/05/2017 a 30/05/2017

PERÍODO AQUISITIVO 2014/2015

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO
5445159	5 CLAUDIA REGINA DIAS SIQUEIRA	15/05/2017 a 13/06/2017
57188302	1 DULCINEA FERNANDES AMARAL CORDEIRO	01/05/2017 a 30/05/2017
54194543	1 ELIZABETH DAS DORES SILVA	02/05/2017 a 31/05/2017
54187979	1 RAIMUNDO MAGNO DE ARAUJO	02/05/2017 a 31/05/2017

PERÍODO AQUISITIVO 2013/2014

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO
55589999	1 CLAUDIO CLAUDINO ALVES ALMEIDA	01/05/2017 a 30/05/2017
5436877	4 SOTERO GONCALVES SARQUIS NETTO	02/05/2017 a 31/05/2017

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA
Presidente / FPEHCGV

Protocolo: 160114

HOSPITAL REGIONAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

PORTARIA**Portaria n.º 143 DE 24 DE MARÇO DE 2017**

O Diretor do Hospital Regional de Conceição do Araguaia, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria de nº1.715 – CCG de 05 de julho de 2012.

RESOLVE:

I - Constituir Comissão de Gratificação de Desempenho Institucional - GDI, deste Hospital Regional de Conceição do Araguaia, conforme designação dos servidores abaixo relacionados:

Administradores (as):

- Michelle de Pinho Barreiros - matricula: 54195817-1
- Hérica de Paula Aquino de Oliveira – Matricula: 57233599-1.

Membros:

- Marcus Vinicius Mourão – Matricula: 57234556-1.
- Crysley Alves Abreu – Matricula: 8014447-3.
- Lusmarina Nunes Rodrigues – Matricula: 5088348-1.
- Maria Luzanira Dias Oliveira – Matricula: 5108632-1.
- Ivanilda Chaves Lima – Matricula: 5793815-2.
- Gardênia Maria Pereira de Castro - Matricula: 51155291-2.
- Saletiel Jeronimo da Cruz - Matricula: 57196860-2.

Digitadores (as):

- Liliã Jerônima da Cruz - Matricula: 5793645-2.
- Wanderléia Sales Amorim – Matricula: 57212912-2.

Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PUBLIQUE - REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Wilson Branco Filho

Diretor do HRCA

Port. nº 1.715/2012

Protocolo: 160169**LICENÇA PRÊMIO****Portaria nº 141 DE 14 DE MARÇO DE 2017**

Nº de dias de Licença: 30 (trinta)

Nome do Servidor (a): Marinete Pereira dos Santos

Matricula: 5088801/3

Cargo: Técnico de Enfermagem

Triênio referente: 29.10.2008 a 28.10.2011

Período: 01.04.2017 a 30.04.2017

Protocolo: 160166**DIÁRIA****Portaria: 139/2017**

Objetivo: TRATAR DE ASSUNTOS REFERENTES A ESTE HRCA, NO GABINETE DO SR. SECRETÁRIO DE SAÚDE, DDRAR, ACESSORIA JURÍDICA, DAS, DGTES, DASG, CONTRATOS E PARA RESOLVER DEMAIS ASSUNTOS INERENTES A ESTE ÓRGÃO.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): BELÉM/PA

Servidor (es):

WILSON BRANCO FILHO – Mat. 57175228-4

CRYSLEY ALVES ABREU – Mat. 8014447-2

Nº 5.5 diárias (Completa)

Período: de 25 à 30/03/2017

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

Portaria: 140/2017

Objetivo: TRATAR DE ASSUNTOS REFERENTES A ESTE HRCA, SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ESTADO E PARA RESOLVER DEMAIS ASSUNTOS INERENTES A ESTE ÓRGÃO.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): BELÉM/PA

Servidor (es):

JEANE SILVA FRANCO – Mat. 73504104-2

Nº 4.5 diárias (Completa)

Período: de 28/03 à 01/04/2017

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

Protocolo: 160191

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **Concorrência**

Número: n.º 009/2017.

OBJETO: Conservação na Rodovia PA-254, trecho: Jutuarana (Km 0,0) / Miúdo (km 36,50) / São João (Km 25) com extensão de 130,00 km, na Região de Integração Baixo Amazonas, sob jurisdição do 10º Núcleo Regional.

Entrega do Edital: Av. Almte. Barroso, 3639 - Edifício Sede da SETRAN, 1º andar.

Observação: O Edital poderá ser lido e/ou adquirido, no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta Reais), de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 13:00 horas, até o 5º dia útil imediatamente anterior à data da abertura da Licitação.

Responsável pelo certame: ERNANI LISBOA COUTINHO JÚNIOR. Local de Abertura: Edifício Sede da SETRAN, 1º andar na sala de Licitações.

Data de Abertura: 28/04/2017.

Hora de Abertura: 10:00 horas.

Orçamento:

Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fontes dos Recursos	Origem do Recurso
29101	26.782.1435.7432	449051	0125000000	Estadual

Ordenador: KLEBER FERREIRA DE MENEZES

Belém, 27 de março de 2017.

Protocolo: 160163

OUTRAS MATÉRIAS

CONVOCAÇÃO DE EMPRESAS

Modalidade: Concorrência

Número: n.º 003/2017.

OBJETO: Pavimentação de acostamento na Rodovia PA-151, no trecho: Entr. PA-252 / Perímetro Urbano de Igarapé Miri, extensão de 4,70 km, na Região de Integração Tocantins, sob jurisdição do 4º Núcleo Regional.

A Secretaria de Estado de Transportes – SETRAN, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica os interessados na licitação em referência, que, no dia 30 de março de 2017, às 10h00min, será realizada a sessão de divulgação do resultado

do julgamento dos documentos de habilitação das empresas participantes no certame na sala da Comissão Permanente de Licitação da SETRAN, na Av. Almirante Barroso, nº 3639, 1º andar – Souza – Belém/Pa.

Belém, 27 de março de 2017.

ERNANI LISBOA COUTONHO JÚNIOR

Presidente da C.P.L - SETRAN

Protocolo: 160381

EXTRATO DE TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO Nº. do Contrato: 003/2017

Processo nº: **2017/35681**

Fundamento: Lei nº 6.614/2004 e demais dispositivos que regulamentam a matéria.

Objeto: Cessão de uso temporário de bem público estadual pelo Município de Tucumã/PA, referente à Rodovia PA-279, perímetro urbano, no trecho entre a Av. Brasil e Av. Balata, necessário para ampliação e restauração deste, com realização de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação CBUQ e sinalização, a fim de duplicação da pista de rolamento em 3.300m (três mil e trezentos metros), visando proporcionar conforto e segurança aos transeuntes que utilizam a rodovia, bem como, melhorar o fluxo de veículos.

RECURSOS: **Não implica em repasse de recursos.**

Data de assinatura: **27/03/2017** Inic. de Vig.: **28/03/2017**

T. Vig.: **29/03/2017**

Foro: **Comarca de Belém**

Prazo: **02 anos**

PARTES:

Cedente: **Secretaria de Estado de Transportes - SETRAN**

Dados do Responsável pela Cedente:

Nome: **KLEBER FERREIRA DE MENEZES** CPF: **113.440.323-20**

Cessionário: **MUNICÍPIO DE TUCUMÃ/PA**

CNPJ: **22.981.088/0001-02**

Dados do Responsável pelo Cessionário:

Nome: **ADELAR PELEGRINI** CPF: **377.106.302-78**

ORDENADOR: **KLEBER FERREIRA DE MENEZES - Secretário de Estado de Transportes.**

Protocolo: 160390

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 03/2017.

Fundamento Legal: art. 25 da Lei 8.666/93.

Contratada: Associação Brasileira de Agências Reguladoras-ABAR.

Objeto: Pagamento da anuidade 2017 da ARCON-PA, à Associação Brasileira de Agências de Regulação - ABAR. Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 . Justificativa: Compromisso institucional.

Valor: R\$ 19.580,00

Belém, 27 de março de 2017.

Diretor da ARCON-PA: Bruno Henrique Reis Guedes.

Protocolo: 159825

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

DIÁRIA

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº086 /2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145.

OBJETIVO: Transportar suínos da UAGRO de Ananindeua para a Regional de Redenção.

DESTINO: Redenção /PA PERÍODO: 27/03/2017 a 30/03/2017

Nº DE DIÁRIAS: 3 ½ (três e meia) diária

VALOR: R\$472,50 (Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

BENEFICIÁRIO: Sidonio Bonifácio

MATRÍCULA: 15440/1

CARGO: Aux. Agropecuário ORIGEM: Belém /PA

ORDENADOR: Afif Al Jawabri

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº087 /2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145.

OBJETIVO: Transportar calcário da UAGRO de Ananindeua para os municípios de Capanema e Capitão Poço.

DESTINO: Capanema e Capitão Poço /PA PERÍODO: 28/03 a 29/03/2017

Nº DE DIÁRIAS: 1 ½ (uma e meia) diária

BENEFICIÁRIO: João Monteiro da Silva

MATRÍCULA: 1172018

CARGO: Motorista ORIGEM: Belém /PA

ORDENADOR: Afif Al Jawabri

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº088 /2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145.

OBJETIVO: Conduzir a servidora Ivanize Carvalho ao município de Benevides.

DESTINO: Benevides /PA PERÍODO: 28/03/2017

Nº DE DIÁRIAS: ½ (meia) diária

VALOR: R\$47,50 (Quarenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos)

BENEFICIÁRIO: Paulo Joaquim Pina Queiroz

MATRÍCULA: 22403/1

CARGO: Motorista ORIGEM: Belém /PA

ORDENADOR: Afif Al Jawabri

Protocolo: 160258

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

Portaria nº 0220/2017

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea “b” da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e; Considerando o Memorando nº 016/2017 – GP, datado de 20.03.2017;

R E S O L V E:

CONCEDER, 18 (dezoito) dias restantes de férias, à servidora, ALINE CORREA ALMEIDA DE SOUZA, Secretária do Gabinete da Presidência, matrícula nº 57200801/3, no período e 10.07.2017 a 27.07.2017, inicialmente marcadas para 26.12.2016 a 24.01.2017, concedidas através da Portaria nº 0738/16 de 21.11.2016, publicada no DOE nº. 33258 de 25.11.2016 e interrompidas através da Portaria nº 0893/2016 de 21.12.2016, publicada no DOE nº33281 de 29.12.2016.

Publique-se.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará– ITERPA, em 22 de março de 2017.

Portaria nº 0221/2017

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea “b” da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e; CONSIDERANDO o Memorando nº 003/16 – datado de 22.11.2016.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 98, da Lei nº 5.810 de 24.01.94, 240 (duzentos e quarenta) dias de Licença Premio, a servidora CLEONICE DA SILVA CORRÊA FILHA, matrícula nº 3166368-1, Economista, no período de 26.01.2017 a 22.09.2017, correspondente aos períodos aquisitivos de: 01.06.2000 a 31.05.2003, 01.06.2003 a 31.05.2006, 01.06.2009 a 31.05.2012 e 01.06.2012 a 31.05.2015 .

Publique-se.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará-ITERPA, em 20 de março de 2017.

Portaria nº 227/2017

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975 e; CONSIDERANDO o Laudo Médico nº 185499A/1

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o Art.81, da Lei nº 5.810/94, 30 (trinta) dias, de Licença Saúde ao servidor, PAULO FRANCISCO ROSO SILVA, Pedagogo, matrícula nº446831/2, no período de 10 de março a 08 de abril de 2017.

Publique-se.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Gabinete da Presidência Instituto de Terras do Pará – ITERPA, em 23 de março de 2017.

Portaria nº 222/2017

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975 e; CONSIDERANDO o Laudo Médico nº 20081

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o Art.81, da Lei nº 5.810/94, 5 (cinco) dias, de Licença Saúde a servidora, GISELLE DO SOCORRO LUZ DE LIMA, Técnico em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário, matrícula nº 57213621/1, no período de 06 de março a 10 de março de 2017.

Publique-se.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Gabinete da Presidência Instituto de Terras do Pará – ITERPA, em 22 de março de 2017.

Protocolo: 160523

OUTRAS MATÉRIAS

ERRATA DA RETIFICAÇÃO NO TÍTULO DEFINITIVO Nº 153, EM FAVOR DE JOÃO MOUSINHO COELHO, NO MUNICÍPIO DE BENEVIDES, COM UMA ÁREA DE 38HA.53A.73CA, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 33.320, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017, REFERENTE AO PROCESSO Nº 2013/262546-ITERPA. ONDE SE LÊ: AUTORIZO A RETIFICAÇÃO NO TÍTULO DEFINITIVO Nº 02964;

LEIA-SE: AUTORIZO A RETIFICAÇÃO NO TÍTULO DEFINITIVO Nº 153.

Belém(PA), 27 de março de 2017.

Daniel Nunes Lopes - Presidente

Protocolo: 160360

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA****ATOS ADMINISTRATIVOS**

HOMOLOGAÇÃO DAS SENTENÇAS PROFERIDAS PELO ILMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ONEROSA (COMPRA) DE TERRAS, EM QUE FIGURAM COMO INTERESSADOS:

PROCESSO	NOME	DENOMINAÇÃO	ÁREA	MUNICÍPIO	PORTARIA
2009/97571	Agimiro Dias da Costa	Fazenda Boa Viagem	167ha88a12ca	Eldorado dos Carajás	231/2017
2010/16884	Ivan Gomes da Costa	Fazenda Nova Era	134ha66a64ca	Eldorado dos Carajás	232/2017
2014/137682	Izabela Dias Xavier Costa	Sítio Jóia	149ha04a24ca	Eldorado dos Carajás	233/2017
2009/367161	Joni Michael Cavalin	Sítio Joni	650ha80a98ca	Marabá/Parauapebas	234/2017

Belém(PA), 27.03.2017

Daniel Nunes Lopes - Presidente

Protocolo: 160314

Portaria nº 236, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O Presidente do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e em conformidade com o art. 2º, inciso IX, da mesma Lei,

CONSIDERANDO que a Lei 7.289, de 24 de julho de 2009, em seu art. 10 prevê o instituto da permuta como uma das modalidades para alienação da terra pública, utilizável quando houver impossibilidade de ocupação de fato de áreas alienadas a particular;

CONSIDERANDO que o Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, promoveu a Licitação de Terras Públicas sobre área denominada Gleba Altamira VI, com a designação

de Projeto Integrado Trairão, e que a União editou Decreto nº 98.865, de 23 de janeiro de 1990 e a Funai a Portaria nº 220, de 13 de março de 1990, ampliando a reserva indígena Menkragnoti, alcançado parte da área do Projeto, impossibilitando que os licitados consolidassem o domínio;

CONSIDERANDO que o Decreto 2.472, de 29 de setembro de 2006, e o Decreto 2.670, de 24 de dezembro de 2010, autorizam a permuta das áreas licitadas na Gleba Altamira VI, quando incidentes em área envolvida pela Reserva Indígena e incorporada ao domínio da União, por outras áreas rurais situadas na Gleba Nova Olinda, na Gleba Mamurú e na Gleba Guajará, nos Municípios de Santarém, Aveiro e Prainha;

CONSIDERANDO tudo que consta nos autos do processo administrativo nº 2014/122932, quanto à regularidade e ao cumprimento dos requisitos técnicos e jurídicos para a contratação de permuta, e em conformidade com a Lei 7.289, de 24 de julho de 2009, com o Decreto 2.135, de 26 de fevereiro de 2010, e com o Termo de Ajustamento de Conduta-TAC, firmado em 20 de janeiro de 2012.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o processo de permuta de título do Lote nº 08, Setor K, e de título do Lote 39, Setor A, do Projeto Trairão, por áreas com 1.211,4343 e 1.167,9492 ha, localizadas na Gleba Nova Olinda II, Município de Juruti, em favor de COLORADO S/A AGROINDUSTRIAL.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Protocolo: 160335

Portaria nº 235, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O Presidente do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e em conformidade com o art. 2º, inciso IX, da mesma Lei,

CONSIDERANDO que a Lei 7.289, de 24 de julho de 2009, em seu art. 10 prevê o instituto da permuta como uma das modalidades para alienação da terra pública, utilizável quando houver impossibilidade de ocupação de fato de áreas alienadas a particular;

CONSIDERANDO que o Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, promoveu a Licitação de Terras Públicas sobre área denominada Gleba Altamira VI, com a designação de Projeto Integrado Trairão, e que a União editou Decreto nº 98.865, de 23 de janeiro de 1990 e a Funai a Portaria nº 220, de 13 de março de 1990, ampliando a reserva indígena Menkragnoti, alcançado parte da área do Projeto, impossibilitando que os licitados consolidassem o domínio;

CONSIDERANDO que o Decreto 2.472, de 29 de setembro de 2006, e o Decreto 2.670, de 24 de dezembro de 2010, autorizam a permuta das áreas licitadas na Gleba Altamira VI, quando incidentes em área envolvida pela Reserva Indígena e incorporada ao domínio da União, por outras áreas rurais situadas na Gleba Nova Olinda, na Gleba Mamurú e na Gleba Guajará, nos Municípios de Santarém, Aveiro e Prainha;

CONSIDERANDO tudo que consta nos autos do processo administrativo nº 2014/122932, quanto à regularidade e ao cumprimento dos requisitos técnicos e jurídicos para a contratação de permuta, e em conformidade com a Lei 7.289, de 24 de julho de 2009, com o Decreto 2.135, de 26 de fevereiro de 2010, e com o Termo de Ajustamento de Conduta-TAC, firmado em 20 de janeiro de 2012.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o processo de permuta de título do Lote nº 39, Setor A, do Projeto Trairão, por áreas com 1.210,1040 e 1.239,3162 ha, localizadas na Gleba Nova Olinda II, Município de Juruti, em favor de VIRGÍNIA ROSSI JULIO.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Protocolo: 160326

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

DIÁRIA**PORTARIA Nº. 065/2017-NGPR****Belém, 27 de Março de 2017.**

O GERENTE EXECUTIVO DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL - NGPR, no exercício de suas atribuições legais, estabelecida na Lei Estadual nº 6.797, de 16 de novembro de 2005 e de acordo com o processo nº 2017/122716.

RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, a servidora LUCIANA COELHO DO NASCIMENTO, Gerente Administrativa, matrícula: 5896909/3, para custear as despesas com a viagem ao município de Acará/PA no dia 30/03/2017, com objetivo de subsidiar a logística dos produtos a serem comercializados na Feira do Para Rural do dia 31/03/2017. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. FREDERICO ANIBAL COSTA MONTEIRO Gerente Executivo do Núcleo de Gerenciamento Pará Rural

Protocolo: 160297

PORTARIA Nº 066/2017**Belém, 27 de março de 2017.**

A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela Portaria nº 2.426/2012 de 22 de Novembro de 2012 e de acordo com o processo nº 2017/121240.

RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, ao servidor Dellívio Castro Sacramento, cargo de motorista, matrícula: 54191311/1, para o município de Marapanim/PA no dia 30/03/2017, com o objetivo de Conduzir a servidora Cinara Damasceno ao município mencionado. Conforme Lei Estadual 5810/94.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

LUCIANA COELHO DO NASCIMENTO

Gerente Financeira

Protocolo: 160302

PORTARIA Nº. 067/2017**Belém, 27 de Fevereiro de 2017.**

A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela Portaria nº 2.426/2012 de 22 de Novembro de 2012 e de acordo com o processo nº 2017/121310.

RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, a servidora Cinara dos Anjos Damasceno, cargo de Apoio Técnico, matrícula: 8093993/3, para custear as despesas com a viagem ao município de Santa Bárbara/PA no dia 30/03/2017 com o objetivo de subsidiar a logística dos produtos a serem comercializados na Feira do Pará Rural do dia 30/03/2017. Lei Estadual 5810/94.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

LUCIANA COELHO DO NASCIMENTO

Gerente Financeira

Protocolo: 160303

PORTARIA Nº. 64/2017-NGPR**Belém 27 de Março de 2017.**

O GERENTE EXECUTIVO DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL - NGPR, no exercício de suas atribuições legais, estabelecida na Lei Estadual nº 6.797, de 16 de novembro de 2005 e de acordo com o processo nº 2017/121178.

RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, ao servidor Arnaldo Henrique de Oliveira, cargo de Motorista, matrícula 3272435/1, para custear as despesas com a viagem ao município de Acará/PA no dia 30/03/2017, com o objetivo de Conduzir a Servidora Luciana Coelho do Nascimento ao município mencionado. Conforme Lei Estadual 5810/94.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

FREDERICO ANIBAL COSTA MONTEIRO

Gerente Executivo do Núcleo de Gerenciamento Pará Rural

Protocolo: 160291

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA**Portaria nº 911 /2017 – ADEPARÁ, DE 27 DE MARÇO DE 2017.**

Dispõe sobre a prevenção, o controle da disseminação da praga Ferrugem Asiática da Soja no âmbito do estado do Pará e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ – ADEPARA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Estadual Nº 7.392, de 07/04/2010, seu Regulamento, e demais alterações posteriores e...

Considerando que é dever do Governo do Estado proteger a agricultura praticada no território paraense;

Considerando a importância socioeconômica da cultura da soja para o Pará, e que a sojicultura se expande de forma expressiva em várias microrregiões do Estado;

Considerando que a praga Phakopsora pachyrhizi, agente etiológico da Ferrugem Asiática da Soja, pode ocasionar prejuízos à economia do Estado, sendo necessária a prevenção e controle

da praga Ferrugem Asiática da Soja, nas lavouras paraenses; Considerando que as plantas de soja cultivadas em "sistemas de irrigação" e plantas guaxas existentes no período de entressafra, podem ser fonte de produção do inóculo do fungo *Phakopsora pachyrhizi*, que faz a chamada "ponte verde" e reinfesta precocemente a safra seguinte;

Considerando o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja instituído pela Instrução Normativa Nº 2, de 29 de janeiro de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que visa o fortalecimento do sistema de produção agrícola da soja.

Considerando o Programa Estadual Fitossanitário da Cultura da Soja, que estabelece ações e medidas de caráter técnico e administrativo, objetivando a prevenção e controle da Ferrugem Asiática no Estado do Pará;

Considerando a necessidade de manutenção de um período sem cultivo e sem a existência de "plantas guaxas" de soja em qualquer área, seja com irrigação ou em áreas não irrigadas; Considerando, ainda, a manifestação do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, no sentido de alterar o Calendário de vazio sanitário da soja no estado do Pará.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer ações de caráter técnico-administrativo e medidas fitossanitárias obrigatórias visando à prevenção e controle da Ferrugem Asiática da Soja no Estado do Pará.

Art. 2º - Determinar a obrigatoriedade do controle da praga causadora da ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*) no Estado do Pará.

Art. 3º - Estabelecer, como medida preventiva, o calendário de vazio sanitário para a cultura da soja (*Glycine max L. Merrill*), no território paraense em 03 (três) períodos:

I- de 15/julho a 15/setembro, nas microrregiões de Conceição do Araguaia, Redenção, Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Itaituba (com exceção dos municípios de Rurópolis e Trairão) e de Altamira (Distritos de Castelo de Sonhos e Cachoeira da Serra);

II- de 01/setembro a 30 de outubro, na microrregião de Paragominas;

III- de 01/outubro a 30/novembro, na microrregião de Santarém, Almeirim, Óbidos, Castanhal, Arari, Salgado, Belém, Cametá, Bragantina, Furos de Breves, Portel, Guamá, Tomé-Açu, Itaituba (municípios de Rurópolis, Aveiro e Trairão), e de Altamira (com exceção dos Distritos de Castelo de Sonhos e Cachoeira da Serra).

Art. 4º - Para efeito desta Portaria, fica definido que:

Estabelecimento - propriedade, unidade produtiva, unidade de produção ou qualquer local que seja passível e/ou sujeito a medida de controle sanitário e fitossanitário.

Planta Viva de Soja - é toda e qualquer planta de soja cultivada ou não, que tenha vida, existente em áreas de lavouras, ou plantas guaxas ou tigüera, ou plantas voluntárias de soja existentes às margens de rodovias, ao redor de armazéns ou em qualquer outra área.

Planta Cultivada - é toda e qualquer planta de soja germinada após a sementeira pelo homem.

Planta voluntária (guaxa ou tigüera) é aquela que germina da semente do vegetal abandonado ou perdido no solo em decorrência da colheita ou de qualquer outra causa, ou que nasce espontaneamente sem ter sido semeada.

Sistema de Irrigação - são pivôs centrais, canhões autopropelidos de qualquer capacidade e tamanho, e outros sistemas eventualmente utilizados ou com potencial para utilização na irrigação da cultura da soja não importando o que esteja sendo cultivado.

Safra - (1) produção agrícola de um ano. (2) resultado da colheita. (3) época do ano em que normalmente se vende grãos. Safrinha - (1) produção agrícola do mesmo produto obtida no período entre duas colheitas principais. (2) segunda safra de grãos de um mesmo ano-safra.

Unidade Produtiva - área (s) de tamanho variável, em uma mesma propriedade, semeada(s) com a mesma variedade e/ou cultivar, identificada(s) com pelo menos um ponto georreferenciado, e que esteja(m) sob responsabilidade de um determinado produtor.

Vazio sanitário - é o período no qual é proibido cultivar ou implantar cultivos de soja, bem como manter ou permitir a presença de plantas vivas de soja, em qualquer fase de desenvolvimento.

Art.5º - Tornar obrigatória a eliminação das plantas voluntárias (guaxas ou tigüera) ou cultivadas, antes de iniciar o vazio, através do controle químico ou mecânico, pela pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, proprietária, arrendatária, parceira, ocupante ou possuidora, a qualquer título, de área ou instalações nas quais houve cultivo, colheita, armazenagem, beneficiamento, comércio, industrialização, movimentação ou transporte de soja.

1º - Entende-se por eliminação dos restos culturais a destruição física ou química das estruturas vegetativas e reprodutivas das plantas de soja.

2º - É de responsabilidade e ônus do produtor, proprietário, arrendatário ou ocupante a qualquer título de propriedade produtora de soja a eliminação das plantas referidas neste artigo. Durante o período do vazio, a eliminação das plantas voluntárias (guaxas ou tigüera) ou cultivadas, é de responsabilidade e ônus do atual detentor a qualquer título da área, tendo ou não cultivado a cultura.

3º - Os produtores que cultivarem soja em áreas da faixa de domínio das rodovias do estado ficam responsáveis pela eliminação dos restos culturais.

4º - No caso de plantas voluntárias que germinem de grãos de soja abandonados ou perdidos durante o percurso ou no trajeto do transporte, o dever jurídico de destruí-las ou eliminá-las adequadamente fica atribuído ao órgão de conservação ou de exploração de ferrovia, hidrovia ou de rodovia municipal, estadual ou federal à margem da qual ocorram a germinação e o desenvolvimento das plantas.

5º - Nas ocorrências de plantios com a cultura da soja durante o período estabelecido para o vazio sanitário será determinada a destruição da lavoura, independentemente de outras penalidades aplicadas.

Art. 6º - Determinar que as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelo transporte da safra de soja, quando em trânsito por vias situadas em território paraense, efetivem medidas capazes de impedir a queda de grãos de soja dos veículos transportadores.

Art.7º - Determinar a obrigatoriedade de que todo sojicultor (proprietário, arrendatário ou ocupante a qualquer título de estabelecimento, e/ou propriedade e/ou área produtora de soja), inclusive aqueles que utilizem quaisquer sistemas de irrigação, cadastrem-se anualmente na ADEPARA, "registrando" seu(s) plantio(s), informando a(s) área(s) plantada(s), conforme o modelo único, do Formulário de Cadastro, em anexo.

1º- Os proprietários, arrendatários ou detentores a qualquer título a que se refere o caput deste artigo, assim como também os produtores de sementes e de plantios destinados à pesquisa, deverão comparecer a ADEPARA do município onde se localiza a unidade produtiva, ou no escritório mais próximo, para fazer o cadastro, a cada safra, inclusive safrinha, nos seguintes períodos: Nas microrregiões de Conceição do Araguaia, Redenção, Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Itaituba (com exceção dos municípios de Rurópolis e Trairão) e de Altamira (Distritos de Castelo de Sonhos e Cachoeira da Serra), durante a safra anual, até 30 de janeiro, e na Safrinha, até 30 dias após o plantio;

• Nas microrregiões de Paragominas, Tucuruí, Santarém, Almeirim, Óbidos, Castanhal, Arari, Salgado, Belém, Cametá, Bragantina, Furos de Breves, Portel, Guamá, Tomé-Açu, Itaituba (municípios de Rurópolis e Trairão), e de Altamira (com exceção dos Distritos de Castelo de Sonhos e Cachoeira da Serra), durante a safra anual, até 30 de março, e na Safrinha, até 30 dias após o plantio.

2º- Quando houver no estabelecimento/propriedade apenas um produtor, ou mais de um produtor, com limites definidos entre suas áreas de plantios, deverá ser anotado um ponto georreferenciado de cada área plantada da unidade produtiva;

3º - Quando houver no estabelecimento/propriedade mais de um produtor, mas os plantios não são definidos entre suas áreas, será obrigatória a anotação dos pontos limítrofes de cada um dos plantios identificando a unidade produtiva;

4º - Quando houver no estabelecimento/ propriedade, plantios experimentais, estes deverão ser considerados como uma única unidade produtiva/produtor, independente do número de variedades/cultivares.

5º - Os proprietários, arrendatários ou detentores a qualquer título a que se refere o caput deste artigo deverão apresentar para a efetivação do cadastro as seguintes documentações comprobatórias:

I - Cópia normal:

1. a) Comprovante de residência;
2. b) Documento pessoal (RG, Carteira de Habilitação ou CPF)

II - Cópias autenticadas em cartório:

1. a) Arrendatário: Declaração de Arrendamento ou Contrato de arrendamento;

2. b) Proprietário: Declaração de Posse ou Documento da propriedade; Procuração ou Autorização para que um outorgado preste as informações junto à ADEPARA, quando o responsável não residir no Pará ou no município ou esteja ausente do município.

6º- Os dados contidos nos cadastros de Propriedade/Produtor/ Unidade Produtiva deverão ser comprovados pelos técnicos da ADEPARA, mediante visita às propriedades.

7- O formulário de cadastro, no anexo desta Portaria, poderá ser alterado pela ADEPARA, quando houver necessidade.

Art. 8º - Estabelecer obrigatoriedade ao sojicultor (proprietário, arrendatário ou ocupante a qualquer título de estabelecimento e/ou propriedade e/ou área produtora de soja) das seguintes exigências técnicas e fitossanitárias visando à prevenção e controle da Ferrugem Asiática da Soja no Estado do Pará:

I - levantamento semanal da incidência da praga, como também o controle de acordo com as recomendações do responsável técnico.

II - coleta das amostras de material vegetal (folhas), com suspeita da praga, seguindo a metodologia já definida pela pesquisa.

III - encaminhamento das amostras para laboratório de diagnose designado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para ser atestada a ocorrência da praga. O ônus referente às análises laboratoriais correrá por conta do produtor.

Art.9º - Tornar obrigatória a comunicação por escrito à ADEPARA, do município onde se localiza a Unidade Produtiva, a suspeita ou ocorrência da Ferrugem Asiática da Soja, pelo sojicultor (proprietário, arrendatário ou ocupante a qualquer título de propriedade e/ou área produtora de soja); responsáveis técnicos da Unidade de Produção; profissionais de extensão, fomento, pesquisa, ensino e laboratórios, entidades e/ou quaisquer órgãos públicos ou privados que realizem exames ou diagnósticos para *Phakopsora pachyrhizi*.

Art. 10 - Os atos e procedimentos de fiscalização, inspeção ou vistorias relativos às medidas de prevenção e controle da praga no âmbito da Defesa Vegetal são de competência da ADEPARA.

Parágrafo único - Para a execução de suas ações a ADEPARA poderá receber apoio financeiro, auxílio e colaboração de instituições interessadas, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 11 - A divulgação de campanhas educativas, orientativas, entre outras necessárias, junto aos produtores, e segmentos ligados à cultura da soja no Estado do Pará será feita em parceria entre a ADEPARA e as entidades representativas de produtores rurais.

Art. 12 - Sem prejuízo de sua atuação institucional, compete à ADEPARA a coordenação e a execução das ações e medidas necessárias para dar cumprimento às prescrições normativas desta Portaria.

Art. 13 - A desobediência e inobservância das disposições constantes nesta Portaria e seus anexos, sujeitam os infratores às penalidades previstas na Lei Estadual Nº 7.392, de 07/04/2010, seu Regulamento e demais alterações posteriores, sem prejuízo das sanções penais previstas no Art. 61 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no art. 259 do Código Penal Brasileiro.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 2634, de 21 de julho de 2014.

Art. 15. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 27 de março de 2017.

LUCIANO GUEDES
Diretor Geral/ADEPARÁ

Protocolo: 160566

CADASTRO DE PROPRIEDADE / PRODUTOR / UNIDADE PRODUTIVA DE SOJA

DADOS DA PROPRIEDADE			
Nome da Propriedade:			
Nome do Proprietário:			
Endereço da Propriedade:			
Município:		Localidade:	
Coordenadas da Entrada da Propriedade: (em WGS84)	Latitude	Longitude	Altitude
Vias de acesso:			

DADOS DO PRODUTOR			
Nome do Produtor:			
Endereço do Produtor:			CEP:
Telefone:	CNPJ/CPF:	RG:	IE:
Classificação do Produtor: () Proprietário () Arrendatário () Ocupante () Outros: _____			
Produtor de Sementes: () Sim () Não	Nº do registro no RENAMEM:	Cultiva Organismo Geneticamente Modificado: () Sim () Não	

DADOS DA UNIDADE PRODUTIVA (Lavoura)							
Sistema de Cultivo: () Sequeiro () Irrigado () Solteiro () Consórcio () Rot. de Cultura () Safrinha () Convencional () Mecanizado () Plantio direto () Outro: _____							
Sistema de Irrigação: () Pivô () Canhão () Localizada () Outros: _____							
Nome do responsável técnico/Registro CREA:							
Nº UP	Variedade/Cultivar	Origem da semente	Mês provável de semeadura	Área a ser semeada (ha):	Mês provável do início da colheita	Coordenadas da Unidade Produtiva (EM WS84CONF METRICA GRAU MIN SEG)	Altitude em metros
						° ' " ° ' " "	
Data de preparo da área (mês):			Área total cultivada (ha):		Produção estimada (tonelada):		

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES		
Nome:		Assinatura:
Local:	Data:	Assinatura e Carimbo do funcionário da ADEPARA:

Preencher anexos I e II

I - CROQUI DA(S) VIA(S) DE ACESSO ATÉ A PROPRIEDADE

II - CROQUI DA(S) UNIDADE(S) PRODUTIVA(S) DENTRO DA PROPRIEDADE

Natureza da Despesa / Valor:
33.90.30/R\$ 500,00
TOTAL: R\$ 500,00
Observação: Decreto Nº 1.180, de 12/08/2008
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÖES

Protocolo: 160397

DIÁRIA

Portaria: 905/2017

Objetivo: Realizar reteste através da inoculação e leitura com 72 após aplicação, dando seguimento ao inquérito epidemiológico de Brucelose e Tuberculose da propriedade Chácara das Palmas, no município de Santa Izabel.

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: CASTANHAL/PA

Destino: SANTA IZABEL DO PARÁ/PA

Servidor:

555881251/ JOYLSO BENTES CANTO (MÉDICO VETERINÁRIO)

/ 0,5 DIÁRIA / 03/04/2017 A 03/04/2017

Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÖES.

Protocolo: 160290

Portaria: 907/2017

Objetivo: Participar de treinamento sobre cadastramento de propriedades rurais produtoras de cacau e levantamento de detecção para broca do cacau e monilíase, atendendo a meta 8447, etapa 8447, do Convênio FUNCACAU número 01/2014.

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: TUCUMÁ/PA

Destino: BELÉM/PA

Servidor:

57836582/ ZACARIAS LIMA ELOI (TÉCNICO AGRÍCOLA) / 6,5

DIÁRIAS/ 02/04/2017 A 08/04/2017.

Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÖES.

Protocolo: 160294

Portaria: 883/2017

Objetivo: Realizar monitoramento soro-epidemiológico em aves de subsistência próximas a sítios de aves migratórias.

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: AURORA DO PARÁ/PA

Destino: BREVES/SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA/PA

Servidor:

572233061/RÔMULO ALBUQUERQUE BATISTA DE LIMA

(ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 1,5 DIÁRIAS / 01/04/2017

A 02/04/2017

572002571/ SAMYRA DA SILVA ALVES (MÉDICO VETERINÁRIO)

/ 1,5 DIÁRIAS / 01/04/2017 A 02/04/2017

Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÖES.

Protocolo: 160319

Portaria: 884/2017

Objetivo: Realizar coleta de sangue, inoculação e leitura de tuberculização de cinco propriedades, referentes ao inquérito soroepidemiológico na brucelose e tuberculose, na região do assurini, município de Altamira

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: ALTAMIRA/PA

Destino: ALTAMIRA/PA

Servidor:

56481061/OZIAS PEREIRA DE SOUZA (FISCAL ESTUADUAL

AGROPECUÁRIO) / 2,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 05/04/2017

572009201/GIOVANI LUIDY GIRARDELI (MÉDICO VETERINÁRIO)

/ 2,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 05/04/2017

Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÖES.

Protocolo: 160323

Portaria: 888/2017

Objetivo: Fiscalizar propriedades rurais quanto ao uso de agrotóxicos localizados no município de Nova Ipixuna.

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: MARABÁ/PA

Destino: NOVA IPIXUNA/PA

Servidor:

571897311/DANIELLY BUSATO GUINHAZI (ENGENHEIRO

AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 07/04/2017

Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÖES.

Protocolo: 160339

Portaria: 889/2017

Objetivo: Participar do COSALFA 2017 em palestra e reuniões sobre as medidas adotadas para prevenção e erradicação da febre aftosa nos países membros da América Latina.

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: BELÉM/PA

Destino: PIRENÓPOLIS/GO

Servidor:

571982122/ANA PAULA VILHEMA BECKMAN PINHO (MÉDICO

VETERINÁRIO) / 7 DIÁRIAS / 02/04/2017 A 08/04/2017

518556272/JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA (FISCAL ESTADUAL

AGROPECUÁRIO) / 7 DIÁRIAS / 02/04/2017 A 08/04/2017

541967441/ALEXANDRE MOURA CHAGAS (GERENTE) / 7

DIÁRIAS / 02/04/2017 A 08/04/2017.

Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÖES.

Protocolo: 160252

Portaria: 881/2017

Objetivo: Acompanhar a equipe do CIDASC- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina em vistoria nos estabelecimentos que beneficiam ostra, com a finalidade de elaborar o regulamento técnico de identidade e qualidade de carne de ostra

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

ERRATA

ERRATA
PUBLICAÇÃO Nº 145869, DE 10/02/2017.
PORTARIA Nº 307/2017

Onde se lê: "...20/02/2017 A 24/02/2017."

Leia-se: "...20/03/2017 A 24/03/2017"

Protocolo: 160429

ERRATA
PUBLICAÇÃO Nº 153807, DE 10/03/2017.
PORTARIA Nº 638/2017

Onde se lê: "Objetivo: Realizar supervisão técnica sob o ponto de vista higiênico sanitário e tecnológico nas dependências da empresa."

Leia-se: "Objetivo: realizar vistoria e palestras sobre higiene e manipulação de alimentos nos estabelecimentos "Nosso Leite", "Coopagro" e "Laticínio Vitolac"

Onde se lê: "Destino: ÁGUA AZUL DO NORTE/CURIONÓPOLIS/PARAUAPEBAS/SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/SAPUCAIA/PA"

Leia-se: "Destino: GOIANÉSIA/JACUNDA/NOVA IPIXUNA/TUCURUI"

Protocolo: 160439

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria: 907/2017

Prazo de Aplicação (em dias): 60

Prazo de prestação de contas (em dias): 15

Servidor:
5897931/ONEAL SOLANO GARCIA (FISCAL ESTADUAL

AGROPECUÁRIO)

Natureza da Despesa / Valor:

33.90.30/R\$ 300,00

33.90.36/R\$ 300,00

33.90.47/R\$ 60,00

TOTAL: R\$ 660,00

Observação: Decreto Nº 1.180, de 12/08/2008

Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÖES

Protocolo: 160392

Portaria: 908/2017

Prazo de Aplicação (em dias): 60

Prazo de prestação de contas (em dias): 15

Servidor:

572169121/ROBERTA FERREIRA FULCO GONÇALVES DE

AZEVEDO (FISCAL ESTADUAL AGROPECUARIA)

Natureza da Despesa / Valor:

33.90.30/R\$ 1.800,00

TOTAL: R\$ 1.800,00

Observação: Decreto Nº 1.180, de 12/08/2008

Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÖES

Protocolo: 160395

Portaria: 909/2017

Prazo de Aplicação (em dias): 60

Prazo de prestação de contas (em dias): 15

Servidor:

057561384/ANTONIO ERISMAR FRANCO DE SOUZA (AGENTE DE

DEFESA AGROPECUARIA)

Origem: BELÉM/PA
Destino: FLORIANÓPOLIS/SC
Servidor:
518555103/ANA PATRICIA MARINHO MELO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 4 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 06/04/2017
541966921/SUMAYA EMILIA PAULINO GORDO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 4 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 06/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160343

Portaria: 894/2017
Objetivo: Realizar reteste de tuberculização em propriedades selecionadas para participação no estudo epidemiológico para tuberculose e brucelose.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: XINGUARA/PA
Destino: CANAÃ DOS CARAJÁS/PA
Servidor:
572233671/ DEYVESON GOMES DE BASTOS (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 1,5 DIÁRIA/ 03/04/2017 A 04/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160265

Portaria: 903/2017
Objetivo: Irá fazer levantamento de frota e acompanhar as manutenções de veículos IN LOCO nas oficinas Mecânicas Credenciadas nesta ADEPARA, na Regional de Altamira.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BELÉM/PA
Destino: ALTAMIRA/PA
Servidor:
541871592/ELIEZER DA SILVA COSTA (GERENTE) / 8,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 11/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160287

Portaria: 887/2017
Objetivo: Realizar vigilância epidemiológica e cadastramento de criações com suínos no município de Nova IPIXUNA.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: MARABÁ/PA
Destino: NOVA IPIXUNA/PA
Servidor:
555884361/RAIKA DIAS DA SILVA (MÉDICO VETERINÁRIO) / 2,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 07/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160340

Portaria: 898/2017
Objetivo: Dar apoio na visita prévia a cinco propriedades, referente ao inquérito soro epidemiológico da brucelose e tuberculose, na região do Assurini, município de Altamira.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ALTAMIRA/PA
Destino: ALTAMIRA/PA
Servidor:
541859831/GRIMALDI LUIZ MAFRA (AUXILIAR DE CAMPO) / 1,5 DIÁRIA/ 29/03/2017 A 30/03/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES

Protocolo: 160275

Portaria: 900/2017
Objetivo: Realizar atualização cadastral em georreferenciamento das propriedades no município de Piçarra.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA
Destino: PIÇARRA/PA
Servidor:
58320985/ FRANCISCO DE PAULO PEREIRA DA SILVA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 11,5 DIÁRIAS/ 27/03/2017 A 07/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160279

Portaria: 890/2017
Objetivo: Realizar inspeção de pragas em lavouras de soja.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ULIANÓPOLIS/PA
Destino: PARAGOMINAS/PA
Servidor:
572131722/GERALDO MIRANDA MOREIRA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 3,5 DIÁRIAS/ 04/04/2017 A 07/04/2017.
572241771/RAFAEL ANTONIO HABER (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS/ 04/04/2017 A 07/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160254

Portaria: 892/2017
Objetivo: Realizar busca à inadimplentes da campanha novembro 2016.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: NOVO REPARTIMENTO/PA
Destino: NOVO REPARTIMENTO/PA
Servidor:
572238201/LUIS PAULO CARVALHO ALMEIDA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIA/ 03/04/2017 A 07/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160259

Portaria: 895/2017
Objetivo: Dar apoio nas vacinações assistidas no raio de 12 km ao redor dos três focos, bem como dar apoio na educação sanitária e vigilância ativa.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: CASTANHAL/PA

Destino: AUGUSTO CORRÊA/BRAGANÇA/PA
Servidor:
555861311/ PAULO ADRIANO DA SILVA (TÉCNICO AGRÍCOLA) / 4,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 07/04/2017.
555861311/ PAULO ADRIANO DA SILVA (TÉCNICO AGRÍCOLA) / 4,5 DIÁRIAS / 27/03/2017 A 31/03/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160276

Portaria: 902/2017
Objetivo: Realizar reteste de inquérito sorológico de brucelose e tuberculose em bovídeos, em 07 propriedades rurais.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: CAPITÃO POÇO/PA
Destino: IRITUIA/SANTA MARIA DO PARÁ/SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA
Servidor:
571883811/ JACKEBETH DE OLIVEIRA FREIRE ARAÚJO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 07/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160284

Portaria: 886/2017
Objetivo: Realizar reteste através da inoculação e leitura com 72 após aplicação, dando seguimento ao inquérito Epidemiológico de Brucelose e Tuberculose da propriedade Chácara das Palmas, no município de Santa Izabel.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: TERRA ALTA/PA
Destino: SANTA IZABEL DO PARÁ/PA
Servidor:
59002181/MELINA GARCIA DE SOUSA NOBRE (FISCAL ESTADUAL AGROPECUARIO) / 0,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 03/04/2017
59002181/MELINA GARCIA DE SOUSA NOBRE (FISCAL ESTADUAL AGROPECUARIO) / 0,5 DIÁRIAS / 06/04/2017 A 06/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160316

Portaria: 882/2017
Objetivo: Participar do COSALFA 2017 em palestra e reuniões sobre medidas adotadas para prevenção e erradicação da febre aftosa nos países da América Latina.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BELÉM/PA
Destino: PIRENÓPOLIS/GO
Servidor:
518554913/GLAUCIO ANTONIO ROCHA GALINDO (GERENTE) / 7 DIÁRIAS / 02/04/2017 A 08/04/2017
572186532/GEORGE FRANCISCO SOUZA SANTOS (MÉDICO VETERINÁRIO) / 7 DIÁRIAS / 02/04/2017 A 08/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160334

Portaria: 891/2017
Objetivo: Dar continuidade as ações de vigilância epidemiológica, educação sanitária e vacinação compulsória de raiva, no município de Bragança e Augusto Corrêa.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: CAPANEMA/PA
Destino: AUGUSTO CORRÊA/BRAGANÇA/PA
Servidor:
541858551/FRANCISCO MAURICIO SOUSA BARBOSA (MÉDICO VETERINÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 07/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160256

Portaria: 893/2017
Objetivo: Realizar reteste de tuberculização em propriedades selecionada para participação no estudo epidemiológico para tuberculose e brucelose.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: RIO MARIA/PA
Destino: CANAÃ DOS CARAJÁS/PA
Servidor:
571759621/EUFRASIO JACOME MOURA FILHO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 1,5 DIÁRIA/ 03/04/2017 A 04/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160264

Portaria: 896/2017
Objetivo: Realizar cobertura jornalística e gravação de vídeo nas regiões de Capanema, Capitão Poço, Bragança e Inhangapi-PA.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BELÉM/PA
Destino: CAPANEMA/ CAPITÃO POÇO/ BRAGANÇA/INHANGAPI/ PA
Servidor:
5918111/ SANDRA CAMILA FERREIRA MOREIRA (JORNALISTA) / 6,5 DIÁRIAS/ 22/03/2017 A 28/03/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160268

Portaria: 897/2017
Objetivo: Realizar visita prévia a cinco propriedades, referente ao inquérito soro epidemiológico da brucelose e tuberculose, na região do Assurini, município de Altamira.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ALTAMIRA/PA
Destino: ALTAMIRA/PA
Servidor:
57200920/ GIOVANI LUIDY GIRARDELI (MÉDICO VETERINÁRIO) / 1,5 DIÁRIA / 29/03/2017 A 30/03/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160272

Portaria: 899/2017
Objetivo: Dar apoio nos serviços de conservação e manutenção dos escritórios de Nova Timboteua, São João de Pirabas e Bonito.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA
Destino: BONITO/ NOVA TIMBOTEUA/SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA
Servidor:
59090251/ JOSÉ CLAUBIO SILVA GALVÃO (AUXILIAR OPERACIONAL) / 4,5 DIÁRIAS/ 27/03/2017 A 31/03/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160277

Portaria: 901/2017
Objetivo: Realizar fiscalização técnica (encerramento de quarentena) em estabelecimento de pré - embarque em propriedades localizada no município de Moju e Abaetetuba.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BELÉM/PA
Destino: ABAETETUBA/MOJU/PA
Servidor:
541967441/ ALEXANDRE MOURA CHAGAS (GERENTE) / 1,5 DIÁRIA/ 24/03/2017 A 25/03/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160281

Portaria: 904/2017
Objetivo: Dar suporte técnico a ULSA de Jacundá para fechamento de relatórios (RTM e RTA) e fiscalização em revendas.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: GOIANÉSIA DO PARÁ/PA
Destino: JACUNDÁ/PA
Servidor:
002180/ DORGIVAL ROBERTO BARBOSA FILHO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 06/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160289

Portaria: 906/2017
Objetivo: Acompanhar o Gerente de Transporte nos referidos municípios, onde serão realizadas vistorias na frota de veículos.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ALTAMIRA/PA
Destino: ANAPÚ/ BRASIL NOVO/ MEDICILÂNDIA/ PLACAS/ SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/ URUARÁ/ VITÓRIA DO XINGU/PA
Servidor:
59213441/ANDRÉ LUIZ PINHEIRO (GERENTE)/4,5 DIÁRIA/ 03/04/2017 A 07/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160293

Portaria: 885/2017
Objetivo: Dar apoio na coleta de sangue, inoculação e leitura de tuberculização de cinco propriedades, referentes ao inquérito soropidemiológico na brucelose e tuberculose, na região do assurini, município de Altamira
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ALTAMIRA/PA
Destino: ALTAMIRA/PA
Servidor:
541859831/GRIMALDI LUIZ MAFRA (AUXILIAR DE CAMPO) / 2,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 05/04/2017
555888401/AMIRALDO MARTINS DE HOLANDA (AUXILIAR DE CAMPO) / 2,5 DIÁRIAS / 03/04/2017 A 05/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160322**TORNAR SEM EFEITO**

Portaria: 778/2017
Objetivo: Realizar inspeção de pragas em unidades produtivas da cultura do citros.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: SANTARÉM/PA
Destino: MOJUI DOS CAMPOS/PA
Servidor:
80113891/FERNANDO BENTES CORREA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUARIA) / 2,5 DIÁRIAS/ 27/03/2017, 28/03/2017, 29/03/2017, 30/03/2017 E 31/03/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 160445

Portaria: 632/2017

Objetivo: Monitoramento das armadilhas da mosca da carambola no município pertencente a área de risco de introdução e disseminação da praga.

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: SANTA IZABEL DO PARÁ/PA

Destino: BENEVIDES/PA

Servidor:

50661742/LIDUINA CHAVES CAVALCANTI (ENGENHEIRO AGRONOMO) / 0,5 DIÁRIAS / 23/03/2017 A 23/03/2017

50661742/LIDUINA CHAVES CAVALCANTI (ENGENHEIRO AGRONOMO) / 0,5 DIÁRIAS / 09/03/2017 A 09/03/2017

Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÕES.

Protocolo: 160450

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 023/2017; BENEFICIÁRIO:LUCIANO COVRE NOGUEIRA; MATRÍCULA:57174751; FUNÇÃO:EXTENSIONISTA RURAL II; OBJETIVO:SUPRIMENTO DE FUNDOS PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC DE VITÓRIA DO XINGU; MUNICÍPIO: VITÓRIA DO XINGU; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502-C; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA;339030=R\$ 440,58; 339039=R\$ 400,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo: 160228

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 024/2017; BENEFICIÁRIO:WENDEN ROBERTO VASCONCELOS DA SILVA; MATRÍCULA:5847052; FUNÇÃO:EXTENSIONISTA RURAL II; OBJETIVO:SUPRIMENTO DE FUNDOS PARA ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC DE MONTE ALEGRE; MUNICÍPIO: MONTE ALEGRE; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502-C; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA;339030=R\$ 1.181,00; 339039=R\$ 1.100,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo: 160231

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 022/2017; BENEFICIÁRIO: RICARDO AUGUSTO ASSIS DOS SANTOS; MATRÍCULA: 31748160; FUNÇÃO:MOTORISTAS; OBJETIVO:PARA CUSTEAR DESPESAS ADMINISTRATIVAS DESTA EMPRESA; MUNICÍPIO: MARITUBA; PROGRAMA: 1297; PROJETO ATIVIDADE: 8338-C; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA;339030=R\$ 2.000,00; 339039=R\$ 2.000,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo: 160216

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

ERRATA

ERRATA DA Portaria nº 0451/2017 - GAB/SEMAS DE 23/03/2017, PUBLICADA NO DOE Nº 33341 DO DIA 27/03/2017.

ONDE SE LÊ: - PERÍODO: 29/03 A 31/03/2017 - (02 E ½) - DIÁRIAS

LEIA-SE: - PERÍODO: 29/03 A 31/03/2017 - (½) - DIÁRIA

Protocolo: 160141

ERRATA DA PORT. 307/2017 DE 02/03/2017, DOE 33339 DE 23/03/2017

Onde se lê: 16/01/2016

Leia-se: 16/01/2017

Protocolo: 160486

CONTRATO

CONTRATO: 022/2017-SEMAS/PA

Objeto: Prestação de serviço de sistema de gestão de abastecimento de combustível de unidades consumidoras, customizado e gerido pela Administração Pública Estadual, com utilização de Cartão Magnético e com fornecimento contínuo

e ininterrupto de combustível, através de rede de postos credenciados de abastecimento para os entes do Estado

Valor Total: R\$ 460.174,97

Assinatura: 27/03/2017

Vigência: 23/03/2017 a 22/03/2018

Adesão a Ata de Registro de Preços 002/2017-SEAD/PA

Pregão Eletrônico 012/2016 - SEAD/DGL/SRP

Orçamento: PTRES 274668; Fonte 0116002169, 01010002169; Elemento 339030, 339039

Contratado: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A (CNPJ 03.506.307/0001-57)

Endereço: Rua Machado de Assis, nº 50, Edif. 2, Bairro Santa Lucia, CEP 93700.00, fone (51) 3920-2200, licitacoes@embratec.com.br, Campo Bom/RS

Ordenador: Claudio Jorge da Costa Lima, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 160271

CONTRATO: 019/2017-SEMAS/PA

Objeto: Fornecimento de 3.384 pacotes de 1 Kg de açúcar

Valor Total: R\$ 11.065,68

Assinatura: 27/03/2017

Vigência: 27/03/2017 a 26/03/2018

Pregão Eletrônico 004/2017 - SEMAS/PA

Orçamento: PTRES 278338; Fonte 0116; Elemento 339030

Contratado: STAR COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA-ME (CNPJ 23.146.066/0001-90)

Endereço: Pass. São Benedito nº 660 B, Bairro Sacramenta, CEP 66120-260, fone (91) 3248-8172, starcomerciobelem@gmail.com, Belém/PA

Ordenador: Claudio Jorge da Costa Lima, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 160430

CONTRATO: 020/2017-SEMAS/PA

Objeto: Fornecimento de 5.712 pacotes de 250 g de café em pó torrado

Valor Total: R\$ 22.779,00

Assinatura: 27/03/2017

Vigência: 27/03/2017 a 26/03/2018

Pregão Eletrônico 004/2017 - SEMAS/PA

Orçamento: PTRES 278338; Fonte 0116; Elemento 339030

Contratado: ALIMENTARE PRODUTOS ESPECIAIS EIRELLI ME (CNPJ 25.333.668/0001-81)

Endereço: Av. Tiradentes nº 111, sala 23 B, Ed. Comercial Lorena Center, Bairro Centro, CEP 38440-238, fone (34) 99186-0099, alimentareprodutosespeciais@gmail.com, Araguari/MG

Ordenador: Claudio Jorge da Costa Lima, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 160431

DIÁRIA

Portaria nº 0469/2017-GAB/SEMAS DE 27 DE MARÇO DE 2017

OBJETIVO: REALIZAR VISTORIA EM MATADOURO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO CITADO.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: CAPANEMA/PA.

PERÍODO: 23/03/2017 - (½) DIÁRIA

SERVIDORES:

- 57175386/1 - ISABELLE RODRIGUES DE CARVALHO - (TECNICO EM GESTAO DE INFRA-ESTRUTURA)

- 5423201/2 - IVANI DA SILVA PAMPLONA - (ENGENHEIRO QUIMICO)

- 57175253/1 - WELLINGTON PRESTES DE LIMA NASCIMENTO - (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 160435

Portaria nº 0460/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE MARÇO DE 2017

OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: MARITUBA/PA.

PERÍODO: 15/03/2017 - (½) DIÁRIA

SERVIDORES:

- 5925887/1 - LORRAN DONADIA NARUSE - (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 57191225/4 - ADELIO BRUNO BASTOS BARBOSA - (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 5931432/1 - WAGNER LUIS MOREIRA CARDOSO - (ASSESSOR)

- 5609291/2 - EDIVALDO BARATA FIGUEIRA - (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 160253

Portaria nº 0457/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE MARÇO DE 2017

OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: MARITUBA/PA.

PERÍODO: 14/03/2017 - (½) DIÁRIA

SERVIDORES:

- 000000 - AMANDA GENTIL NERY - (COLABORADOR EVENTUAL)

- 57191225/4 - ADELIO BRUNO BASTOS BARBOSA - (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 5609291/2 - EDIVALDO BARATA FIGUEIRA - (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 160108

Portaria nº 0454/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE MARÇO DE 2017

OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: MARITUBA/PA.

PERÍODO: 11/03/2017 - (½) DIÁRIA

SERVIDORES:

- 000000 - AMANDA GENTIL NERY - (COLABORADOR EVENTUAL)

- 57191225/4 - ADELIO BRUNO BASTOS BARBOSA - (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 57194377/1 - LEONARDO SILVA DA SILVA - (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 160076

Portaria nº 0459/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE MARÇO DE 2017

OBJETIVO: PARTICIPAR DA 56ª SESSÃO DO GI-GERCO E DO BALANÇO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA ZONA COSTEIRA.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: BRASÍLIA/DF

PERÍODO: 04/04 A 06/04/2017 - (02 E ½) DIÁRIAS.

SERVIDORES:

- 57214819/1 - FABIOLA PEREIRA DE AZEVEDO - (TECNICO EM GESTAO DE AGROPECUARIA/GERENTE)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 160286

Portaria nº 0458/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE MARÇO DE 2017

OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: MARITUBA/PA.

PERÍODO: 20/03/2017 - (½) DIÁRIA

SERVIDORES:

- 000000 - AMANDA GENTIL NERY - (COLABORADOR EVENTUAL)

- 5923696/1 - RAFAEL MESQUITA TAVARES - (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 5609291/2 - EDIVALDO BARATA FIGUEIRA - (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 160121

Portaria nº 0463-GAB/SEMAS BELÉM, 24 DE MARÇO DE 2017.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologia, usando das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 06472/2017 e Memorando nº 166086/2017/DGFLOR/SAGRA;

RESOLVE:

I - Tornar sem efeito a Portaria nº 0318/2017-GAB/SEMAS de 03/03/2017, publicada no DOE Nº 33326 do dia 06/03/2017, que autorizou viagem a servidora mencionada na portaria acima. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRÁ-SE.

CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologia

Protocolo: 160393

Portaria nº 0467/2017-GAB/SEMÁS DE 27 DE MARÇO DE 2017

OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: MARITUBA/PA.

PERÍODO: 16/03/2017 - (½) DIÁRIA

SERVIDORES:

- 5925887/1 – LORRAN DONADIA NARUSE – (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 5923696/1 – RAFAEL MESQUITA TAVARES – (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 54181818/2 – LUIZ GUILHERME SOUZA DE MENEZES – (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 160414

Portaria nº 0453/2017-GAB/SEMÁS DE 23 DE MARÇO DE 2017

OBJETIVO: REALIZAR VISTORIA TÉCNICA AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS CITADOS.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: PARAGOMINAS/PA

DESTINO: ULIANÓPOLIS/PA E PARAGOMINAS/ZONA RURAL.

PERÍODO: 03/04 A 05/04/2017 - (01 E ½) DIÁRIA

SERVIDORES:

- 5925053/1- DENISON HENRIQUE LIMA DE MIRANDA – (ENGENHEIRO FLORESTAL)

- 5925063/1 – TIAGO RIBEIRO ROCHA – (ENGENHEIRO FLORESTAL)

- 5925549/1- BRENO FREIRE DOS SANTOS – (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 159492

Portaria nº 0456/2017-GAB/SEMÁS DE 24 DE MARÇO DE 2017

OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: MARITUBA/PA.

PERÍODO: 18/03/2017 - (½) DIÁRIA

SERVIDORES:

- 5931432/1 – WAGNER LUIS MOREIRA CARDOSO – (ASSESSOR ESPECIAL)

- 5927641/1 – REGIANE ROBERTA TRINDADE SANTOS – (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 5919531/1 – CHARLES AUGUSTO DE FREITAS GOMES – (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 160066

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE
DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO**EXTRATO DO CONTRATO 030/2017****PARTES: IDEFLOR-BIO e M K R PESSOA – ME**

BASE LEGAL: Processo nº 2016/268706, com o Edital e os anexos do Pregão Eletrônico 001/2017 – IDEFLOR-BIO, tudo em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pela Lei Estadual nº 6.474/2002, pelos Decretos Estaduais nº 2.069/2006 e 967/2008, pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Código de Defesa do Consumidor.

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de instalações físicas e dos bens móveis da base administrativa do IDEFLOR-BIO em maracanã (Algodão-Maiandea);

VALOR: valor total anual de R\$ 36.889,87 (trinta e seis mil oitocentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos), com mensalidades de R\$ 3.074,99 (três mil setenta e quatro reais e noventa e nove centavos), de acordo com o quadro a seguir:

Nº	Descrição do Serviço	Preço mensal por Posto	Qtde. de Postos	Valor Mensal do Contrato	Valor Anual do Contrato
01	Serv. de Limpeza	3.074,99	01	3.074,99	36.889,87
TOTAL				3.074,99	36.889,87

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade:

18.541.1437.8365.0000;

Fonte: 0661 e 0316002146 – Elemento de despesa: 33.90.37

FISCALIZAÇÃO: LUIZ ANTÔNIO COUTRO JUNIOR, matrícula nº 5924506-2, técnico em gestão ambiental e gerente da base administrativa do IDEFLOR-BIO em MARACANÁ (ALGODOAL-MAIANDÉUA).

VIGÊNCIA: 20/03/2017 a 19/03/2018

THIAGO VALENTE NOVAES

MARCELO KLEBER

RIBEIRO PESSOA

IDEFLOR-BIO

M K R –

PESSOA - ME

CONTRATANTE

CONTRATADA

EXTRATO DO CONTRATO 031/2017**PARTES: IDEFLOR-BIO e M K R PESSOA – ME**

BASE LEGAL: Processo nº 2016/268706, com o Edital e os anexos do Pregão Eletrônico 001/2017 – IDEFLOR-BIO, tudo em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pela Lei Estadual nº 6.474/2002, pelos Decretos Estaduais nº 2.069/2006 e 967/2008, pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Código de Defesa do Consumidor.

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de instalações físicas e dos bens móveis da base administrativa do ideflor-bio em tucuruí;

VALOR: R\$ 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais), anuais, com mensalidades de R\$ 3.050,00 (três mil e cinquenta reais), de acordo com o quadro a seguir:

Nº	Descrição do Serviço	Preço mensal por Posto	Qtde. de Postos	Valor Mensal do Contrato	Valor Anual do Contrato
01	Serv. de Limpeza	3.050,00	01	3.050,00	36.600,00
TOTAL				3.050,00	36.600,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade:

18.541.1437.8365.0000;

Fonte: 0661 e 0316002146 – Elemento de despesa: 33.90.37

FISCALIZAÇÃO: MARIANA BOGEE DE SOUZA, matrícula nº 5905131/2, técnica em gestão ambiental e gerente da base administrativa do IDEFLOR-BIO em TUCURUÍ.

VIGÊNCIA: 20/03/2017 a 19/03/2018

THIAGO VALENTE NOVAES

MARCELO KLEBER RIBEIRO

PESSOA

IDEFLOR-BIO

M K R –

PESSOA - ME

CONTRATANTE

CONTRATADA

Protocolo: 160240

TERMO ADITIVO A CONTRATO**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2016****PARTES: IDEFLOR-BIO E ALINE GOMES DA COSTA**

OBJETO: a prorrogação de vigência contratual por mais 12(doze) meses, a contar de sua vigência final em 30/05/2017.

JUSTIFICATIVA: justifica-se a celebração do presente Termo Aditivo para garantir a manutenção das atividades administrativas deste Instituto.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte: 0656 – Elemento de despesa: 33.90.39

Projeto Atividade: 18.122.1297.8338.0000

VALOR: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 31/05/2017 a 30/05/2018

Obs: Todas as demais cláusulas do contrato original permanecerão vigentes e inalteradas.

THIAGO VALENTE NOVAES

ALINE GOMES

DA COSTA

IDEFLOR-BIO

DRY

WASH

PRESIDENTE

CONTRATADA

Protocolo: 160327

EXTINÇÃO DE CONTRATO**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N.º 018/2016**

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 018/2016, FIRMADO ENTRE O IDEFLOR-BIO E A EMPRESA DINASTIA VIAGENS E TURISMO, COMO A SEGUIR MELHOR SE DECLARA.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito,

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO,

autarquia estadual criada pela Lei Estadual nº. 6.963/2007,

inscrita no CNPJ sob o nº 08.780.663/0001-88, sediado

em Belém, sediada em Belém, na Av. João Paulo II, s/n –

Parque Estadual do Utinga – PEUT, Curió - Utinga, neste ato

representado por seu Presidente, THIAGO VALENTE NOVAES,

brasileiro, portador do RG nº, 3077163 SSP/PA, CPF/MF nº

803.813.672-15, doravante denominado CONTRATANTE, e a

empresa DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP, situada à

Travessa Dom Romualdo de Seixas, n.º 921, Umarizal, Belém/PA,

CEP: 66.050-110, inscrito no CNPJ nº 15.741.481/0001-63,

doravante denominada CONTRATADA e representada por

LEANDRO ROSSY DE CARVALHO, brasileiro, casado, portador

do CPF nº 661.593.772-72, RG: 3555892 SSP/PA, RESOLVEM,

com base no art. 79, II, da Lei 8.666/93 e no parecer

jurídico constante dos autos, RESCINDIR AMIGAVELMENTE o

CONTRATO Nº 018/2016, celebrado entre ambos, firmado no dia

01/07/2016, dando como rescindido a partir do dia da assinatura

deste termo, pelas justificativas descritas nos autos do processo

nº 2016/266195, ficando extintas todas as obrigações pactuadas

no referido instrumento.

Belém/PA, de março de 2017.

THIAGO VALENTE NOVAES

IDEFLOR-BIO

Presidente

LEANDRO ROSSY DE CARVALHO - EPP

DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP

CONTRATADA

Protocolo: 160332

DIÁRIA**PORTARIA Nº. 205 DE 27 DE MARÇO DE 2017**

Objetivo: Conduzir veículo para transporte de servidores em atividade Institucional

Fundamento Legal: conforme o processo nº. 2017/92462 e o

Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994

Origem: Belém-Pa

Destino: Bujaru – Pa

Período: 30/03/2017 - 0,5 (meia) diária

Servidor:

592330 - Weliton Carlos Ramalho - Motorista.

ORDENADOR:THIAGO VALENTE NOVAES

PORTARIA Nº. 206 DE 27 DE MARÇO DE 2017

Objetivo: Realizar Reunião e visita Técnica à Comunidade São

Braz, para avaliar a possibilidade de Prospecção do Projeto

PROSAF, assim como, a possibilidade de instalação de um Viveiro

de produção de Mudanças

Fundamento Legal: conforme o processo nº. 2017/123630 e o

Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994

Origem: Belém-Pa

Destino: Bujaru – Pa

Período: 30/03/2017 - 0,5 (meia) diária

Servidor:

5684340 - Benito Barbosa Calzavara – Diretor – Hanoica Jennings

Caceres - Gerente Técnico – Bióloga

ORDENADOR:THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo: 160493

PORTARIA Nº. 208 DE 27 DE MARÇO DE 2017

Objetivo: Acompanhamento da mecanização, entrega de

sementes de Cupuaçu, Muruci, Açai e Taperebá e 5 mil sacolas

plásticas.

Fundamento Legal: conforme o processo nº. 2017/127231 e o

Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994

Origem: Belém-Pa

Destino: Mosqueiro – Pa

Período: 28/03/2017 - 0,5 (meia) diária

Servidor:

54190874 - Antônio Luiz Pereira Campos -Técnico em Gestão

Ambiental – Biólogo.

ORDENADOR:THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo: 160539

NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

DESIGNAR SERVIDOR

DESIGNAÇÃO EQUIPE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017 Portaria nº 33/2017-NEPMV

O Diretor Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Estadual nº 7.756/2013, posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 8.096/2015 e Lei Estadual nº 8.404/2016, de 13 de outubro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores, IDNALDO JOSÉ LOPES DE ABREU matrícula 54193851/1, AYAMY DA COSTA MIGIYAMA matrícula nº 57234932/1 e JÂNIO DE OLIVEIRA VERÍSSIMO, matrícula nº 5918027/1, o primeiro para exercer a função de pregoeiro e os demais equipe de apoio, no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017/NEPMV, destinado à escolha da menor proposta de preço global por lote/grupo, referente à Contratação de empresa especializada na confecção de Camisas, Bonés e Bolsas, conforme especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2017 - NEPMV e seus anexos.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Belém-PA, 27 de março de 2017.

ARMINDO FELIPE ZAGALO NETO
Diretor Geral do Núcleo Executor do
Programa Municípios Verdes - NEPMV

Protocolo: 160337

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

UNIDADE: Núcleo de Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 01/2017/NEPMV

OBJETO: A presente licitação destina-se à escolha da menor proposta de preço global por lote/grupo, referente à Contratação de empresa especializada na confecção de Camisas, Bonés e Bolsas, conforme especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2017 - NEPMV e seus anexos.

DATA DA ABERTURA: 07/04/2017 Horário: 08h00min (horário de Brasília).

LOCAL: Compras Governamentais - (www.comprasgovernamentais.gov.br)

UASG: 926448

OBS: O Edital encontra-se disponível nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br (mural de licitações) a partir do dia 28/03/2017, qualquer informação através do fone: (91) 3110-2550 / Ramal: 2576.

O Pregoeiro.

Protocolo: 160308

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA

Portaria nº 368/2017-SAGA Belém-Pa, 24 de março de 2017

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR, nomeado pelo Decreto publicado no dia 15 de fevereiro de 2016, no uso de suas atribuições legais, e...;

CONSIDERANDO: O Contrato nº007/2017 - SEGUP celebrado com a empresa R. V. FERREIRA ROCHA, oriundo do processo nº2016/492318, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na aquisição de bebedouros tipo coluna e tipo industrial, para atender a demanda da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do

Pará, conforme condições e especificações técnicas constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº001/2017 - SEGUP/PA e seus anexos;

CONSIDERANDO: O que dispõe o Art. 67 DA Lei Federal nº8.666/93;

CONSIDERANDO: O Despacho da Diretora de Administração e Finanças DAF/SEGUP, datado de 24 de março de 2017, o qual indica os servidores abaixo.

RESOLVE: Designar a servidora LARISSA COELHO BITENCOURT, matrícula nº5897766/2, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do instrumento Contratual e a servidora CLEIZE COSTA DOS SANTOS, matrícula nº5888356/1, para exercer a função de fiscal substituto.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPA-SE.

JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa-SEGUP/PA

Protocolo: 160187

Portaria nº 367/2017-SAGA

Belém-Pa, 24 de março de 2017

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR, nomeado pelo Decreto publicado no dia 15 de fevereiro de 2016, no uso de suas atribuições legais, e...;

CONSIDERANDO: O Contrato nº006/2017 - SEGUP celebrado com a empresa W. TEDESCO & CIA, oriundo do processo nº2016/492318, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na aquisição de condicionador de ar tipo Split, para atender a demanda da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, conforme condições e especificações técnicas constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº001/2017 - SEGUP/PA e seus anexos;

CONSIDERANDO: O que dispõe o Art. 67 DA Lei Federal nº8.666/93;

CONSIDERANDO: O Despacho da Diretora de Administração e Finanças DAF/SEGUP, datado de 24 de março de 2017, o qual indica os servidores abaixo.

RESOLVE: Designar a servidora LARISSA COELHO BITENCOURT, matrícula nº5897766/2, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do instrumento Contratual e a servidora CLEIZE COSTA DOS SANTOS, matrícula nº5888356/1, para exercer a função de fiscal substituto.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPA-SE.

JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa-SEGUP/PA

Protocolo: 160175

ERRATA

Portaria nº 272/2017-SAGA, diárias do servidor DANIEL DOS SANTOS MAIA (3ºSGT/PM) publicado dia 27.03.2017 doe Nº33.341.

Onde se lê: Portaria nº 272/2017-SAGA

Leia-se: Portaria nº 271/2017-SAGA

Portaria nº 296/2017-SAGA, diárias da servidora SILVIA ANDRÉIA PREDROSO DO RÉGO (DEL/PC) publicado dia 27.03.2017 doe Nº33.341.

Onde se lê: Portaria nº 296/2017-SAGA

Leia-se: Portaria nº 269/2017-SAGA

Protocolo: 160374

CONTRATO

CONTRATO nº0011/2017-SEGUP

Exercício: 2017

Objeto: fixar as regras e condições para o Compartilhamento de Itens de Infraestrutura de Torre na REDE TV CANAL 47, situado na Travessa Mariz e Barros, nº 2.320, Bairro Marco, CEP. 66093-090, Belém/PA, para instalação de equipamentos de Radiocomunicação de Missão Crítica, encarregados de manter a comunicação entre o CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES - CIOP e os demais organismos pertencentes ao Sistema Integrado de Segurança Pública do Estado do Pará.

Valor Total: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

Data da Assinatura: 20/03/2017

Vigência: 20/03/2017 a 19/03/2018

Orçamento: 21.101.06.181.1425.8261 - Realização das Operações do Centro Integrado de Operações -CIOP;

Natureza da Despesa: 339039;

Fonte de Recursos: 0101

Contratado: REDE TV CANAL 47

Endereço: Travessa Mariz e Barros, nº 2.320, Bairro Marco, CEP. 66093-090, Belém/PA

Telefone: (91) 3202-5500

Ordenador: JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

Protocolo: 160207

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017-SEGUP

O Governo do Estado do Pará, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.054.952/0001-01, com sede na Rua Arcipreste Manoel Teodoro n.º 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a DISPENSA DE LICITAÇÃO, para instalação de equipamentos de Radiocomunicação de Missão Crítica, encarregados de manter a comunicação entre o CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES - CIOP, conforme especificação contida no processo nº 2017/14199, com valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), Programação Orçamentaria: 21.101.06.181.1425.8261 - Realização das operações do Centro Integrado de Operações; Natureza da Despesa: 339039; Fonte de Recursos: 0101, para o Sr. FELIX GONÇALVES DE MIRANDA, brasileiro, casado, portador do RG nº. 5437131 e do CPF/MF nº. 022.281.566.88, residente e domiciliado na Folha 30, Qd 06, Lote 26, CEP: 68.507-380, Nova Marabá, tendo como fundamentação legal às disposições dos artigos 3, 24 e 26 e §, da Lei Federal n.º 8.666/93, e ao disposto na LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, na Resolução nº 274, de 5 de setembro de 2001, da Agencia Nacional de Telecomunicações - ANATEL e demais normas aplicáveis, as quais CEDENTE E CESSIONÁRIO no Parecer Jurídico nº 100/2017, referente ao Processo Administrativo nº 2017/14199-SEGUP.

Belém-Pa, 20 de março de 2017

JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa-SEGUP/PA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 004/2017-SEGUP, fundamentada no art. 24, inciso X, do referido diploma legal.

Belém-Pa, 20 de março de 2017

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 160209

SUPRIMENTO DE FUNDO

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria nº 296/2017-SAGA de 15 de março de 2017

Prazo para Aplicação (em dias): 60

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

Nome do Servidor: MARIA ARLETE DE CASTRO

Cargo do Servidor: (Coordenadora de CAMPI)

Matrícula: 5091853/3

Programa de Trabalho: 218279

Fonte do Recurso: 0101000000

Natureza da Despesa: 339030 Valor: R\$ 2.000,00

Ordenador: JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria nº 297/2017-SAGA de 15 de março de 2017

Prazo para Aplicação (em dias): 60

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

Nome do Servidor: MARCELO BORBA MAIA

Cargo do Servidor: (Coordenador de Grupo de Trabalho)

Matrícula: 5418682/2

Programa de Trabalho: 218279

Fonte do Recurso: 0101000000

Natureza da Despesa: 339030 Valor: R\$ 2.000,00

Ordenador: JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

Protocolo: 160218

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Nº: 2016/314

Órgão de Origem: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL		
Órgão de Destino: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ		
Nº DE ORDEM	Nº do RP	DESCRIÇÃO DO BEM
01	24220A a 24359A	PISTOLA SEMI-AUTOMÁTICA, OXIDADA, CALIBRE 40, P/ 13 TIROS.
Observações: Protocolo nº 2016/338289 - Memo. nº 041/2016 de 19/08/2016-FISP Nota fiscal nº 245783 de 02/08/2016.		
Tipo de Movimentação: Transferência Externa		
Órgão de Origem: DATA: 15 /09 /2016 JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR		Órgão de Destino: DATA: 15 /09 /2016 ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo: 160251

TERMO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Nº. 2016/402

Órgão de Origem: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL		
Órgão de Destino: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ		
Nº DE ORDEM	Nº do RP	DESCRIÇÃO DO BEM
01	21971	FOGÃO DOMESTICO, 4 BOCAS, AUTOMÁTICO, AUTO LIMPANTE
02	2523A	BOTIJÃO DE GAS, 13KG.
Observações: Pleito atendido conforme solicitação contida no Ofício nº. 1060/16 - GAB DP e Processo nº. 2016/413467		
Tipo de Movimentação: Transferência Externa		
Órgão de Origem: DATA: 30 /11 /2016 JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR		Órgão de Destino: DATA: 30 /11 /2016 ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo: 160249

INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ - IESP
CONSELHO SUPERIOR DO IESP- CONSUP
RESOLUÇÃO Nº 210/2017-CONSUP

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social e Presidente do CONSUP, no uso de suas atribuições legais, previstas pelo art. 5º, da Lei Estadual nº 6.257, de 17 de novembro de 1999, concomitantemente com o art. 17, do Estatuto do IESP, aprovado pela resolução nº 12/1999, do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). CONSIDERANDO a necessidade de dotar os discentes de conhecimentos, habilidades e atitudes para execução do Policiamento Montado em todas as suas variáveis, com eficiência, eficácia e efetividade dentro das técnicas e táticas Policiais Militares em vigor.

CONSIDERANDO a apresentação do projeto pedagógico do V Curso de Tropa Montada; em colaboração com a Coordenadoria de Ensino Profissional do IESP, após deliberação e aprovação do Conselho Superior do IESP, em sessão realizada no dia 20 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do V Curso de Tropa Montada, sob a supervisão pedagógica da Coordenadoria de Ensino Profissional do IESP;

Art. 2º A implementação e execução das atividades obedecerão aos procedimentos previstos no referido Projeto Pedagógico do Curso;

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Plenário do CONSUP, 20 de março de 2017.

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO

Presidente do Conselho Superior do IESP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ - IESP
CONSELHO SUPERIOR DO IESP- CONSUP

RESOLUÇÃO Nº 211/2017-CONSUP

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social e Presidente do CONSUP, no uso de suas atribuições legais, previstas pelo art. 5º, da Lei Estadual nº 6.257, de 17 de novembro de 1999, concomitantemente com o art. 17, do Estatuto do IESP, aprovado pela resolução nº 12/1999, do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar o efetivo de policiais civis lotados no interior do estado para o enfrentamento eficaz e eficiente da criminalidade e da violência no âmbito do Estado do Pará.

CONSIDERANDO a apresentação do projeto pedagógico do Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas Operacionais – modalidade presencial; em colaboração com a Coordenadoria de Ensino Profissional do IESP, após deliberação e aprovação do Conselho Superior do IESP, em sessão realizada no dia 20 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas Operacionais – modalidade presencial, sob a supervisão pedagógica da Coordenadoria de Ensino Profissional do IESP;

Art. 2º A implementação e execução das atividades obedecerão aos procedimentos previstos no referido Projeto Pedagógico do Curso;

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Plenário do CONSUP, 20 de março de 2017.

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO

Presidente do Conselho Superior do IESP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ - IESP
CONSELHO SUPERIOR DO IESP- CONSUP

RESOLUÇÃO Nº 212/2017-CONSUP

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social e Presidente do CONSUP, no uso de suas atribuições legais, previstas pelo art. 5º, da Lei Estadual nº 6.257, de 17 de novembro de 1999, concomitantemente com o art. 17, do Estatuto do IESP, aprovado pela resolução nº 12/1999, do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). CONSIDERANDO a necessidade de treinar e qualificar os Delegados de Polícia Civil do Estado do Pará, especificamente os diretores, para o exercício eficiente e eficaz de suas atividades operacionais e condicionamento físico.

CONSIDERANDO a apresentação do projeto pedagógico do Treinamento Básico de Operações Policiais para Diretores – modalidade presencial; em colaboração com a Coordenadoria de Ensino Profissional do IESP, após deliberação e aprovação do Conselho Superior do IESP, em sessão realizada no dia 20 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Treinamento Básico de Operações Policiais para Diretores – modalidade presencial, sob a supervisão pedagógica da Coordenadoria de Ensino Profissional do IESP;

Art. 2º A implementação e execução das atividades obedecerão aos procedimentos previstos no referido Projeto Pedagógico do Curso;

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Plenário do CONSUP, 20 de março de 2017.

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO

Presidente do Conselho Superior do IESP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ - IESP
CONSELHO SUPERIOR DO IESP- CONSUP

RESOLUÇÃO Nº 213/2017-CONSUP

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social e Presidente do CONSUP, no uso de suas atribuições legais, previstas pelo art. 5º, da Lei Estadual nº 6.257, de 17 de novembro de 1999, concomitantemente com o art. 17, do Estatuto do IESP, aprovado pela resolução nº 12/1999, do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). CONSIDERANDO a necessidade de treinar e qualificar os policiais civis, especificamente lotados na Diretoria de Polícia Metropolitana – DPM, Diretoria de Polícia Especializada – DPE e Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis - DAV, para o exercício eficiente e eficaz de suas atividades.

CONSIDERANDO a apresentação do projeto pedagógico do Treinamento Básico de Operações Policiais – modalidade presencial; em colaboração com a Coordenadoria de Ensino Profissional do IESP, após deliberação e aprovação do Conselho Superior do IESP, em sessão realizada no dia 20 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Treinamento Básico de Operações Policiais – modalidade presencial, sob a supervisão pedagógica da Coordenadoria de Ensino Profissional do IESP;

Art. 2º A implementação e execução das atividades obedecerão aos procedimentos previstos no referido Projeto Pedagógico do Curso;

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Plenário do CONSUP, 20 de março de 2017.

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO

Presidente do Conselho Superior do IESP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 160200

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Nº: 2015/7

Órgão de Origem: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL		
Órgão de Destino: CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES		
Tendo em vista o Processo nº S/N de 16 de Setembro de 2015, fica efetivada através do presente documento a doação do(s) bem (ns) abaixo discriminado(s).		
Nº DE ORDEM	Nº do RP	DESCRIÇÃO DO BEM
1	26146	DUPLICADOR DE DRIVERS (HDS), 4 PORTAS, SATA-3,SAS,SCSI,13 GB/MIN
2	26177	KIT DE FERRAMENTAS, P/INVESTIGAÇÃO DE CELULAR9PADRÃO XACT).
3	26178	KIT TÁTICO DE ANÁLISE FORENSE MOVEL, C/35 ITENS.
Órgão de Origem: DATA: 19/09/2015 CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA		Órgão de Destino: DATA: 19/09/2015 ORLANDO SALGADO GOUVÊA

Protocolo: 160244

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO N.º 003/PMPA/2016
CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE
ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DO PARÁ – CADO/PM/2016

EDITAL N.º 30/CADO/PMPA, DE 27 DE MARÇO DE 2017.
A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, representado pelo seu Comandante Geral e a SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, representada pela sua Secretária de Estado, retifica o Edital nº 27/CADO/PMPA – Convocação a 3ª Etapa (Teste de Avaliação Física), de 20/03/2017, como se segue:

1 – Por direito previsto em Lei, por pertencer a Religião que guarda o Sábado somente as atividades religiosas, o candidato **BRENO RAFAEL COELHO DE SOUZA**, inscrição 002185, fica transferida a realização de sua 3ª Etapa (Teste de Avaliação Física) para o dia **02/04/2017, às 8h**, na **ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – UEPA, AV. JOÃO PAULO II, Nº 817 (ENTRADA PELA TRAVESSA VILETA), BAIRRO: MARCO.**

1 – Por direito previsto em Lei, por pertencer a Religião que guarda o Sábado somente as atividades religiosas, o candidato **CLEBERSON DE DEUS SILVA**, inscrição 003544, fica transferida a realização de sua 3ª Etapa (Teste de Avaliação Física) para o dia **02/04/2017, às 8h**, na **ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – UEPA, AV. JOÃO PAULO II, Nº 817 (ENTRADA PELA TRAVESSA VILETA), BAIRRO: MARCO.**

Belém/PA, 27 de Março de 2017.

ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS - CEL QOPM
Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará
ALICE VIANA SOARES MONTEIRO
Secretária de Estado de Administração

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/PMPA/2016
CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE
FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DO PARÁ – CFP/PM/2016

EDITAL N.º 31/CFP/PMPA, DE 27 DE MARÇO DE 2017.
A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, representado pelo seu Comandante Geral e a SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, representada pela sua Secretária de Estado, retifica o Edital nº 28/CFP/PMPA – Convocação a 3ª Etapa (Teste de Avaliação Física), de 20/03/2017, como se segue:

1 – Por direito previsto em Lei, por pertencer a Religião que guarda o Sábado somente as atividades religiosas, o candidato **RAFAEL DA CRUZ E SOUZA**, inscrição 056723, fica transferida a realização de sua 3ª Etapa (Teste de Avaliação Física) para o dia **07/04/2016, às 15h**, na **ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – UEPA, AV. JOÃO PAULO II, Nº 817 (ENTRADA PELA TRAVESSA VILETA), BAIRRO: MARCO.**

Belém/PA, 27 de Março de 2017.

ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS - CEL QOPM
Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará
ALICE VIANA SOARES MONTEIRO
Secretária de Estado de Administração

Protocolo 160570

PORTARIA

NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO: Portaria nº 047/2017 – DAL2, de 27 de março de 2017, que NOMEIA como fiscal a MAJ QOPM RG 24942 MARIA RAIMUNDA RODRIGUES RIBEIRO e como fiscal interino a CB PM RG 36440 KELLY ANDRESA LEITE SOUZA, do Contrato Administrativo n.º 008/2017 – DAL/PMPA, cujo objeto destina-se a “contratação de empresa especializada na prestação de serviço de buffet e organização de eventos para a PMPA”.
RAQUEL MENDES FRANÇA – TEN CEL QOPM
Diretora de Apoio Logístico da PMPA

Protocolo: 160481

NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO: Portaria nº 045/2017 – DAL2, de 24 de março de 2017, que NOMEIA a CAP QOPM RG 30358 SIMONE FRANCESKA PINHEIRO DAS CHAGAS, como fiscal do Contrato Administrativo nº 011/2017, celebrado entre a PMPA e a Empresa RAYSSA ALVES RODRIGUES SERVIÇOS EPP, cujo objeto destina-se a “Aquisição de convites por ocasião das solenidades alusivas ao “Dia de Tiradentes” e ao “Aniversário da Polícia Militar”.
RAQUEL MENDES FRANÇA – TEN CEL QOPM
Diretora de Apoio Logístico da PMPA

Protocolo: 160199

NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO: Portaria nº 048/2017 – DAL2, de 27 de março de 2017, que NOMEIA como fiscal a MAJ QOPM RG 24942 MARIA RAIMUNDA RODRIGUES RIBEIRO e como fiscal interino a CB PM RG 36440 KELLY ANDRESA LEITE SOUZA, do Contrato Administrativo n.º 007/2017 – DAL/PMPA, cujo objeto destina-se a “contratação de empresa especializada na prestação de serviço de buffet e organização de eventos para a PMPA”.
RAQUEL MENDES FRANÇA – TEN CEL QOPM
Diretora de Apoio Logístico da PMPA

Protocolo: 160479

NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO: Portaria nº 046/2017 – DAL2, de 27 de março de 2017, que NOMEIA como fiscal o SUB TEN PM RG 10689 RUI BARROS DO VALE e como fiscal interino a CB PM RG 25909 SIMONE GODOT PINHEIRO, do Contrato Administrativo n.º 006/2017 – DAL/PMPA, cujo objeto destina-se a “contratação de empresa especializada na prestação de serviço de buffet e organização de eventos para a PMPA”.
RAQUEL MENDES FRANÇA – TEN CEL QOPM
Diretora de Apoio Logístico da PMPA

Protocolo: 160482

NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO: Portaria nº 049/2017 – DAL2, de 27 de março de 2017, que NOMEIA como fiscal o MAJ QOPM RG 27292 SÉRVIO TÚLIO GONÇALVES ESTÁCIO e como fiscal interino o CAP QOPM RG 33458 ANDERSON TEIXEIRA DE ALMEIDA, do Contrato Administrativo n.º 004/2017 – DAL/PMPA, cujo objeto destina-se a “contratação de empresa especializada na prestação de serviço de sistema de gestão de abastecimento de combustível de unidades consumidoras, customizado e gerido pela Administração Pública Estadual, através de cartão magnético e com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível”.
RAQUEL MENDES FRANÇA – TEN CEL QOPM
Diretora de Apoio Logístico da PMPA

Protocolo: 160478

SUPRIMENTO DE FUNDO

SUPRIMENTO DE FUNDO-Portaria: 373/17
Prazo para Aplicação/Prestação de Contas(em dias): 60/15
Nome/Cargo/CPF do Servidor: 1º TEN PM MÁRCIO ANTONIO SILVA ROCHA/OFFICIAL DO CIPAS/CPF: 576.063.402-00
Fonte do Recurso 0101000000/Natureza da Despesa 339030
Valor: R\$ 1.000,00
Ordenador: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo: 160202

SUPRIMENTO DE FUNDO-Portaria: 374/17
Prazo para Aplicação/Prestação de Contas(em dias): 60/15
Nome/Cargo/CPF do Servidor: CEL PM JOSÉ MAURO SILVA DA PEDRA/CMT DO CPR VII/CPF: 264.904.042-49
Fonte do Recurso 0101000000/Natureza da Despesa 339030
Valor: R\$ 1.500,00
Ordenador: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
SUPRIMENTO DE FUNDO-Portaria: 375/17
Prazo para Aplicação/Prestação de Contas(em dias): 60/15
Nome/Cargo/CPF do Servidor: MAJ PM LUIZ GUSTAVO SILVA DE OLIVEIRA/OFFICIAL DO CPR VII/CPF: 260.206.882-91
Fonte do Recurso 0101000000/Natureza da Despesa 339030
Valor: R\$ 1.000,00
Ordenador: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo: 160349

DIÁRIA

Portaria nº 1521-DC-DF-17
OBJETIVO: PARTICIPAR DE CURSO (DEA 2016).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ITAITUBA - PA
DESTINO(S): ALTAMIRA - PA
PERÍODO: 03 A 18/11/2016.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 15 DE ALIMENTAÇÃO
SERVIDOR (ES): SGT PM EDINALDO BARBOSA FREIRE CPF: 482.288.342-68;
CB PM DARLEM FERREIRA DE SOUSA
CPF: 442.448.002-04;

CB PM ARLISSON MOTA DA SILVA
CPF: 898.868.102-97;
SD PM ADERLAN VIANA SANTA BRIGIDA
CPF: 012.332.712-10.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Portaria nº 1522-DC-DF-17
OBJETIVO: PARTICIPAR DE CURSO (DEA 2016).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ITAITUBA - PA
DESTINO(S): ALTAMIRA - PA
PERÍODO: 03 A 18/11/2016.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 15 DE ALIMENTAÇÃO
SERVIDOR (ES): SD PM EULER BRUNO BENTES DO NASCIMENTO CPF: 020.300.012-95;
SD PM FLAVIO VIANA DE ALMEIDA
CPF: 001.242.052-24;
SD PM ARMANDO NETO VASCONCELOS PINTO
CPF: 007.054.352-61;
SD PM JHONILSON FONSECA VIANA
CPF: 871.166.422-34;
SD PM JOSE IVANILSO SOUSA DE OLIVEIRA
CPF: 852.280.012-04.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Portaria nº 1523-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESO (DEA 2016).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: CASTANHAL - PA
DESTINO(S): IGARAPÉ-AÇÚ - PA
PERÍODO: 13/12/2016.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO
SERVIDOR (ES): CB PM DJALMY SOUZA MARIZ
CPF: 926.951.322-04;
SD PM STTEFFENSON ALESSANDRO LOPES BOTELHO CPF: 744.984.792-20.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Portaria nº 1524-DC-DF-17
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESO (DEA 2016).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: CASTANHAL - PA
DESTINO(S): SANTA MARIA DO PARÁ - PA
PERÍODO: 13/12/2016.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA CPF: 296.141.472-53;
SGT PM MARCO ANTONIO LAMEIRA DA SILVA
CPF: 426.322.502-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Portaria nº 1538-DI-DF-17
OBJETIVO: CHAMADO DA JUSTIÇA (DEA 2016).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - PA
PERÍODO: 08 A 11/11/2016.
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 COMPLETAS
SERVIDOR (ES): SGT PM REINALDO BARROS
NASCIMENTO CPF: 174.532.162-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo: 160171

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico
Número/Ano:005/2017
Objeto: Aquisição de 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) Fichas Datiloscópicas para atender as necessidades da Diretoria de Identificação da Polícia Civil do Pará
Entrega do Edital:www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br
Responsável pelo Certame: Alexandre José Leite Cruz – Pregoeiro Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 07/04/2017
Hora de Abertura:08:30 (Horário de Brasília)
Programa de Trabalho: 06.422.1422.8212 – Emissão de Identidade Civil.
Fonte de Recursos: 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador: Rilmir Firmino de Sousa

Protocolo: 160085

DIÁRIA

Portaria nº 354/2017- DGPC/OD/DRF DE 24 de março de 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017/125327, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de CANAÃ DOS CARAJÁS, a fim de realizar PARTICIPAÇÃO

DE REUNIÃO, no período de 24 a 25/03/2017;

1 . DPC - RILMAR FIRMINO DE SOUSA - MAT: 5824745

CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;

RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 01

(uma) diária do grupo B, no valor de R\$ 157,00 (cento e cinquenta e sete reais), para atender

despesas adicionais decorrentes da diligência.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CHRISTIANE FERREIRA DA SILVA

Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 160075

Portaria nº 353/2017- DGPC/OD/DRF DE 24 de março de 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017/125330, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de CANAÃ DOS CARAJÁS, a fim de realizar PARTICIPAÇÃO

DE REUNIÃO, no período de 24 a 25/03/2017;

1 . DPC - SILVIO CEZAR MAUES BATISTA - MAT: 5824737

CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;

RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 01

(uma) diária do grupo B, no valor de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), para atender

despesas adicionais decorrentes da diligência.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA

Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 160073

Portaria nº 355/2017- DGPC/OD/DRF DE 24 de março de 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017/125089, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de TUCUMÃ, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no

período de 24 a 25/03/2017;

1 . DPC - MARCELO DELGADO DIAS - MAT: 57233522

CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;

RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de

uma e meia (1,5) diária(s) do grupo B, no valor de R\$ 202,50 (duzentos e dois reais e cinquenta

centavos), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA

Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 160077

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

ADMISSÃO DE SERVIDOR**PORTARIA Nº 078/17-GAB/DGCPRC DE 27 DE MARÇO DE 2017**

O DIRETOR GERAL DO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES", usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2017/109889;

CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, a Lei nº 6.823, de 30 de janeiro de 2006;

R E S O L V E :

Art. 1º – NOMEAR para cargo comissionado de Gerente Regional de Medicina Legal em Castanhal – GEP. DAS. 011.3, DEBORA

DE JESUS COSTA FIGUEIREDO.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES", 28 de Março de 2017.

ORLANDO SALGADO GOUVÊA

Diretor Geral

Protocolo: 160237

OUTRAS MATÉRIAS**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PSS Nº 001/2017**

O Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 07/1991, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 077/2011, lei Estadual nº 8.096/2015, Leis Estaduais nº 6.829/2006 e nº 6.282/2000 e pelos Decretos Estaduais nº 1.230/2015 e nº 1.627/2016 e subsidiariamente pela Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 – Regime Jurídico Único – RJU, resolve homologar o resultado definitivo do Processo Seletivo Simplificado – PSS para contratação temporária de médicos legistas, tendo como classificados os seguintes candidatos:

BELÉM					
Classif.	Nome	Nascimento	Análise curricular (Pts)	Entrevista (Pts)	Pontuação total
01	KLEBER AUGUSTO FERNANDES DE MORAES	25.01.1976	13,5	9,0	22,5
02	DOMINGOS SÁVIO PIMENTEL DE ARAÚJO	22.04.1955	11,5	10,0	21,5
03	GERSON VALENTE VASCONCELOS	01.10.1958	11,5	9,5	21
04	WANDERSON APARECIDO DELMONDES	04.12.1980	9,0	10,00	19,0
05	JOSÉ SEBASTIÃO MORAES DAS CHAGAS	20.01.1964	9,00	8,0	17,0

PARAUPEBAS					
Classif.	Nome	Nascimento	Análise curricular (Pts)	Entrevista (Pts)	Pontuação total
01	MIGUEL ANGELO BRAGA REIS	19.02.1981	9,00	10,0	19,0
02	PAULO HENRIQUE GOMES	21.04.1979	7,5	10,0	17,5

TUCURUÍ					
Classif.	Nome	Nascimento	Análise curricular (Pts)	Entrevista (Pts)	Pontuação total
01	ROBERTO BORGES JUNIOR	04.06.1986	9,0	8,0	17,0

MARABÁ					
Classif.	Nome	Nascimento	Análise curricular (Pts)	Entrevista (Pts)	Pontuação total
01	GLAIDINEIS DIAS TAVARES	23.04.1977	8,0	10,0	18,0

ALTAMIRA					
Classif.	Nome	Nascimento	Análise curricular (Pts)	Entrevista (Pts)	Pontuação total
01	EDUARDO BEZERRA DOS ANJOS	09.06.1977	8,0	9,5	17,5

Nos termos do item 12.3 do Edital, os médicos selecionados ficam convocados para assinar o termo de contrato junto ao Setor de Recursos Humanos do prédio sede deste Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém, 27 de março 2017.

ORLANDO SALGADO GOUVÊA

Diretor Geral

Protocolo: 160189

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA**Portaria nº 504/2017-DG/PROJUR**

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais, e...

CONSIDERANDO que o Exmo. Sr. Dr. FLÁVIO SÁNCHEZ LEÃO, Juiz de Direito da 7ª Vara Penal da Capital, determinou a suspensão do direito de dirigir do Sr. HONORINO GARCIA DE MORAES, RN nº 04191967675, através de decisão proferida nos autos da ação penal nº 0031546-48.2015.8.14.0401.

R E S O L V E :

Art. 1º - SUSPENDER o direito de dirigir do Sr. HONORINO GARCIA DE MORAES, RN nº 04191967675, em razão de determinação judicial;

Art. 2º - COMUNICAR a presente decisão ao órgão executivo de trânsito da União, de acordo com o artigo 22, VIII do Código de Trânsito Brasileiro, para que fique disponibilizada na BINCO.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Diretora Geral, 22 de março de 2017.

Andrea Yared de Oliveira Hass

Diretora Geral

DOE nº 33.040

Protocolo: 160443

Portaria nº 500/2017-DG/PROJUR

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais, e...

CONSIDERANDO que o Exmo. Sr. Dr. FLÁVIO SÁNCHEZ LEÃO, Juiz de Direito da 7ª Vara Penal da Capital, determinou a suspensão do direito de dirigir do Sr. RAFAEL ADRIANO LIMA PEREIRA, RN nº 01781684569, através de decisão proferida nos autos da ação penal nº 0071896720148140401.

R E S O L V E :

Art. 1º - SUSPENDER o direito de dirigir do Sr. RAFAEL ADRIANO LIMA PEREIRA, RN nº 01781684569, em razão de determinação judicial;

Art. 2º - COMUNICAR a presente decisão ao órgão executivo de trânsito da União, de acordo com o artigo 22, VIII do Código de Trânsito Brasileiro, para que fique disponibilizada na BINCO.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Diretora Geral, 22 de março de 2017.

Andrea Yared de Oliveira Hass

Diretora Geral

DOE nº 33.040

Protocolo: 160449

Portaria nº 892/2017-DAF/CGP, de 24/03/2017.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,

CONSIDERANDO os termos constantes do Despacho às fls.11, no Processo 2015/12638, deferindo a concessão de Licença Prêmio, R E S O L V E :

CONCEDER a servidora ELIZABETH HATHERLY GALVÃO, Analista de Administração e Finanças, matrícula 57193149/1, lotada na Gerência de Benefícios e Assistência Social, sessenta (60) dias de Licença Prêmio, no período de 03/03 a 01/05/2017, referentes ao triênio 2014/2017, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 03/03/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria nº 893/2017-DAF/CGP, de 24/03/2017.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,

CONSIDERANDO os termos constantes do Parecer nº 101/2008-PROJUR, no Processo 2007/472123, deferindo a concessão de Licença Prêmio,

R E S O L V E :

CONCEDER a servidora HELENA PINHEIRO PEIXOTO, Assistente

de Trânsito, matrícula 3264882/1, lotada na Coordenadoria de Registro de Veículos deste Departamento, trinta (30) dias de Licença Prêmio, no período de 27/03 a 25/04/2017, referentes ao triênio 1996/1999, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.

Publique-se e cumpra-se.

NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria nº 875/2017-DAF/CGP, de 23/03/2017.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 91, da Lei 5.810/94-RJU, de 24/01/1994 e a apresentação da Certidão de Nascimento, datada de 17/03/2017,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor LAHIRE ORLANDO DOS REIS CAVALLÉRO NETO, Assistente Administrativo, matrícula 5919852/1, lotado na CIRETRAN “B” de Ananindeua, dez (10) dias de Licença Paternidade, no período de 16/03 a 25/03/2017, de acordo com o estabelecido na Lei 5.810/94-RJU.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 16/03/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria nº 876/2017-DAF/CGP, de 23/03/2017.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 184949A/1de 22/02/2017,

R E S O L V E:

CONCEDER a servidora ANA ODETE DA SILVA CARDOSO, Agente de Saúde, matrícula 2009439/1, lotado na Gerência de Benefício e Assistente Social, sessenta (60) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 11/01 a 11/03/2017, conforme Laudo Médico nº 184949A/1 de 22/02/2017.

Publique-se e cumpra-se.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria nº 913/2017-DAF/CGP, de 27/03/2017.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24/01/1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 185507A/1 de 22/03/2017,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor JOSÉ RIBAMAR DO NASCIMENTO, Agente de Fiscalização de Trânsito, matrícula 57201705/1, lotado na Gerência de Operação e Fiscalização de Trânsito da Capital, dez (10) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 05/03 a 14/03/2017, conforme Laudo Médico nº 185507A/1 de 22/03/2017.

Publique-se e cumpra-se.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria nº 904/2017-DAF/CGP, de 27/03/2017.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,

CONSIDERANDO os termos constantes do Despacho às fls. 10, no Processo 2017/127017, deferindo a concessão de Licença Prêmio,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor MARCELO HENRIQUE CARDOSO SILVA, Assistente de Trânsito, matrícula 54190372/2, lotada na Coordenadoria de Registro de Veículos deste Departamento, trinta (30) dias de Licença Prêmio, no período de 27/03 a 25/04/2017, referentes ao triênio 09.06.2011/2014, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.

Publique-se e cumpra-se.

NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 160502

PORTARIA Nº 614/2017-DG/PROJUR

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais, e,...

CONSIDERANDO o que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro em seus artigos 263, §1º e 148, §§ 3º e 4º;

CONSIDERANDO que os condutores abaixo relacionados obtiveram a Carteira Nacional de Habilitação definitiva, porquanto o processo administrativo de aplicação da penalidade decorrente do cometimento de infração não havia transitado em julgado; CONSIDERANDO a orientação administrativa exarada no parecer jurídico nº 1516/2013/PROJUR/CCP;

RESOLVE :

Art. 1º - DETERMINAR que os condutores listados na tabela a seguir reiniciem o processo de habilitação caso intentem voltar a dirigir, visto que não preencheram os requisitos necessários a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação;

CONDUTOR	REGISTRO NACIONAL	PROCESSO ADMINISTRATIVO
JOSÉ ABENILSON SILVEIRA DE AZEVEDO	Nº 04788909802	2016/517873
EDNO MAGNO PINTO NOBRE	Nº 04348608362	2015/3089910
GLAILSON JORGE MAIA DE OLIVEIRA	Nº 05468867434	2015/334572
TIAGO DE OLIVEIRA SENA	Nº 05383236002	2015/310316
TATIANE CHAVES SOARES	Nº 05010703709	2015/461290
AURIGLEDE DOS SANTOS OLIVEIRA	Nº 05275111209	2016/432056
LILIA CLAUDIA PAULO PEREIRA	Nº 04642105128	2016/400335
DARIO DOMINGOS DE ALMEIDA FILHO	Nº 05399331515	2016/411505
RAIMUNDO DE FREITAS PONTES FILHO	Nº 04225328620	2016/526803
LUIZ DO SOCORRO BATISTA DE FIGUEIREDO	Nº 05479369381	2016/507469
DENIVAN LOPES DOS REIS	Nº 05184713537	2017/9065
JOSIVAN FERREIRA SALES	Nº 05200852281	2016/411478
LARISSA PORTELA DE OLIVEIRA	Nº 05031929249	2014/129113; 2014/581784; 2016/235708

Art. 2º – RECOLHER a última cédula de habilitação emitida por órgão de trânsito competente, a fim de que possam reiniciar o processo de habilitação;

Art. 3º - COMUNICAR a presente decisão ao órgão executivo de trânsito da União, de acordo com o artigo 22, VIII do Código de Trânsito Brasileiro, para que fique disponibilizada na BINCO.

Art. 4º – NOTIFICAR os supramencionados condutores acerca desta decisão.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Diretora Geral, 22 de março de 2017.

Andrea Yared de Oliveira Hass

Diretora Geral
DOE nº 33.040

Protocolo: 160446

Portaria nº 505/2017-DG/PROJUR

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará,

usando de suas atribuições legais, e,...

CONSIDERANDO que o Exmo. Sr. Dr. FLÁVIO SÁNCHEZ LEÃO, Juiz de Direito da 7ª Vara Penal da Capital, determinou a suspensão do direito de dirigir do Sr. MARIO TASSIO RIBEIRO SERRA NETO, RN nº 06371854405, através de decisão proferida nos autos da ação penal nº 0071567-66.2015.8.14.0401.

R E S O L V E :

Art. 1º - SUSPENDER o direito de dirigir do Sr. MARIO TASSIO RIBEIRO SERRA NETO, RN nº 06371854405, até ulterior deliberação judicial;

Art. 2º - DETERMINAR a participação em curso de Reciclagem, na forma do art. 268, inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 3º - RECOLHER a Carteira Nacional de Habilitação do referido condutor ou comprovante de entrega da CNH em juízo, durante o prazo de suspensão do direito de dirigir.

Art. 4º - COMUNICAR a presente decisão ao órgão executivo de trânsito da União, de acordo com o artigo 22, VIII do Código de Trânsito Brasileiro, para que fique disponibilizada na BINCO.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Diretora Geral, 22 de março de 2017.

Andrea Yared de Oliveira Hass

Diretora Geral
DOE nº 33.040

Protocolo: 160451

AVISO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2017

O Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, através de seu Pregoeiro, comunica que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme abaixo:

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo a aquisição de 02 (dois) equipamentos condicionadores de energia elétrica ininterrupta (no-break) com potência de saída de 40 kVA para cada unidade, operando em redundância ativo(n+1), com 05 (cinco) anos de garantia total, inclusive nas baterias, com suporte, manutenção preventiva e corretiva, abrangendo peças e mão de obra em regime de atendimento 24x7, conforme o Termo de Referência – Anexo I do Edital.

DATA DA ABERTURA: 10 de abril de 2017.

HORA DE ABERTURA: 09h00min (Horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 925447 - Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA

RECEBIMENTO DA PROPOSTA: A partir da disponibilização do Edital no COMPRASGOVERNAMENTAIS, até às 08h59min do dia 10.04.2017 (Horário de Brasília – DF).

A íntegra do EDITAL poderá ser obtida no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASGOVERNAMENTAIS no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br e no Portal Eletrônico de Compras do Governo do Estado do Pará - COMPRASPARÁ no endereço www.compraspara.pa.gov.br.

Belém, 27 de março de 2017.

Kleitton dos Santos Costa

Pregoeiro

Visto:

ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS

Diretora Geral

DETRAN/PA

Protocolo: 160559

FÉRIAS

PORTARIA 896/2017-DAF/CGP, DE 27/03/2017,

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas,

R E S O L V E:

CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, lotados nas CIRETRAN'S "A" e "B", trinta (30) dias de férias no mês de ABRIL/2017, nos períodos conforme especificados a seguir.

Nº	NOME	EXERCÍCIO	CONCESSÃO	LOTAÇÃO
1.	Antonio Raimundo da Silva Maciel	07.02.2016/2017	27.04 a 26.05.2017	CONC. ARAGUAIA
2.	Fernando Santos Simões	17.01.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	S. GER. ARAGUAIA
3.	Gicelda Suedy de Farias e Silva	05.05.2014/2015	03.04 a 02.05.2017	ITUPIRANGA
4.	Hélcio Bruno Neris de Souza	20.04.2015/2016	15.04 a 14.05.2017	REDENÇÃO
5.	Hertz de Souza Pontes	12.03.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	SALINOPOLIS
6.	Jorge Marques de Albuquerque Maranhão	18.02.2016/2017	10.04 a 09.05.2017	SOURE
7.	Mara Luiza do Rosário Galúcio	18.02.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	SANTAREM
8.	Marcos Antonio da Costa Pereira	22.09.2015/2016	03.04 a 02.05.2017	BREVES
9.	Maria Rosa Costa Lima	01.07.2015/2016	04.04 a 03.05.2017	BARCARENA
10.	Neila Maria Cambui de Almeida	01.11.2015/2016	03.04 a 02.05.2017	ALTAMIRA
11.	Raimunda Araújo de Moraes	01.04.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	ALTAMIRA
12.	Raimundo Nonato Tavares Ampuero	06.04.2016/2017	06.04 a 05.05.2017	SANTAREM
13.	Renato Trindade de Assis	01.07.2015/2016	03.04 a 02.05.2017	BARCARENA
14.	Shirley Oliveira Lopes	03.04.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	ALENQUER

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA 895/2017-DAF/CGP, DE 27/03/2017.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas,

R E S O L V E:

CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, lotados na SEDE deste Departamento, trinta (30) dias de férias no mês de ABRIL/2017, nos períodos conforme especificados a seguir.

Nº	NOME	EXERCÍCIO	CONCESSÃO	LOTAÇÃO
1.	Aldenize Araújo de Lima	15.01.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	DAF/CGOF/GC
2.	Aldirene Marinho da Gama	26.02.2016/2017	20.04 a 19.05.2017	ASDECOM
3.	Alexandre Caetano de Sousa	25.11.2015/2016	01.04 a 30.04.2017	DTO/COFT/GOFTC
4.	Barbara de Cássia Ferreira Moreira	19.04.2016/2017	20.04 a 19.05.2017	DTO/COFT/GOFTC
5.	Carlo Giorgio Jassé Toppino	26.12.2015/2016	03.04 a 02.05.2017	PROJUR
6.	Cláudio Márcio Alves da Costa	13.11.2014/2015	03.04 a 02.05.2017	DHCRV/CHC/GETP
7.	Cleocidalva de Freitas Aarão	01.02.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	DTO/COFT/REAINF
8.	Conceição de Maria Leite Augusto	20.03.2015/2016	03.04 a 02.05.2017	CNCIR
9.	Davi Carvalho Lobo	04.05.2014/2015	03.04 a 02.05.2017	DHCRV/CRV/GVIV
10.	Edilson Bia Viana	20.04.2016/2017	20.04 a 19.05.2017	DTO/COFT/GOFTC
11.	Edwaldo Venturiere Pereira	30.05.2015/2016	03.04 a 02.05.2017	DHCRV/GPAV
12.	Elaene Maria Pires da E. Ferreira	18.04.2016/2017	18.04 a 17.05.2017	DHCRV/CRV/GARV
13.	Elvis Farhat	03.04.2016/2017	24.04 a 23.05.2017	DTO/COFT/GPRVC
14.	Ely Moraes Anselmo	28.04.2014/2015	01.04 a 30.04.2017	DTO/COFT/GOFTC
15.	Emerson Gil dos Santos Correa	04.05.2014/2015	03.04. a 02.05.2017	DHCRV/CHC/GETP
16.	Ercila Nazaré da Silva Lima	18.02.2016/2017	24.04 a 23.05.2017	DHCRV/CRV/SACI
17.	Gilselena de Albuquerque Ellery Frota	31.10.2014/2015	03.04 a 02.05.2017	DHCRV/GPAV
18.	Gláucia Nascimento dos Santos	18.02.2016/2017	24.04 a 23.05.2017	DHCRV/CHC/GCCFC
19.	Glauco Mafra Lopes	02.05.2015/2016	17.04 a 16.05.2017	DAF
20.	Ivaneide Cardoso de Lima	18.02.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	DTO/COFT/REAINF
21.	João Carlos Castro Arias	21.07.2015/2016	03.04 a 02.05.2017	DTO/COFT/GOFTC
22.	José Edney Ricarte Nunes	01.11.2015/2016	03.04 a 02.05.2017	DAF/CGOF
23.	José Maria Henriques	01.04.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	DAF/CGP
24.	José Ricardo Siqueira de Miranda	19.12.2014/2015	03.04 a 02.05.2017	DTI/CDS
25.	José Roberto dos Santos Ferreira	27.11.2015/2016	05.04 a 04.05.2017	DTO/COFT/GOFTC
26.	Kleyton José dos Santos Reis	18.02.2016/2017	17.04 a 16.05.2017	DAF/CGP/GRMP
27.	Leidyane Marques da Silva	14.07.2014/2015	10.04 a 09.05.2017	DTO/COFT/GOFTC
28.	Leonardo Batista Pereira	12.01.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	DHCRV/CRV
29.	Lília Maria Carvalho da Silva Dantas	14.03.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	DTO/CET
30.	Luiz Carlos da Silva Pastana	13.11.2015/2016	03.04 a 02.05.2017	DHCRV/CHC/GETP
31.	Mabel Pereira Silva	01.04.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	DAF/CGP/GDP
32.	Manoel Raimundo Barros C. de Macedo	07.01.2016/2017	20.04 a 19.05.2017	DHCRV
33.	Márcio José de Vilhena Santos	04.04.2016/2017	05.04 a 04.05.2017	DTO/CED/GIEDUC
34.	Marco Antonio Santos Ribeiro	01.02.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	DAF/CDINF/GPA
35.	Marcus Vinícius da Silva Alencar	05.03.2016/2017	17.04 a 16.05.2017	DTI/CST/SUPORTE
36.	Maria Odete de Lima Teixeira	01.02.2016/2017	17.04 a 16.05.2017	DAF/CGP/GBAS
37.	Moisés Azevedo Campos	06.02.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	PROJUR/PENALIDADE
38.	Odinéia Pereira dos Reis	18.03.2016/2017	17.04 a 16.05.2017	CNCINT
39.	Roseanne Maria Magalhães C. Pacheco	01.05.2014/2015	03.04 a 02.05.2017	A DISP C/ÔNUS
40.	Tatiane do Socorro F. Santa Brigida	01.03.2016/2017	03.04 a 02.05.2017	DHCRV/CRV

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO MÉDICO Nº 012/2014**

NÚMERO DO TERMO: 003

NÚMERO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO MÉDICO: 012/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Portaria nº 3280/2014 – DG/DETRAN/PA, LEI FEDERAL Nº 9.503/1997 E RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 425/2012.

PARTES: Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, CNPJ nº 04.822.060/0001-40 e MACIEL E BRANCO LTDA. - ME, inscrita no CNPJ nº 01.742.539/0002-60.

OBJETO: Credenciamento de entidade médica e psicológica na prestação de serviços de realização dos exames de aptidão física e mental, de avaliação psicológica, junta médica e junta especial de trânsito aos candidatos a primeira habilitação, renovação de carteira nacional de habilitação – CNH, autorização para conduzir ciclomotores – ACC, mudança e adição de categoria, reabilitação de condutores, condutores permissionários, penalizados e registro de estrangeiro na cidade de Tucuruí/PA, conforme Portaria de Credenciamento nº 4041/2014 publicada no DOE de 05/12/2014.

VIGÊNCIA: Início: 05/02/2017 Término: 04/02/2018

VALOR DO ADITAMENTO: O valor mensal estimado é de R\$ 97.429,05 (noventa e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinco centavos) equivalente a 90% (noventa por cento) do valor total das taxas de exames de sanidade física e mental e dos exames de avaliação psicológica, perfazendo um valor global estimado de R\$ 1.169.148,60 (Um milhão, cento e sessenta e nove mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta centavos), para 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 66.201 Departamento de Trânsito do Estado do Pará; 06 Segurança Pública; 125 Normatização e Fiscalização; 1425 Segurança Pública; 8273 Habilitação de condutores de Veículos; 339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos 0261 - Recursos Próprios; 0661 – Recursos Próprios – Superávit.

FORO: Belém

DATA DE ASSINATURA: 27/03/2017

ORDENADOR RESPONSÁVEL: ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS

ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS

Diretora Geral

Protocolo: 160425**FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA****PORTARIA****Portaria nº 004/2017 – FISP BELÉM 27 DE MARÇO DE 2017**

BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA, Diretora e Ordenadora de Despesa do Fundo de Investimento de Segurança Pública - FISP, por designação legal, etc,...

CONSIDERANDO: Os processos licitatórios desenvolvidos pela Comissão de Licitação e Cotação Eletrônica do Fundo de Investimento de Segurança Pública – FISP:

CONSIDERANDO : A necessidade de Fiscalização, Recebimento e Conferência de Materiais, Equipamentos e Outros, de interesse do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM;

CONSIDERANDO : ainda, o Ofício nº 069/2017 – Gab. Cmdº. CBMPA de 21.03.2017;

RESOLVE: Designar os servidores abaixo relacionadas à comporem as respectivas comissões, para acompanharem os procedimentos de aquisições efetuados pelo FISP, de interesse daquele CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM, pelo período de um ano, a partir da data de publicação desta:

1 - RECEBIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE:

- Presidente: MAJ QOBM – ANTONIO CALOS DA SILVA E SOUZA

- 1º Membro: 1º TEN QOBM – Valdemar Chagas de Souza

- 2º Membro: 3º SGT BM – Luiz Carlos Vieira da Silva

2 - RECEBIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA:

- Presidente: CAP QOBM – Marcus Sergio Nunes Queiroz

- 1º Membro: CAP QOBM – Luiz Alfredo Silva Galiza dos Santos

- 2º Membro: 2º SGT BM – Roberto Rivelino de Oliveira Vilhena

3 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, REFORMAS E OUTROS SERVIÇOS DE ENGENHARIA :

- Presidente: TCEL QOCBM – JAIME ROSA DE OLIVEIRA

- 1º Membro: MAJ QOBM – Carlos Augusto de Oliveira Ribeiro

- 2º Membro: CB/BM – Marcos Contente Silva

4 - RECEBIMENTO DE VEÍCULOS, ÓLEOS, FLUÍDOS E PNEUS AUTOMOTIVOS :

- Presidente: CAP QOBM – MARCO JOSÉ LEÃO DA COSTA

- 1º Membro: 2º TEN QOBM – Evandro Silva Militão

- 2º Membro: SUBTEN BM – Antonio Marcos dos Passos Alves

5 – RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS:

- Presidente: CAP QOBM – ARTHUR ARTEAGA DURANS

VILACORTA

- 1º Membro: 1º TEN QOBM – Rodrigo de Aguiar Monteiro

- 2º Membro: SGT BM – Manoel Alves Duarte

6 - RECEBIMENTO DE MATERIAIS BÉLICOS:

- Presidente: TCEL QOBM – SAULO LODI PEDREIRA

- 1º Membro: 1º TEN QOBM – Valdemar Chagas de Souza

- 2º Membro: CB BM – Daniel Silva Correa

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE

BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA

DIRETORA E ORDENADORA DO FISP

Protocolo: 160383**CONTRATO****CONTRATO: 22 EXERCÍCIO: 2017****CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: OUTROS**

Objeto: Aquisição de 20 (vinte) Unidades de Data Show, para atender as demandas da Polícia Civil do Pará/PCPA, através de Adesão a Ata SRP Nº 01/2017, do Pregão Eletrônico nº 16/2016/SEAD.

Valor Total: R\$ 68.732,40 (sessenta e oito mil, setecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

Data da Assinatura: 24/03/2017 Vigência: 24/03/2017 a 23/03/2018

Adesão a Ata SRP Nº 01/2017, do Pregão Eletrônico nº 16/2016/SEAD

Orçamento:

Funcional Programática: 44.101.06.181.1425.7559

Natureza da Despesa: 449052

Fonte de Recursos: 0141

Contratado: MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ/MF: 01.590.728/0002-64

Endereço: Brasília/DF, na W – 3 Norte, Quadra 702/703, Bloco A, 47, CEP: 70.720.610, telefone: (61) 3327-6666.

Diretora do FISP: BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA

Protocolo: 160095**CONTRATO: 23 EXERCÍCIO: 2017****CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: OUTROS**

Objeto: Aquisição de 600 (Seiscentos) NOBREAKS 0,7 kva, bivolt (Grupo 07, Item 44), através de Adesão a Ata de Registro de Preços nº 01/2017-Sead/PA, do Pregão Eletrônico nº 16/2016/SEAD.

Valor Total: R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais).

Data da Assinatura: 24/03/2017 Vigência: 24/03/2017 a 23/03/2018

Adesão a Ata SRP Nº 01/2017/SEAD, do Pregão Eletrônico nº 16/2016/SEAD

Orçamento:

Funcional Programática: 44.101.06.181.1425.7559

Natureza da Despesa: 449052

Fonte de Recursos: 0141

Contratado: GL ELETRO – ELETRONICOS LTDA

CNPJ/MF: 52.618.139/0030-31

Endereço: Diadema/SP, na Av. Pirâmide, 661/973/731, Bairro Eldorado, CEP: 09.970.330, telefone: (11) 4075-7708

Diretora do FISP: BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA

Protocolo: 160104**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2017 -SEGUP-PA**

O Fundo de Investimento de Segurança Pública do Estado do Pará, através de sua Pregoeira, comunica que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE, conforme abaixo:

OBJETO: Aquisição de 100 (cem) Splits de 12.000 Btus, 40 (quarenta) Splits de 18.000 Btus, 40 (quarenta) Splits de 24.000 Btus, 20 (vinte) Splits de 30.000 Btus, 10 (dez) Splits de 60.000 Btus e 100 (cem) aparelhos de ar condicionados de tipo janela, para atender as demandas da Polícia Civil do Pará/PCPA, conforme especificação constante do Termo de Referência, anexo

I, deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 07/04/2017.

HORA DA ABERTURA: 09h:00 (Horário de Brasília-DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

RETIRADA DO EDITAL: O presente Edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico do www.comprasnet.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br

Belém(PA), 27 de março de 2017.

Luciene do Socorro da Cruz Padilha

Pregoeira

FISP-PA

Protocolo: 160233**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Após a constatação da regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente deste FISP, Sra. BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA, Diretora e Ordenadora de Despesas, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo Licitatório nº 2017/76402 na modalidade Convite nº 04/2017-FISP, que tem como objeto a contratação de empresa para execução de obra de REFORMA DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE TAILÂNDIA/PA, resolve, HOMOLOGAR o objeto desta licitação em favor da empresa CONSTRUAX CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, CNPJ: 26.560.444/0001-75, com o valor global de R\$ 146.885,06 (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e seis centavos).

Belém, 27 de março de 2017.

HOMOLOGO: BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA
Diretora e Ordenadora de Despesa do FISP**Protocolo: 160214****TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do FISP, após análise da documentação e da proposta financeira contida nos autos do processo licitatório nº 2017/76402 na modalidade Convite nº 04/2017-FISP, que tem como objeto a contratação de empresa para execução de obra de REFORMA DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE TAILÂNDIA/PA, resolve ADJUDICAR o objeto desta licitação em favor da empresa CONSTRUAX CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, CNPJ: 26.560.444/0001-75, com o valor global de R\$ 146.885,06 (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e seis centavos).

Belém, 27 de março de 2017.

PAULO MONTEIRO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação do FISP

Protocolo: 160213**SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ****PORTARIA****Portaria nº 200/2017-CGP/SUSIPE****Belém, 27 de março de 2017**

JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, Corregedor-Geral Penitenciário Em Exercício, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o disposto no art. 201, parágrafo único, da Lei Estadual n.º 5.810/94-RJU, segundo o qual o prazo para conclusão da sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, poderá ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 155/2017-CGP/SUSIPE, de 20/02/2017 publicada no Diário Oficial do Estado nº 33322 de 24/02/2017, referente ao Processo nº 4166/2017-CGP/SUSIPE;

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, Em Exercício

Protocolo: 160341**Portaria nº 1008/2017-DGP/SUSIPE, de 27/03/17**

INTERRROMPER nos termos do Art.74, §2º, da Lei nº 5.810/94, a contar de 27/03/2017, as férias do servidor ALDO MORAES VIANA, Matrícula nº 58391132, concedidas através da Portaria nº 880/17-DGP/SUSIPE, de 20/03/17, publicada no DOE nº 33.337, de 21/03/17.

Protocolo: 160352

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Contratação em caráter de substituição, mediante Processo Seletivo Simplificado, autorizada através dos processos nº2017/6607 de 24 de janeiro de 2017 e nº 2017/62799 de 07 de março de 2017, os servidores temporários, não acarretando acréscimo de despesas ao erário.

Ato: Portaria nº 222/ 2017- GAB/SUSIPE

Órgão: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO PARA

MODALIDADE DE ADMISSÃO: TEMPORÁRIO

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: ISAIAS SILVA PIREZ em substituição a Andrey de Souza e Silva

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: JOELCIO PORTÁCIO MOREIRA em substituição a Márcio Roberto de Barros Vieira Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: FELIPE DE ALMEIDA GUIMARÃES em substituição a Francisco Reis Martins de Sousa

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: EDIVAN CARNEIRO DE SOUZA em substituição a Leandro de Sousa Paixão

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: ALESSANDRO ALVES CHAVES em substituição a Paulo Correa Lima

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: LUDINEI DE SOUZA SOBRINHO em substituição a Raimundo Martins Ferreira

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: WERLY DOS SANTOS SILVA em substituição a Flávio Vieira de Paiva

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: ELIGIO NUNES SILVA em substituição a Francisco Pereira de Souza Filho

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: EDSON DA SILVA CARNEIRO em substituição a Francisca Oliveira Lopes

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 24 /03/2017 Término Vínculo: 23 /03/2018
Nome do Servidor: RODRIGO ALMEIDA DE SOUZA em substituição a José Ribamar da Silva Soares

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 25 /03/2017 Término Vínculo: 24 /03/2018
Nome do Servidor: RIVERLAN NEVES DA COSTA em substituição a Leandro Maciel de Oliveira

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 25 /03/2017 Término Vínculo: 24 /03/2018
Nome do Servidor: DIEGO SILVA AQUINO em substituição a Jurandir da Cruz Moraes

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 25 /03/2017 Término Vínculo: 24 /03/2018
Nome do Servidor: ARNALDO DA COSTA VALES em substituição a Pedro Dias Araújo

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 25 /03/2017 Término Vínculo: 24 /03/2018
Nome do Servidor: FRANCISCO COSTA DE SOUZA em substituição a Eliony Souza Barata

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 25 /03/2017 Término Vínculo: 24 /03/2018
Nome do Servidor: NEUZERLLANY DE SOUZA BATISTA em substituição a Juracy de Souza Gomes Neta

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 27 /03/2017 Término Vínculo: 26 /03/2018
Nome do Servidor: JOSÉ DJAILSON RODRIGUES DO CARMO em substituição a Valter Jax Lobo Wanzeler

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

- Data de Admissão: 27 /03/2017 Término Vínculo: 26 /03/2018
Nome do Servidor: GIVANILDO COSTA GONÇALVES em substituição a Rodan Piedade Teixeira

Cargo do Servidor: AGENTE PRISIONAL

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160325

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ATO: TERMO DE DISTRATO

Término de Vínculo: 23/03/2017

Motivo: DISTRATO A PEDIDO

Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIÁRIO DO EST DO PARA

Servidor Temporário: EDMILSON VIANA PRESTES JUNIOR - AGENTE PRISIONAL

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160198

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Portaria nº 897/2017- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 21/03/2017.

NOME: MARGARETH DE FREITAS CORREA - MATRICULA Nº 57213720

Assunto: LICENÇA PRORROGAÇÃO

Período: 01/02/2017 A 31/03/2017.

Protocolo: 160361

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 017/2017

Processo: 2017/49764

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Locação de Veículos Tipo Sedan com Blindagem, para suprir a demanda desta Autarquia.

Entrega do Edital: O Edital encontra-se acessível nos sites: www.comprasnet.gov.br, www.compraspara.pa.gov.br e www.susipe.pa.gov.br.

Responsável pelo certame: Oliviana da Conceição Alves e Silva

Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br

Data da Abertura: 07/04/2017

Hora da Abertura: 09h. (Horário de Brasília)

Orçamento: Programa de Trabalho: 03.421.1425.8283

Natureza da Despesa: 339033

Fonte do Recurso: 0101000000

Origem do Recurso: Estadual

Ordenador: André Luiz de Almeida e Cunha

Protocolo: 160260

CONVÊNIO

Convênio: 001 - Exercício: 2017

Objeto: Utilização da mão-de-obra carcerária de 04 (quatro) internos dos regimes fechado e semi-aberto, custodiados no sistema Penitenciário do Estado do Pará, na atividade laborativa de serviços gerais e logística de produtos nas cantinas instaladas nas seguintes Unidades Prisionais: Centro de Recuperação Agrícola de Marabá - CRAMA, Centro de Recuperação Feminino de Marabá - CRFM, Central de Triagem Masculina de Marabá - CTMM.

Assinatura: 27/03/2017 - Vigência: 01/04/2017 a 31/03/2018

Valor: R\$ 38.679,36 (trinta e oito mil seiscentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos)

Orçamento: Programa de Trabalho: 03.421.1422.8228;

Natureza da despesa: 339036

Fonte/Origem do Recurso: 0262000000/Estadual

Partes: Beneficiário ente Público: SUSIPE

Concedente: MARIA DO ESPÍRITO SANTO NASCIMENTO DA SILVA 01172361282

Nome do Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160379

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria nº 892/2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

BENEDITO ORIVALDO SOCORRO TAVARES.

DIRETOR - CRRCAMETÁ - Matrícula: 5907946.

Programa de Trabalho: 528283 - Fonte: 0101000000.

Natureza da Despesa: 339030 - Valor R\$ 1.500,00.

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA.

Protocolo: 160182

Portaria nº 889/2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

TIMÓTEO RICARDO DA SILVA LOPES.

ASSESSOR- ACS - Matrícula: 54191891

Programa de Trabalho: 528338 - Fonte: 0101000000.

Natureza da Despesa: 339039 - Valor R\$ 1.650,00

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA.

Protocolo: 160172

Portaria nº 890/2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

ERCIO DA SILVA TEIXEIRA.

TGP - CRAMA - Matrícula: 5852579.

Programa de Trabalho: 528283- Fonte: 0101000000.

Natureza da Despesa: 339030 - Valor R\$ 2.500,00.

Natureza da Despesa: 339039 - Valor R\$ 500,00.

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA.

Protocolo: 160174

Portaria nº 891/2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

JORGÉ DA CRUZ COELHO JÚNIOR.

DIRETOR - CRR ATAMAMIRA - Matrícula: 51175823.

Programa de Trabalho: 528283- Fonte: 0101000000.

Natureza da Despesa: 339030 - Valor R\$ 2.000,00.

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA.

Protocolo: 160178

Portaria nº 893/2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

PAULO GUILHERME MARREIOS BENONE.

SECRETARIO - DAR - Matrícula: 57211834.

Programa de Trabalho: 528338 - Fonte: 0101000000.

Natureza da Despesa: 339030 - Valor R\$ 200,00.

Natureza da Despesa: 339039 - Valor R\$ 200,00.

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA.

Protocolo: 160183

Portaria nº 894/2017

Prazo para Aplicação (em dias): 30

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

ALICE LUZ MEYER.

ADMINISTRADOR - DGP - Matrícula: 57194622.

Programa de Trabalho: 528338- Fonte: 0101000000.

Natureza da Despesa: 339030 - Valor R\$ 1.500,00.

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA.

Protocolo: 160188

DIÁRIA

PORTARIA Nº398/2016

Objetivo: escutar interno a fim de participar de audiência no município de Santa Maria do Pará/PA

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.

Origem: Belém/PA – Brasil

Destino (s) Santa Maria do Pará /PA-Brasil

Servidor (es) 5830621/JOÃO BATISTA OLIVEIRA DA SILVA

(Motorista);40762/JOSE RABELO LOPES(Agente Prisional);57175018/RUBENS BARROS DA SILVA(Agente Prisional)

Período: 29/02/2016- Diária (s): 0.5 (meia)

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160079

DIÁRIA

PORTARIA Nº441/2016

Objetivo: tratar de assuntos administrativos em Belém/PA

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.

Origem: Marabá/PA – Brasil

Destino (s) Belém /PA – Brasil

Servidor (es) 5179815 /MARCIO FERNANDO DOS SANTOS DE BARROS (Diretor);5922956/DEBORA RODRIGUES MENDES(Agente Administrativo);5920782/ERICA DOS SANTOS MOREIRA COSTA(Assistente Social);5738970/FRANCISCA MARIA DE ARAUJO BORGES(Agente Prisional)

Período: 31/01 a 03/02/2016- Diária (s): 2.5 (duas e meia)

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160152

DIÁRIA

PORTARIA Nº389/2016

Objetivo: escutar interno a fim de participar de audiência no município de São João do Araguaia/PA

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.

Origem: Marabá/PA – Brasil

Destino (s) São João do Araguaia /PA-Brasil

Servidor(es) 5920766/PABLO ALVES DOS SANTOS (Agente Prisional)

Período: 01/03/2016- Diária (s): 0.5 (meia)

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160072

DIÁRIA

PORTARIA Nº388/2016

Objetivo: escutar interno a fim de participar de audiência no município de Breu Branco/PA

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.

Origem: Tucuruí /PA – Brasil

Destino (s) Breu Branco /PA-Brasil

Servidor (es) 5913347/CARLOS EDUARDO ALMEIDA MOSINHO (Agente Prisional);5922396/MAICON DE JESUS LIMA(Agente Prisional);57210851/JOSE DOS SANTOS TOCANTINS DE MORAES(Motorista)

Período: 24/02/2016- Diária (s): 0.5 (uma)

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160080

DIÁRIA

PORTARIA Nº282/2016

Objetivo: escutar interno a fim de participar de audiência no município de Mãe do Rio/PA

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.

Origem: Belém/PA – Brasil

Destino (s) Mãe do Rio /PA-Brasil

Servidor(es)54188578/ MARIO DURVAL GOMES DA SILVA (Agente Prisional);5917645/JORGE CESAR NOVAES REGO FILHO(Agente Prisional)

Período: 02/03/2016- Diária (s): 0.5 (meia)

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160086

**DIÁRIA
PORTARIA Nº406/2016**

Objetivo: escotar interno a fim de participar de audiência no município de Tucuruí/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Belém /PA – Brasil
Destino (s) Tucuruí /PA – Brasil
Servidor(es)5721685/ CYL FARNEY SILVA RUIZ (Agente Prisional)
Período: 15 a 25/02/2016- Diária (s): 2.5 (dez e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160149

**DIÁRIA
PORTARIA Nº457/2016**

Objetivo: escotar interno a fim de participar de audiência no município de Oriximiná/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santarém/PA – Brasil
Destino (s) Oriximiná /PA – Brasil
Servidor(es) 5913161/CHARLES ALBERT NOGUEIRA XAVIER(Agente prisional);54185618/JAIME EDER FIGUEIRA GARCIA(Agente Prisional)
Período: 29/02 a 02/03/2016- Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160120

**DIÁRIA
PORTARIA Nº445/2016**

Objetivo: transferir interno para o município de Bragança/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Marituba/PA – Brasil
Destino (s) Bragança /PA-Brasil
Servidor (es) 54181429/DOMINGOS GONÇALVES XAVIER (Agente Prisional)
Período: 05/03/2016 Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160070

**DIÁRIA
PORTARIA Nº390/2016**

Objetivo: escotar interno a fim de participar de audiência no município de Ulianópolis/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Marabá/PA – Brasil
Destino (s) Ulianópolis//PA-Brasil
Servidor (es) 5922785/JOSE GOMES DA SILVA NETO (Agente Prisional)
Período: 01/03/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160074

**DIÁRIA
PORTARIA Nº443/2016**

Objetivo: escotar interna a fim de participar de audiência no município de Parauapebas/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem:Marabá/PA – Brasil
Destino (s) Parauapebas /PA-Brasil
Servidor (es) 5920767/ALESSANDRO PEREIRA LIMA(Agente prisional)
Período: 01/03/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160078

**DIÁRIA
PORTARIA Nº174/2016**

Objetivo: realizar diligencias junto ao Centro de Recuperação Agrícola Mariano Antunes, em Marabá/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Capanema /PA – Brasil
Destino (s) Marabá /PA – Brasil
Servidor(es)54188499/ARNALDO DE MELLO HENRIQUES NETO(Agente prisional);54181383/ALDEMIR RODRIGUES FORTES(Agente Prisional)
Período: 07/02 a 07/03/2016- Diária (s): 29.5 (vinte e nove e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160106

**DIÁRIA
PORTARIA Nº455/2016**

Objetivo: escotar interno a fim de participar de audiência no município de Oriximiná/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santarém/PA – Brasil
Destino (s) Oriximiná /PA – Brasil
Servidor(es)57191378/ELMER SERIQUE PANTOJA(Agente Prisional);5913395 /ALTAIR ANDRADE DE BRITO(Agente Prisional)
Período: 02 a 03/03/2016 Diária (s): 1.5 (uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160110

**DIÁRIA
PORTARIA Nº442/2016**

Objetivo: escotar internos a fim de participarem de audiência no município de Acará/PA

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Belém /PA – Brasil
Destino (s) Acará /PA-Brasil
Servidor(es)57217239/RUTNALDO ANTONIO MARTINS CASTRO(Agente Prisional);54182915/ROSENALDO FERREIRA MARTINS(Agente prisional)
Período: 04/03/2016- Diária (s): 01(uma)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160089

**DIÁRIA
PORTARIA Nº416/2016**

Objetivo: escotar interna a fim de participar de audiência no município de Bragança/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Ananindeua/PA – Brasil
Destino (s) Bragança /PA – Brasil
Servidor(es)5891230/LUCIVALDO CORREA PEREIRA (Agente prisional);5922820/SILVIA ALINE MATOS VIANA(Agente Prisional)
Período: 17/02/2016- Diária (s):0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160099

**DIÁRIA
PORTARIA Nº444//2016**

Objetivo: escotar interna a fim de participar de audiência no município de Parauapebas/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem:Marabá /PA – Brasil
Destino (s) Parauapebas /PA– Brasil
Servidor(es) 5922792/ MARIO GOMES DE OLIVEIRA (Agente prisional)
Período: 02/03/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160151

**DIÁRIA
PORTARIA Nº418/2016**

Objetivo: escotar interno a fim de participar de audiências nos municípios de Marabá e Redenção/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santa Isabel do Pará/PA – Brasil
Destino (s) Marabá/Redenção /PA – Brasil
Servidor(es)5710464/EDWARD DE ARAUJO DE OLIVEIRA(agente Prisional);5912576/RUAN HENRIQUE BASILIO DA SILVA(Agente prisional)
Período: 22/02 a 01/03/2016- Diária (s): 8.5 (oito e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160132

**DIÁRIA
PORTARIA Nº422/2016**

Objetivo: escotar interno a fim de participar de audiência no município de Curuçá/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Belém/PA – Brasil
Destino (s) Curuçá /PA – Brasil
Servidor(es)5830621/JOÃO BATISTA OLIVEIRA DA SILVA (Motorista);5905644/CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA(Agente prisional);57175018/RUBENS BARROS DA SILVA(Agente Prisional)
Período: 23/02/2016 - Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160136

**DIÁRIA
PORTARIA Nº419/2016**

Objetivo: escotar interno a fim de participar de audiência no município de Maracanã/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Belém /PA – Brasil
Destino (s) Maracanã /PA – Brasil
Servidor(es)57207531 / IGOR FELIPE MONTEIRO NERY(Agente Prisional);ROBERTO SANTOS BARROS(Motorista);5691648/ ELIWALTER REIS SANTIAGO(Agente Prisional)
Período: 01/02/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160140

**DIÁRIA
PORTARIA Nº401/2016**

Objetivo: escotar interno a fim de participar de audiência no município de Marapanim/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Belém /PA – Brasil
Destino (s) Marapanim /PA-Brasil
Servidor (es)54181405/ROBERTO SANTOS BARROS(Motorista);54181405/REGISLEI PEREIRA DE OLIVEIRA(Agente Prisional);5922325/RONY CLEY DE OLIVEIRA REIS(Agente Prisional)
Período: 25/02/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160081

**DIÁRIA
PORTARIA Nº438/2016**

Objetivo: escotar interna a fim de participar de audiência no município de Salinópolis/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Ananindeua /PA – Brasil
Destino (s) Salinópolis /PA-Brasil
Servidor (es)57207336/MARIA RAIMUNDA COSTA CAMPOS(Agente Prisional);57209437/ANDRE LUIS DA SILVA DOS SANTOS(Agente Prisional)
Período: 01/03/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160087

**DIÁRIA
PORTARIA Nº449/2016**

Objetivo: escotar internos a fim de participarem de audiência no município de Santo Antonio do Tauá/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Ananindeua/PA – Brasil
Destino (s) Santo Antonio do Tauá /PA-Brasil
Servidor (es) 8400659/ELIZEU DE OLIVEIRA ALVES(Agente Prisional);5922821/GIOVANNI DA SILVA BARBOSA(Agente Prisional)
Período: 10/03/2016- Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160094

**DIÁRIA
PORTARIA Nº420/2016**

Objetivo: escotar interno a fim de participar de audiência no município de Marapanim/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Belém/PA – Brasil
Destino (s) Marapanim /PA – Brasil
Servidor(es)5830621 /JOÃO BATISTA OLIVEIRA DA SILVA (Motorista);5710367/ROMEU DO CARMO AMORIM DA SILVA SOBRINHO(Agente Prisional);5905644/CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA(Agente Prisional)
Período: 17/02/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160146

**DIÁRIA
PORTARIA Nº399/2016**

Objetivo: escotar interna a fim de participar de audiência no município de São Miguel do Guamá/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem:Belém/PA – Brasil
Destino (s) São Miguel do Guamá /PA – Brasil
Servidor(es)5201063 / MAX ANTONIO PORPINO LAMEIRA DA SILVA (Agente Prisional)
Período: 23/02/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 160150

FÉRIAS

Portaria nº 1009/2017-DGP/SUSIPE, de 27/03/17

Nome: LUANA PEREIRA DA LUZ
Assunto: Férias
Período: 05/04/17 a 04/05/17
Exercício: 2017

Protocolo: 160363

OUTRAS MATÉRIAS

EXCLUSÃO DE SERVIDOR EM PORTARIA
EXCLUIR na Portaria nº 2597/2016, protocolo nº 139483 publicada no DOE nº 33297 de 23/01/2017, que concedeu viagem ao município de Abaetetuba/PA, o servidor ANDERSON SILVA PINTO, matrícula nº 57222683.
Protocolo: 160157

EXCLUSÃO DE SERVIDOR EM PORTARIA
EXCLUIR na Portaria nº 3232/2015, protocolo nº 139424 publicada no DOE nº 33297 de 23/01/2017, que concedeu viagem ao município de Bragança/PA, o servidor MAX JONES DOS SANTOS CORREA, matrícula nº 54187552.
Protocolo: 160153

EXCLUSÃO DE SERVIDOR EM PORTARIA
EXCLUIR na Portaria nº 2781/2016, protocolo nº 139482 publicada no DOE nº 33297de 23/01/2017, que concedeu viagem ao município de Óbidos/PA, o servidor FERNADO LUIZ ALVES DE MEDEIROS, matrícula nº 57174370.
Protocolo: 160165

EXCLUSÃO DE SERVIDOR EM PORTARIA
EXCLUIR na Portaria nº 3515/2015, protocolo nº 139422 publicada no DOE nº 33297 de 23/01/2017, que concedeu viagem ao município de Cametá/PA, o servidor MAX JONES DOS SANTOS CORREA, matrícula nº 54187552.
Protocolo: 160154

EXCLUSÃO DE SERVIDOR EM PORTARIA
EXCLUIR na Portaria nº 2598/2016, protocolo nº 139486 publicada no DOE nº 33297de 23/01/2017, que concedeu viagem ao município de Tomé-Açu/PA, o servidor ANDERSON SILVA PINTO, matrícula nº 57222683.
Protocolo: 160161

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

CONTRATO

CONTRATO
CONTRATO: 004/2017
OBJETO: O presente Contrato tem como objeto o fornecimento pela CONTRATADA à CONTRATANTE de MATERIAL DE EXPEDIENTE, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).
VALOR: R\$19.009,40
DATA DE ASSINATURA: 27/03/2017
VIGÊNCIA CONTRATUAL: 27/03/2017 a 27/03/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2016 e Ata de Registro de Preço nº 05/2016 – SEAD/DGL/SRP
PROJETO/ATIVIDADE: 8338 – 0101006356 – 339030; PTRES: 158338; PI: 4200008338C; AÇÃO: 231148; FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.122.1297.8338;
PROJETO/ATIVIDADE: 8338 – 0101000000 – 339039; PTRES: 158338; PI: 4200008338C; AÇÃO: 231148; FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.122.1297.8338
CONTRATADO: IVRS COMÉRCIO EIRELI – EPP
ENDEREÇO: Rua do Fio, nº 22, Ananindeua-PA, CEP: 67.010-550
ORDENADOR: Paulo Roberto Chaves Fernandes

Protocolo: 160375

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 22/2017
Objeto: A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção/fornecimento de material gráfico (impressos), para atender as demandas relacionadas às atividades da Secult e suas unidades organo-funcionais. Responsável pelo certame: Cícero Marcos Lopes do Rosário
Local de abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br
Data de abertura: 10/04/2017
Hora da abertura: 12:00 horas.
Orçamento: Projeto Atividade: 8338- 0110000000 – 339030; PTRES: 158338; PI: 4200008338C; Ação: 231171; Funcional Programática: 13.122.1297-8338
Projeto Atividade: 8338- 0101006356 – 339030; PTRES: 158338; PI: 4200008338C; Ação: 231171; Funcional Programática: 13.122.1297-8338.
Ordenador de despesa: Paulo Roberto Chaves Fernandes

Protocolo: 160357

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DO PROTOCOLO DOE: 159712

Publicado no D.O.E. nº 33.341 em 27/03/2017.
Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017
Processo: **2017/106939**
Onde se lê: **Contratado: Pagamento de Cachê artístico (...)**
Leia-se: **Objeto: Pagamento de Cachê artístico (...)**
Leia-se: **Contratada: E S DE A PINTO E SERVIÇOS EPP (Nome Fantasia: TALENTOS DA AMAZÔNIA) – CNPJ: 18.403.016/0001-00.**
Ordenadora: DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

Protocolo: 160356

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RÁDIO-DIFUSÃO

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 165/2017 DE 24 DE MARÇO DE 2017.

A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 11 de Janeiro de 2011 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO os termos da solicitação de diárias, da Diretoria Técnica, constante no Processo nº 122481/2017 de 22/03/2017.

RESOLVE:

CONCEDER 4 e ½ (quatro e meia) diárias, ao servidor; JOÃO BATISTA FLEXA DE MELO, ocupante do cargo de Tec, Est. Repet. Retr. de TV, Matrícula funcional nº 3179974/1 e CPF nº 117.427.802-10, para custear despesas com viagens as localidades de Breves, Vila Maynard e Vila Porto Alegre, no período de 28/03 a 01/04/2017, com o objetivo de realizar serviços de manutenção nas RTV's da Funtelpa que encontram-se fora do ar.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTELPA

Protocolo: 160201

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA

Portaria nº 2562/ 2017 – SAGEP

A Secretaria de Estado de Educação, usando de suas atribuições e de acordo com o Processo nº 109637/2017
CONSIDERANDO a existência de bens móveis “veículos”, ociosos, recuperáveis, antieconômico ou irrecuperáveis no acervo patrimonial da SEDUC, de acordo com a classificação no Manual de Gestão de Patrimônio Mobiliário do Estado.

RESOLVE:

Art. 1º – Constituir a COMISSÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS “VEÍCULOS” para a Secretária de Estado de Educação.
Art. 2º – Designa os membros para compor a referida comissão, sob a presidência do primeiro.
I- Walcy Pinho da Luz, matrícula nº 733474/1
II- Radmila Pantoja Castello, matrícula nº 57233288/3
III- Fernanda Paula Almeida Catunda, matrícula nº 5930906/1
Art. 3º – Fica determinado o prazo de 120 (cento e vinte dias) para conclusão dos trabalhos.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.
Belém, 24 de março de 2017.
ANA CLAUDIA SERRUYA HAGE
Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 160398

Governo do Estado do Pará Secretaria de Estado de Educação Secretaria Adjunta de Ensino

Portaria nº 010 / 2017 - SAEN

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENSINO, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que estabelece a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN);
CONSIDERANDO a política de expansão do Ensino Infantil, Fundamental e Médio no município de Bom Jesus do Tocantins, que vem apresentando aumento na demanda, conforme processo nº 968144 /2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a ESCOLA INDÍGENA ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO AKRÁTIKATÊJÊ localizada na BR 222, na Reserva Indígena Mãe Maria, Município de Bom Jesus do Tocantins, jurisdicionado a 4ª Unidade Regional de Ensino (Marabá / Pa).
Art. 2º - Para atender o que dispõe o artigo anterior, a Secretaria Adjunta de Ensino - SAEN, providenciará junto a Secretaria de Estado de Administração - SEAD e a Coordenação de Descentralização - CODES/SEDUC, a lotação do quadro de servidores de acordo com a demanda do alunado registrada pela direção da unidade de ensino, como dispõe Portaria de Lotação em vigor.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENSINO
Belém, 24 de março de 2017
JOSÉ ROBERTO ALVES DA SILVA
Secretário Adjunto de Ensino

Protocolo: 160424

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2017-BELÉM
Nome do Servidor: ELIANA DE ALBUQUERQUE BARBOSA DOS SANTOS
Cargo do Servidor: PROFESSOR
Data de Admissão: 27/03/2017
Término Vínculo: 26/03/2018
Observação: Contratação em caráter de substituição, autorizado em 23/02/17, através do processo nº 20662/2017, não acarretando acréscimo de despesa ao erário.
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2017-QUATIPURU
Nome do Servidor: ANTONIA IVANILDE PEREIRA
Cargo do Servidor: PROFESSOR (PROJETO MUNDIAR)
Data de Admissão: 27/03/2017
Término Vínculo: 26/03/2018
Observação: Contratação em caráter de substituição, autorizado em 23/02/17, através do processo nº 20662/2017, não acarretando acréscimo de despesa ao erário.
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2017-OURÉM
Nome do Servidor: EVALDO CUNHA MARQUES
Cargo do Servidor: PROFESSOR (PROJETO MUNDIAR)
Data de Admissão: 27/03/2017
Término Vínculo: 26/03/2018
Observação: Contratação em caráter de substituição, autorizado em 23/02/17, através do processo nº 20662/2017, não acarretando acréscimo de despesa ao erário.

Protocolo: 160468

ERRATA

ERRATA DO EDITAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL Nº 002/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL Nº 002/2017, publicado no DOE Nº 33318, folhas 37 de 20/02/2017, que trata da “Contratação de Empresa para Serviços de Implantação e Operacionalização de Plataforma de Transmissão de TV Interativa Via Protocolo IP”

ERRATAS

ERRATA 1: Seção 2 – Dados da Licitação (DDL)
Inserir o Subitem 3.4 na Seção 2 – Dados da Licitação (DDL)
Leia-se:

3.4	SERVIÇOS ELEGÍVEIS Todos os membros de um Joint Venture e todos os Subcontratados devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.
-----	---

ERRATA 2: Seção 2 – Dados da Licitação (DDL)

Onde-se lê:

19.1	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS O prazo para a apresentação de propostas é até às 09 horas do dia 06/04/2017
------	---

Leia-se:

19.1	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS O prazo para a apresentação de propostas é até às 10 horas do dia 06/04/2017
------	---

ERRATA 3: Seção 6 – Escopo dos Serviços

Onde se lê:

Aquisição de licenças da Plataforma de IP.TV desenvolvida pela IP.TV LTDA.
Disponibilização da solução de TV interativa e videoconferência multiponto por IP (desenvolvida pela IP.TV LTDA.) para atendimento de até 145 (cento e quarenta e cinco) salas polo, conectadas por circuito satélite bidirecional em padrão multicast, e acessos externos à rede satélite (via navegadores internet e dispositivos móveis) com respectivo suporte ativo e direito a atualizações pelo período contratado. Os usuários da plataforma educacional através de dispositivos móveis poderão participar interativamente, em tempo real e “ao vivo” das aulas virtuais por meio de seus smartphones e tablets.

Leia-se:

Aquisição de licenças da Plataforma de IP.TV desenvolvida pela IP.TV LTDA.
Disponibilização da solução de TV interativa e videoconferência multiponto por IP (desenvolvida pela IP.TV LTDA.) para atendimento de até 145 (cento e quarenta e cinco) salas polo, conectadas por circuito satélite bidirecional em padrão multicast, e até 4.000 (quatro mil) usuários conectados simultaneamente externos à rede satélite (via navegadores internet e dispositivos móveis) com respectivo suporte ativo e direito a atualizações pelo período contratado. Os usuários da plataforma educacional através de dispositivos móveis poderão participar interativamente, em tempo real e “ao vivo” das aulas

virtuais por meio de seus smartphones e tablets.

ERRATA 4: Seção 2 – Dados da Licitação (DDL)

Onde-se lê:

13.1	<p>DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA ELEGIBILIDADE, HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO CONCORRENTE</p> <p>Além dos documentos de habilitação definidos nas IACs, a empresa deve apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, elaborados em papel timbrado da empresa emitente comprovando experiência, em detalhe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, para rede estruturada Categoria 6, para infraestrutura em eletrocalhas, para instalação elétrica de baixa tensão e para lançamento de fibras, devidamente registrados no CREA, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em nome do proponente e/ou do(s) responsável (is) técnico (s), que comprovem a aptidão para desempenho das atividades solicitadas. • Entrega de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do profissional responsável pelos serviços, devidamente quitada e registrada no CREA-PA, no prazo de 5 dias úteis após a emissão de Ordens de Serviço (OS) para a execução dos serviços discriminados na seção 6. • Comprovante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a apresentação da proposta, de no mínimo 01 (um) engenheiro eletricitista ou engenheiro de telecomunicações, o qual será responsável técnico pela execução dos serviços, com o devido registro no CREA, podendo esta comprovação ser feita através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho devidamente registrado ou da apresentação do Contrato Social. • Comprovação da capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, elaborados em papel timbrado da empresa emitente comprovando experiência em Sustentação de Infraestrutura de TI, no que cabe à administração de rede corporativa de computadores bem como suporte técnico à infraestrutura de rede corporativa de computadores, e principalmente sobre os serviços descritos no objeto deste edital. Devendo comprovar o atendimento mínimo e obrigatório dos dados abaixo: <ol style="list-style-type: none"> a. Prestação de serviços técnicos compatíveis no todo com o objeto desta contratação, tomando-se como base a quantidade total de ativos conectados em redes WAN ou LAN, comprovada em um único contrato, acima de 4.000 (quatro mil) estações; b. Prestação de serviços com bom desempenho de suporte a serviços de TI para 4.000 (quatro mil) usuários conectados, simultaneamente, em única rede corporativa e 4.000 (quatro mil) chamados mensalmente, conforme as melhores práticas recomendadas pela ITIL V3. • Apresentar ainda Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica, nos termos do item acima, que comprove as respectivas experiências da licitante conforme tabela de serviços abaixo: <p>Item Nº</p> <p>Experiência</p> <p>1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência na administração, configuração e operação de Centrais Telefônicas de Médio e Grande Porte; • Experiência com projeto, implantação e administração de redes Wiñ, WiMax, Fibra-Óptica e UTP; • Experiência com configuração e administração e gerência de ativos de rede em DATA CENTER e EndPoints; • Consolidação de centro de monitoramento com utilização de ferramentas: Zabbix, Nagios e Cacti; • Consolidação de inventário de Parque Tecnológico com utilização de ferramenta Sistema de Controle de Inventário Computacional; • Suporte em 1º, 2º e 3º Nível Remoto para Infraestrutura de Redes e Telecom; • Experiência na instalação e lançamento de cabeamento metálico (cat 5e, cat 6 e cat 6a horizontal e vertical), crimpagem em Patch Panel, fibra ótica, cabo CI de várias medidas, montagem de voicepanel, cabeamento de voz, conectorização de tomadas RJ 45 e RJ 11; • Montagem de rack e distribuição de circuito. • Instalação de equipamentos de rádio ponto-a-ponto e rádio ponto-multiponto. <p>2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação e operação de Central de Serviços (CS), dos processos de Gerenciamento de Incidentes, Cumprimento de Requisição, Gerenciamento da Configuração e do processo de Gerenciamento de Problemas, com capacidade de atender, no mínimo, 3.500 (três mil e quinhentos) chamados mensalmente; • Instalação, configuração e manutenção de softwares básicos, utilitários e aplicativos de microinformática; • Instalação, configuração e manutenção de equipamentos (microcomputador, scanner, impressora, monitor ou TV, no-break e notebook). • Coordenação de equipe de atendimento de 1º e 2º nível. <p>O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) contemplar, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Nome do cliente; b) Endereço completo do cliente; c) Descrição dos serviços prestados; d) Vigência do contrato; e) Assinatura e identificação do signatário contendo: Nome, cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o referido atestado; f) Telefone, fax ou e-mail de contato; g) Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de prazos, além de qualidade dos produtos e serviços prestados; h) Abaixo da assinatura do signatário deverá constar Declaração de que está ciente que o Atestado poderá ser diligenciado pela Administração e que a prestação de informações falsas ensejará penalidades civis e penais.- Obediência às normas e padrões recomendados neste documento, garantindo assim padronização e confiabilidade à rede;
------	---

Leia-se:

13.1	<p>DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA ELEGIBILIDADE, HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO CONCORRENTE</p> <p>Além dos documentos de habilitação definidos nas IACs, a empresa deve apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, elaborados em papel timbrado da empresa emitente comprovando experiência, em detalhe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atestado de capacidade técnica para serviços de implantação e operacionalização de estúdios e da plataforma de transmissão de TV interativa via protocolo IP; • Atestado de capacidade técnica para serviços de implantação e manutenção preventiva e corretiva dos softwares e equipamentos de TI das salas polo. • Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, para rede estruturada Categoria 6, para infraestrutura em eletrocalhas, para instalação elétrica de baixa tensão e para lançamento de fibras, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em nome do proponente e/ou do(s) responsável (is) técnico (s), que comprovem a aptidão para desempenho das atividades solicitadas. • Comprovação da capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, elaborados em papel timbrado da empresa emitente comprovando experiência em Sustentação de Infraestrutura de TI, no que cabe à administração de rede corporativa de computadores bem como suporte técnico à infraestrutura de rede corporativa de computadores, e principalmente sobre os serviços descritos no objeto deste edital. Devendo comprovar o atendimento mínimo e obrigatório dos dados abaixo: <ol style="list-style-type: none"> a. Prestação de serviços técnicos compatíveis no todo com o objeto desta contratação, tomando-se como base a quantidade total de ativos conectados em redes WAN ou LAN e Plataforma AVA, comprovada em um único contrato de 2.000 (dois mil) usuários conectados simultaneamente; b. Prestação de serviços com bom desempenho de suporte a serviços de TI para 2.000 (dois mil) usuários conectados simultaneamente, em única rede corporativa e plataforma AVA, com atendimento de 500 (quinhentos) chamados mensalmente, conforme as melhores práticas recomendadas pela ITIL V3. • Apresentar ainda Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica, nos termos do item acima, que comprove as respectivas experiências da licitante conforme tabela de serviços abaixo: <p>Item Nº</p> <p>Experiência</p> <p>1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência com projeto, implantação e administração de redes Fibra-Óptica e UTP; • Experiência com configuração e administração e gerência de ativos de rede em DATA CENTER e EndPoints; • Consolidação de centro de monitoramento com utilização de ferramentas: Zabbix; • Consolidação de inventário de Parque Tecnológico com utilização de ferramenta Sistema de Controle de Inventário Computacional; • Suporte em nível 1º, 2º, e 3º remoto para infraestrutura de redes, sistema IP.TV, softwares e equipamentos de TI das salas polo; • Experiência na instalação e lançamento de cabeamento metálico (cat 5e, cat 6 e cat 6a horizontal e vertical), crimpagem em Patch Panel, fibra ótica, cabo CI de várias medidas, montagem de voicepanel, cabeamento de voz, conectorização de tomadas RJ 45 e RJ 11; • Montagem de rack e distribuição de circuito. <p>2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação e operação de Central de Serviços (CS), dos processos de Gerenciamento de Incidentes, Cumprimento de Requisição, Gerenciamento da Configuração e do processo de Gerenciamento de Problemas, com capacidade de atender a demanda de manutenção corretiva mensal de 73 (setenta e três) salas polo; • Instalação, configuração e manutenção de softwares básicos, utilitários e aplicativos de microinformática; • Instalação, configuração e manutenção de equipamentos (microcomputador, scanner, impressora, monitor ou TV, no-break e notebook). • Coordenação de equipe de atendimento de 1º e 2º nível. <p>O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) contemplar, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Nome do cliente; b) Endereço completo do cliente; c) Descrição dos serviços prestados; d) Vigência do contrato; e) Assinatura e identificação do signatário contendo: Nome, cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o referido atestado; f) Telefone, fax ou e-mail de contato; g) Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de prazos, além de qualidade dos produtos e serviços prestados; h) Abaixo da assinatura do signatário deverá constar Declaração de que está ciente que o Atestado poderá ser diligenciado pela Administração e que a prestação de informações falsas ensejará penalidades civis e penais.- Obediência às normas e padrões recomendados neste documento, garantindo assim padronização e confiabilidade à rede;
------	--

ERRATA 5: Seção 2 – Dados da Licitação (DDL)

Onde-se lê:

13.1 DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA ELEGIBILIDADE, HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

Entrega de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do profissional responsável pelos serviços, devidamente quitada e registrada no CREA-PA, no prazo de 5 dias úteis após a emissão de Ordens de Serviço (OS) para a execução dos serviços discriminados na Seção 6.

• Comprovante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a apresentação da proposta, de no mínimo 01 (um) engenheiro electricista ou engenheiro de telecomunicações, o qual será responsável técnico pela execução dos serviços, com o devido registro no CREA, podendo esta comprovação ser feita através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho devidamente registrado ou da apresentação do Contrato Social.

Este item será excluído e será incluído na Seção 2 – Dados da Licitação (DDL), Item 33.1, com o seguinte texto:

	ASSINATURA DO CONTRATO
	a) Entrega de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelos serviços, devidamente quitada e registrada no CREA, conforme
	b) Comprovante de possuir vínculo profissional, na data prevista para assinatura do Contrato, de no mínimo 01 (um) engenheiro electricista ou engenheiro de telecomunicações, o qual será responsável técnico pela execução dos serviços, com o devido registro no CREA, podendo esta comprovação do vínculo profissional ser feita por meio de apresentação de cópias das Carteiras de Trabalho (CTPS), ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou ainda, por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.
33.1	

Belém, 27 de março de 2017

Léa Abraham Ohana (Presidente)

Matrícula: 5900634/2

Samarone Minas (Membro)

Matrícula: 55587286/6

Regina Laura Santos Corrêa (Membro)

Matrícula: 5855560/4

Protocolo: 160344

CONTRATO

Contrato: 096

Exercício: 2017

Objeto do Contrato: Aquisição de Nobreak 1,2 KVA

Valor Global: R\$ 27.000,00

Pregão Eletrônico SEAD nº 016/2016

Dotação Orçamentária:

Fonte: 0102. Produto: 3008 - Func. Programática: 16101.12.122.1416. Projeto Atividade: 7607- Natureza de Despesa: 4490.52.

Partes:

Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro - Km 10, s/n, Cep.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/PA.

Contratada: GL ELETRO ELETRÔNICOS LTDA/CNPJ. 52.618.139/0030-31, com sede na Av. Pirâmide, 661/973/731 - Bairro Eldorado - Diadema/SP. CEP: 09.970-330.

Foro: Belém

Data de Assinatura: 27/03/2017

Vigência: 27/03/2017 a 27/03/2018

Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/ Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 160532

DIÁRIA

PORTARIA DE DIARIAS No. **29558/2017**

OBJETIVO: **Realizar visitas de monitoramento e assessoramento de coordenadores regionais na função de coordenador regional, para atender ao pacto nacional pela alfabetização na idade certa- pnaic, edição 2016.**

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

OBIDOS / JURUTI / 23/03/2017 - 25/03/2017 Nº

Diárias: **2**

JURUTI / OBIDOS / 25/03/2017 - 25/03/2017 Nº

Diárias: **0.5**

NOME: **EDSON FERREIRA DE JESUS**

MATRÍCULA: **57208830** CPF: **32433956234**

CARGO/FUNÇÃO: **ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA**

ORDENADOR: **LUCIRENE FARIAS TAVARES** CPF:

12186015234

Protocolo: 160298

PORTARIA DE DIARIAS No. 29555/2017

OBJETIVO: PNAIC ATUAR COMO COORDENADORA REGIONAL

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

ALTAMIRA / PACAJA / 20/03/2017 - 22/03/2017 Nº Diárias: 2

PACAJA / ALTAMIRA / 22/03/2017 - 22/03/2017 Nº Diárias: 0.5

NOME: LUCIMAR DOS ANJOS DELFINA

MATRÍCULA: 5899972 CPF: 39538044215

CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA

ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 160269

PORTARIA DE DIARIAS No. **29557/2017**

OBJETIVO: **realizar visitas de monitoramento e assessoramento de coordenadores regionais na função de coordenador regional, para atender ao pacto nacional pela alfabetização na idade certa- pnaic, edição 2016.**

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

OBIDOS / ORIXIMINA / 20/03/2017 - 22/03/2017 Nº

Diárias: **2**

ORIXIMINA / OBIDOS / 22/03/2017 - 22/03/2017 Nº

Diárias: **0.5**

NOME: **EDSON FERREIRA DE JESUS**

MATRÍCULA: **57208830** CPF: **32433956234**

CARGO/FUNÇÃO: **ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA**

ORDENADOR: **LUCIRENE FARIAS TAVARES** CPF:

12186015234

Protocolo: 160274

PORTARIA DE DIARIAS No. **29558/2017**

OBJETIVO: **Realizar visitas de monitoramento e assessoramento de coordenadores regionais na função de coordenador regional, para atender ao pacto nacional pela alfabetização na idade certa- pnaic, edição 2016.**

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

OBIDOS / JURUTI / 23/03/2017 - 25/03/2017 Nº

Diárias: **2**

JURUTI / OBIDOS / 25/03/2017 - 25/03/2017 Nº

Diárias: **0.5**

NOME: **EDSON FERREIRA DE JESUS**

MATRÍCULA: **57208830** CPF: **32433956234**

CARGO/FUNÇÃO: **ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA**

ORDENADOR: **LUCIRENE FARIAS TAVARES** CPF:

12186015234

Protocolo: 160278

PORTARIA DE DIARIAS No. **29523/2017**

OBJETIVO: **participar do 2º encontro formativo de monitoramento do projeto aprender mais ensino fundamental.**

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

ABAEETUBA / BELEM / 23/03/2017 - 24/03/2017 Nº

Diárias: **1**

BELEM / ABAEETUBA / 24/03/2017 - 24/03/2017 Nº

Diárias: **0.5**

NOME: **DALCYLEA CORREA PINHEIRO**

MATRÍCULA: **5900191**CPF: **89320646287**

CARGO/FUNÇÃO: **ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA**

ORDENADOR: **LUCIRENE FARIAS TAVARES** CPF:

12186015234

Protocolo: 160266

PORTARIA DE DIARIAS No. 29547/2017

OBJETIVO: levantamento físico nas escolas estaduais coronel barreira e ee adriano gonçalves

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

BELEM / CACHOEIRA DO PIRIA / 20/03/2017 - 21/03/2017 Nº

Diárias: 1

CACHOEIRA DO PIRIA / BELEM / 21/03/2017 - 21/03/2017 Nº

Diárias: 0.5

NOME: CARLOS EDUARDO MATNI DE SOUZA

MATRÍCULA: 54191506 CPF: 73705934287

CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM GESTAO DE INFRA-ESTRUTURA / ATIV NIVEL SUPERIOR

ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 160310

PORTARIA DE DIARIAS No. 29635/2017

OBJETIVO: levantamento da demanda referente ao proc. nº 1018200/16 na ee rosa alvarez e ee carim melem

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

SANTAREM / MONTE ALEGRE / 24/03/2017 - 26/03/2017 Nº

Diárias: 2

MONTE ALEGRE / SANTAREM / 26/03/2017 - 26/03/2017 Nº

Diárias: 0.5

NOME: EMANUELLE LARA SILVA CARDOSO

MATRÍCULA: 5921057 CPF: 97778508249

CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM GESTAO DE INFRA-ESTRUTURA / ATIV NIVEL SUPERIOR

ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 160320

PORTARIA DE DIARIAS No. 29257/2017

OBJETIVO: conduzir a equipe de técnicos da ouvidoria

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

BELEM / BAIÃO / 27/03/2017 - 31/03/2017 Nº Diárias: 4

BAIÃO / BELEM / 31/03/2017 - 31/03/2017 Nº Diárias: 0.5

NOME: ESMERINO JOSE DE MATOS BARREIRA

MATRÍCULA: 183300 CPF: 10532668200

CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA NIV. 8 / ATIV APOIO OPERAC

ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 160263

PORTARIA DE DIARIAS No. 29548/2017

OBJETIVO: levantamento físico nas escolas estaduais coronel barreira e ee adriano gonçalves

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

BELEM / CACHOEIRA DO PIRIA / 20/03/2017 - 21/03/2017 Nº

Diárias: 1

CACHOEIRA DO PIRIA / BELEM / 21/03/2017 - 21/03/2017 Nº

Diárias: 0.5

NOME: FERNANDO RODRIGUES ALBUQUERQUE

MATRÍCULA: 57232106 CPF: 35232404253

CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM GESTAO PUBLICA / ATIV NIVEL SUPERIOR

ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 160312

PORTARIA DE DIARIAS No. 29634/2017

OBJETIVO: levantamento da demanda referente ao proc. nº 1018200/16 na ee rosa alvarez e ee carim melem

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

SANTAREM / ALTAMIRA / 22/03/2017 - 22/03/2017 Nº Diárias:

0

ALTAMIRA / SENADOR JOSE PORFIRIO / 22/03/2017 -

22/03/2017 Nº Diárias: 0

SENADOR JOSE PORFIRIO / ALTAMIRA / 22/03/2017 -

23/03/2017 Nº Diárias: 1

ALTAMIRA / SANTAREM / 23/03/2017 - 23/03/2017 Nº Diárias:

0.5

NOME: EMANUELLE LARA SILVA CARDOSO

MATRÍCULA: 5921057 CPF: 97778508249

CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM GESTAO DE INFRA-ESTRUTURA / ATIV NIVEL SUPERIOR

ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 160318

TORNAR SEM EFEITO

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições; resolve tornar sem efeito as publicações conforme abaixo relacionados.

NOME: JOSE ROBERTO PEREIRA DAMASCENO Portaria nº 29086/2017 , publicada no DOE nº 145616 de 09/02/2017

A Diretora Administrativa e Financeira/ SEDUC

Protocolo: 160130

OUTRAS MATÉRIAS**DESIGNAR**

Portaria nº.: 2826/2017 de 24/03/2017

Designar JOSE ROBERTO DO CARMO LEAL, Matrícula nº 57205377/2, Técnico em Gestão Pública, para responder pela Coordenadoria de Apoio as Ilhas, durante o impedimento do titular, no período de 01/03/2017 a 14/04/2017.

Portaria nº.: 2829/2017 de 24/03/2017

Designar DIANE ROSIANE SOBRINHO COSTA, Matrícula nº 962775/1, Escrevente Datilógrafo, para exercer, até ulterior deliberação, a função de **Secretaria (GED-1)** da EEEF Camutama/Benevides, a partir de 29/03/2017.

Portaria nº.: 2827/2017 de 24/03/2017

Designar PAULO ANDRE MENDES DE FARIAS, Matrícula nº 57230632/2, Técnico em Gestão Pública, para exercer, até ulterior deliberação, a função de **Chefe de Grupo I/FG-4/GTRAN**, a partir de 24/03/2017.

DISPENSA DE FUNÇÃO

Portaria nº.: 2828/2017 de 24/03/2017

Dispensar HOSTER FABRICIO CARVALHO DE BRITO, Matrícula nº 57214257/1, Assistente Administrativo, da função de **Secretario (GED-1)** da EEEF Camutama/Benevides, a partir de 29/03/2017.

Portaria nº.: 2891/2017 de 24/03/2017

Dispensar, a pedido, ANDREA GABRIELLY CARDOSO SILVA, Matrícula nº 57216632/2, Especialista em Educação, da função de **Diretor II (GED-3.1)** da EEEFM Salesiana do Trabalho/Belém, a partir de 24/03/2017.

LICENÇA INTERESSE PARTICULAR

Portaria Nº.:2926/2017 de 27/03/2017

Conceder Licença para tratar de interesse particular, a servidora CECILIA AMARAL MARTINS, matricula Nº 355909/2, Espec. em Educação, lotada na EE.Paulo Fontelles de Lima/Icoaraci, no período de 01/05/2017 a 30/04/2019.

Portaria nº.:2881/2017 de 24/03/2017

Conceder Licença para tratar de interesse particular, a servidora ALDILENE FERREIRA SIMOES BRITO, matricula nº 57198158/2, Espec. em Educação, lotada na EE. Conego Leitão/Castanhal, no período de 28/02/2017 a 27/02/2019.

Portaria nº.:2830/2017 de 24/03/2017

Conceder Licença para tratar de interesse particular, a servidora MARIA DE JESUS DO NASCIMENTO, matricula nº 54191657/3, Professor, lotada na EE. Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau/Belém, no período de 17/01/2017 a 16/01/2019.

CANC. LICENÇA INTERESSE PARTICULAR

Portaria nº.:2925/2017 de 27/03/2017

Cancelar, a contar de 07/03/2017, a Licença para tratar de interesse particular, concedida através da Portaria nº 8595/2015 de 10/07/2015, da servidora VANESSA COSTENARO DOS SANTOS, matricula Nº 57214683/1, Assist. Administrativo, lotada na EE. Rio Tocantins/Marabá.

APROVAÇÃO ESCALA FÉRIAS

Portaria nº.: 2546/2017 de 22/03/2017

Nome: ARTUR DA SILVA COSTA

Matrícula:57212364/1 Período:01/06 à 30/06/17 Exercício:2017

Unidade:EE Profª Claudine G Lima Silva/Icoaraci

Portaria nº.: 2647/2017 de 22/03/2017

Nome: CRISTIANE DA SILVA TRINDADE

Matrícula:57213663/1 Período:03/04 à 02/05/17 Exercício:2017

Unidade:EEEM Dr Jose Marcio Ayres/Icoaraci

Portaria nº.: 2648/2017 de 22/03/2017

Nome: WAGNER ALVES DE MORAIS

Matrícula:57212225/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Prof Joao Renato Franco/Belém

Portaria nº.: 2649/2017 de 22/03/2017

Nome: MARIA CELIA DOS SANTOS MORAIS

Matrícula:225240/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2016

Unidade:EE Prof Joao Renato Franco/Belém

Portaria nº.: 2651/2017 de 22/03/2017

Nome: VIVIANE PEREIRA DE MORAES

Matrícula:57213487/1Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Prof Joao Renato Franco/Belém

Portaria nº.: 2652/2017 de 22/03/2017

Nome: MARIA SANTANA DE SARGES RAMOS

Matrícula:5926782/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Prof Joao Renato Franco/Belém

Portaria nº.: 2653/2017 de 22/03/2017

Nome: FRANCISCA VAJAO PAMPLONA

Matrícula:675512/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Prof Joao Renato Franco/Belém

Portaria nº.: 2654/2017 de 22/03/2017

Nome: LAIZA FONSECA LACERDA

Matrícula:57176491/2 Período:03/07 à 16/08/17 Exercício:2016

Unidade:EE Prof Joao Renato Franco/Belém

Portaria nº.: 2656/2017 de 22/03/2017

Nome: GRACIETE DO SOCORRO SILVA DO NASCIMENTO

Matrícula:238864/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Pedro Carneiro/Ananindeua

Portaria nº.: 2657/2017 de 22/03/2017

Nome: CINTIA BARBOSA DA SILVA COSTA

Matrícula:57208335/1 Período:03/07 à 16/08/17 Exercício:2016

Unidade:EE Pedro Carneiro/Ananindeua

Portaria nº.: 2658/2017 de 22/03/2017

Nome: DAMILIS DE SOUZA LIMA FERREIRA

Matrícula:6032981/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Pedro Carneiro/Ananindeua

Portaria nº.: 2660/2017 de 22/03/2017

Nome: RODRIGO JOSE SOARES DE SOUSA

Matrícula:57212304/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Prof Joaquim Viana/Ananindeua

Portaria nº.: 2661/2017 de 22/03/2017

Nome: ELENIZE PALHETA CORREIA

Matrícula:57213955/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Prof Joaquim Viana/Ananindeua

Portaria nº.: 2662/2017 de 22/03/2017

Nome: ZULAIR DOS SANTOS LIMA

Matrícula:225886/1Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Prof Joaquim Viana/Ananindeua

Portaria nº.: 2663/2017 de 22/03/2017

Nome: RODRIGO DA SILVA FERREIRA

Matrícula:57215559/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Prof Joaquim Viana/Ananindeua

Portaria nº.: 2664/2017 de 22/03/2017

Nome: MARIA DE NASARE FAVACHO SANTOS

Matrícula:6013554/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Paulo Fontelles de Lima/Icoaraci

Portaria nº.: 2666/2017 de 22/03/2017

Nome: CELIA MARIA MARTINS SOARES

Matrícula:6013570/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Paulo Fontelles de Lima/Icoaraci

Portaria nº.: 2667/2017 de 22/03/2017

Nome: NAIDE SEIXAS DE SOUZA

Matrícula:6013619/1Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Paulo Fontelles de Lima/Icoaraci

Portaria nº.: 2668/2017 de 22/03/2017

Nome: MARIA JOSE NASCIMENTO DE AVIZ

Matrícula:5361672/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Ruth dos Santos Almeida/Belém

Portaria nº.: 2669/2017 de 22/03/2017

Nome: MARIA JOSE BRABO SOARES MENDES

Matrícula:6007260/2 Período:03/07 à 16/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Ruth dos Santos Almeida/Belém

Portaria nº.: 2671/2017 de 22/03/2017

Nome: LUCILA MARIA MARTINS PEREIRA

Matrícula:182702/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Ruth dos Santos Almeida/Belém

Portaria nº.: 2672/2017 de 22/03/2017

Nome: ROSANGELA SUELY SILVA COSTA

Matrícula:198161/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:Centro de Educ de Jov e Adul Prof Luis Octavio Per/Belém

Portaria nº.: 2673/2017 de 22/03/2017

Nome: ELISINETE RABELO

Matrícula:453919/1Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade: Centro de Educ de Jov e Adul Prof Luis Octavio Per/Belém

Portaria nº.: 2675/2017 de 22/03/2017

Nome: LENITA DA SILVA MORAES

Matrícula:674974/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Alexandre Zacarias de Assunção/Belém

Portaria nº.: 2676/2017 de 22/03/2017

Nome: MARIA DE NAZARE MONTEIRO TRINDADE

Matrícula:536318/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EEEM Dr Jose Mrcio Ayres/Icoaraci

Portaria nº.: 2677/2017 de 22/03/2017

Nome: VANIA LEDA DA SILVA ROCHA

Matrícula:628573/1 Período:03/07 à 16/08/17 Exercício:2017

Unidade:EEEF.São Jeronimo/Belém

Portaria nº.: 2678/2017 de 22/03/2017

Nome: ELIZABETH PEREIRA RABELO MENDES

Matrícula:5586496/1Período:03/07 à 16/08/17 Exercício:2017

Unidade: UT Yolanda Martins/Belém

Portaria nº.: 2679/2017 de 22/03/2017

Nome: ANTONIO EZEQUIEL ARAUJO

Matrícula:322172/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Pinto Marques/Belem

Portaria nº.: 2681/2017 de 22/03/2017

Nome: HELOISA MARIA RODRIGUES SANCHES

Matrícula:5189683/1Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade:ERC Lourenço Filho/Belém

Portaria nº.: 2825/2017 de 23/03/2017

Nome: REGEANE FERREIRA PANTOJA

Matrícula:57208855/1 Período:03/07 à 16/08/17 Exercício:2016

Unidade:EE Dr Freitas/Belém

Portaria nº.: 2745/2017 de 22/03/2017

Nome: PATRICIA OLIVEIRA ROMANOLI PAIVA

Matrícula:5819342/3 Período:02/05 à 15/06/17 Exercício:2016

Unidade:EE Gal Gurjão/Belém

Portaria nº.: 2746/2017 de 22/03/2017

Nome: TELMA CRISTINA CONCEIÇÃO DA SILVA

Matrícula:238627/1 Período:01/06 à 30/06/17 Exercício:2017

Unidade:EE Instituto de Educ Estadual do Pará/Belém

Portaria nº.: 2747/2017 de 22/03/2017

Nome: JOSE MESSIAS TEIXEIRA DE BARROS

Matrícula:453501/1 Período:01/06 à 30/06/17 Exercício:2017

Unidade:EE Instituto de Educ Estadual do Pará/Belém

Portaria nº.: 2748/2017 de 22/03/2017

Nome: VIRGINIA DELY DA COSTA BENJAMIN DE SOUZA

Matrícula:5371716/2 Período:02/05 à 15/06/17 Exercício:2017

Unidade:EEEF Nossa Senhora de Fatima I/Belém.

Portaria nº.: 2749/2017 de 22/03/2017

Nome: LUIS FERNANDO PEREIRA DE ANDRADE

Matrícula:449040/1 Período:01/05 à 30/05/17 Exercício:2015

Unidade:EEEF Bento XV/Belém

Portaria nº.: 2750/2017 de 22/03/2017

Nome: SHIRLEY DE JESUS EVANGELISTA FRANÇA

Matrícula:491616/1 Período:01/06 à 30/06/17 Exercício:2017

Unidade:EE Avertano Rocha/Icoaraci

Portaria nº.: 2751/2017 de 22/03/2017

Nome: CINTIA DE JESUS SOUZA DE OLIVEIRA

Matrícula:54197600/3 Período:19/06 à 02/08/17 Exercício:2017

Unidade:EE Prof Maria G Ramos de Oliveira/Icoaraci

Portaria nº.: 2752/2017 de 22/03/2017

Nome: FERNANDO ANTONIO MORAES COSTA

Matrícula:5233143/3 Período:02/05 à 31/05/17 Exercício:2016

Unidade:EE Graziela M Ribeiro/Belém

Portaria nº.: 2753/2017 de 22/03/2017

Nome: MARLUCE COLARES MATOS

Matrícula:537977/2 Período:03/04 à 17/05/17 Exercício:2016

Unidade:EE Prof Maria Luiza da C Rego/Icoaraci

Portaria nº.: 2754/2017 de 22/03/2017

Nome: ROSANGELA CARNEIRO FARIAS

Matrícula:5057930/1 Período:02/05 à 15/06/17 Exercício:2017

Unidade:EE Instituto de Educação do Pará/Belém

Portaria nº.: 2755/2017 de 22/03/2017

Nome: GEYSA CAVALCANTE GAIA DIAS

Matrícula:5891440/1 Período:02/05 à 31/05/17 Exercício:2016

Unidade:EE Edgar Pinheiro Porto/Belém

Portaria nº.: 2756/2017 de 22/03/2017

Nome: DULCILENE QUARESMA RIBEIRO DE CASTRO

Matrícula:57208775/1 Período:02/05 à 15/06/17 Exercício:2016

Unidade:EE Marluce Pacheco Ferreira/Belém

Portaria nº.: 2757/2017 de 22/03/2017

Nome: MARYLIN LIMA DE MATTOS

Matrícula:57176323/2 Período:26/01 à 09/02/17 Exercício:2016

Unidade:EEEF Santo Agostinho/Belém

Portaria nº.: 2741/2017 de 22/03/2017

Nome: SINEIDE COSTA SANTA BRIGIDA

Matrícula:54192289/2 Período:05/06 à 19/07/17 Exercício:2016

Unidade:Diretoria de Ensino/Belém

Portaria nº.: 2708/2017 de 22/03/2017

Nome: DENISE DO SOCORRO MONTEIRO DA SILVA CUNHA

Matrícula:751910/1 Período:03/07 à 16/08/17 Exercício:2016

Unidade:Diretoria de Ensino/Belém

Portaria nº.: 2706/2017 de 22/03/2017

Nome: JOSE DO ESPIRITO SANTO FERREIRA DO NASCIMENTO

Matrícula:198285/1 Período:17/07 à 30/08/17 Exercício:2017

Unidade:Diretoria de Ensino/Belém

Portaria nº.: 2705/2017 de 22/03/2017

Nome: JOAO GUILHERME ESTEVES DIAS

Matrícula:6329390/1 Período:17/07 à 30/08/17 Exercício:2017

Unidade:Diretoria de Ensino/Belém

Portaria nº.: 2734/2017 de 22/03/2017

Nome: LUIZ FILIPE WANDERLEY BORGES JUNIOR

Matrícula:5897217/1 Período:17/04 à 16/05/17 Exercício:2016

Unidade:Diretoria de Ensino/Belém

Portaria nº.: 2733/2017 de 22/03/2017

Nome: LUIZ ANDRE DA SILVA MALATO

Matrícula:6037658/2 Período:01/04 à 15/05/17 Exercício:2016

Unidade:Diretoria de Ensino/Belém

Portaria nº.: 2725/2017 de 22/03/2017

Nome: VALDILENE GUEDES DIAS

Matrícula:5189357/1 Período:03/04 à 02/05/17 Exercício:2017

Unidade:Assessoria de Planejamento/Belém

Portaria nº.: 2744/2017 de 22/03/2017

Nome: YASMHIN BERNARDES DE ALMEIDA FRIACA

Matrícula:5911007/2 Período:02/05 à 31/05/17 Exercício:2017

Unidade:Assessoria de Planejamento/Belém

Portaria nº.: 2716/2017 de 22/03/2017

Nome: AGNALDO DOS SANTOS SANTOS

Matrícula:57211176/1 Período:15/05 à 13/06/17 Exercício:2016

Unidade:Assessoria de Planejamento/Belém

Portaria nº.: 2718/2017 de 22/03/2017

Nome: JOAO VICTOR DANTAS RODRIGUES

Matrícula:5924388/1 Período:19/06 à 18/07/17 Exercício:2017

Unidade:Assessoria de Planejamento/Belém

Portaria nº.: 2695/2017 de 22/03/2017

Nome: LUCIA DE FATIMA CARVALHO DE OLIVEIRA

Matrícula:387053/1 Período:01/07 à 14/08/17 Exercício:2017

Unidade:Diretoria de Suporte Administrativo/Belém

Portaria nº.: 2717/2017 de 22/03/2017

Nome: ORLANDINA PEREIRA DA SILVA

Matrícula:198226/1 Período:01/06 à 30/06/17 Exercício:2017

Unidade:Diretoria de Suporte Administrativo/Belém

Portaria nº.: 2726/2017 de 22/03/2017

Nome: DIANA HELENA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Matrícula:5239710/2 Período:01/06 à 15/07/17 Exercício:2016

Unidade:Depto de Educação Especial/Belém

Portaria nº.: 2739/2017 de 22/03/2017

Nome: JAITANIA NASCIMENTO SILVA

Matrícula:57213316/1 Período:08/05 à 06/06/17 Exercício:2017

Unidade: Depto de Educação Especial/Belém

Portaria nº.: 2697/2017 de 22/03/2017

Nome: WALKIRIA DIAS DE MORAES

Matrícula:192538/1 Período:01/06 à 30/06/17 Exercício:2017

Unidade: Depto de Educação Especial/Belém

Portaria nº.: 2729/2017 de 22/03/2017

Nome: SAMIR JOSE DA SILVA DAMASCENO

Matrícula:57175099/1 Período:19/06 à 18/07/17 Exercício:2016

Unidade: Corregedoria/Belém

Portaria nº.: 2732/2017 de 22/03/2017

Nome: ANA MARIA CABRAL DA GAMA

Matrícula:318990/2 Período:10/04 à 24/05/17 Exercício:2016

Unidade: Diretoria de Assistencia ao Estudante/Belém

Portaria nº.: 2721/2017 de 22/03/2017

Nome: JOSE JURACY CARDOSO JUNIOR

Matrícula:5917056/1 Período:01/06 à 30/06/17 Exercício:2017

Unidade: Diretoria de Assistencia ao Estudante/Belém

Portaria nº.: 2702/2017 de 22/03/2017

Nome: SILVIO PEREIRA FERREIRA

Matrícula:771880/1 Período:17/07 à 15/08/17 Exercício:2017

Unidade: Nucleos Contratos e Convenios/Belém

Portaria nº.: 2709/2017 de 22/03/2017

Nome: WALNEY LUIZ ARGOLHO DA SILVA

Matrícula:181145/1 Período:03/07 à 01/08/17 Exercício:2017

Unidade: Diretoria de Assistencia ao Estudante/Belém

Portaria nº.: 2682/2017 de 22/03/2017

Nome: FLAVIO RAMOS DA COSTA

Matrícula:317675/1 Período:10/07 à 08/08/17 Exercício:2017

Unidade: Depto. de Inspeção e Docum Escolar/Belém

Portaria nº.: 2711/2017 de 22/03/2017

Nome: ROBERTO UCHOA SANTOS

Matrícula:181846/1 Período:10/07 à 08/08/17 Exercício:2017

Unidade: Depto. de Inspeção e Docum Escolar/Belém

Portaria nº.: 2742/2017 de 22/03/2017

Nome: RAIMUNDA SANTOS CORREA

Matrícula:345652/1 Período:01/04 à 30/04/17 Exercício:2015

Unidade: Divisão de Patrimônio Mobiliário/Belém

Portaria nº.: 2719/2017 de 22/03/2017

Nome: ERIKA RIBEIRO MOREIRA

Matrícula:57224148/1 Período:03/04 à 02/05/17 Exercício:2016

Unidade: Depto. de Inspeção e Docum Escolar/Belém

Portaria nº.: 2735/2017 de 22/03/2017

Nome: VENINO DE OLIVEIRA LIMA

Matrícula:57216821/1 Período:02/05 à 31/05/17 Exercício:2016

Unidade: Divisão de Transporte/Belém

Portaria nº.: 2710/2017 de 22/03/2017

Nome: ELISANGELA TRZECIAK

Matrícula:5899994/1 Período:16/08 à 14/09/17 Exercício:2017

Unidade: Diretoria de Recursos Humanos/Belém

Portaria nº.: 2743/2017 de 22/03/2017

Nome: LINDANOR MARIA RIBEIRO FERREIRA

Matrícula:5063019/4 Período:02/05 à 31/05/17 Exercício:2016

Unidade: Lotação Provisória/Belém

Portaria nº.: 2714/2017 de 22/03/2017

Nome: STEPHANNY DE SANTANA PEREIRA

Matrícula:5889010/2 Período:03/04 à 02/05/17 Exercício:2017

Unidade: Assessoria Jurídica/Belém

Portaria nº.:2683/2017 de 22/03/2017

Nome: ROSA MARIA COELHO NUNES

Matrícula:303917/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2686/2017 de 22/03/2017

Nome:NILDA MARIA DOS REIS SOUZA

Matrícula:456519/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2691/2017 de 22/03/2017

Nome:FABIO BATISTA DA COSTA

Matrícula:57224203/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2690/2017 de 22/03/2017

Nome:HAYDEMARY DOS REIS BARROSO

Matrícula:5214297/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2689/2017 de 22/03/2017

Nome:JERACINA OLIVEIRA DA SILVA

Matrícula:732818/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2688/2017 de 22/03/2017

Nome:JOANA D ARC LUZ DO ESPIRITO SANTO

Matrícula:5361737/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2687/2017 de 22/03/2017

Nome:KELLY PEREIRA FERREIRA

Matrícula:57224199/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2692/2017 de 22/03/2017

Nome:EDSON LUIS NUNES DA LUZ

Matrícula:5189810/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2694/2017 de 22/03/2017

Nome:ABRAÃO DA CUNHA BAHIA

Matrícula:405469/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2693/2017 de 22/03/2017

Nome:CRISTINA DE SOUZA DIAS

Matrícula:730360/1Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2684/2017 de 22/03/2017

Nome:ORLANDO AMARAL DE SOUZA JUNIOR

Matrícula:54184089/2 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2015

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2802/2017 de 23/03/2017

Nome:WALDINEIA OLIVEIRA DA COSTA

Matrícula:254169/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:Divisão de Cadastro/Belém

Portaria nº.:2703/2017 de 22/03/2017

Nome:THAIS BRANDÃO OLIVEIRA

Matrícula:5926676/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017

Unidade:EE.Adroind.Juscelino Kubitschek/Benevides

Portaria nº.:2620/2017 de 22/03/2017

Nome:SIMONI DA SILVA NEVES

Matrícula:778150/1 Período:02/05 à 31/05/17Exercício:2016

Unidade:EE.Murinin/Benevides

Portaria nº.:2740/2017 de 22/03/2017

Nome:IVALDO RAMOS MONTEIRO

Matrícula:716090/1 Período:01/06 à 30/06/17Exercício:2017

Unidade:EE. Dr. Padua Costa Sede/Sta Barbara do Pará

Portaria nº.:2701/2017 de 22/03/2017

Nome:MARICILDA DA SILVA

Matrícula:5888871/1 Período:03/07 à 16/08/17Exercício:2017

Unidade:EE. Dr. Padua Costa Sede/Sta Barbara do Pará

Portaria nº.:2730/2017 de 22/03/2017

Nome:ALINE ALICE DE ALMEIDA RODRIGUES NASCIMENTO

Matrícula:57175098/1 Período:16/05 à 14/06/17Exercício:2016

Unidade:Corregedoria/Belém

Portaria nº.:2728/2017 de 22/03/2017

Nome:MARTHA MARIA FERRARI NASSAR

Matrícula:304484/1 Período:03/04 à 17/05/17Exercício:2015

Unidade:Conselho Estadual de Educação/Belém

Portaria nº.:2713/2017 de 22/03/2017

Nome:MARTHA MARIA FERRARI NASSAR

Matrícula:304484/1 Período:18/05 à 01/07/17Exercício:2016

Unidade:Conselho Estadual de Educação/Belém

Portaria nº.:2738/2017 de 22/03/2017

Nome:ANA CLAUDIA BOADONA DA PAIXÃO
Matrícula:5838290/2 Período:03/04 à 17/05/17Exercício:2016
Unidade:Conselho Estadual de Educação/Belém

Portaria nº.:2707/2017 de 22/03/2017

Nome:JOANA MARIA ABREU NUNES
Matrícula:772216/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017
Unidade:Conselho Estadual de Educação/Belém

Portaria nº.:2723/2017 de 22/03/2017

Nome:ARTUR TEIXEIRA VIVAS FILHO
Matrícula:57202599/2Período:01/05 à 30/05/17Exercício:2017
Unidade:Divisão de Controle de Estoque/Belém

Portaria nº.:2736/2017 de 22/03/2017

Nome:SYLVIO GONÇALVES BARRETA
Matrícula:761427/1 Período:01/06 à 30/06/17Exercício:2017
Unidade:Divisão de Controle de Estoque/Belém

Portaria nº.:2737/2017 de 22/03/2017

Nome:HELIO DA SILVA SARAIVA
Matrícula:5468965/1 Período:01/04 à 30/04/17Exercício:2017
Unidade:Divisão de Controle de Estoque/Belém

Portaria nº.:2727/2017 de 22/03/2017

Nome:GEISE MARTINS LEITE
Matrícula:57208704/1 Período:01/03 à 14/04/17Exercício:2016
Unidade:Projeto de Reeducação Psicomotora/Belém

Portaria nº.:2699/2017 de 22/03/2017

Nome:JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
Matrícula:942006/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017
Unidade:Projeto de Reeducação Psicomotora/Belém

Portaria nº.:2704/2017 de 22/03/2017

Nome:RICARDO CARLOS VIANA DA COSTA
Matrícula:57218161/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2017
Unidade:Projeto de Reeducação Psicomotora/Belém

Portaria nº.:2698/2017 de 22/03/2017

Nome:NEIVALDO SANTOS
Matrícula:180114/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2016
Unidade:Divisão de Finanças/Belém

Portaria nº.:2724/2017 de 22/03/2017

Nome:LUIZ GERALDO FERREIRA CARDOSO
Matrícula:771406/1 Período:10/05 à 08/06/17Exercício:2016
Unidade:Divisão de Orçamento/Belém

Portaria nº.:2700/2017 de 22/03/2017

Nome:LUCIRENE FARIAS TAVARES
Matrícula:184829/1 Período:03/07 à 01/08/17Exercício:2015
Unidade:Depto de Exec, Orçamentário e Financeira/belém

Portaria nº.:2731/2017 de 22/03/2017

Nome:WILSON PEREIRA MARTINS
Matrícula:771732/2 Período:15/05 à 28/06/17Exercício:2017
Unidade:Diretoria de Assist. ao Estudante/Belém

Portaria nº.:24/2017 de 02/03/2017

Nome:SIDOMAR FIGUEIRA DA SILVA
Matrícula:54181607/1 Período:01/05 à 14/06/17Exercício:2016
Unidade:EEEM. Prof. Mauricio Hamoy/Óbidos

RETIFICAR**Portaria nº.: 2882/2017 de 24/03/2017**

Retificar na Portaria nº 11424/2016 de 26/09/2016, que concedeu licença para tratar de Interesse Particular por 02 Anos, do servidor FRANKLIN JOSE BARROS FELIZARDO, matricula 54194444/1, Professor, lotado na EE Lameira Bittencourt/Castanhal, o período de 01/08/2016 a 31/07/2018 para 08/10/2016 a 07/10/2018.

Protocolo: 160485**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

O Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições legais, convida instituições e entidades interessadas para a AUDIÊNCIA DESTINADA AO DEBATE SOBRE DISPOSITIVOS LEGAIS QUE ESTABELECEM DIREITOS E DEVERES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, a ser realizada em 18 de abril de 2017, de 9h às 12h, no auditório Albano Franco, do Sesi/Fiepa.

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DA AUDIÊNCIA DESTINADAS À APROVAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE ESTABELECEM DIREITOS E DEVERES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO PARÁ.

OBJETIVO

Em busca da implantação de uma política de participação da sociedade civil nos atos e diretrizes que devem nortear a Educação Especial, atendendo às solicitações recebidas, o Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA), realizará a presente Audiência, visando apreciar a nova Resolução, resultante das discussões realizadas com diversas instituições sobre os dispositivos legais que estabelecem direitos e deveres no âmbito da Educação Especial implantadas na rede estadual de educação do Pará. As matrizes encontram-se disponibilizadas na página do Conselho Estadual de Educação do Pará (www.cee.pa.gov.br), com vistas à sua ampla divulgação.

Em razão do exposto, uma vez que a educação é um tema de interesse público e coletivo, publica-se o Regulamento dos trabalhos a serem desenvolvidos durante o encontro, a fim de garantir segurança jurídica aos processos de realização da Audiência, nos termos abaixo regulados:

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Audiência será promovida pelo Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) que será responsável pela respectiva organização, por meio de seus assessores e servidores.

Art. 2º. A Audiência realizar-se-á com a finalidade de apreciar e aprovar às diretrizes que normatizam a Educação Especial.

Art. 3º. A Audiência ocorrerá na data, local e horário especificados neste regulamento.

Art. 4º. A Audiência Pública será realizada com exposição do Conselho Estadual de Educação (CEE/PA) e debates orais, na forma disciplinada neste regulamento, sendo facultada apresentação de perguntas orais e manifestações escritas.

Art. 5º. Serão convidados a participar da Audiência todos os segmentos representativos da sociedade e de setores interessados nas áreas objeto da Audiência.

Art. 6º. Caberá ao Conselho Estadual de Educação do Pará, na condição de presidente da Audiência, a condução dos trabalhos e dos debates, nos termos definidos neste Regulamento.

- 1º São prerrogativas da presidente da Audiência:

I - designar um secretário de mesa para que o auxilie nos trabalhos;

II - realizar uma apresentação de objetivos e regras de funcionamento da Audiência, ordenando o curso dos debates;

III - convidar para participar da mesa ou conceder a palavra, a qualquer momento, aos servidores ou expositores convidados que possam auxiliar no debate ou esclarecer temas técnicos;

IV - modificar a ordem das exposições, por razões de melhor organização;

V - exigir, em qualquer etapa do procedimento, a unificação das exposições das partes com interesses em comum e, em caso de divergências entre elas, decidir a respeito do responsável pela exposição;

VI - decidir sobre a pertinência das intervenções escritas e orais e a aceitação ou não de participantes não inscritos, nos termos deste regulamento, em atenção à boa ordem do procedimento e respeitando o direito de livre manifestação das pessoas, visando evitar a evasão do tema em questão;

VII - organizar os pedidos de réplica;

VIII - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da Audiência, bem como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

IX - ampliar, excepcionalmente, o tempo das exposições, quando o considere necessário ou útil;

X - declarar o fim das Audiências; e,

XI - delegar a função de Presidência sob seu critério de

conveniência e oportunidade.

- 2º São deveres do Presidente:

I - garantir a palavra a todos os participantes inscritos, assim como aos expositores técnicos convidados;

II - manter sua imparcialidade, abstendo-se de emitir juízo de valor sobre a opinião ou propostas apresentadas pelos partícipes.

TÍTULO II

DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO

Art. 7º. A Audiência terá seus trabalhos iniciados com a composição da mesa.

Parágrafo único. Serão integrantes da mesa os representantes indicados pela Presidência, assim como as autoridades presentes.

Art. 8º. A Audiência será realizada em períodos, de acordo com as seguintes etapas:

I – exposição das diretrizes que norteiam a Educação Especial;

II – oitiva dos presentes para manifestação;

III – conclusão dos trabalhos.

Art. 9º. Após a composição da mesa, será iniciado o procedimento com a abertura formal de cada Audiência, com breve explicação das normas que as regerão e das demais informações necessárias e úteis para a condução dos trabalhos.

- 1º Após a exposição da presidente, será dada a palavra aos demais componentes da mesa, com tempo máximo de manifestação de 10 (dez) minutos, podendo ser ampliado pelo presidente para melhor exposição do assunto, quando necessário.

- 2º Em continuidade, será promovida a exposição técnica dos dispositivos legais que estabelecem direitos e deveres no âmbito da Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Pará.

- 3º Será dada a palavra, em continuação, aos presentes para a apresentação de eventuais dúvidas relativas sobre o assunto em tela, seguindo a ordem de inscrição, segmentando-a em grupos de no máximo 05 (cinco) inscritos, com tempo máximo para cada participante de 05 (cinco) minutos, podendo ser ampliado pelo presidente, quando necessário ao esclarecimento do assunto.

- 4º Na sequência, o presidente facultará a palavra aos membros da mesa ou membros do Grupo Técnico convidados para responder ao questionamento.

- 5º Ao final dos trabalhos, a ata será subscrita pelo secretário de mesa, sendo o presidente responsável pela sua divulgação e publicidade, tornando-a disponível no site do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA).

CAPÍTULO II

DA PUBLICIDADE

Art. 10. Ao Edital de Convocação será conferida ampla publicidade.

Art. 11. Na Audiência, além do público especialmente convidado, haverá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização.

Parágrafo único. Ficam permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro, desde que respeitadas as limitações do espaço físico onde se realizará o evento.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas na audiência pública ou em decorrência desta, terão a finalidade de auxiliar a atuação da Administração Pública, contribuir para observância do princípio da eficiência, assegurando a participação popular.

Belém, 27 de março de 2017.

SUELY MELO DE CASTRO DE MENEZES
PRESIDENTE DO CEE-PA

Protocolo: 160480

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA**PORTARIA ORDINATÓRIA Nº 982/2017, DE 24 MARÇO DE 2017.**

Dispõe sobre Nomeação para o cargo de Fiscal do Contrato nº 012/2017-UEPA firmado com a empresa DELTA PUBLICIDADE S.A

O Reitor da Universidade do Estado do Pará, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no item 67 da Lei n. 8.666/93 e a CLÁUSULA NONA, relativo ao contrato nº 012/2017-UEPA (E-Protocolo nº 2017/21914 -UEPA)

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a).RENATA HELENA SILVA CARNEIRO PINTO, matrícula nº 57193459/2, para exercer o cargo de Fiscal do Contrato nº 012/2017-UEPA, firmados entre UEPA e DELTA PUBLICIDADE S.A

Art. 2º - O objeto dos referidos contratos é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de aquisição de assinatura anual do periódico " O Liberal", para atender as necessidades da Universidade do Estado do Pará, tudo em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência. O prazo de Vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, não podendo ser prorrogado por determinação legal.

Art. 3º - O fiscal será responsável por acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, bem como comunicar as irregularidades eventualmente constatadas.

Art. 4º - É dever do fiscal elaborar relatório de execução do serviço. O encargo de fiscal terá a duração da vigência do contrato.

Art. 5º - A desídia do fiscal poderá acarretar penalidades previstas nas Leis n. 8.666/93, e n. 5.810/94.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor a partir do início da vigência do contrato.

Dá-se ciência.

Cumpra-se.

Belém (PA), 24 de março de 2017.

JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 160184

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**LICENÇA SAÚDE****LAUDO Nº 184479A/1 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017**

NOME DO SERVIDOR: DARCI AUGUSTO MOREIRA

1. FUNCIONAL: 57193213-1

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

PERÍODO: 19.01.2017 a 17.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184393A/1 DE 31 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: MARIA JOSE DE OLIVEIRA VASCONCELOS

1. FUNCIONAL: 5055989-1

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO B

LOTAÇÃO: PLANETARIO SEBASTIÃO DA GAMA

PERÍODO: 11.01.2017 a 25.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 28650

NOME DO SERVIDOR: EMILIA OLIVEIRA FRAZAO

1. FUNCIONAL: 5060001-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS I

PERÍODO: 04.10.2016 a 31.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183831A/1 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ELIANA PINTO SOARES TORRES

1. FUNCIONAL: 3183440-1

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO E

LOTAÇÃO: DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PERÍODO: 07.12.2016 a 21.12.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183830A/1 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: KATIA MARIA LOBATO DOS SANTOS

1. FUNCIONAL: 54194757-2

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO B

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERÍODO: 12.12.2016 a 21.12.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183794A/1 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

NOME DO SERVIDOR: ROSANA DA SILVA SANTA ROSA

1. FUNCIONAL: 3188337-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS A

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS III

PERÍODO: 05.12.2016 a 31.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183804A/1 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: THAIS DE NAZARE DOS SANTOS BASTOS

1. FUNCIONAL: 57224099-2

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS III

PERÍODO: 30.11.2016 a 31.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184364A/1 DE 30 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: WALACE VANDERLEI GOMES MALATO

1. FUNCIONAL: 3188264-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS A

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERÍODO: 06.01.2017 a 19.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 29A/17 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: DANILO GONÇALVES BRITO

1. FUNCIONAL: 80846230-1

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO B

LOTAÇÃO: CAMPUS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

PERÍODO: 08.02.2017 a 09.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184677A/1 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ALCIONE SANTOS DE SOUZA

1. FUNCIONAL: 54190337-1

CARGO: PROFESSOR CLASSE III

LOTAÇÃO: CAMPUS DE IGARAPÉ - AÇU

PERÍODO: 30.01.2017 a 30.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184677A/2 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ALCIONE SANTOS DE SOUZA

1. FUNCIONAL: 54190337-1

CARGO: PROFESSOR AUXILIAR

LOTAÇÃO: CAMPUS DE IGARAPÉ - AÇU

PERÍODO: 30.01.2017 a 30.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184038A/1 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: LUZIMAR FERNANDES DURANS DE OLIVEIRA

1. FUNCIONAL: 12350-2

CARGO: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS I

PERÍODO: 23.11.2016 a 26.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184038A/2 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: LUZIMAR FERNANDES DURANS DE OLIVEIRA

1. FUNCIONAL: 12350-5

CARGO: PROFESSOR AUXILIAR

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO GERAL

PERÍODO: 23.11.2016 a 26.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184002A/1 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: MIRANEIA DAS GRAÇAS RAIOL DE SOUSA

1. FUNCIONAL: 5183510-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERÍODO: 16.12.2016 a 31.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183980A/2 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: SCHEILLA DE CASTRO ABBUD VIEIRA

1. FUNCIONAL: 5554845-3

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA

PERÍODO: 04.11.2016 a 03.12.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 01/17 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: DOURIVAL CARNEIRO CAVALCANTE

1. FUNCIONAL: 57209426-1

CARGO: MOTORISTA

LOTAÇÃO: CAMPUS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

PERÍODO: 04.01.2017 a 04.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 03/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ELIENE RIBEIRO MARTINS

1. FUNCIONAL: 57201582-1

CARGO: AUXILIAR DE LABORATORIO

LOTAÇÃO: CAMPUS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

PERÍODO: 05.01.2017 a 03.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184214A/1 DE 23 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: JORGE HERMES DE FIGUEIREDO MELO

1. FUNCIONAL: 5041260-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS V

PERÍODO: 24.12.2016 a 12.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183813A/1 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: MARCIA DO SOCORRO FARIAS LIMA MARTINS

1. FUNCIONAL: 54188851-1

CARGO: TÉCNICO DE LABORATORIO

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERÍODO: 22.11.2016 a 27.11.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183926A/1 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: SHIRLEY MARA DE ALMEIDA NAUAR

1. FUNCIONAL: 5519624-1

CARGO: PROFESSOR AUXILIAR

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE MORFOLOGIA E CIÊNCIAS

FISIOLÓGICAS

PERÍODO: 16.12.2016 a 30.12.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185011A/1 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ERONDINA CORREA DOS SANTOS SANTOS

1. FUNCIONAL: 5041783-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERÍODO: 08.02.2017 a 24.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184979A/1 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: SUELY MARIA BARROS DA COSTA

1. FUNCIONAL: 5794501-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS I

PERÍODO: 06.02.2017 a 06.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185224A/2 DE 09 DE MARÇO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: LIDIANE PALHETA MIRANDA DOS SANTOS

1. FUNCIONAL: 57203061-2

CARGO: TÉCNICO B

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERÍODO: 21.02.2017 a 24.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185224A/1 DE 09 DE MARÇO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: LIDIANE PALHETA MIRANDA DOS SANTOS

1. FUNCIONAL: 57203061-2

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERÍODO: 21.02.2017 a 24.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184472A/1 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: NATALIA PINTO NEVES DANTAS

1. FUNCIONAL: 54190725-2
CARGO: ATENDENTE DE CONSULTORIO DENTARIO
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
PERIODO: 11.01.2017 a 09.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184302A/2 DE 25 DE JANEIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: TEREZA CRISTINA MARTINS BARBOSA LOUREIRO

1. FUNCIONAL: 3187195-1
CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IA
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
PERIODO: 09.01.2017 a 25.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184300A/2 DE 25 DE JANEIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: SCHEILLA DE CASTRO ABBUD VIEIRA

1. FUNCIONAL: 5554845-3
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA
PERIODO: 04.01.2017 a 10.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184932A/1 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: ANA PAULA CUNHA DOS SANTOS FERNANDES

1. FUNCIONAL: 5905456-1
CARGO: PROFESSOR AUXILIAR
LOTAÇÃO: CAMPUS DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
PERIODO: 04.01.2017 a 13.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184906A/1 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MIRANEIA DAS GRAÇAS RAIOL DE SOUSA

1. FUNCIONAL: 5183510-1
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
PERIODO: 06.02.2017 a 07.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185253A/1 DE 10 DE MARÇO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: ANA PINTO DE MEDEIROS

1. FUNCIONAL: 5056284-1
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO B
LOTAÇÃO: DIRETORIA DE ACESSO E AVALIAÇÃO
PERIODO: 06.02.2017 a 12.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185276A/1 DE 13 DE MARÇO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: HERCULANO CORREIA DO NASCIMENTO NETO

1. FUNCIONAL: 57201193-2
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO B
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS IV
PERIODO: 20.02.2017 a 05.04.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185292A/1 DE 13 DE MARÇO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MARIA MADALENA CONCEIÇÃO DO ROSARIO

1. FUNCIONAL: 2010321-1
CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
PERIODO: 24.01.2017 a 25.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 28429/2017 DE 10 DE MARÇO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MAURO JOSE PANTOJA FONTELLES

1. FUNCIONAL: 57193212-1
CARGO: PROFESSOR ADJUNTO
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE MORFOLOGIA E CIENCIAS FISIOLÓGICAS
PERIODO: 08.02.2017 a 08.05.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 16441 DE 17 DE JANEIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MARCIA DE FATIMA MACIEL DE ROJAS

1. FUNCIONAL: 5857333-5

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE SAUDE COMUNITARIA

PERIODO: 27.12.2016 a 25.01.2017
JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 17786 DE 31 DE JANEIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MARCIA DE FATIMA MACIEL DE ROJAS

1. FUNCIONAL: 5857333-5
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE SAUDE COMUNITARIA
PERIODO: 26.01.2017 a 24.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 16243 DE 10 DE JANEIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: DANIELLE LIMA DE OLIVEIRA

1. FUNCIONAL: 57202989-2
CARGO: TECNICO B
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
PERIODO: 26.12.2016 a 08.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 17861 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: FRANCINEA DE NAZARE FERREIRA DE CASTILHO

1. FUNCIONAL: 729825-3
CARGO: PROFESSOR AUXILIAR
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR
PERIODO: 21.01.2017 a 21.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 18107 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: RUBENILSON CALDAS VALOIS

1. FUNCIONAL: 54194880-3
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR
PERIODO: 13.01.2017 a 06.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185033A/1 DE 02 DE MARÇO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MARIA MADALENA CONCEIÇÃO DO ROSARIO

1. FUNCIONAL: 2010321-1
CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
PERIODO: 03.01.2017 a 04.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184101A/1 DE 16 DE JANEIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: KATIA MARIA LOBATO DOS SANTOS

1. FUNCIONAL: 54194757-2
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO B
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
PERIODO: 04.01.2017 a 08.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184098A/1 DE 16 DE JANEIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MARIA GRACINDA RODRIGUES DOS SANTOS

1. FUNCIONAL: 5099170-1
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS I
PERIODO: 03.01.2017 a 01.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 182739A/1 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016
NOME DO SERVIDOR: TEREZINHA VIEIRA DA SILVA

1. FUNCIONAL: 5117844-1
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR
PERIODO: 04.10.2016 a 18.10.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184721A/1 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
NOME DO SERVIDOR: RAIMUNDO DO SOCORRO FERREIRA DE SOUZA

1. FUNCIONAL: 3184927-1
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS III
PERIODO: 06.02.2017 a 28.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184748A/1 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: TEREZINHA VIEIRA DA SILVA

1. FUNCIONAL: 5117844-1
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR
PERIODO: 05.01.2017 a 05.03.2017
JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185162A/1 DE 08 DE MARÇO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MARIA DE JESUS BATISTA DOS SANTOS TAVARES

1. FUNCIONAL: 54191589-2
CARGO: TECNICO B
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS V
PERIODO: 16.02.2017 a 31.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184708A/1 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO FREITAS

1. FUNCIONAL: 101745-2
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR
PERIODO: 02.02.2017 a 21.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 160295

LICENÇA SAUDE (PRORROGAÇÃO)

LAUDO Nº 184780A/1 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: MARIA JOSE DE OLIVEIRA VASCONCELOS

1. FUNCIONAL: 5055989-1
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO B
LOTAÇÃO: PLANETARIO SEBASTIÃO DA GAMA
PERIODO: 26.01.2017 a 24.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 28327/2016 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
NOME DO SERVIDOR: LENA VANIA ASSIS DA CRUZ DA SILVA

1. FUNCIONAL: 5057299-1
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS III
PERIODO: 21.10.2016 a 17.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183691A/1 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
NOME DO SERVIDOR: SALETE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS

1. FUNCIONAL: 3184978-1
CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I A
LOTAÇÃO: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS
PERIODO: 03.12.2016 a 01.04.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184859A/1 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: LENA VANIA ASSIS DA CRUZ DA SILVA

1. FUNCIONAL: 5057299-1
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS III
PERIODO: 18.02.2016 a 17.04.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184020A/1 DE 10 DE JANEIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: ANA DE FATIMA FERREIRA

1. FUNCIONAL: 3184196-1
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO E
LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
PERIODO: 01.01.2017 a 30.06.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 0431/16 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
NOME DO SERVIDOR: LUIZ SERGIO SIQUEIRA

1. FUNCIONAL: 57201253-1
CARGO: MOTORISTA
LOTAÇÃO: CAMPUS DE ALTAMIRA
PERIODO: 01.11.2016 a 10.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 18/17 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2017
NOME DO SERVIDOR: ELIENE RIBEIRO MARTINS

1. FUNCIONAL: 57201582-1
CARGO: AUXILIAR DE LABORATORIO
LOTAÇÃO: CAMPUS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

PERÍODO: 04.02.2017 a 02.05.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184139A/1 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: JAIRO DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA

1. FUNCIONAL: 5042232-2

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

PERÍODO: 31.12.2016 a 31.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184136A/1 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: SONIA SOUZA CAMPOS SOUSA

1. FUNCIONAL: 57209678-1

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO B

LOTAÇÃO: DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

PERÍODO: 24.12.2016 a 31.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185366A/1 DE 30 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: WALACE VANDERLEI GOMES MALATO

1. FUNCIONAL: 3188264-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS A

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERÍODO: 20.02.2017 a 31.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184765A/1 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: MARCIA DE FATIMA MACIEL DE ROJAS

1. FUNCIONAL: 5857333-5

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE SAÚDE COMUNITARIA

PERÍODO: 25.02.2017 a 31.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184753A/2 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: RENILDA DO ROSARIO MOREIRA RODRIGUES BASTOS

1. FUNCIONAL: 196312-2

CARGO: PROFESSOR ADJUNTO

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE LINGUA E LINGUAGEM

PERÍODO: 16.02.2017 a 30.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183392A/1 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

NOME DO SERVIDOR: CEILA RIBEIRO DE MORAES

1. FUNCIONAL: 80846224-1

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR

PERÍODO: 28.11.2016 a 28.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185190A/1 DE 08 DE MARÇO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: CEILA RIBEIRO DE MORAES

1. FUNCIONAL: 80846224-1

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR

PERÍODO: 01.03.2017 a 28.05.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185180A/1 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: JORGE HERMES DE FIGUEIREDO MELO

1. FUNCIONAL: 5041260-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS V

PERÍODO: 13.02.2017 a 30.04.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 20028 DE 21 DE MARÇO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: MARIA ELIZABETE DE CASTRO RASSY

1. FUNCIONAL: 5171229-2

CARGO: PROFESSOR ADJUNTO

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR

PERÍODO: 18.02.2017 a 18.05.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 160299

DESIGNAR SERVIDOR

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº1184/17 DE 22 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNAR o (a) servidor (a) AURICELIA SILVA DIAS, Id. Funcional nº 5540844/6, cargo Técnico A, para responder pela DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ESTRATEGICO, a contar de 01.02.2017, sem ônus para administrar.

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 160283

CONTRATO

Processo Nº 2017/21914-UEPA

Nº DO CONTRATO/EXERCÍCIO: 012/2017 - UEPA

CLASSIFICAÇÃO: outros

OBJETO:Aquisição de assinatura anual do periódico "O Liberal",para atender as necessidades institucionais da Universidade do Estado do Pará.

VALOR DO TOTAL: R\$ 886,00 (oitocentos e oitenta e seis reais)

DATA DE ASSINATURA: 23.03.2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23.03.2017

TÉRMINO DA VIGÊNCIA:22.03.2018

FORO: BELÉM/PA

LICITAÇÃO

Nº/EXERCÍCIO: 08/2017-UEPA

MODALIDADE: Dispensa de Licitação

ORÇAMENTO

Funcional Programática: 74.201.12.122.1448.8465 Elemento de Despesa: 339039 Fonte: 0102.

RECURSO: ESTADUAL

CONTRATADO

PERSONALIDADE: Jurídica

NOME: DELTA PUBLICIDADE S.A

CEP: 66.093-635

LOGRADOURO: Av. Rômulo Maiorana

BAIRRO: Marco

CIDADE:Belém/PA

UF: PA

NÚMERO: 2473

ORDENADOR

NOME: JUAREZ ANTONIO SIMÕES QUARESMA

Protocolo: 160173

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Reitor da Universidade do Estado do Pará – UEPA, na condição de gestor superior, homologa o resultado do certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2017/UEPA, que tem como objeto Prestação de Serviços Gráficos de Impressão para atender as necessidades da Editora da Universidade do Estado do Pará/EDUEPA, a licitante vencedora do certame é:

IMPRESSOART EDITORA GRÁFICA LTDA ME, valor da proposta R\$ 61.045,00 (Sessenta e um mil e quarenta e cinco reais).

Belém, 27 de março de 2017.

JUAREZ ANTONIO SIMÕES QUARESMA

Reitor UEPA

Protocolo: 160309

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Reitor da Universidade do Estado do Pará – UEPA, na condição de gestor superior, homologa o resultado do certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2017/UEPA, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de MENSAGERIA MOTORIZADA (Motoboy), com cessão de mão-de-obra e motocicleta, com 3 (três) postos fixos, para atuar na Região Metropolitana de Belém, para execução dos serviços de protocolização externa de documentos, coleta de assinaturas e trâmite físico de processos administrativos, visando atender as necessidades administrativas da Universidade do Estado do Pará – UEPA, excluindo-se as atividades de recebimento, transporte e entrega, no território nacional, de carta, cartão postal e correspondência agrupada que estão sob o regime de monopólio da União, conforme art. 9º da Lei 6538/78, a licitante vencedora do certame é:

O2 SPEED - ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA – ME, valor da proposta R\$ 299,92 (Cento e dezenove mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Belém, 27 de março de 2017.

JUAREZ ANTONIO SIMÕES QUARESMA

Reitor UEPA

Protocolo: 160307

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 1245/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Prazos: Para aplicação 60 (trinta) dias a contar da data da emissão da OB,

Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO B

Nome: LEONARDO LEANDRO CALDEIRA DOS SANTOS CABRAL

Matrícula Funcional: 57213397/ 1

Valor: R\$ 3.000,00

Prog. de Trabalho: 74201 12 122 1448 8465

Fonte: 0102

339030 _ R\$ 3.000,00

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº1246/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Prazos: Para aplicação 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da OB,

Para prestação de contas 5 (cinco) dias após a aplicação.

Cargo: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE CAMPUS

Nome: MARIA HELENA GONZAGA COSTA

Matrícula Funcional: 5056470/ 1

Valor: R\$ 1.500,00

Prog. de Trabalho: 74201 12 3641448 8582

Fonte: 0102

339036 _ R\$1.500,00

PORTARIA Nº 1247/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da OB,

Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.

Cargo: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE CAMPUS

Nome: MARIA HELENA GONZAGA COSTA

Matrícula Funcional: 5056470/ 1

Valor: R\$ 2.500,00

Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1448 8582

Fonte: 0102

339030 _ R\$2.500,00

PORTARIA Nº 1249/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da OB,

Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.

Cargo: PROFESSOR AD-4

Nome: GLORIA MARIA FARIAS DA ROCHA

Matrícula Funcional: 492086/ 2

Valor: R\$ 350,00

Prog. de Trabalho: 74201 12 122 1448 8465

Fonte: 0102

339036_ R\$ 350,00

PORTARIA Nº 1250/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da OB,

Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.

Cargo: TECNICO A

Nome: ANTONIO CARLOS PEREA FREITAS

Matrícula Funcional: 57176525/ 5

Valor: R\$ 4.000,00

Prog. de Trabalho: 74201 12 122 1448 8465

Fonte: 0102

339036_ R\$ 4.000,00

Ordenador Responsável

● CARLOS JOSE CAPELA BISPO

Pró – Reitor de Gestão e Planejamento.

Protocolo: 160160

DIÁRIA

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

(art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei nº 5.810, de 24.01.1994).

PORTARIA Nº1238/17DE24DE MARÇO DE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei nº 5.810, de 24.01.1994.

OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: ANAJAS-PA

NOME DO SERVIDOR:DEBORAH FIGUEIREDO SILVA FERREIRA

CARGO: COLABORADOR EVENTUAL

1. FUNCIONAL:

DATA INÍCIO: 21.03.2017

DATA TÉRMINO: 24.03.2017

QUANTIDADE: 03e ½(três e meia)

PORTARIA Nº1237/17DE24DE MARÇODE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.

OBJETIVO: ministrar disciplina

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: ALTAMIRA-PA

NOME DO SERVIDOR:ANA JULIA SOARES BARBOSA

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

1. FUNCIONAL: 57193188/1

DATA INICIO: 13.03.2017

DATA TÉRMINO: 22.03.2017

QUANTIDADE:09e ½(nove e meia)

PORTARIA Nº1236/17 DE 24 DE MARÇODE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.

OBJETIVO: conduzir servidores dessa IES.

ORIGEM:BELEM-PA

DESTINO:CAMETA-PA

NOME DO SERVIDOR: VALBER SILVA CARNEIRO

CARGO: MOTORISTA

1. FUNCIONAL:57213420/1

DATA INICIO: 04.04.2017

DATA TÉRMINO: 07.04.2017

QUANTIDADE:03 e ½(trese e meia)

PORTARIA Nº1235/17 DE 24DE MARÇODE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.

OBJETIVO: conduzir coordenador do curso.

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: CAPITAO-POÇO-PA

NOME DO SERVIDOR: CHRISTIAN LAURO DO Couto

CARGO: MOTORISTA

1. FUNCIONAL:55588279/2

DATA INICIO: 23.03.2017

DATA TÉRMINO: 24.03.2017

QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA Nº1224/17 DE 24 DE MARÇODE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.

OBJETIVO: ministrara disciplina pelo PARFOR.

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: CAPITAO-POÇO-PA

NOME DO SERVIDOR: MONIQUE DE ARAUJO ELIAS

CARGO: COLABORADOR EVENTUAL

1. FUNCIONAL:

DATA INICIO: 30.01.2017

DATA TÉRMINO: 09.02.2017

QUANTIDADE: 10 e ½ (dez e meia)

PORTARIA Nº1223/17 DE 24DE MARÇODE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.

OBJETIVO: Trabalhar na comissão Eleitoral

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: CONCEICAO DO ARAGUAIA-PA

NOME DO SERVIDOR:RUTH SOUZA DA COSTA

CARGO: TECNICO A

1. FUNCIONAL:752614/2

DATA INICIO: 03.04.2017

DATA TÉRMINO: 08.04.2017

QUANTIDADE: 05 e ½ (cinco e meia)

PORTARIA Nº1122/17 DE 24DE MARÇODE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.

OBJETIVO: ministrar disciplina

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO:CASTANHAL-PA

NOME DO SERVIDOR: ALEX OGARANYA OTOBO

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

1. FUNCIONAL:5813158/2

DATA INICIO: 28.11.2016

DATA TÉRMINO: 06.12.2016

QUANTIDADE: 03e ½ (três e meia)

PORTARIA Nº1221/17 DE 24DE MARÇODE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.

OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOT.

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: VIGIAI-PA

NOME DO SERVIDOR: ALEX OGARANYA OTOBO

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

1. FUNCIONAL:5813158/2

DATA INICIO: 18.01.2017

DATA TÉRMINO: 23.01.2017

QUANTIDADE: 05 e ½ (cinco e meia)

PORTARIA Nº1220/17 DE 24DE MARÇODE 2017

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.

OBJETIVO: ministra disciplina

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: CASTANHAL- PA

NOME DO SERVIDOR: RACHEL DE OLIVEIRA ABREU

CARGO: COLABORADOR EVENTUAL

1. FUNCIONAL:

DATA INICIO: 27.03.2017

DATA TÉRMINO: 11.04.2017

QUANTIDADE: 06 (seis)

GILVANIA MENDES SIROTHAEU CORREA

ODENADOR

Protocolo: 160280

TORNAR SEM EFEITO**TORNAR SEM EFEITO PORTARIA****PORTARIA Nº 1251/17 DE 27 DE MARÇO DE 2017**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 3418/16, de 26.12.2016, publicada no D.O. E nº33. 281 de 28.12.2016, que concedeu ao servidor DELSON EDUARDO DA SILVA MENDES, Id. Funcional Nº764795/2cargo de Professor Assistente, lotada no Departamento de Desporto,03 e ½ (três e meia) diárias no período de 05.01.2017 a 08.01.2017 devido seu deslocamento Belém-PA ao município de BREVES-PA, para ministrar disciplina pelo PARFOR.

GILVANIA MENDES SIROTHEAU CORREA

ORDENADOR

Protocolo: 160282

OUTRAS MATÉRIAS**TERMO CONVÊNIO INSTITUCIONAL****PROC. Nº 2015/374777**

OBJETO: Constitui objeto deste Convênio a Cooperação Técnica-Científica, entre o IESPES e a UEPA, visando a investigação e formação profissional em saúde a partir da integração da Universidade e serviços, dos processos avaliativos e de gestão de ensino, das práticas de humanização e de estratégias curriculares utilizadas para o desenvolvimento de competências para o trabalho em equipe com vistas ao aprimoramento do futuro profissional de saúde.

JUSTIFICATIVA: Formalização de parceria entre instituições.

DATA DE ASSINATURA: 27/03/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/03/2017

TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 30 (trinta) meses

FORO: Belém-Pará

PARTES:

BENEFICIÁRIO ENTE PÚBLICO:

Razão Social: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA

CEP: 66050-340

Logradouro: Rua do Una, nº 156

Bairro: Telégrafo

Cidade: Belém

UF: Pará

Dados do Responsável pela Parte: Juarez Antônio Simões

Quaresma

CONCEDENTE:

Razão Social: FUNDAÇÃO DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO

DA PESQUISA - FADESP

CEP: 68.370-000

Logradouro: Rua Augusto Correia, S/N

Bairro: Guamá

Cidade: Belém

UF: Pará

Dados do Responsável pela Parte: Fernando Arthur de Freitas

Neves

CONCEDENTE:

Razão Social: INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR

CEP: 66.040-100

Logradouro: Rua Coaracy Nunes, nº3315

Bairro: Caranazal

Cidade: Santarém

UF: Pará

Dados do Responsável pela Parte: Emmanuel Silva

ORDENADOR RESPONSÁVEL:

Nome: Juarez Antônio Simões Quaresma

Protocolo: 160192

LICENÇA ASSISTÊNCIA**LAUDO Nº 183733A/2 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016**

NOME DO SERVIDOR: PRISCILA GOMES SERFATY GUZZO

ID.FUNCIONAL: 5857821-3

CARGO: TECNICO B

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERIODO: 28.11.2016 a 16.12.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 28478/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ODINEIA MARIA DA COSTA MARTINS

ID.FUNCIONAL: 3183939-1

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRAÇÃO B

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS V

PERIODO: 03.02.2017 a 04.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 183733A/2 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

NOME DO SERVIDOR: PRISCILA GOMES SERFATY GUZZO

ID.FUNCIONAL: 5857821-3

CARGO: TECNICO B

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERIODO: 28.11.2016 a 16.12.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184291A/2 DE 24 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ANA SHEYLA FALCAO MODESTO

ID.FUNCIONAL: 5446350-3

CARGO: TECNICO B

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR

PERIODO: 23.12.2016 a 20.02.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 28484/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ROSIANE NONATA DE AMORIM DA COSTA

ID.FUNCIONAL: 5183758-1

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERIODO: 09.02.2017 a 01.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 15986 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ESTER MIRANDA DA SILVA

ID.FUNCIONAL: 57193129-2

CARGO: TECNICO B

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II

PERIODO: 20.12.2016 a 23.12.2016

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 2693/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: ANGELUCE SANTOS MAGALHAES

ID.FUNCIONAL: 5888606-3

CARGO: PROFESSOR AUXILIAR

LOTAÇÃO: CAMPUS DE SANTAREM

PERIODO: 02.01.2017 a 01.04.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 28420/2017 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: MARCIA DE MATTOS GUEDES

ID.FUNCIONAL: 5041627-1

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO B

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS III

PERIODO: 02.01.2017 a 31.01.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 28460/2017 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: MARCIA DE MATTOS GUEDES

ID.FUNCIONAL: 5041627-1

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO B

LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS III

PERIODO: 02.02.2017 a 03.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 185041A/3 DE 02 DE MARÇO DE 2017

NOME DO SERVIDOR: MARIANE CORDEIRO ALVES FRANCO

ID.FUNCIONAL: 5177049-6

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE SAUDE INTEGRADA

PERIODO: 01.02.2017 a 02.03.2017

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184191A/1 DE 19 DE JANEIRO DE 2017
 NOME DO SERVIDOR: MARIA ELINETE VERAS SARAIVA CORREA
 I. FUNCIONAL: 5372925-2
 CARGO: TECNICO C
 LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
 PERÍODO: 05.01.2017 a 19.01.2017
 JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
 REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184097A/1 DE 16 DE JANEIRO DE 2017
 NOME DO SERVIDOR: LIDIANE PALHETA MIRANDA DOS SANTOS
 I. FUNCIONAL: 57203061-1
 CARGO: TERAPIA OCUPACIONAL
 LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
 PERÍODO: 31.10.2016 a 04.11.2016
 JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
 REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184097A/2 DE 16 DE JANEIRO DE 2017
 NOME DO SERVIDOR: LIDIANE PALHETA MIRANDA DOS SANTOS
 I. FUNCIONAL: 57203061-2
 CARGO: TECNICO B
 LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
 PERÍODO: 31.10.2016 a 04.11.2016
 JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
 REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LAUDO Nº 184619A/1 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017
 NOME DO SERVIDOR: ELIANE LEITE DA TRINDADE
 I. FUNCIONAL: 57234624-1
 CARGO: AUXILIAR DE LABORATORIO
 LOTAÇÃO: COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II
 PERÍODO: 09.01.2017 a 20.01.2017
 JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
 REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 160304

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº. 316/2016 – SEASTER, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Nome: MARCELINA PINTO SANTOS
 Matrícula Nº 57196135/1 Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
 339036: Pessoa Física: R\$ 150,00
 Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.
 Conceder Suprimento de fundos, para deslocamento ao município de Igarapé Açu/PA, no período de 27 a 31/03/2017.

PORTARIA Nº. 321/2016 – SEASTER, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Nome: VERA LUCIA AMARAL GONÇALVES DOS SANTOS
 Matrícula Nº3222284/1 Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
 339036: Pessoa Física: R\$ 150,00
 Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.
 Conceder Suprimento de fundos, para deslocamento aos municípios de Moju/PA e Acará/PA, no período de 03 a 07/04/2017.

PORTARIA N.º 322/2017 - SEASTER, DE 27 DE MARÇO DE 2017

Nome: BENEDITA DE LOURDES BARBOSA DE CASTRO
 Matrícula Nº 5350271/1 Cargo: TÉCNICO EM GESTÃO DO TRABALHO E EMPREGO
 339033: Passagem e Locomoção: R\$ 1.000,00
 Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.
 Conceder Suprimento de fundos a servidora, para a realizar visita técnica as comunidades para levantamento sócio econômico para instalação dos Sistemas de Água no município de Portel/PA, no período de 27/03 a 05/04/2017

PORTARIA N.º 323/2017 - SEASTER, DE 27 DE MARÇO DE 2017

Nome: DOLORES CALDAS DO CARMO
 Cargo: MONITORA Matrícula Nº 54194696/1

339033: Passagem e Locomoção: R\$ 300,00
 Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.

Conceder suprimento de fundo para fiscalizar e acompanhar o andamento da implantação dos Sistemas de Aproveitamento de Águas Pluviais no município de Baião/PA – Projeto Cisternas, no período de 27/03/2017 a 30/03/2017.

ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA
 Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo: 160554

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA: SUPRIMENTO DE FUNDOS-343- DO DIA 27/03/2017

OBJETIVO: Cobrir despesas de pequeno vulto, com alimentação, Hospedagem e Locomoção de adolescente custodiado na UASE BENEVIDES (PROC.121968/2017-Mem 272/2017).

PROGRAMA DE TRABALHO: 08.243.1443.8393
 PROJETO ATIVIDADE: 68-8393 - AÇÃO: 183317
 FONTE DE RECURSO: 01016357

NATUREZA DA DESPESA: 339030 – R\$ 50,00- (Alimentação)
 NATUREZA DA DESPESA: 339033 – R\$ 50,00- (Locomoção)

NATUREZA DA DESPESA: 339039- R\$ 50,00-(Hospedagem)
 SERVIDOR: IVONEIDE SALES DE QUEIROZ

MATRÍCULA: 5923375/ 1
 ORIGEM: BELÉM/PA - DESTINO: PONTA DE PEDRAS/PA
 PRAZO DE REALIZAÇÃO DE DESPESA APARTIR DA OB:04 Dias
 PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 Dias
 PERÍODO DE VIAGEM: 28 A 29/03/2017

ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo: 160179

DIÁRIA

PORTARIA: 342- DO DIA 27/03/2017-

OBJETIVO: Acompanhar adolescente custodiado na UASE BENEVIDES, ouvido em audiência (Processo 121968/2017-Mem 272/2017)

SERVIDOR: IVONEIDE SALES DE QUEIROZ
 CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRÍCULA: 5923375/ 1

SERVIDOR : SAVIO RICARDO BARROS FERREIRA
 CARGO: MOTORISTA - MATRÍCULA: 5926813/ 1

ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:PONTA DE PEDRAS/PA
 PERÍODO DE VIAGEM: 28 A 29/03/2017 - DIÁRIAS-1,5

ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo: 160158

PORTARIA: 344/2017- DO DIA 27/03/2017

OBJETIVO: EFETUAR MANUTENÇÃO NA REDE DE AQUIPAMENTOS DE INFORMATICA NA UNIDADE DO CIAM -MARABÁ (Processo 125138/2017-Mem 16/2017-GERAD) ARTIGO 145 DA LEI 5.810/1994

SERVIDOR: KILDERY ALEXANDRE DO VALE COSTA: CARGO: ASSESSORII -MATRÍCULA: 3216268/ 2

ORIGEM: BELEM/PA

DESTINO: MARABÁ /PA

PERÍODO DE VIAGEM: 28 A 30/03/2017

DIÁRIAS-2,5

ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo: 160477

PORTARIA: 339- DO DIA 22/03/2017

OBJETIVO: Acompanhar adolescente em audiência (Processo 11918/2017-Mem 626/2017-CIAM BELEM)

SERVIDOR(A): MARIA DA GLORIA PINHEIRO RATIS

CARGO: PSICOLOGO - MATRÍCULA: 54193987/ 1

SERVIDOR:JOSE IRINEU TAVARES TEXEIRA

CARGO: MONITOR - MATRÍCULA: 57211936/ 2

SERVIDOR : CARLOS ALBERTO MENDES DA COSTA

CARGO: MOTORISTA - MATRÍCULA: 3191915/ 1

ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:CASTANHAL/PA

PERÍODO DE VIAGEM: 22/03/2017 - DIÁRIAS-0,5

ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo: 160410

PORTARIA: 336- DO DIA 23/03/2017

OBJETIVO: Acompanhar adolescentes em recambiamento (Processo 115618/2017-Mem 165/2017)

SERVIDOR: NILTON JOSE DIAS MELO

CARGO:MONITOR- MATRÍCULA: 54188683/ 2

SERVIDOR: CLAUDIA CONCEICAO RAIOL DOS SANTOS

CARGO: MONITOR - MATRÍCULA: 54193603/ 1

SERVIDOR :ALBERTO DA SILVA TENORIO

CARGO: MONITOR - MATRÍCULA: 5419140/ 2

ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: ALTAMIRA /PA

PERÍODO DE VIAGEM: 17/03/2017 - DIÁRIAS-0,5

ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo: 160403

PORTARIA: 338- DO DIA 22/03/2017

OBJETIVO: Acompanhar adolescente para ser entregue a familiares (Processo 121399/2017-Mem 656/2017-CIAM BELEM)

SERVIDOR(A): ODILA MONTEIRO BITTENCOURT

CARGO: MONITOR - MATRÍCULA: 54191103/ 1

ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:ALTAMIRA/PA

PERÍODO DE VIAGEM: 22 A 23/03/2017 - DIÁRIAS-1,5

ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo: 160408

PORTARIA: 340- DO DIA 23/03/2017

OBJETIVO: Acompanhar adolescente em audiência (Processo 119176/2017-Mem 622/2017-CIAM BELEM)

SERVIDOR:LEONICE DE OLIVEIRA FERREIRA

CARGO: PSICOLOGO- MATRÍCULA: 5928329/ 1

SERVIDOR:JOSE RUBENS ROCHA RODRIGUES

CARGO: MONITOR - MATRÍCULA: 5918584/ 1

SERVIDOR :KENEDY LIMA DE LIMA

CARGO: MOTORISTA - MATRÍCULA: 5919501/ 1

ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:MÃE DO RIO/PA

PERÍODO DE VIAGEM: 23/03/2017 - DIÁRIAS-0,5

ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo: 160412

PORTARIA: 337- DO DIA 24/03/2017

OBJETIVO: Acompanhar adolescente em audiência (Processo 119198/2017-Mem 618/2017-CIAM BELEM)

SERVIDOR: ANA LUCIA RAMOS OLIVEIRA

CARGO: PEDAGOGO- MATRÍCULA: 3212327/ 6

SERVIDOR: BENJAMIN VALENTE DO COUTO NETO

CARGO: MONITOR - MATRÍCULA: 5909506/ 2

ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: BRAGANÇA/PA

PERÍODO DE VIAGEM: 21/03/2017 - DIÁRIAS-0,5

ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo: 160404

PORTARIA: 341- DO DIA 23/03/2017-

OBJETIVO: Acompanhar adolescente custodiado na UASE BENEVIDES, ouvido em audiência (Processo 115478/2017-Mem 251/2017)

SERVIDOR: REGIANY PIRES BARATA

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRÍCULA: 57214002/ 3

SERVIDOR:REINALDO TAVARES BRANDAO

CARGO: MONITOR- MATRÍCULA: 5920970/ 1

SERVIDOR :CARLOS COSTA SILVA

CARGO: MOTORISTA - MATRÍCULA: 5849578/ 1

ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:CASTANHAL/PA

PERÍODO DE VIAGEM: 23/03/2017 - DIÁRIAS-0,5

ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo: 160413

OUTRAS MATÉRIAS

DEVOLUÇÃO DE RECURSO – PORT 105/2017 EM 27/03/2017

A FASEPA REGISTRA A DEVOLUÇÃO PARCIAL DE RECURSO FINANCEIRO, PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO RECURSO, CONFORME ABAIXO DESCRIMINADO.

-PROCESSO. 46438/2017 (PORTARIA 105/2017)

-PUBLICAÇÃO -144268/2017

-RECURSO DEVOLVIDO: R\$40,00 (ELEMENTO DE DESPESA: 339033)

-RECURSO DEVOLVIDO: R\$2,00 (ELEMENTO DE DESPESA: 339030)

-SERVIDOR SUPRIDO –JOSE SEVERIANO DA SILVA E SILVA (MAT-57190257/ 3)

SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

PRESIDENTE DA FASEPA.

Protocolo: 160457

TORNAR SEM EFEITO- PORT-239/2017 27/03/2017

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO 154117/2017, REFERENTE AO PROCESSO:88819/2017; CONSIDERANDO A NÃO REALIZAÇÃO DA VIAGEM, CONFORME O MEMORANDO 88/2017- UASE ANANINDEUA.

SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

PRESIDENTE DA FASEPA.

Protocolo: 160458

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

PORTARIA

PORTARIA Nº 048/2017-GGP/SEJUDH BELÉM (PA), 27 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o Artigo nº. 98 da Lei 5.810/1994, e o processo nº. 2017/25815,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor ULLIMBERG PINHEIRO LAMEIRA, matrícula nº 57202477/1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Operacionais - Fotografia, referente à segunda parcela do triênio de 07.08.2011 a 07.08.2014, no período de 15/02/2017 a 16/03/2017. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. MICHELL MENDES DURANS DA SILVA Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Protocolo: 160400

PORTARIA Nº 02/2017 SEJUDH/CONED, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, os membros do Conselho Estadual Sobre Drogas – CONED/PA, constante do anexo, para mandato de 02 (dois) anos, contados de 01.02.2017 a 31.01.2019. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 22 de março de 2017.

Michell Mendes Durans da Silva

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

ANEXO DA PORTARIA Nº02/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017

MEMBROS DESIGNADOS:

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH

Titular: Ana Maria Gomes Chamma

Suplente: Elayne Cristina Araujo Romário

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC/PA

Titular: Ana Maria Maciel Corrêa

Suplente: Maria José do Rosário Carvalho

Protocolo: 160427

PORTARIA Nº 03/2017 - SEJUDH/CONED, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, o Sr. Maj. PM Paulo Daniel Ribeiro da Silva, como Presidente do Conselho Estadual sobre Drogas – CONED/PA, representando a Polícia Militar do Estado para o mandato de 02 (dois) anos, no período de 01/02/2017 a 31/01/2019. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 22 de março de 2017.

Michell Mendes Durans da Silva

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 160432

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e ainda considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 05/2017 - SEJUDH, referente ao Processo nº 2016/442911, decide: HOMOLOGAR o resultado do aludido certame em favor de:

LOTE: 1 PORTELA LOGISTICA CONSTRUÇÕES EIRELI - ME CNPJ: 16.911.267/0001-70, vencedora do certame com o valor total de R\$43.995,00 (Quarenta e três mil, novecentos e noventa e cinco reais), para todos os efeitos legais.

ITEM: 6 CANCELADO

Belém, 27 de março de 2017

Michell Mendes Durans da Silva

Secretario de Estado de Justiça e Direitos Humanos

(SEJUDH)

Protocolo: 160355

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Pregoeiro da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e ainda considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 05/2017 - SEJUDH, referente ao Processo nº 2016/442911, decide: ADJUDICAR o resultado do aludido certame em favor de:

LOTE: 1 PORTELA LOGISTICA CONSTRUÇÕES EIRELI - ME CNPJ: 16.911.267/0001-70, vencedora do certame com o valor total de R\$43.995,00 (Quarenta e três mil, novecentos e noventa e cinco reais), para todos os efeitos legais.

ITEM: 6 CANCELADO

Belém, 27 de março de 2017

Alberto Boulhosa Tavares

Pregoeiro da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

(SEJUDH)

Protocolo: 160353

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ

CONTRATO

Contrato: 003/2017 Exercício: 2017

Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de sistema de gestão de abastecimento de combustível, com a utilização de cartão magnético, através de redes de postos credenciados de abastecimento para atender demanda exclusiva da CODEC.

Valor Total: R\$ 57.057,12 (cinquenta e sete mil cinquenta e sete reais e doze centavos).

Data de assinatura: 27.03.2017

Vigência: 27.03.2017 a 26.03.2018

Fundamentação Legal: Oriundo da ata de registro de preços nº 02/2017, conforme especificações contidas no edital do pregão eletrônico SEAD/DGL/SRP nº 12/2016, com fulcro no nos termos da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 877 e 878 de 31 de março de 2008, Decreto Estadual nº 876/2013, Decreto Estadual nº 2069/2006 e demais legislações aplicáveis ao assunto.

PTRES: 4668, Elemento de Despesa: 339030, Fonte: 2169.

Contratado: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A - CNPJ/MF nº 03.506.307/0001-57.

Endereço: Rua Machado de Assis, nº 50, Edifício 02, Bairro: Santa Lucia, CEP: 93.700-000 – Porto Alegre – Rio Grande do Sul.

Telefone: (51) 3590-7900 / (51) 3590-7900

Ordenador: Olavo Rogério Bastos das Neves

Protocolo: 159172

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

FÉRIAS

PORTARIA Nº 032/2017, GAB/IMETROPARÁ, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre Concessão de férias aos servidores.

O Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 13 da Lei Estadual nº 7.136/2008 e de acordo com o Decreto publicado no DOE nº 32.995 de 20 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, férias regulamentares do Instituto de Metrologia do Estado do Pará, conforme tabela abaixo:

MATRÍCULA	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
0363	JACQUELINE AFONSO DE PAULA	2015/2016	17/04 À 16/05/2017
0353	OLINTHO DAMICO AZEVEDO COELHO	2015/2016	03/04 À 02/05/2017
0356	SINAMOR DO AMARAL NAVARRO	2016/2017	03/04 À 02/05/2017

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belém/Pará, 22 de março de 2017.

Jorge Otávio Bahia de Rezende

Presidente

Protocolo: 160069

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A

PORTARIA

PORTARIA Nº 024/2017

A Diretora Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S.A. – CEASA/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto - Art. 12º, § 2º desta Empresa;

RESOLVE:

Designar o Sr. MARCELO SOARES TUPINAMBÁ, matrícula nº 57228718/1, ocupante do cargo de Agente Operacional para responder pela Coordenadora de Gestão de Mercado, sra. Luzilda Ribeiro Gonçalves Nahon, por motivo de férias, no período de 29/03/2017 a 27/04/2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, em 24 de Março de 2017.

BIANCA AMARAL PIEDADE PAMPLONA RIBEIRO

Diretora Presidente da CEASA/PA

Protocolo: 160155

PORTARIA Nº 026/2017

A Diretora Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S.A. – CEASA/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto - Art. 12º, § 2º desta Empresa;

RESOLVE:

Designar a Sra. DANIELA MEDEIROS LEMOS, matrícula nº 5893796/2, ocupante do cargo de Diretora Administrativa e Financeira para responder pela Diretora Presidente, sra. Bianca Amaral Piedade Pamplona Ribeiro, por motivo de férias, no período de 06/04/2017 a 05/05/2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, em 24 de Março de 2017.

BIANCA AMARAL PIEDADE PAMPLONA RIBEIRO

Diretora Presidente da CEASA/PA

Protocolo: 160164

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA: 02/2017

Data: 24/03/2017

Valor: R\$ 11.872,00

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de mobiliários, na forma de pronta entrega, em especial da área de administração, com base na planilha e especificações técnicas contidas no Termo de Referência, e com fundamento legal no artigo 24; incisos II c/c § 1º, da Lei 8.666/93

Orçamento:

Programa de Trabalho: 8338

Natureza da Despesa: 449052

Fonte do Recurso: 0261

Origem do Recurso: Estadual

Contratado(s): LANCE NORTE DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA

Cnpj: 11.235.712/0001-06

Endereço: Rod. Augusto Montenegro, Cj Maguari, Alameda 07, Nº 49 - Icoaraci

CEP: 66823-067 – Belém/PA

Telefone: (91) 3278-7254

Ordenador: Bianca Amaral Piedade Pamplona Ribeiro

Protocolo: 160292

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**RATIFICAÇÃO DE TDL****TERMO DE DISPENSA: 02/2017 DE 24/03/2017**

Contratada: LANCE NORTE DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA
Nº do Processo: 2017/12908

Na forma da legislação vigente e na qualidade de autoridade superior, RATIFICO o ato acima, em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, para contratação dos referidos serviços. Publique-se.

Bianca Amaral Piedade Pamplona Ribeiro
Diretora-Presidente da CEASA/PA
Data: 27 de Março de 2017

Protocolo: 160311

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**AVISO DE JULGAMENTO****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2016-CPL/COSANPA**

O Presidente da Companhia de Saneamento do Pará, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 124/2017, torna público que, na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2016- CPL/COSANPA, na forma de Execução Indireta em regime de Empreitada por Preço global, cujo objeto é a contratação de Empresa de Engenharia para execução de serviços de retirada de vazamentos, com fornecimento de mão de obra e materiais, inclusive hidráulico na rede de distribuição e ramais prediais do sistema distribuidor de água e coletor de esgoto sanitário da COSANPA, situados nas vias públicas da cidade de Castanhal, no Estado do Pará, bem como a recomposição de pavimento atingido, conforme Termo de Referência nº DO/014/2016(Anexo I), e anexos, partes integrantes e indivisíveis deste Instrumento Convocatório, foi considerada vencedora a empresa SERVPRED SERVIÇOS PREDIAIS INTELIGENTES LTDA - EPP, por oferecer a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assim como, por atender os critérios estabelecidos no edital.

Belém - PA, 23 de março de 2017.

Ana Beatriz de Souza Oliveira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Abraão Benassuly Neto

Presidente da Companhia de Saneamento do Pará
COSANPA.

Protocolo: 160342

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 075 DE 24 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 260/2015 - CCG de 12/01/2015 publicada no DOE nº. 32.806 de 13/01/2015 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 033, de 27 de janeiro de 2015, publicada no DOE nº. 32.818 de 29/01/2015 e, CONSIDERANDO os termos do Memorando / CAEI/DCT/SECTET nº 006/2017 de 22/03/2017

RESOLVE:

I - REVOGAR a Portaria nº 055 de 08/03/2017, publicada no DOE nº 33.329 de 09/03/2017, que concedeu a servidora EDILAINE CRISTINA PAMPLONA MENEZES, Identidade Funcional nº 55586180/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - Engenharia Sanitária, lotada na Diretoria de Ciência e Tecnologia - DCT, Suprimento de Fundos no valor de R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais), por não ter sido utilizado.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 24 de março de 2017.
CARLOS ALBERTO MONTEIRO
Diretor de Administração e Finanças

Protocolo: 160071**TERMO ADITIVO A CONVÊNIO**
**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO
Nº 001/2007 - SECTET- ELETRONORTE-PRODEPA
CONVÊNIO Nº 001/2007**

Objeto do Convênio: O Convênio nº 01/2007 celebrado entre o GOVERNO DO ESTADO, SECTET, ELETRONORTE e PRODEPA, visando *estabelecer parceria entre o ESTADO DO PARÁ e a ELETRONORTE com vistas a incrementar a Infraestrutura de telecomunicações do Estado do Pará, a otimização do sistema de telecomunicações associado ao sistema de transmissão de energia elétrica e o compartilhamento dos recursos da infraestrutura de telecomunicações sobre fibras ópticas da rede de supervisão de transmissão de energia elétrica da Eletronorte com o Estado do Pará.*

TERMO ADITIVO: 03

Objeto do Termo Aditivo: Constitui objeto deste Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2007 as alterações do representante do Governo do Estado do Pará e da denominação da Interveniência Executora, a alteração da Cláusula Sétima - da Vigência, além da inclusão de alínea na Cláusula Terceira - Das obrigações dos Partícipes.

Data da Assinatura do Termo Aditivo: 27/03/2017

Término da vigência: 29/03/2022

Interveniente Executor

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA (CNPJ: 05.059.613/0001-18)

Partícipes:

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - ELETRONORTE-ELN (CNPJ: 00.357.038/0001-16)

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET (CNPJ: 08.978.226/0001-73)

Ordenador

Nome: Alex Bolonha Fiúza de Mello

Protocolo: 160484**DIÁRIA****PORTARIA Nº 074 DE 23 DE MARÇO DE 2017**

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 260/2015, CGC de 12/01/2015, publicada no DOE nº 32.806, de 13/01/2015 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 033, de 27 de janeiro de 2015, publicada no DOE 32.818 de 29/01/2015 e, CONSIDERANDO o que dispõe os Arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO, o processo nº 2017/116139 de 20/03/2017; R E S O L V E:

I - Autorizar a servidora AMARILIS ARAGÃO DIAS, Identidade Funcional nº 5930445/1, ocupante do cargo de Gerente, a viajar a cidade de Castanhal-PA, no dia 23/03/2017, com objetivo de participar da reunião de apresentação e formalização do Projeto Crescer no Campo e LUIZ FABIANO CUNHA ANDRADE, Identidade Funcional nº 55588142/1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Diretoria de Administração e Finanças-DAF, que conduzirá a referida servidora.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária aos servidores acima, que se deslocarão conforme item I.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 23 de março de 2017.

CARLOS ALBERTO MONTEIRO

Diretor de Administração e Finanças.

Protocolo: 160068

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

CONTRATO**ICAAF: 003/2017**

Classificação: Instrumento de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto - ICAAF Nº 003/2017.

Edital: 005/2016 - Auxílio a Pesquisa e Concessão de Bolsas de Doutorado.

Objeto: Concessão de 05 (cinco) bolsas de Mestrado Acadêmico e 05 (cinco) quotas de auxílio à pesquisa, para o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Contratado: Eduardo Coleho Cerqueira

Data da assinatura: 20/03/2017

Valor Global: R\$ 568.000,00 (Quinhentos e sessenta e oito mil reais)

Vigência: 51 (cinquenta e um) meses a partir da data de assinatura.

Orçamento: Dotação orçamentária: 19.571.1452.8534 e 19.571.1452.7467 - fonte: 0101.

Ordenador: Eduardo José Monteiro da Costa

Protocolo: 160364

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO**Nº DO TERMO ADITIVO: 2º . Nº DO CONTRATO: 008/2015.**

/ OBJETO CONTRATUAL: Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva na Rede de Fibras Ópticas de SANTARÉM. / VALOR DO CONTRATO ORIGINAL (R\$) : 535.440,00. / MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n.º 003/2015. / PARTES: PRODEPA e JOSE M. BARROSO DE ALMEIDA JUNIOR EIRELI - EPP - DANTEC. / OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: Prorrogar o Prazo de Vigência; e Preço e da Dotação Orçamentária. / VALOR (R\$): 591.875,37. / DATA DA ASSINATURA: 24/03/2017 - VIGÊNCIA DO ADITAMENTO: 27/03/2017 a 26/03/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.126.1435.8344-339039 - FONTE DE RECURSO: 0101 - Recurso do Tesouro. /ORDENADOR RESPONSÁVEL: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES. / ENDEREÇO DO CONTRATADO E CEP: Rua Balmoral, Quadra WE 16, n.º 40, Conj. Tapajós - Tapanã/Icoaraci, - CEP: 66.833-520 - Belém, Estado do Pará.

Protocolo: 160270**Nº DO TERMO ADITIVO: 6º. / Nº DO CONTRATO:**

053/2013. / OBJETO CONTRATUAL: Prestação de serviços de capacitação técnico-profissional metódica de aprendizes. / VALOR DO CONTRATO ORIGINAL (R\$): 143.278,20. / MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PE n.º 038/2013. / PARTES: PRODEPA e ASSOCIAÇÃO PROATIVA DO PARÁ - APPA. / OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: Repactuação; e Preço e Dotação Orçamentária. / VALOR (R\$): 247.554,35. / DATA DA ASSINATURA: 20/03/2017. / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.122.1297.8338 - 339039 - FONTE DE RECURSO: 0261 - Recursos Próprios. / ORDENADOR RESPONSÁVEL: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires. ENDEREÇO DO CONTRATADO E CEP: Avenida Almirante Barroso, nº. 3591, Bairro do Souza, CEP: 66613-710.

Protocolo: 160247**DIÁRIA**

Portaria: 059/2017 // Objetivo: Reunião com as equipes: DANTEC/DPE/GNU, levar carro p/ manutenção e participar de reunião na Prodepa. // Recurso: 8238 - Gestão de TIC. // Fundamento Legal: Normativa nº001/2008- AGE // Nome: Rodrigo Ramos Silveira - CPF: 64778606272 - Cargo: Analista de Suporte - Qtde. Diárias: 3,5 // Origem: Paragominas // Destino: Belém // Período: 27 a 30/03/2017 // Ordenador: Ordenador: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires - CPF: 16676980282 - Presidente da Prodepa.

Protocolo: 160147

Portaria: 060/2017 // Objetivo: Acompanhamento técnico do Projeto PDRS XINGÚ. // Recurso: PPA 8238-Gestão de TIC. // Fundamentos Legal: nº001/2008 – AGE // Nome: Athila Maciel Gomes - Cargo: Analista de Sistemas – CPF: 59242779253 // Origem: Altamira // Destino: Vitória do Xingú e Senador José Porfírio // Período: 29 a 31/03/2017 // Qtde. Diárias: 2,5 // Ordenador: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires - CPF: 16676980282 – Presidente da Prodepa.

Protocolo: 160328

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 052/2017-SEEL, DE 16 DE MARÇO DE 2017
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela Lei nº 6.215 de 28 de Abril de 1999, alterada pela Lei nº 6.879 de 29 de Junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714 de 30/06/2006, e art. Nº 49 da Lei 5.810/94, e ainda o memo nº 06/2017 – Setor de Licitação - SEEL;

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores CLAUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA (Presidente), matrícula nº 5381401, MARCUS VINÍCIUS SOUSA DA SILVA (Equipe de Apoio), matrícula nº 5925268, ELBER JOSÉ OLIVEIRA MAIA (Equipe de Apoio), matrícula nº 54186051 para compor a Comissão Especial de Licitação para a contratação de empresa especializada em serviço de construção e adequação dos dispositivos de drenagem superficial de água pluvial do anel de entorno do Estádio Olímpico do Pará “Jornalista Edgar Proença” através da Carta Convite nº 01/2017.

I – REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

II – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 16 DE MARÇO DE 2017

RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO NICODEMOS LOBO
Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo: 160103

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 054/2017-SEEL, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas, pela lei nº 6.215 de 28 de abril de 1999, alterada pela lei nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714, de 30/06/2006 e considerando o art. 127, inciso III e art. 145, da lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e considerando o processo nº 2017/111050; RESOLVE:

CONCEDER 5 e ½ (cinco e meia) diárias ao servidor JOÃO BATISTA GOMES FILHO, matrícula 5900907/2 para assessorar visita técnica do projeto Jogos Abertos do Pará, nos municípios de Capanema, Paragominas e Rondon do Pará/PA, no período de 13/03/2017 a 18/03/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 17 DE MARÇO DE 2017.

RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO NICODEMOS LOBO
Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo: 160101

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 087/2017/GERH/SETUR DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

CONSIDERANDO: Os termos do processo 2017/104079; RESOLVE: Designar a servidora, JOYCE DE CASSIA CASTRO CHARCHAR, matrícula nº 57176034/1, Assistente de Gestão em Turismo, para responder pela Coordenação do Núcleo de Controle Interno, no período de 03/04 a 02/05/2017, durante as férias regulamentares da titular.
ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA
Diretor de Administração e Finanças.

Protocolo: 160389

ERRATA

PORTARIA 074/2017/GERH/SETUR ERRATA DE PORTARIA

Errata da Portaria 064/2017/GERH/SETUR, publicação 15.5274 do DOE 33.333 de 15/03/2017.

Onde lê-se: “Realizar inventário de oferta turística.”

Leia-se: “Apresentação do Balanço econômico do turismo de Santarém (DIEESE-PA e SETUR PA).”

ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA

Diretor de Administração e Finanças

Protocolo: 160401

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 84/2017/GERH/SETUR SUPRIMENTO DE FUNDO

CONSIDERANDO os termos do processo 2017/111897 RESOLVE: Conceder suprimentos de fundos ao servidor ALBERT FRANKLIN LEAL PANTOJA Matrícula:55585601/1 Assistente de Gestão em Turismo. O valor do suprimento corresponde a R\$ 1000,00, para atender despesas emergenciais. Classificação:339030 e 339033, Para aplicação em 02 a 09/04/17 e para prestação de contas em 15 dias após sua aplicação. Ordenador de despesas ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA.

Protocolo: 160354

DIÁRIA

PORTARIA Nº 085/2017/GERH/SETUR DIÁRIAS

Proc:2017/120583 RESOLVE: Conceder 2,5 diárias à servidora FLÁVIA FERNANDA CONCEIÇÃO DE LIMA matrícula:2013762, Gerente de Qualificação Profissional OBJ: Realizar acompanhamento do “I Módulo do Curso de Trilhas e Caminhadas”, promovido pelo PEQTur-PA, em parceria com Batalhão de Polícia Ambiental - BPA, Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade – Ideflor-Bio, Instituto Federal do Pará – IFPA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, RESEXMAR, Secretaria Municipal de Turismo de Soure. DESTINO: Soure e Salvaterra/PA PERÍODO: 07 a 09/04/2017. ordenador de despesas ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA.

Protocolo: 160358

PORTARIA Nº 086/2017/GERH/SETUR DIÁRIAS

Proc:2017/122709 RESOLVE: Conceder 4,5 diárias ao colaborador eventual ALCIR CLEY ALMEIDA DAS CHAGAS RG: 23321-PM/PA CPF:578.296.242-91, OBJETIVO: Ser instrutor no “I Módulo do Curso de Trilhas e Caminhadas”, promovido pelo PEQTurPA, em parceria com Batalhão de Polícia Ambiental - BPA, Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade – Ideflor-Bio, Instituto Federal do Pará – IFPA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, RESEXMAR e Secretaria Municipal de Turismo de Soure. DESTINO: Soure e Salvaterra / PA PERÍODO: 05 a 09/04/2017, Ordenador de despesas ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA.

Protocolo: 160362

PORTARIA Nº083/2017/GERH/SETUR DIÁRIAS

Proc: 2017/118516 RESOLVE: Conceder 7,5 diária ao servidor **ALBERT FRANKLIN LEAL PANTOJA matrícula:55585601/1, Assistente de Gestão em Turismo.** OBJ: Realizar acompanhamento do “I Módulo do Curso de Trilhas e Caminhadas”, promovido pelo PEQTur-PA, em parceria com Batalhão de Polícia Ambiental - BPA, Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade – Ideflor-Bio, Instituto Federal do Pará – IFPA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, RESEXMAR,Secretaria Municipal de Turismo de Soure. DESTINO: Soure e Salvaterra / PA PERÍODO: 02/04/2017 a 09/04/2017, ordenador de despesas ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA.

Protocolo: 16035

PORTARIA Nº 82/2017/GERH/SETUR DIÁRIAS

Proc:2017/113280 RESOLVE: Conceder 4,5 diária à servidora CLAUDIA GUEDES GUERREIRO mat: 12477011, Coordenadora de Marketing. OBJ:Participar da 5ª edição da *World Travel Market Latin America* DESTINO: São Paulo-SP PERÍODO:03 a 07/04/2017, Ordenador de despesas ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA.

Protocolo: 160347

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 093/17 GAB-DPG DE 27 DE MARÇO DE 2017

A Defensora Pública Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, incisos IV, VIII e XV da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006.

CONSIDERANDO a necessidade de implementação dos efeitos financeiros da Lei Estadual nº. 8.107/2015, de 19/02/2015, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará; CONSIDERANDO os termos do processo administrativo nº 2016/500299

RESOLVE:

Art.1º Determinar a aplicação do mesmo padrão vencimental pago aos ocupantes de cargos com idêntica escolaridade e atribuições similares, aos servidores ocupantes de funções oriundas de redistribuição consoante o especificado na tabela

abaixo:

Servidor	Cargo	Escolaridade do Cargo	Equivalência PCCR da DPPA
AGEDEUMAR SANTANA DA SILVA BARROS	Auxiliar de Administração	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
AMBRÓSIO OLIVEIRA DE JESUS	Braçal	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
ANTONIA MARIA DE FREITAS BRANDÃO	Auxiliar de Administração	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
CÍCERO LOPES BERNARDINO	Enc. Terminais Rodoviários	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
ELY NUNES DE FARIAS	Auxiliar de Obras de Manutenção A	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
FRANCISCO ILANE MATEUS DA SILVA	Operador de Rádio	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
IWANDER LELIS DE ASSIS	Auxiliar de Serviços Gerais A	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
JOÃO PAULO COSTA DOS SANTOS	Auxiliar de Administração C	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
LEILA DA SILVA MONTEIRO	Assistente de Administração	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
LINDEMBERG DOS SANTOS GUIMARÃES	Assistente Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
RUY SÉRGIO NUNES DE OLIVEIRA	Braçal	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
WALDINEA DA SILVA MORAES	Escrevente Datilógrafo	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
MARIA LUIZA LIMA DE ARAGÃO	Auxiliar Técnico B	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
ROSANGELA RAMOS DE SOUSA	Agente Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
MARA CECÍLIA SOUZA DA COSTA	Biblioteconomista	Nível Superior	ANALISTA DE DEFENSORIA PÚBLICA
IRANIL DO SOCORRO CONCEIÇÃO DE SANTANA	Agente Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
IRACEMY RODRIGUES COSTA	Motorista	Nível Fundamental	MOTORISTA DE DEFENSORIA PÚBLICA
GUILHERME LELIS DE ASSIS	Aux. de Obras de Manut. C	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
MARIA RAIMUNDA SANTANA DOS SANTOS	Auxiliar de Administração C	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
GRACIETE FIGUEIREDO LOBATO CAMPOS	Auxiliar Técnico D	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
ANA RITA DA CONCEIÇÃO MATNI	Agente Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
CONSOLATA MARIA FORTE XAVIER	Técnico D	Nível Superior	ANALISTA DE DEFENSORIA PÚBLICA
CRISTINA MARIA DO SOCORRO COSTA MATOS	Agente Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
EDNA MARIA FERREIRA GOUVEIA	Agente Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
EDNA LUIZA SANTOS DE LIMA	Aux. de Administração C	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
LUCIA HELENA DA SILVA PINHEIRO	Técnico C	Nível Superior	ANALISTA DE DEFENSORIA PÚBLICA
JUCEMIR SIQUEIRA DA SILVA	Aux. Administrativo	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
LUIZ ODILSON OLEGARIO DA LUZ	Ag. Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
MARIA DE NAZARÉ DE JESUS DAMASIO MATOS	Ag. Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
JOSENILDA MARIA FERREIRA DEZINCOURT	Assistente Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
MARIA DE NAZARÉ ASSUNÇÃO DA COSTA	Aux. Técnico C	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
ANTONIO EDUARDO TAVARES PEREIRA	Assist. Tecn. Ref. XXVII	Nível Superior	ANALISTA DE DEFENSORIA PÚBLICA
ANTONIO FELIX MONTEIRO COSTA	Aux. Técnico C	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
CARMEM LUCIA LOPES DE SOUZA	Ag. Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
ANA DO SOCORRO NUNES MOURA JATENE SOUSA	Auxiliar Técnico	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
MARIA SONIA DA PAZ E SILVA	Aux. de Administração C	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
PAULO ROBERTO ARAÚJO DA SILVA	Aux. de Administração C	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA

ANA CELIA MODESTO LOPES	Aux. de Administração C	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
VERA LUCIA MAGALHÃES DE FREITAS	Ag. Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
MARIA JOSÉ BATISTA PIMENTEL	Ag. Administrativo	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
EDSON MIRANDA RODRIGUES	Ag. de Portaria	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
AIRTON DA SILVA OLIVEIRA	Auxiliar de Administração	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
PAULO AFONSO DE LIMA LHAMAS	Auxiliar Técnico	Nível Médio	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA
FRANCISCO SERVIO BARROS	Oficial de Administração	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
JOSE LUIZ RIBEIRO DE ASSUNCAO	Vigilante	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
MAURO BARBOSA DE LIMA	Auxiliar Administrativo	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA
NORMA DA GLORIA MOREIRA	Auxiliar Serviços Gerais A	Nível Fundamental	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 160454

**PORTARIA Nº. 103/2017-GAB/DPG,
DE 24 DE MARÇO DE 2017.**

A Defensora Pública Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, inciso I; Art. 33, inciso III c/c Art. 48, todos da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; RESOLVE: Autorizar a Defensora Pública VANESSA SANTOS AZEVEDO ARAUJO, matrícula nº 57191049/ 1, a se afastar de suas funções, sem prejuízo de seus vencimentos, no período de 29/03/2017 a 01/04/2017, para participar do Seminário Nacional "Litigância estratégica em Direitos Humanos: usos, sentidos e práticas na Defensoria Pública", na cidade do Rio de Janeiro – RJ, sem ônus para a Defensoria Pública do Estado do Pará.

Cumpra-se. Publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 160396

**PORTARIA Nº. 027/2017-GAB/DPG,
DE 27 DE MARÇO DE 2017.**

A Defensora Pública Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, VIII e XXVII, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006.

RESOLVE: Nomear o Servidor Público WANGLAY WALLAX LIMA DE QUEIROZ, matrícula nº 57234562, para exercer o cargo em comissão de Coordenador do Núcleo de Controle Interno, Código GEP-DAS-011.3, a contar de 3 de abril de 2017.

Cumpra-se. Publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 160391

ERRATA

PORTARIA Nº 349/17 DP- G EM 14/03/17

-Onde se lê: Matrícula nº 5839815

-Leia-se: Matrícula nº 3342050

OBS: Publicada no D.O.E nº 33.338 de 22/03/2017.

Protocolo: 160388

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EXTINÇÃO DE CONTRATO

Extrato de Distrato ao Contrato nº. 098/2011-TJPA// Partes: TJ/PA e Empresa AMAZÔNIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº

10.587.618/0001-53// Resolve rescindir o presente contrato com fundamento art. 79, inciso II da lei 8.666/93 a contar de 01/04/2017// Data da assinatura: 21/03/2017// Foro: Belém// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.

Protocolo: 158169

Extrato de Distrato ao Contrato nº. 099/2011 - TJPA// Partes: TJ/PA e Empresa CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.783.832/0001-70// Resolve rescindir o presente contrato com fundamento art. 79, inciso II da lei 8.666/93 a contar de 01/04/2017// Data da assinatura: 21/03/2017// Foro: Belém// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.

Protocolo: 158159

Extrato de Distrato ao Contrato nº. 003/2013-TJPA// Partes: TJ/PA e Empresa CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.783.832/0001-70// Resolve rescindir o presente contrato com fundamento art. 79, inciso II da lei 8.666/93 a contar de 01/04/2017// Data da assinatura: 21/03/2017// Foro: Belém// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.

Protocolo: 157987

Extrato de Distrato ao Contrato nº. 002/2013-TJPA// Partes: TJ/PA e Empresa T. B. FIGUEIREDO NUNES – SERVIÇOS GERAIS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.450.194/0001-80// Resolve rescindir o presente contrato com fundamento art. 79, inciso II da lei 8.666/93 a contar de 01/04/2017// Data da assinatura: 21/03/2017// Foro: Belém// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.

Protocolo: 158180

CONVÊNIO

Extrato de Convênio nº. 008/2017-TJPA// Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Prefeitura de Acará – CNPJ/MF nº. 05.196.548.0001-72// Objeto: Cooperação Técnica entre os partícipes, visando a cessão de servidores para a realização de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento das atividades necessárias a modernização da Justiça no Estado do

Pará// Vigência: 3 anos, início em 20/03/2017 e término em 20/03/2020// Data da assinatura: 20/03/2017// Responsável pela assinatura: Ricardo Ferreira Nunes – Desembargador Presidente do TJ/PA

Protocolo: 160365

Extrato de Convênio nº. 009/2017-TJPA// Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Prefeitura de Acará – CNPJ/MF nº. 05.196.548.0001-72// Objeto: Cooperação Técnica entre os partícipes, para a cessão de servidor público municipal ocupante da função de "Assistente Social" pelo CONVENIADO para o CONVENIENTE, com vistas ao cumprimento da determinação proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº. 000168-29.2011.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça// Vigência: 3 anos, início em 20/03/2017 e término em 20/03/2020// Data da assinatura: 20/03/2017// Responsável pela assinatura: Ricardo Ferreira Nunes – Desembargador Presidente do TJ/PA.

Protocolo: 160366

OUTRAS MATÉRIAS

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, Órgão do Poder Judiciário, com sede na Av Almirante Barroso, nº 3089, Bairro do Souza, na Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, com inscrição no CNPJ/MF nº 04.567.897/0001-90, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém – SEMMA, Autorização de Supressão Vegetal – ASV nº 07/2015, válida até 17/03/2018, com a finalidade de construir o prédio de Tecnologia da Informação, denominado Data Center, localizado na Rodovia Augusto Montenegro, S/N. Km 04, Parque Verde, no município de Belém-Pará.

Protocolo: 160217

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 007/2017/TJPA – Pregão 011/2017/TJPA// Objeto: aquisição e cópias de chaves, aberturas de fechaduras, cadeados, cofres, gavetas e serviços afins // Empresa: RNC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.055.122/0001-00, com sede na cidade de Belém, Estado Pará, na Travessa 1º de Março, nº 239// Vigência: início em 27/03/2017 e término em 27/03/2018// Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 02.122.1421.8193/8194/8195; Natureza da Despesa: 339030; Fonte de Recursos: 0118// Data da assinatura: 27/03/2017// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração // Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo – Secretária de Planejamento.

Protocolo: 159257

**JUSTIÇA MILITAR
DO ESTADO DO PARÁ**

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - ATIVO							
BIMESTRE JANEIRO E FEVEREIRO / 2017							
REF. JANEIRO/ 2017							
Regime / Cargo / Função	Qtde	Vencimento / Salário	Vantagens Pecuniárias Incidentes sobre Vencimentos e Salários			Outras Vantagens (1)	Total
			Gratificação	Pessoais	Outras		
LOMAN							
Juiz 3ª Entrância	1	28.947,55	0,00	0,00	0,00	1.523,56	30.471,11
RJU							
Nível Superior							
Analista Judiciário	3	17.781,58	27.873,47	26.874,52	0,00	0,00	72.529,57
Of. Just. Avaliador	1	4.269,65	7.854,47	2.775,26	0,00	0,00	14.899,38
Nível Médio							
Auxiliar Judiciário	1	2.992,39	0,00	149,62	0,00	0,00	3.142,01
CEDIDOS							
Nível Médio							
Militar -Lei 6500/02	18	0,00	0,00	0,00	32.726,40	1.130,78	33.857,18
CARGOS COMISSIONADOS							
Nível Superior							
CJS-2	1	0,00	2.541,05	460,58	1.842,32	0,00	4.843,95
CJS-3	8	29.402,92	45.060,57	15.681,87	6.813,57	6.160,87	103.119,80
CJS-3 (Antigo FG2)	1	5.571,16	6.519,65	6.134,26	0,00	0,00	18.225,07
Total N. Superior	15	85.972,86	89.849,21	51.926,49	8.655,89	7.684,43	244.088,88
Total N. Médio	19	2.992,39	0,00	149,62	32.726,40	1.130,78	36.999,19
TIPO DE PREVIDENCIA							
Estatutária	26	59.562,33	44.788,64	36.394,24	34.568,72	2.654,34	177.968,27
Básica	8	29.402,92	45.060,57	15.681,87	6.813,57	6.160,87	103.119,80
TOTAL	34	88.965,25	89.849,21	52.076,11	41.382,29	8.815,21	281.088,07

(1) Outras Vantagens: Férias, 13º Salário, Locomoção, Hora Extra, Dif. Salariais, Exerc. Anterior, Etc.

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - INATIVO				
REF. JANEIRO / 2017				
Regime Jurídico Único	Nº de Ocupantes	Vencimentos / Proventos / Pensões	Outras Vantagens (1)	Total
INATIVOS	4	53.783,64		53.783,64
Nível Superior				
Chefe Apoio Judiciário	1	9.335,76		9.335,76
Escrivão	1	19.309,98		19.309,98
Oficial de Justiça Avaliador	1	14.225,58		14.225,58
Nível Médio				
Téc. Contabilidade	1	10.912,32		10.912,32
PENSIONISTAS	3	42.453,80		42.453,80
Pensões	3	42.453,80		42.453,80
TOTAL GERAL	7	96.237,44		96.237,44

Protocolo: 160220

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - ATIVO							
BIMESTRE JANEIRO E FEVEREIRO / 2017							
REF. FEVEREIRO/ 2017							
Regime / Cargo / Função	Qtde	Vencimento / Salário	Vantagens Pecuniárias Incidentes sobre Vencimentos e Salários			Outras Vantagens (1)	Total
			Gratificação	Pessoais	Outras		
LOMAN							
Juiz 3ª Entrância	1	28.947,55	0,00	0,00	0,00	1.523,56	30.471,11
RJU							
Nível Superior							
Analista Judiciário	3	17.781,56	27.873,45	27.405,78	0,00	0,00	73.060,79
Of. Just. Avaliador	1	4.269,64	7.854,46	2.903,35	0,00	0,00	15.027,45
Nível Médio							
Auxiliar Judiciário	1	2.992,39	0,00	149,62	0,00	0,00	3.142,01
CEDIDOS							
Nível Médio							
Militar -Lei 6500/02	18	0,00	0,00	0,00	32.726,40	1.801,25	34.527,65

CARGOS COMISSIONADOS							
Nível Superior							
CJS-2	1	0,00	2.541,05	460,58	1.842,32	0,00	4.843,95
CJS-3	8	29.402,92	45.060,57	15.681,87	6.813,57	5.038,75	101.997,68
CJS-3 (ANTIGO FG-2)	1	5.571,15	6.519,64	6.134,25	0,00	0,00	18.225,04
Total N. Superior	15	85.972,82	89.849,17	52.585,83	8.655,89	6.562,31	243.626,02
Total N. Médio	19	2.992,39	0,00	149,62	32.726,40	1.801,25	37.669,66
TIPO DE PREVIDENCIA							
Estatutária	26	59.562,29	44.788,60	37.053,58	34.568,72	3.324,81	179.298,00
Básica	8	29.402,92	45.060,57	15.681,87	6.813,57	5.038,75	101.997,68
TOTAL	34	88.965,21	89.849,17	52.735,45	41.382,29	8.363,56	281.295,68

(1) Outras Vantagens: Férias, 13º Salário, Locomoção, Hora Extra, Dif. Salariais, Exerc. Anterior, Etc.

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - INATIVO				
REF. FEVEREIRO / 2017				
Regime Jurídico Único	Nº de Ocupantes	Vencimentos / Proventos / Pensões	Outras Vantagens (1)	Total
INATIVOS	4	53.783,64		53.783,64
Nível Superior				
Chefe Apoio Judiciário	1	9.335,76		9.335,76
Escrivão	1	19.309,98		19.309,98
Oficial de Justiça Avaliador	1	14.225,58		14.225,58
Nível Médio				
Téc. Contabilidade	1	10.912,32		10.912,32
PENSIONISTAS	3	42.453,80		42.453,80
Pensões	3	42.453,80		42.453,80
TOTAL GERAL	7	96.237,44		96.237,44

Protocolo: 160225

LEGISLATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará, por meio da Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Ato da Mesa nº 015/2017-MD/AL, torna público que estará realizando licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, POR EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM conforme abaixo:
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017-CPL/ALEPA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA dos itens abaixo, de acordo com o Edital e seus Anexos.

ITEM	OBRAS
1	Complementação da construção do NUSESO.
2	Construção de Prédio da Divisão de Assistência aos Inativos e Pensionistas do I COMAR - DAIP 10.
3	Construção de Quadra Coberta com Vestiários e 4 Salas no I COMAR.
4	Construção de Quadra Coberta com Vestiário no DTCEA.
5	Recuperação das subestações 01 e 02 do HABE.

Os serviços serão executados nas áreas de Jurisdição do I COMAR Belém.
ENTREGA DO EDITAL: A partir de 28/03/2017, as licitantes poderão adquirir o Edital gratuitamente na Comissão Permanente de Licitação da ALEPA, localizada na Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA., Anexo Mariuadir Santos, Telefones: (91) GERAL: 3213-4200 / CPL: (91) 3213.4261 / 3182-8423. Os interessados deverão trazer PEN-DRIVE com capacidade mínima de 2 GB, para obter cópia do edital e seus anexos, em arquivo PDF.
LOCAL DE ABERTURA: Auditório João Batista - Palácio Cabanagem - Prédio Sede da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, Belém - Pará - Cep 66020-070.
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 27/04/2017
HORA DA ABERTURA: 10h00min
FONTE DO RECURSO: Tesouro Estadual, consoante dotação orçamentária própria sob a seguinte classificação:

- 01101 - Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.031.1453.7624 - Construção da Nova Sede da Alepa
- 4000.00 - Despesas de Capital
- 4400.00 - Investimentos
- 4490.00 - Aplicação Direta
- 4490.51 - Obras e Instalações
- 3000.00 - Despesas Correntes
- 3300.00 - Outras Despesas Correntes
- 3390.00 - Aplicação Direta
- 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Protocolo: 160376

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

ERRATA NA PORTARIA Nº 0434/2017-TCM, DE 16/03/17.
ONDE LÊ-SE: 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, LEIA-SE 04 (quatro) anos, 08 (oito) meses e 22 (vinte e dois) dias.

PORTARIA Nº 0439/2017 – TCM, DE 16/03/2017

Nome: **ANA CLEIDE DE LIMA AIRES**

Assunto: Lotar, até ulterior deliberação, no Gabinete do Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO.

A contar: 01/03/2017.

PORTARIA Nº 0443/2017 – TCM, DE 17/03/2017

Nomes: **GISELE BAPTISTA HIMERCIRIO PINGARILHO, TACIANNA SAUMA GONTIJO SARAIVA e THIAGO RAFAEL DA CRUZ PEIXOTO**

Assunto: Autorização para a participação do Curso "Formação de Pregoeiro Presencial e Eletrônico", a realizar-se no Município de Belém. Período: 20 a 24/03/2017.

PORTARIA Nº 0437/2017 – TCM, DE 16/03/2017

Nomes: **KARINA VASCONCELOS RODRIGUES NOVELINO, Presidente, DEUZA LÚCIA VASCONCELOS GADELHA BARBOSA, Membro e CHRISTIANNE MARIA OLIVEIRA COSTA, Membro**

Assunto: Comporem a Comissão de Avaliação do Marco de Qualidade do Desempenho (MMD) – Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 0131/2017 – TCM, DE 17/01/2017

Nome: **RUI JORGE GOMES**

Assunto: Cessar os efeitos da Portaria nº 1277/2012 – TCM, 17/10/2012 .

A partir: 17/01/2017.

PORTARIA Nº 0442/2017 – TCM, DE 17/03/2017

Nome: **ALCIMAR LOBATO DA SILVA**

Assunto: Prorrogar a cessão, concedida através da Portaria nº 0218/2016, de 24/02/16.

Período: 01/03/2017 a 28/02/2018.

PORTARIA Nº 0121/2017 – TCM, DE 17/01/2017

Nome: **MARCIA CUNHA MESQUITA BELLO**

Assunto: Regime Especial de trabalho.

A partir: 17/01/2017.

PORTARIA Nº 0441/2017 – TCM, DE 17/03/2017

Nome: **NATANAEL GOMES DE SOUZA**

Assunto: Prorrogar a cessão, concedida através da Portaria nº 0431/2016, de 19/04/16.

Período: 01/04/2017 a 31/03/2018.

PORTARIA Nº 0445/2017 – TCM, DE 20/03/2017

Nome: **MARCUS ANTONIO DE SOUZA**

Assunto: Prorrogar por 52 (cinquenta e dois) dias a Licença Saúde, concedida pela Portaria nº 1298/2016, de 05/12/2016.

Período: 11/12/2016 a 31/01/2017.

PORTARIA Nº 0448/2017 – TCM, DE 20/03/2017

Nome: **LEONIDAS CARNEIRO DA PONTE**

Assunto: Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-prêmio, referente ao triênio 2013/2016 que poderá ser usufruído parceladamente ou integralmente.

PORTARIA Nº 0140/2017 – TCM, DE 17/01/2017

Nome: **PATRICIA BARBOSA BRITO NASSER**

Assunto: Regime Especial de Trabalho.

A partir: 17/01/2017.

PORTARIA Nº 0244/2017 – TCM, DE 31/01/2017

Nome: **ANA CARLA DINIZ PAZ**

Assunto: Lotar, até ulterior deliberação, na Divisão de Cadastro de Aposentadoria e Pensão/DICAPE deste Tribunal.

A partir: 01/02/2017.

PORTARIA Nº 0447/2017 – TCM, DE 20/03/2017

Nome: **MARIA DAS GRACAS DAS NEVES FERREIRA**

Assunto: Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença-prêmio, referente aos triênios 2010/2013 e 2013/2016 que poderão ser usufruídos parceladamente ou integralmente.

PORTARIA Nº 0454/2017 – TCM, DE 21/03/2017

Nome: **PAULO CEZAR AMORIM DE MENEZES**

Assunto: Conceder 360 (trezentos e sessenta) dias de Licença-prêmio, referente aos triênios 1998/2001, 2001/2004, 2004/2007, 2007/2010, 2010/2013 e 2013/2016 que poderão ser usufruídos parceladamente ou integralmente.

PORTARIA Nº 0161/2017 – TCM, DE 20/01/2017

Nome: **KARINA VASCONCELOS RODRIGUES NOVELINO**

Assunto: Regime Especial de Trabalho.

A contar: 17/01/2017.

PORTARIA Nº 0455/2017 – TCM, DE 21/03/2017

Nome: **PAULO CEZAR AMORIM DE MENEZES**

Assunto: Averbar o tempo de serviço no total de 60 (sessenta) dias, referentes a renúncia ao gozo do triênio 1995/1998, que contados em dobro totalizam 120 (cento e vinte) dias, devendo ser considerado somente para efeito de aposentadoria.

PORTARIA Nº 0444/2017 – TCM, DE 20/03/2017

Nome: **CYNTIA YUKIKO TOMIOKA CHAVES**

Assunto: Averbar o tempo de contribuição prestado à Iniciativa Privada, no total de 04 (quatro) anos e 10 (dez) meses, devendo ser considerado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

PORTARIA Nº 0451/2017 – TCM, DE 21/03/2017

Nome: **CARMEM ESTELA LOURINHO LOPES**

Assunto: Averbar o tempo de contribuição prestado à Iniciativa Privada, no total de 08 (oito) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, devendo ser considerado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

PORTARIA Nº 0239/2017 – TCM, DE 31/01/2017

Nome: **DANIEL MOREIRA BENDAHAN DE MELO**

Assunto: Lotar, até ulterior deliberação, no Gabinete da Conselheira MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ.

A contar: 09/01/2017.

PORTARIA Nº 0440/2017 – TCM, DE 17/03/2017

Nome: **MARIA DA VITORIA MOTTA MELO DA ROCHA**

Assunto: Lotar, até ulterior deliberação, na Ouvidoria deste Tribunal.

A contar: 13/03/2017.

PORTARIA Nº 0446/2017 – TCM, DE 20/03/2017

Nome: **LUCIA DE FATIMA ALMEIDA**

Assunto: Auxílio-Doença.

PORTARIA Nº 0223/2017 – TCM, DE 31/01/2017

Nome: **JOSE ANCHIETA LIMA DE OLIVEIRA**

Assunto: Lotar, até ulterior deliberação, na 5ª Controladoria deste Tribunal.

A partir: 01/02/2017.

PORTARIA Nº 0431/2017 – TCM, DE 16/03/2017

Nome: **FABIO JOSE LOPES VIEIRA**

Assunto: Conceder progressão a título de incentivo.

PORTARIA Nº 0220/2017 – TCM, DE 30/01/2017

Nome: **EDILSON DA CRUZ FIEL**

Assunto: Lotar, até ulterior deliberação, no Gabinete da Conselheira MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ.

A partir: 01/02/2017.

Protocolo: 160359

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 0456/2017 – TCM, DE 21/03/2017

RESOLVE:

Conceder SUPRIMENTO DE FUNDOS no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo R\$ 600,000 (seiscentos reais) para material de consumo no elemento de despesa 339030, R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para serviços de terceiros Pessoa Física no elemento de despesa 339036 e R\$ 1.000,00 (um mil reais) para serviços de terceiros Pessoa Jurídica no elemento de despesa 3390.39, sendo o período de aplicação de até 30 (trinta) dias após o crédito, devendo a prestação de contas ser efetuada no prazo de 10 (dez) dias, após a aplicação do recurso, à servidora KAMILA DE ATAYDE ESPEZIN VIEIRA, matrícula nº 500000706, Diretor Adjunto – TCM.CPC.NS.101.5. Conselheiro LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR Presidente

Protocolo: 160434

DIÁRIA

PORTARIA Nº 0436/2017 – TCM, DE 16/03/2017

RESOLVE:

1. Autorizar o servidor SERGIO ALBERTO FRAZAO DO COUTO, matrícula nº 500000575, Assessor Técnico – TCM.CPC.NS.101.4, para participar do curso promovido pelo FGV _ Fundação Getúlio Vargas, com o tema " Compliance (Lei nº 12.846/2013)" a realizar-se na cidade de São Paulo/SP, no período de 19 a 21 de março de 2017, concedendo-lhe 02 e ½ (duas e meia) diárias; 2. Ao final do referido Curso, o servidor deverá apresentar a comprovação da viagem e relatório da atividade à Coordenadoria de Controle Interno/CCI, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receber novas diárias.

PORTARIA Nº 0449/2017 – TCM, 20/03/2017

RESOLVE:

Autorizar o Conselheiro LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR, para participar do evento "Governança e Gestão nos Tribunais de Contas do Brasil", realizado pelo Instituto Rui Barbosa, em Brasília/DF, no período de 27 a 29 de março de 2017, concedendo-lhe 03 (três) diárias.

PORTARIA Nº 0450/2017 – TCM, 20/03/2017

RESOLVE:

1. Designar o servidor MAURO CHAVES PASSARINHO PINTO DE SOUZA, matrícula nº 500000790, Analista de Controle Externo

– TCM.ACE.A/3, para participar do evento "Governança e Gestão nos Tribunais de Contas do Brasil", realizado pelo Instituto Rui Barbosa, em Brasília/DF, no período de 27 a 29 de março de 2017, concedendo-lhe 02 e ½ (duas e meia) diárias;

2. Ao final do referido evento, o servidor deverá apresentar a comprovação da viagem e relatório das atividades à Coordenadoria de Controle Interno/CCI, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receber novas diárias.

Conselheiro LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Presidente

Protocolo: 160437

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NO 6.001/2017/6ªCONTROLADORIA/TCM-PA

(Processo nº 201702986-00)

De Notificação, com prazo de 5 (cinco) dias, a Senhora Amanda Oliveira e Silva.

O Conselheiro Aloísio Chaves do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 145, III do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), **Notifica** através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora **Amanda Oliveira e Silva, Prefeita Municipal de Acará, no exercício financeiro de 2017**, providenciando no prazo de 5 (cinco) dias contados da 3ª publicação, a inserção, junto ao MURAL DE LICITAÇÕES, no Portal dos Jurisdicionados, implantado nos termos da RESOLUÇÃO Nº 11.535/2014, dos documentos referentes a Procedimentos Licitatórios, Dispensas e Inexigibilidades já iniciados pela administração municipal de ACARÁ, bem como cadastrar as autoridades e usuários no UNICAD nos termos da Resolução Administrativa nº 27/2016.

O não atendimento desta determinação, dentro do prazo estipulado, caracterizará infração passível de multa nos termos do art. 283 do RITCM/PA.

Belém, 28 de Março de 2017

Conselheiro Aloísio Chaves

Relator/6ª Controladoria/TCM

Protocolo: 159057

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NO 6.002/2017/6ªCONTROLADORIA/TCM-PA

(Processo nº 201702938-00)

De Notificação, com prazo de 5 (cinco) dias, a Senhora Marcene Walvenarque Nunes Leite.

O Conselheiro Aloísio Chaves do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 141, do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), **Notifica** através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor **Marcene Walvenarque Nunes Leite, Secretário Municipal de Saúde de Marabá, no exercício financeiro de 2017**, providenciando no prazo de 5 (cinco) dias contados da 3ª publicação, a inserção, junto ao MURAL DE LICITAÇÕES, no Portal dos Jurisdicionados, implantado nos termos da RESOLUÇÃO Nº 11.535/2014, do(s) documento(s) abaixo relacionado(s), referentes ao Procedimento Licitatório PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017 – Registro de preços para eventual aquisição de gases medicinais, com o objetivo de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Marabá. – Valor de Referência = R\$4.506.120,82 – Data de Abertura das Propostas – 28/03/2017:

a) Parecer jurídico aprovando o edital da licitação (art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993);

b) Documentos comprobatórios do resultado da ampla pesquisa de preços de mercado, balizados pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública (art. 15, inciso V, da Lei nº 8.666/1993) II e III-a, do Decreto 3.555/2000; c) Cópia do Decreto Municipal nº 061/2003, Decreto Municipal nº 347/203 e Lei Complementar Municipal nº 006/2016.

O não atendimento desta determinação, dentro do prazo estipulado, caracterizará infração passível de multa nos termos do art. 283 do RITCM/PA.

Belém, 28 de Março de 2017

Conselheiro Aloísio Chaves

Relator/6ª Controladoria/TCM

Protocolo: 159065

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NO 6.003/2017/6ªCONTROLADORIA/TCM-PA

(Processo nº 201702913-00)

De Notificação, com prazo de 5 (cinco) dias, a Senhora Aurenice Corrêa Ribeiro dos Reis.

O Conselheiro Aloísio Chaves do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 145, III do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), **Notifica** através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora **Aurenice Corrêa Ribeiro dos Reis,**

Prefeita Municipal de Tomé – Açu, no exercício financeiro de 2017, providenciar no prazo de 5 (cinco) dias contados da 3ª publicação, a inserção, junto ao MURAL DE LICITAÇÕES, no Portal dos Jurisdicionados, implantado nos termos da RESOLUÇÃO Nº 11.535/2014, dos documentos referentes a Procedimentos Licitatórios já iniciados pela administração municipal de Tomé-Açu, bem como cadastrar as autoridades e usuários no UNICAD nos termos da Resolução Administrativa nº 27/2016.

O não atendimento desta determinação, dentro do prazo estipulado, caracterizará infração passível de multa nos termos do art. 283 do RITCM/PA.

Belém, 28 de Março de 2017

Conselheiro Aloísio Chaves

Relator/6ª Controladoria/TCM

Protocolo: 159070

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
NO 7003/2017/7ª CONTROLADORIA/TCM-PA**

(Processo nº 2016.10619)

De Notificação, com prazo de 10 (dez) dias, o Senhor Silvano da Silva Aguiar .

O Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha Pessoa, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 201, II do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), Notifica através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Silvano da Silva Aguiar, Presidente da Câmara do Município de Água Azul do Norte, no exercício financeiro de 2016, para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da 3ª publicação do presente Edital em Diário Oficial, cumpra com seu dever constitucional de prestar contas, conforme disposto no art. 70, parágrafo único da Constituição Federal, art. 73 da Constituição do Estado do Pará, Lei Complementar nº 109/2016, Regimento Interno/TCM e nas Resoluções nº 9.065/2008/TCM-PA e 10.329/2012/TCM/PA, c/c a Instrução Normativa nº 01/2009/TCM-PA, encaminhando os seguintes documentos:

Levantamento de planejamento e impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 165, da CF c/c art. 17, da LRF e art. 13 da IN/TCM-PA 04/2015;

Comprovante de publicação da RESOLUÇÃO Nº 003/2016 , conforme a exigência do art. 37, caput da CF/88 .

O não cumprimento das obrigações e prazos dispostos na presente notificação, sem prejuízo das demais cominações legais, poderá sujeitar o Ordenador de Despesas à multa diária a ser proposta pelo Conselheiro Relator, na forma do art. 74, da Lei Complementar nº 109/2016 c/c art. 283, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017).

Belém, 28 de março de 2017.

Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha Pessoa - Relator/7ª Controladoria/TCM.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
NO 7007/2017/7ª CONTROLADORIA/TCM-PA**

(Processo nº 2016.10401)

De Notificação, com prazo de 10 (dez) dias, o Senhor José Claudio Miranda .

O Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha Pessoa, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 201, II do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), Notifica através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor José Claudio Miranda, Presidente da Câmara do Município de Redenção, no exercício financeiro de 2016, para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da 3ª publicação do presente Edital em Diário Oficial, cumpra com seu dever constitucional de prestar contas, conforme disposto no art. 70, parágrafo único da Constituição Federal, art. 73 da Constituição do Estado do Pará, Lei Complementar nº 109/2016, Regimento Interno/TCM e nas Resoluções nº 9.065/2008/TCM-PA e 10.329/2012/TCM/PA, c/c a Instrução Normativa nº 01/2009/TCM-PA, encaminhando o seguinte documento:

1 – Levantamento de planejamento e impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 165, da CF c/c art. 17, da LRF e art. 13 da IN/TCM-PA 04/2015.

O não cumprimento das obrigações e prazos dispostos na presente notificação, sem prejuízo das demais cominações legais, poderá sujeitar o Ordenador de Despesas à multa diária a ser proposta pelo Conselheiro Relator, na forma do art. 74, da Lei Complementar nº 109/2016 c/c art. 283, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017).

Belém, 28 de março de 2017.

Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha Pessoa - Relator/7ª Controladoria/TCM.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
NO 7010/2017/7ª CONTROLADORIA/TCM-PA**

(Processo nº 2016.10500-00)

De Notificação, com prazo de 10 (dez) dias, a Senhora Catia Patricia Ferreira .

O Conselheiro José Carlos Araújo, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 201, II do

Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), Notifica através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Catia Patricia Ferreira, Prefeita do Município de Água Azul do Norte, no exercício financeiro de 2016, para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da 3ª publicação do presente Edital em Diário Oficial, cumpra com seu dever constitucional de prestar contas, conforme disposto no art. 70, parágrafo único da Constituição Federal, art. 73 da Constituição do Estado do Pará, Lei Complementar nº 109/2016, Regimento Interno/TCM e nas Resoluções nº 9.065/2008/TCM-PA e 10.329/2012/TCM/PA, c/c a Instrução Normativa nº 01/2009/TCM-PA, encaminhando os seguintes documentos:

1 – Levantamento de planejamento e impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 165, da CF c/c art. 17, da LRF e art. 13, da IN/TCM-PA 04/15;

2 – Comprovante de publicação da Lei Municipal nº 453/2016, conforme exigência do art. 37, caput, CF/88;

3 – Remessa da documentação probante da iniciativa da Lei nº 453/2016, nos termos do art. 37, X, c/c art. 29, V da CF/88;

4 – Esclarecer ou confeccionar nova Norma em que seja observado para efeito de isonomia a inclusão de férias e um terço de férias remunerada ao Vice-Prefeito, visto não ter sido mencionado na Lei Municipal nº 453/2016.

O não cumprimento das obrigações e prazos dispostos na presente notificação, sem prejuízo das demais cominações legais, poderá sujeitar o Ordenador de Despesas à multa diária a ser proposta pelo Conselheiro Relator, na forma do art. 74, da Lei Complementar nº 109/2016 c/c art. 283, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017).

Belém, 28 de março de 2017.

Conselheiro José Carlos Araújo - Relator/7ª Controladoria/TCM.

Protocolo: 160142

OUTRAS MATÉRIAS

PUBLICAÇÃO DE ATOS

RESOLUÇÃO Nº 12.940, DE 09/03/2017

Processo nº 201611694-00

Origem: Câmara Municipal de Floresta do Araguaia

Assunto: Subsídios de Vereadores

Interessado: Alécio da Costa Pessoa – (Presidente)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Subsídios de Vereadores. CM de Floresta do Araguaia. Legislação de 2017/2020. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato e anexação à p/c.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 15 a 17 dos autos.

Decisão: Cadastrar a RESOLUÇÃO Nº 001/2016, de 06 de outubro de 2016, que dispõe sobre a fixação do valor de subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Floresta do Araguaia, para a Legislação de 2017/2020, determinando a juntada dos autos à prestação de contas para aferição em momento oportuno dos limites constitucionais respectivamente os Artigos 29, VII, 29-A, 29-A, §1º, da CF/88 e no Art. 19, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RESOLUÇÃO Nº 12.956, DE 14/03/2017

Processo nº 201607490-00

Origem: Câmara Municipal de Bannach

Assunto: Subsídios de Vereadores

Interessado: Alcides Pereira dos Santos – (Presidente)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Subsídios de Vereadores. Câmara Municipal de Bannach. Legislação de 2017/2020. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento, c/ ressalva, do ato.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 20 a 22 dos autos.

Decisão: Cadastrar, com ressalva, a RESOLUÇÃO Nº 006/2016, de 09 de junho de 2016, que dispõe sobre a fixação do valor dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Bannach, para a Legislação de 2017/2020, afastando a eficácia do Art. 2º, dessa Resolução, que estabeleceu o percentual de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo ao valor percebido pelo Vereador Presidente da Câmara Municipal de Bannach, inobservando o limite Constitucional previsto no Art. 29, VI, "a", da Constituição Federal, permanecendo o valor de R\$-5.060,00 (cinco mil e sessenta reais) para todos os Vereadores.

RESOLUÇÃO Nº 12.957, DE 14/03/2017

Processo nº 201608637-00

Origem: Câmara Municipal de Ourilândia do Norte

Assunto: Subsídios de Vereadores

Interessado: Leonilson Lima Feitosa – (Presidente)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Subsídios de Vereadores. Câmara Municipal de Ourilândia do Norte. Legislação de 2017/2020. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato e anexação dos autos à p/c.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 58 a 60 dos autos.

Decisão: Cadastrar a RESOLUÇÃO Nº 002/2016, de 10 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Ourilândia do Norte, que dispõe sobre a fixação do valor dos subsídios dos Vereadores em R\$-7.596,67 (sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), para a Legislação de 2017/2020, determinando a juntada dos autos à prestação de contas para aferição dos limites constitucionais respectivamente os Artigos 29, VII, 29-A, 29-A, §1º, da CF/88 e no Art. 19, da III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RESOLUÇÃO Nº 12.958, DE 14/03/2017

Processo nº 201610654-00

Origem: Câmara Municipal de Rio Maria

Assunto: Subsídios de Vereadores

Interessado: Paulo Chaves Marinho – (Presidente)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Subsídios de Vereadores. Câmara Municipal de Rio Maria. Legislação de 2017/2020. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 20 e 21 dos autos.]

Decisão: Cadastrar a RESOLUÇÃO Nº 003/2016, de 09 de setembro de 2016, da Câmara Municipal de Rio Maria, que dispõe sobre a fixação do valor dos subsídios dos Vereadores em R\$-7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para a Legislação de 2017/2020.

ACÓRDÃO Nº 30.102, DE 07/03/2017

Processo nº 201701942-00 / 201702049-00

Classe: Aplicação de Medida Cautelar

Referência: Prefeitura Municipal de Parauapebas

Representante: Ana Roberta Tenório Lins Haag (Ministério Público do Trabalho)

REPRESENTADOS: Darci José Lermen (Prefeito Municipal)

Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e a Saúde Pública – GAMP Advogado/Procurador: Cláudio Gonçalves Moraes (OAB-PA 17.743)

Luciano de Almeida Cordeiro (OAB-SP 199824)

Instrução: 3ª Controladoria

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ADMISSIBILIDADE SOB A FORMA DE REPRESENTAÇÃO C/C MEDIDA CAUTELAR. PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS. REPRESENTADOS DARCI JOSÉ LERMEIN E GRUPO DE APOIO A MEDICINA PREVENTIVA E A SAÚDE PÚBLICA – GAMP. DETERMINAÇÃO MONOCRÁTICA DE (I) SUSTAÇÃO/SUSPENSÃO DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 20160440; (II) QUITAÇÃO DOS DÉBITOS TRABALHISTAS DOS SERVIDORES DO HOSPITAL GERAL DE PARAUAPEBAS DIRETAMENTE PELO 1º REPRESENTADO E (III) REQUISICÃO DE DOCUMENTOS VINCULADOS À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONTRATO DE GESTÃO E (IV) FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA EM CASO DE NÃO ATENDIMENTO DA CAUTELAR. COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA CAUTELAR INDICADA NO ITEM II. HOMOLOGAÇÃO PARCIAL PELO PLENO DO TCM-PA. DETERMINAÇÃO PLENÁRIA PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS, DA CONTRATO DE GESTÃO, VINCULADO AO EXERCÍCIO DE 2016.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de REPRESENTAÇÃO C/C APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR, vinculado ao Contrato de Gestão n.º 201604440, firmado entre a Prefeitura Municipal de Parauapebas e a Organização Social GAMP – Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e à Saúde Pública, destinado à gestão do Hospital Geral de Parauapebas, a qual recebeu admissibilidade, nos termos da proposição da Conselheira MARA LÚCIA, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade. Decisão: Homologar a Medida Cautelar Monocrática, referente à sustação/suspensão do indicado Contrato de Gestão; determinação de exibição de documentos e fixação de multas, conforme itens I, III e IV, e, ainda, por maioria, vencida a Conselheira-Relatora, em não homologar o item II, da Cautelar Monocrática, em razão do entendimento de competência exclusiva da Justiça do Trabalho, para tal medida, ratificando, contudo, o cumprimento da mesma, pelo 1º REPRESENTADO, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira-Relatora (fls. 998/1014), que passam a integrar esta decisão.

Ademais, por decisão unânime do Colendo Plenário, fica determinada a instauração de Tomada de Contas Especial, referente aos serviços e despesas realizadas pelas indicadas Prefeitura Municipal e a Organização Social, no exercício de 2016, sob responsabilidade jurisdicional do Conselheiro José Carlos Araújo (7ª Controladoria), na forma regimental, junto aos autos do Processo nº 201609974-00.

ACÓRDÃO Nº 30.141, DE 09/03/2017

Processo nº 201600136-00

Origem: Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA

Assunto: Contratos Temporários

Responsável: Sérgio de Amorim Figueiredo – (Secretário)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Contratos Temporários. Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA. Atendidas as exigências legais. Pelo registro dos atos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 256 e 257 dos autos.

Decisão: Registrar os Contratos Temporários nºs 567, 679, 680, 681, 682, 678, 032 e 040/2015, firmados pela Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA com Olga Maria Domingues das Neves e outros, para as funções de: Médico, Técnico em Enfermagem (03), Assistente de Administração (02) e Enfermeiro (02), pelas razões expostas no voto.

ACÓRDÃO Nº 30.142, DE 09/03/2017

Processo nº 201600636-00

Origem: Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA

Assunto: Contratos Temporários

Responsável: Sérgio de Amorim Figueiredo – (Secretário)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Contratos Temporários. Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA. Atendidas as exigências legais. Pelo registro dos atos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 274 a 276 dos autos.

Decisão: Registrar os Contratos Temporários nºs 684; 686 a 696; 698 a 703; 723 a 735; 704; 705; 707 a 722; 737 a 739; 746 a 754 e 685/2015-SESMA; e nº 018; 001 a 006; 008 a 013; 015 a 017; 054; 055; 057 a 079 e 081/2016-SESMA, celebrados pela Prefeitura Municipal de Belém, através da Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA com Josyvana Matos Diniz e outros, para exercerem as funções de Agente de Combate às Endemias, pelo prazo de vigência de 12 meses, improrrogáveis e remuneração mensal de R\$-1.090,33 (hum mil, noventa reais e trinta e três centavos).

ACÓRDÃO Nº 30.143, DE 09/03/2017

Processo nº 201702179-00

Órgão: Prefeitura Municipal

Natureza: Prestação de Contas

Município: Viseu

Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. Município de Viseu. Exercício de 2017. Pela aplicação de medida cautelar, inaudita altera pars, com fundamento no Art. 145, do RITCM/PA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: I – Determinar a aplicação de Medida Cautelar, inaudita altera pars, com fundamento no Art. 145, do RITCM/PA, devendo o Prefeito do Município de Viseu, Sr. ISAÍAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO, ou quem estiver respondendo pela Prefeitura:

a) SUSTAR, imediatamente, o Pregão nº 05/2017, no estado em que estiver, bem como as contratações decorrentes;

b) Tendo ocorrido contratações decorrentes, SUSTAR os pagamentos correspondentes;

II – REQUISITAR, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta decisão, o envio de toda a documentação referente ao Pregão nº 05/2017, desde o edital até a contratação ou documento equivalente, se houver;

III – DETERMINAR o lançamento eletrônico do Pregão 005/2017 e de todos os procedimentos subsequentes, no Mural de Licitações deste Tribunal, bem como de toda e qualquer licitação, na forma da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM-PA e alterações posteriores;

IV – Ressaltar que o descumprimento de qualquer das determinações desta Medida Cautelar importará na aplicação de multa de 3.000 (três mil) UPF-PA, ao gestor responsável, nos termos do Art. 283, RITCM-PA; sem prejuízo da multa diária, prevista no Art. 13, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM-PA, de 100 (cem) UPF-PA, pelo descumprimento da obrigação de apresentação eletrônica do Pregão nº 05/2017 e demais licitações faltantes, bem como do lançamento de todos os procedimentos respectivos;

V – Determinar a publicação e remessa da presente Medida Cautelar à Prefeitura Municipal de Viseu, representada pelo atual Prefeito, Sr. ISAÍAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO, em seguida submeter à apreciação Plenária.

ACÓRDÃO Nº 30.144, DE 09/03/2017

Processo nº 201702178-00

Órgão: Câmara Municipal

Natureza: Prestação de Contas

Município: Viseu

Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. Município de Viseu. Exercício de 2017. Pela aplicação de medida cautelar, inaudita altera pars, com fundamento no Art. 145, do RITCM/PA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: I – Determinar a aplicação de Medida Cautelar, inaudita altera pars, com fundamento no Art. 145, do RITCM/PA, devendo o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Sr. EDIVALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA, ou quem estiver respondendo pela Câmara:

a) SUSTAR, imediatamente, o Pregão nº 07/2017, no estado em que estiver, bem como as contratações decorrentes, inclusive contratação direta, no caso de licitação fracassada pela ausência de interessados;

b) Tendo ocorrido contratações decorrentes, SUSTAR os pagamentos correspondentes;

II – REQUISITAR, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta decisão, o envio de toda a documentação referente ao Pregão nº 07/2017, desde o edital até a contratação ou documento equivalente, se houver;

III – DETERMINAR o lançamento eletrônico do Pregão 007/2017 e de todos os procedimentos subsequentes, no Mural de Licitações deste Tribunal, bem como de toda e qualquer licitação, na forma da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM-PA e alterações posteriores;

IV – Ressaltar que o descumprimento de qualquer das determinações desta Medida Cautelar importará na aplicação de multa de 3.000 (três mil) UPF-PA, ao gestor responsável, nos termos do Art. 283, RITCM-PA; sem prejuízo da multa diária, prevista no Art. 13, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM-PA, de 300 (trezentas) UPF-PA, pelo descumprimento da obrigação de apresentação eletrônica da licitação e lançamento de todos os procedimentos respectivos;

V – Determinar a publicação e remessa da presente Medida Cautelar à Câmara Municipal de Viseu, representada pelo atual Presidente, Sr. EDIVALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA, em seguida submeter à apreciação Plenária.

ACÓRDÃO Nº 30.177, DE 14/03/2017

Processo nº 201600139-00

Origem: Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA

Assunto: Contratos Temporários

Responsável: Sérgio de Amorim Figueiredo – (Secretário)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Contratos Temporários. Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA. Atendidas as exigências legais. Pelo registro dos atos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 315 a 317 dos autos.

Decisão: Registrar os Contratos Temporários nºs 676, 677, 021, 083, 089 e 092/2016, firmados pela Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA com Vania Cláudia de Souza Guimarães e outros, para as funções de: Médico (04), Nutricionista e Odontóloga, pelas razões expostas no voto.

ACÓRDÃO Nº 30.178, DE 14/03/2017

Processo nº 201420639-00

Assunto: Contrato Temporário de Pessoal

Origem: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá.

Responsável: Francisco das Chagas Sá – Prefeito

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 19, II, da LC nº 109/2016).

EMENTA: Contratação temporária de pessoal. Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá. Situação emergencial. Pelo registro dos contratos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposta de decisão da Relatora, às fls. 121 a 125 dos autos.

Decisão: Registrar os contratos temporários firmado entre a Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá e Ana Cláudia Barbosa de Oliveira e outros, para as funções de técnico de enfermagem, agente administrativo, auxiliar de enfermagem, assistente social, enfermeira, agente de portaria, odontóloga, agente da VISA, orientador PROJOVEM, auxiliar operacional I – aux. de serviços gerais, motorista de veículos, auxiliar operacional I – vigia, auxiliar operacional – servente, técnico em radiologia, agente de saúde, motorista de veículos leves, psicólogo, pedagogo, orientador, facilitador, digitador, professor, apoio administrativo – recepcionista, auxiliar operacional – agente de portaria, apoio administrativo – ag. administrativo, auxiliar operacional, motorista, apoio administrativo – digitador, coordenador, nutricionista, auxiliar operacional – auxiliar de serviços gerais, auxiliar operacional – braçal, operador de máquinas leves, operador de máquinas pesadas, engenheiro agrônomo e auxiliar de contabilidade, para atender situação emergencial do referido município.

ACÓRDÃO Nº 30.179, DE 14/03/2017

Processo nº 201613226-00

Natureza: Denúncia

Município: Jacundá

Denunciante: José Martins de Melo Filho

Denunciado: Itonir Aparecido Tavares

Advogado: Tiago Martins Estácio – OAB/PA 16.430

Exercício: 2016

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Denúncia. Município de Jacundá. Exercício de 2016. Pela revogação da medida cautelar e arquivamento dos autos. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 259 a 261 dos autos.

Decisão: Determinar a revogação da Medida Cautelar, nos termos do Art. 146, I e o Arquivamento dos autos, na forma do Art. 14, XIII, ambos do Regimento Interno vigente, pelas razões expostas no voto.

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO (Art. 81, da LC n.º 109/2016 c/c Art. 261, §§ 1º e 2º, RITCM-PA) Processo nº 201702382-00

Classe: Recurso Ordinário

Procedência: Fundo Municipal de Saúde de Santarém

Responsável: Emmanuel Silva

Advogada: Cynthia Fernanda Oliveira Soares (OAB/PA nº 8963)

Decisão Recorrida: ACÓRDÃO Nº 29.725, de 06/12/2016

Processo Originário nº 713352008-00 (Prestação de Contas)

Exercício: 2008

Tratam os autos de *Recurso Ordinário*, interposto pelo Sr. EMMANUEL SILVA, responsável pelas contas do Fundo Municipal de Saúde de Santarém, exercício financeiro de 2008, com arribo no Art. 81, *caput*, da LC n.º 109/2016 c/c Art. 261, do RITCM-PA, contra decisão contida no ACÓRDÃO Nº 29.725, de 06/12/2016, que reprovou suas contas em face das irregularidades apuradas, consignadas e detalhadas, às fls. 359/361, no Voto do Conselheiro-Relator ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES, destacadamente:

Irregularidades nos Contratos nºs 29/2008, 34/2008, 35/2008, 36/2008, 37/2008, 38/2008, 39/2008, 001/2008, 008/2008, 006/2008, 061/2008, 12/2008, e 1º TA, 010/2008, 011/2008, 009/2008, 040/2008, 72/2008, 74/2008, 075/2008, 076/2008, 81/2008, 85/2008, 86/2008, 87/2008, 88/2008, 89/2008, 090/2008, 1º TA ao Contrato nº 070/2007, 1º TA ao Contrato nº 071/2007, 1º TA ao Contrato nº 034/2008, 1º TA ao Contrato nº 035/2008, 1º TA ao Contrato nº 068/2008, 1º TA ao Contrato nº 098/2008, 1º TA ao Contrato nº 056/2008, 2º TA ao Contrato nº 069/2007, 1º TA ao Contrato nº 076/2008, 1º TA ao Contrato nº 071/2008, 2º TA ao Contrato nº 018/2008, 077/2007 e 1º TA, 1º TA ao Contrato nº 015/2007, 070/2008, 013/2008, 071/2008, 024/2008, 091/2008, 092/2008, 093/2008, 094/2008, 077/2008, 078/2008, 079/2008, 080/2008, 084/2008, 095/2008, 098/2008, 096/2008, 097/2008, 103/2008, 108/2008, 112/2008, 106/2008, 1º TA ao Contrato nº 062/2007, 1º TA ao Contrato nº 039/2007, 1º TA ao Contrato nº 014/2007, 1º TA ao Contrato nº 058/2007, 113/2008 e 002/2008.

Os autos recursais foram autuados neste TCM-PA, em 24/02/2017, e encaminhados à Diretoria Jurídica, para instrução e análise preliminar em 03/03/2017, conforme consta do despacho à fl. 387 dos autos.

É o breve relatório, pelo que passo a apreciação de admissibilidade, conforme regramento contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCM-PA, o que o faço nos seguintes termos:

1. DA LEGITIMIDADE:

Os legitimados para interpor Recurso Ordinário, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo §2º, do Art. 79, da LC n.º 109/2016.

No caso em tela, verifica-se que o Recorrente, responsável pelas contas do Fundo Municipal de Saúde de Santarém, durante o exercício financeiro de 2008, foi alcançado pela decisão constante no ACÓRDÃO Nº 29.725, de 06/12/2016, estando, portanto, amparado, pelo dispositivo legal transcrito, para interpor o presente *Recurso Ordinário*.**2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO:**

Dispõe o §1º, do Art. 81, da LC n.º 109/2016, que o Recurso Ordinário poderá ser interposto uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão.

A partir da análise do dispositivo legal transcrito acima, constata-se que a decisão guerreada fora devidamente publicada no DOE de 23/01/2017, conforme consta à fl. 398 dos autos e o presente recurso interposto em 22/02/2017, ou seja, dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias, no que consigno, portanto, sua tempestividade.

Quanto ao cabimento do apelo, constata-se que o mesmo encontra amparo legal no "caput", do Art. 81, da LC nº 109/2016, razão pela qual, preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, do presente Recurso Ordinário, passo a delimitação da matéria devolvida e, por conseguinte, da consignação do efeito suspensivo, a teor do previsto no §2º, do citado dispositivo legal.

3. DA APRECIÇÃO E DELIMITAÇÃO DA MATÉRIA RECURSAL:

O Recorrente, no intuito de reformar a decisão prolatada na ACÓRDÃO Nº 29.725, de 06/12/2016, consigna teses recursais e acosta a documentação referente aos contratos que originaram a reprovação de suas contas, (fls. 399/684), os quais delimitam a matéria devolvida, para reapreciação do Colendo Plenário.

4. DA CONCLUSÃO:

Por todo exposto, ADMITO o presente RECURSO ORDINÁRIO, em seu duplo efeito – devolutivo e suspensivo – nos termos do §2º, do Art. 81, da LC nº 109/2016, exclusivamente, quanto à matéria recorrida.

Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para a competente publicação desta decisão, junto ao Diário Oficial, na forma legal e regimental, procedendo, ato contínuo, com sua regular distribuição, em tudo observado o previsto pelo §3º, do Art. 81, da LC nº 109/2016.

Belém-PA, em 21 de março de 2017.

Conselheiro DANIEL LAVAREDA

Presidente do TCM-PA

Protocolo: 160467

PAUTA DE JULGAMENTO

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na Sessão Extraordinária a ser realizada no dia 31/03/2017, às 9 horas, em sua sede, os seguintes processos:

01) Processo nº 600012009-00

Responsável : Sr(a). Sérgio da Graça Amaral Pingarilho

Origem : Prefeitura Municipal / Prainha

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Governo

Exercício : 2009

Relator : Conselheiro Antônio José (Pedido de Vista na Sessão 04.08.2015 do Cons. Cezar Colares)

02) Processo nº 600012009-00

Responsável : Sr(a). Sérgio da Graça Amaral Pingarilho

Origem : Prefeitura Municipal / Prainha

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão

Exercício : 2009

Relator : Conselheiro Antonio José (Pedido de Vista na sessão 04.08.15 do Cons. Cezar Colares)

03) Processo nº 420012007-00

Responsável : Sr(a). Sebastião Miranda Filho

Origem : Prefeitura Municipal / Marabá

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais

Exercício : 2007

Relator : Conselheiro Cezar Colares

04) Processo nº 1370012012-00

Responsável : Sr(a). Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto (01/01 a 11/12) e Francisco Raimundo Mendes de Souza (12 a 31/12)

Origem : Prefeitura Municipal / Marituba

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Governo - Risco Médio

Exercício : 2012

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

05) Processo nº 1370012012-00

Responsável : Sr(a). Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto (01/01 a 11/12) e Francisco Raimundo Mendes de Souza (12 a 31/12)

Origem : Prefeitura Municipal / Marituba

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão

Exercício : 2012

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

06) Processo nº 162822013-00

Responsável : Sr(a). Silvio Mauro Rodrigues Mota

Origem : Fundo Municipal de Assistência Social / Bonito

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão

Exercício : 2013

Relator : Conselheira Mara Lúcia

07) Processo nº 162842013-00

Responsável : Sr(a). Patricia Souza de Moura

Origem : Fundo Municipal de Saúde / Bonito

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão

Exercício : 2013

Relator : Conselheira Mara Lúcia

08) Processo nº 163992013-00

Responsável : Sr(a). Silvio Mauro Rodrigues Mota

Origem : Fundo Municipal de Educação / FUNDEB / Bonito

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão

Exercício : 2013

Relator : Conselheira Mara Lúcia

09) Processo nº 714572010-00

Responsável : Sr(a). Raimundo da Silva Peleja

Origem : Secretaria Municipal de Assistência Social / Santarém

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão

Exercício : 2010

Relator : Conselheira Mara Lúcia

10) Processo nº 714782010-00

Responsável : Sr(a). Arnoudo Cunha de Andrade (01/01 a 31/01) e Arildo Nogueira Carvalho (01/02 a 31/12)

Origem : Secretaria Municipal de Turismo e Integral Regional / Santarém

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão
Exercício : 2010

Relator : Conselheira Mara Lúcia

11) Processo nº 652022014-00

Responsável : Sr(a). Antônio José Barbosa Amâncio e Sra.

Patricia Nahum Benoliel Gomes

Origem : Fundo Municipal de Saúde / Salinópolis

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão

Exercício : 2014

Relator : Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador : Sr(a). José Maria Moreira Campos

12) Processo nº 201602422-00

Responsável : Sr(a). Viviane Martins Silva da Cunha

Origem : SME/FUNDEB / São Félix do Xingu

Assunto : Recurso - Ordinário contra a decisão objeto do

Acórdão 28.083/2015

Exercício : 2009

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

Advogado/Contador : Gleydson do Nascimento Guimarães -

OAB 14.027 OAB/PA

13) Processo nº 201607844-00

Responsável : Sr(a). Cirlene Oliveira Araujo

Origem : Fundo Municipal de Assistência Social / Salvaterra

Assunto : Recurso - Ordinário contra a decisão objeto do

ACÓRDÃO Nº 28.840

Exercício : 2008

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

Advogado/Contador : Sr(a). Elvis Ribeiro da Silva - OAB/PA nº

12.114

14) Processo nº 773612012-00

Responsável : Sr(a). Francisco Celso Leite da Silva

Origem : Fundo Municipal de Saúde / São Francisco do Pará

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão

Exercício : 2012

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

15) Processo nº 832132013-00

Responsável : Sr(a). Antonio da Silva e Silva

Origem : FUNDEB / Tomé-Açu

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão -

RISCO BAIXO

Exercício : 2013

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

16) Processo nº 204012013-00

Responsável : Sr(a). Vânia Maria Figueiredo Cabral

Origem : Instituto de Previdência do Município / Cachoeira do

Arari

Assunto : Prestação de Contas - Risco Médio

Exercício : 2013

Relator : Conselheiro Sérgio Leão

17) Processo nº 360032012-00

Responsável : Sr(a). Manoel Cordovil Diniz - 01/01 a 31/03 e

Higo Leonardo Lacerda de Souza (01/04 a 31/12)

Origem : Fundo Municipal de Saúde de Itaituba / Itaituba

Assunto : Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão -

Risco Alto

Exercício : 2012

Relator : Conselheiro Sérgio Leão

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado

do Pará, em 27/03/2017.

Hilda Maria Zahluth Centeno Normando

Secretário Geral

Protocolo: 160442

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 4021/2017/4ª CONTROLADORIA/TCM

(Processo nº 714652009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor Everaldo de Souza Martins Filho.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 64 combinado com o art. 67, III da Lei Complementar nº 109/2016 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios, o Senhor Everaldo de Souza Martins Filho, responsável pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral de Santarém, no exercício financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da 3ª publicação, apresente defesa aos autos do Processo nº 714652009-00, referente à prestação de contas daquela Secretaria, no referido exercício, sob pena de revelia. Belém, 28 de março de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 4022/2017/4ª CONTROLADORIA/TCM

(Processo nº 714442009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, à Senhora Alba Valéria Jorge Lima.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 64 combinado com o art. 67, III da Lei Complementar nº 109/2016 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios, a Senhora Alba Valéria Jorge Lima, responsável pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Santarém, no exercício de financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da 3ª publicação, apresente defesa aos autos do Processo nº 714442009-00, referente à prestação de contas daquela Secretaria, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 28 de março de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª

Controladoria/TCM

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 4023/2017/4ª CONTROLADORIA/TCM

(Processo nº 715052009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, à Senhora Socorro Jarle Moita de Aguiar.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 64 combinado com o art. 67, III da Lei Complementar nº 109/2016 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios, a Senhora Socorro Jarle Moita de Aguiar, responsável pela Secretaria Municipal de Cultura de Santarém, no exercício de financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da 3ª publicação, apresente defesa aos autos do Processo nº 715052009-00, referente à prestação de contas daquela Secretaria, no referido exercício, sob pena de revelia. Belém, 28 de março de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 4024/2017/4ª CONTROLADORIA/TCM

(Processo nº 714842009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor Humberto de Abreu Frazão Netto.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 64 combinado com o art. 67, III da Lei Complementar nº 109/2016 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios, o Senhor Humberto de Abreu Frazão Netto, responsável pela Secretaria Municipal de Habitação de Santarém, no exercício de financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da 3ª publicação, apresente defesa aos autos do Processo nº 714842009-00, referente à prestação de contas daquela Secretaria, no referido exercício, sob pena de revelia. Belém, 28 de março de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 4029/2017/4ª CONTROLADORIA/TCM

(Processo nº 714852009-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor Luiz Alberto da Cruz.

O Conselheiro Antônio José Guimarães, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 64 combinado com o art. 67, III da Lei Complementar nº 109/2016 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios, o Senhor Luiz Alberto da Cruz, responsável pela Secretaria Municipal de Segurança Cidadã de Santarém, no exercício de financeiro de 2009, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da 3ª publicação, apresente defesa aos autos do Processo nº 714852009-00, referente à prestação de contas daquela Secretaria, no referido exercício, sob pena de revelia. Belém, 28 de março de 2017.

Conselheiro Antônio José Guimarães – Relator/4ª Controladoria/TCM

Protocolo: 160082

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 32.240, DE 24 DE MARÇO DE 2017. REVOGAR a Portaria de Nº 31.531 de 06/10/2016.

DESIGNAR para participarem do Grupo de Trabalho para Estudo de Soluções de TI aplicadas às atividades de auditoria e fiscalização, como membros titulares os servidores, RAPHAEL BORGES REIS E SILVA (Coordenador), Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis, matrícula nº 0101099; PATRICIA REGINA ALEIXO FARIAS, Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis, matrícula nº 0961361; SONIA ABREU DA SILVA ELIAS, Analista Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100347; CARLOS EDILSON MELO RESQUE, Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis, matrícula nº 0100351; ADRIANO CESAR EVERTON MACHADO, Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis, matrícula nº 0101069; RAQUEL SERRUYA ELMESCANY, Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis, matrícula nº 0101173; BRENO CARVALHO DA SILVA LEITE, Auditor de Controle Externo – Analista de Sistemas, matrícula nº 0101175; PAULO FAUSTO MOURA DAS NEVES, Assessor Técnico de Controle Externo, matrícula nº 0073183 e MOSHE DAYAN SOUSA RIBEIRO, Auditor de Controle Externo – Analista de Sistemas, matrícula nº 0101085.

Protocolo: 160250

PORTARIA Nº 32.239, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNAR para participarem do Grupo de Trabalho para Estudo de Soluções de TI aplicadas às atividades referentes aos atos sujeitos a registro, como membros titulares os servidores, MYLENE TEIXEIRA DA SILVA FERREIRA (Coordenador), Auditor de Controle Externo – Direito, matrícula nº 0101083; ERICO LIMA SILVA, Auditor de Controle Externo – Direito, matrícula nº 0101040; RENATO RIBEIRO MARTINS CAL, Auditor de Controle

Externo – Direito, matrícula nº 0101115; GEOMAR BRITO DE JESUS, Auditor de Controle Externo – Direito, matrícula nº 0101143; TIAGO LOPES DA CUNHA, Auditor de Controle Externo – Direito, matrícula nº 0101147; SONIA ABREU DA SILVA ELIAS, Analista Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100347; CARLOS EDILSON MELO RESQUE, Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis, matrícula nº 0100351; RAPHAEL BORGES REIS E SILVA, Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis, matrícula nº 0101099; BRENO CARVALHO DA SILVA LEITE, Auditor de Controle Externo – Analista de Sistemas, matrícula nº 0101175; PAULO FAUSTO MOURA DAS NEVES, Assessor Técnico de Controle Externo, matrícula nº 0073183 e MOSHE DAYAN SOUSA RIBEIRO, Auditor de Controle Externo – Analista de Sistemas, matrícula nº 0101085.

Protocolo: 160248

ERRATA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ERRATA

Nº PUBLICAÇÃO DOE: 33340 DE 24/03/2017

Incluir: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIQUIDAÇÃO ELETRÔNICA DE TÍTULOS E GUIAS, CELEBRABRADO ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ E O BANCO DO BRASIL S/A.

Protocolo: 160350

OUTRAS MATÉRIAS

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 253-C/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA, notifico a Senhora NÍZIA ANAISSI SARMENTO, Responsável pelo laudo de acompanhamento e fiscalização, de que no dia 30.03.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2012/52466-1, que trata da Tomada de Contas instaurada na ASSOCIAÇÃO CULTURAL BAGAÇO DE CANA, referente ao Convênio ASIPAG nº 219/2007, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro André Teixeira Dias.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 27 de março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR

Secretário-Geral em exercício

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 256/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA, notifico o Senhor SANTO PEREIRA DE OLIVEIRA, Prefeito à época, de que no dia 30.03.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2007/53013-3, que trata da Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS, referente ao Convênio SEPOF nº 208/2006, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro André Teixeira Dias.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 27 de março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR

Secretário-Geral em exercício

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 257/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA, notifico o Senhor FAUSTO PEREIRA GOMES, Presidente, de que no dia 30.03.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2014/50098-1, que trata da Tomada de Contas instaurada na ASSOCIAÇÃO DOS MICROS E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DA CHAPADA, referente ao Convênio SAGRI nº 280/2008, cujo Relator é Excelentíssimo Conselheiro André Teixeira Dias.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 27 de março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR

Secretário-Geral em exercício

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 258/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA, notifico o Senhor SILVERIO LOPES RAMOS JUNIOR, Presidente, de que no dia 30.03.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2012/52333-0, que trata da Prestação de Contas da ASSOCIAÇÃO DOS COMUNITÁRIOS E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO DO ALTO URUCURI, referente ao Convênio S AGRI nº 010/20012, cujo Relator é Excelentíssimo Conselheiro André Teixeira Dias.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 27 de março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR

Secretário-Geral em exercício

Protocolo: 160475

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ									
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ									
MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 1º BIMESTRE/2017									
01.032.1455 8.575 - Administração de Recursos Humanos dos Membros e Servidores do TCE									
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	474.141,00	-	474.141,00	187.828,74	187.828,74	178.616,24	178.616,24	286.312,26	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.223.024,00	-	130.223.024,00	20.234.655,21	20.234.655,21	20.175.134,40	20.175.134,40	109.988.368,79	
Soma:	130.697.165,00	-	130.697.165,00	20.422.483,95	20.422.483,95	20.353.750,64	20.353.750,64	110.274.681,05	
01.032.1455 8.577 - Aperfeiçoamento de Mecanismos de Fiscalização									
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível	
INVESTIMENTOS	10.730,00	-	10.730,00	-	-	-	-	10.730,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	849.802,00	-	849.802,00	7.748,54	7.748,54	3.989,53	3.989,53	842.053,46	
Soma:	860.532,00	-	860.532,00	7.748,54	7.748,54	3.989,53	3.989,53	852.783,46	
01.032.1455 8.572 - Capacitação para Membros e Servidores do TCE									
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	353.847,00	317.141,56	670.988,56	19.361,91	19.361,91	16.988,50	16.988,50	651.626,65	
Soma:	353.847,00	317.141,56	670.988,56	19.361,91	19.361,91	16.988,50	16.988,50	651.626,65	
01.331.1455 8.573 - Concessão de Auxílio alimentação									

Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.167.976,00	(7.020.000,00)	4.147.976,00	2.341.732,00	2.341.732,00	1.584.660,00	1.584.660,00	1.806.244,00
Soma:	11.167.976,00	(7.020.000,00)	4.147.976,00	2.341.732,00	2.341.732,00	1.584.660,00	1.584.660,00	1.806.244,00
09.846.0000 9.030 - Encargos com a Previdência Social dos Servidores do TCE								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	6.761.000,00	6.761.000,00	6.683.364,54	6.683.364,54	6.480.281,69	6.480.281,69	77.635,46
Soma:	-	6.761.000,00	6.761.000,00	6.683.364,54	6.683.364,54	6.480.281,69	6.480.281,69	77.635,46
01.032.1455 7.626 - Implantação da Gestão por Competência								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.965,00	-	145.965,00	1.700,00	1.700,00	-	-	144.265,00
Soma:	145.965,00	-	145.965,00	1.700,00	1.700,00	-	-	144.265,00
01.032.1455 7.629 - Implantação de Procedimentos de Controle de Qualidade de Auditoria								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
INVESTIMENTOS	16.095,00	-	16.095,00	-	-	-	-	16.095,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.625,00	-	100.625,00	1.700,00	1.700,00	-	-	98.925,00
Soma:	116.720,00	-	116.720,00	1.700,00	1.700,00	-	-	115.020,00
01.032.1455 7.628 - Implantação do Processo Eletrônico do TCE								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
INVESTIMENTOS	319.261,00	-	319.261,00	-	-	-	-	319.261,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.019.491,00	-	1.019.491,00	432.589,00	432.589,00	9.500,00	9.500,00	586.902,00
Soma:	1.338.752,00	-	1.338.752,00	432.589,00	432.589,00	9.500,00	9.500,00	906.163,00
01.032.1455 7.627 - Implantação do Sistema de Gestão de Custo								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.440,00	-	49.440,00	1.700,00	1.700,00	-	-	47.740,00
Soma:	49.440,00	-	49.440,00	1.700,00	1.700,00	-	-	47.740,00
01.032.1455 8.581 - Implementação de Ações de Promoção ao Controle Social								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	391.633,00	3.000,00	394.633,00	1.808,36	1.808,36	108,36	108,36	392.824,64
Soma:	391.633,00	3.000,00	394.633,00	1.808,36	1.808,36	108,36	108,36	392.824,64
01.032.1455 8.576 - Implementação de Ações de Publicidade Institucional								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	231.481,00	6.040,00	237.521,00	137.119,03	137.119,03	137.119,03	137.119,03	100.401,97
Soma:	231.481,00	6.040,00	237.521,00	137.119,03	137.119,03	137.119,03	137.119,03	100.401,97
01.032.1455 8.574 - Manutenção de Assistência Médica e Odontológica								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
INVESTIMENTOS	4.523,00	-	4.523,00	-	-	-	-	4.523,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.971.965,00	-	2.971.965,00	481.915,25	481.915,25	481.361,16	481.361,16	2.490.049,75
Soma:	2.976.488,00	-	2.976.488,00	481.915,25	481.915,25	481.361,16	481.361,16	2.494.572,75

01.032.1455 8.571 - Modernização da Infraestrutura do TCE								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
INVESTIMENTOS	230.000,00	-	230.000,00	132.956,73	132.956,73	132.956,73	132.956,73	97.043,27
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	77.153,00	-	77.153,00	31.426,74	31.426,74	29.726,74	29.726,74	45.726,26
Soma:	307.153,00	-	307.153,00	164.383,47	164.383,47	162.683,47	162.683,47	142.769,53
01.032.1455 8.579 - Modernização do Parque Tecnológico do TCE								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
INVESTIMENTOS	1.942.417,00	480.000,00	2.422.417,00	626.972,50	626.972,50	-	-	1.795.444,50
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	521.080,00	-	521.080,00	495.598,40	495.598,40	478.915,01	478.915,01	25.481,60
Soma:	2.463.497,00	480.000,00	2.943.497,00	1.122.570,90	1.122.570,90	478.915,01	478.915,01	1.820.926,10
01.032.1455 6.267 - Operacionalização das Ações Administrativas								
Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Variações	Dotação Atualizada	Empenhado no Bimestre	Empenhado até o Bimestre	Liquidado no Bimestre	Liquidado até o bimestre	Dotação Disponível
INVESTIMENTOS	87.829,00	-	87.829,00	24.737,00	24.737,00	18.261,00	18.261,00	63.092,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.035.597,00	(101.418,76)	7.934.178,24	2.072.890,87	2.072.890,87	1.949.525,96	1.949.525,96	5.861.287,37
Soma:	8.123.426,00	(101.418,76)	8.022.007,24	2.097.627,87	2.097.627,87	1.967.786,96	1.967.786,96	5.924.379,37
TOTAL GERAL	159.224.075,00	445.762,80	159.669.837,80	33.917.804,82	33.917.804,82	31.677.144,35	31.677.144,35	125.752.032,98
Publicado em obediência ao Ato nº 63, art. 15, inciso XXXVIII.								
Cecília Amorim de Almeida Mello			Gilberto Serique			Maria de Lourdes Lima de Oliveira		
Diretora de Finanças			Secretário de Administração			Presidente do TCE-PA		

Protocolo: 160399

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 045-A/2017

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Conselheiro(a) Relator(a), em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor ESLON AGUIAR MARTINS, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2014/50161-2, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Capanema, referente ao Convênio SETRAN nº. 014/2008.

Belém, 27 de Março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR-Secretário-Geral em exercício

CITAÇÃO - Nº 073 /2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a FEDERAÇÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ, na pessoa de seu atual representante legal, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2013/52386-8, que trata da Tomada de Contas, referente ao Convênio ALEPA nº 007/2012.

Belém, 27 de Março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR-Secretário-Geral em exercício

CITAÇÃO - Nº 074 /2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Senhor WLADINALDO BARBOSA CARDOSO, Presidente à época da ASFAMA, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2011/51474-2, que trata da Prestação de Contas da Associação dos Filhos e Amigos de Arapixi- ASFAMA, referente ao Convênio ALEPA nº 077/2010.

Belém 27 de Março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR

Secretário-Geral em exercício

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 053/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator André Teixeira Dias, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor RUBENS FREDSON COELHO DA SILVA, Presidente, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2014/50067-5, que trata da Tomada de Contas instaurada na Associação dos Produtores Rurais Boa Esperança, referente ao Convênio SAGRI nº 012/2009.

Belém, 27 de Março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR-Secretário-Geral em exercício

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 041-B/2017

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Conselheiro(a) Relator(a), em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico a Senhora NADÉGE DO ROSÁRIO PASSINHO FERREIRA, Prefeita à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2015/50838-8, que trata da Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de Curuçá, referente ao Convênio SEDOP nº 009/2007.

Belém, 27 de Março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR

Secretário-Geral em exercício

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 064/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator André Teixeira Dias, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor MARIO APARECIDO MOREIRA, Diretor Geral da ADEPARÁ à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2013/53406-0, que trata do Contrato de Admissão de Servidores Temporários na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARA.

Belém, 27 de Março de 2017.

JORGE BATISTA JUNIOR

Secretário-Geral em exercício

Protocolo: 160406

MINISTÉRIO PÚBLICO**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ****DIÁRIA****RESOLUÇÃO Nº 02/2017 – MPC/PA – CONSELHO**

Dispõe sobre a autorização para viagem do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado para participação em evento.

O Conselho Superior do Ministério Público de Contas do Estado, órgão consultivo de administração superior do Ministério Público de Contas do Estado, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO que no dia 30/03/2017, em Brasília/DF, será

realizada a solenidade de posse conjunta das novas diretorias do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNP/PGC) e da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMP/CON), ocasião em que o Procurador-Geral de Contas deste Parquet de Contas será empossado como Diretor Executivo do CNP/PGC;

CONSIDERANDO a solicitação de viagem do PGC, no período de 29 a 31/03/2017, objetivando sua participação no referido evento, conforme Processo nº 2017/98032;

CONSIDERANDO, por fim, os termos do art. 4º, inciso V, da RESOLUÇÃO Nº 15/2016-MPC/PA – Colégio, bem como do art. 4º, § 2º, da RESOLUÇÃO Nº 19/2016-MPC/PA – Colégio;

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a viagem do Procurador-Geral de Contas, Dr. Felipe Rosa Cruz, a Brasília/DF, no período de 29 a 31/03/2017, para participar do evento acima indicado.

Art. 2º – Conceder ao referido PGC 02 (duas) e ½ (meia) diárias, correspondentes ao período de afastamento, na forma da RESOLUÇÃO Nº 19/2016-MPC/PA – Colégio.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 27 de março de 2017

ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

CORREGEDOR-GERAL DE CONTAS

SILAINE KARINE VENDRAMIN

PROCURADORA DE CONTAS

GUILHERME DA COSTA SPERRY

PROCURADOR DE CONTAS

Protocolo: 160407

PORTARIA Nº 057/2017/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que no dia 30/03/2017, em Brasília/DF, será realizada a solenidade de posse conjunta das novas diretorias do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNP/PGC) e da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMP/CON), ocasião em que o Procurador-Geral de Contas deste Órgão Ministerial e o Procurador de Contas Stephenson Oliveira VICTER serão empossados nas respectivas diretorias;

CONSIDERANDO que, além do Procurador de Contas a ser empossado, os Procuradores de Contas Silaine Karine Vendramin, Guilherme da Costa Sperry e Deila Barbosa Maia solicitaram autorização de viagem no período de 29 a 31/03/2017 para participar do referido evento, conforme Processo nº 2017/98032,

CONSIDERANDO, por fim, os termos do art. 2º e do art. 4º, caput, da RESOLUÇÃO Nº 19/2016-MPC/PA – Colégio,

RESOLVE:

I – Autorizar a viagem do Procurador de Contas Stephenson Oliveira VICTER (empossando), bem como dos Procuradores de

Contas Silaine Karine Vendramin, Guilherme da Costa Sperry e Deila Barbosa Maia, a Brasília/DF, no período de 29 a 31/03/2017, para participar do evento acima indicado;
II – Conceder a cada membro 02 ½ (duas e meia) diárias, correspondentes ao período de afastamento, na forma da RESOLUÇÃO Nº 19/2016-MPC/PA – Colégio.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém/PA, 27 de março de 2017
FELIPE ROSA CRUZ
Procurador-Geral de Contas do Estado

Protocolo: 160409

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 1699/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora BIANCA PAIVA DE OLIVEIRA BENETTI, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.2019, lotada no Departamento de Obras e Manutenção, a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 15/03/2017 a 14/05/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.7573

Melhoramento da infraestrutura física do Ministério Público.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.500,00

3390-33 Pass. e Desp. c/ Locomoção R\$ 1.000,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 1.500,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 27 de março de 2017.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JUNIOR.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Protocolo: 160135

PORTARIA Nº 1702/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor KLEBER JOSE PAIXAO ARAUJO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.906, lotado na Promotoria de Justiça de Bragança, a importância de R\$ 1.900,00 (hum mil novecentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 21/03/2017 a 20/05/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 700,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.200,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 27 de março de 2017.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JUNIOR.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Protocolo: 160139

PORTARIA Nº 1701/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor LUCIANO OLIVEIRA MOURAO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1180, lotada na Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará, a importância de R\$ 1.400,00 (hum mil quatrocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 14/03/2017 a 13/05/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 300,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.100,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 27 de março de 2017.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JUNIOR.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Protocolo: 160138

PORTARIA Nº 1700/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora ALESSANDRA GOMES DE SENA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.2380, lotada na Promotoria de Justiça de Igarapé-miri, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 03/03/2017 a 02/05/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 900,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 900,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 200,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 27 de março de 2017.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JUNIOR.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Protocolo: 160137

OUTRAS MATÉRIAS

PROCED. ADMINISTRATIVO Nº 510/2012-MP/PJT/FEIS SIMP 000600-110/2015	
PROCEDÊNCIA:	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDRÁRIO 2011	

ATO Nº 001/2017 - PJTFPAISRJE

ATO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS

O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA as contas apresentadas pela FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI, referentes ao exercício financeiro de 2012, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 18 de janeiro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 160506

ACÓRDÃO Nº 001/2017 - CPJ

RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº 042/2016 - CPJ (PROTOCOLO

Nº 47546/2016)

RECORRENTE: VICTOR HUGO MOREIRA DA CUNHA
ADVOGADO: MARCOS CÉSAR DE SOUZA CANTUÁRIA, OAB/PA 5832

RECORRIDA: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA OCIRALVA DE SOUZA FARIAS TABOSA

RELATOR: PROCURADOR DE JUSTIÇA ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. IMPROVIMENTO. DECISÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTERIO PÚBLICO QUE PROMOVEU O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR PRELIMINAR (PDP) Nº 061/2016/CGMP/PA. NÃO HÁ NOS AUTOS A PRESENÇA DE INDÍCIOS DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR QUE ENSEJEM A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

DECISÃO: ACORDAM OS MEMBROS DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, POR UNANIMIDADE, PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. REGISTRADO O IMPEDIMENTO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA ADÉLIO MENDES DOS SANTOS E ALMERINDO JOSÉ CARDOSO

LEITÃO. REGISTRADA A SUSPEIÇÃO DO PROCURADOR DE JUSTIÇA HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA. REGISTRADA A ABSTENÇÃO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, JORGE DE MENDONÇA ROCHA E NELSON PEREIRA MEDRADO.

Belém (PA), 09 de março de 2017.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Protocolo: 160510

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº 017/08 - SIMP 000582-110/2015

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDRÁRIO 2007

INTERESSADO: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI

DECISÃO FINAL ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 03.567.986/0001-74, com sede na Travessa Dr. Moraes, 21, 6º Andar S/604, Belém/PA, foi notificada (fls. 02) a apresentar suas contas relativas ao ano-calendário 2007, nos termos dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e 31 da Lei nº 8.742/93.

No dia 02/06/2008, a referida entidade apresentou os documentos requisitados, fls. 03 a 357.

Às fls. 358 a 361, o apoio contábil do Ministério Público exarou parecer no sentido da aprovação com recomendação das contas da referida entidade, tendo em vista que a mesma aplicou corretamente os recursos angariados na consecução de seus objetivos estatutários.

Essa, a suma dos fatos.

Cuida este procedimento administrativo da análise das contas do ano-calendário 2007 da entidade denominada FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI.

O apoio contábil desta promotoria, ao examinar os documentos juntados aos autos, sugeriu a aprovação com recomendação das contas apresentadas do Exercício de 2008, conforme parecer nº 77/2016 - MP/ACPJ.

O dever de prestar contas, contra a qual se debatem vários segmentos ligados às fundações privadas e organizações não governamentais, notadamente aquelas que, fraudando a verdade, procuram antagonizá-la ao comando da eficiência, constitui no Direito Comparado, norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos ou privados.

Basta lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, registra em seu artigo 15; "a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração".

A Constituição Federal coloca as vigas mestras do dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, ao estabelecer que "prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assumia obrigações de natureza pecuniária".

O dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações parafiscais.

O dever de prestar contas ao Ministério Público pelas entidades de interesse social

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.

As entidades de interesse social são constituídas visando a atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Para uma associação ser caracterizada como de interesse social, faz-se mister que ela exerça, por meios de seus objetivos, missão de relevância como um todo.

Destarte, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente.

Na seara infraconstitucional, o Decreto-Lei n. 41, de 18.11.1966, dispoendo sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Diz-nos o Dec. Lei n. 41/66 que:

"Art. 1º. Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita á dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei.

Art. 2º. A sociedade civil será dissolvida se:

- I- deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;
- II- aplicar as importâncias representadas pelos auxílios subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;
- III- ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada nos seus órgãos diretores.

Art. 3. °Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação reger-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil °. Assim, o Decreto Lei n. 41/1966, conforme testifica José Eduardo Sabo Paes, in Fundações e Entidades de Interesse Social, 5ª. Edição, Ed. Brasília Jurídica, p.g. 440, "ao destinar ao Ministério Público, a qualidade (legitimatio ad causam) para promover a extinção das pessoas jurídicas referidas pelo Decreto-Lei nº 41/66 (art. 3º), que recebam subvenções ou auxílio do poder público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares (art. 1º), implicitamente imputa ao parquet o ônus de sua fiscalização e À ENTIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS. E não há competência sem meios para executá-la."

Ora, se o Ministério Público tem legitimidade para apurar, mediante inquérito civil público, irregularidades nas associações e sociedades civis sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou que têm fins assistenciais. Despiciendo seria dizer que imperioso é exigir a prestação de contas da entidade, visto que de outra forma, tais recursos poderiam ser consumidos sob o manto da frágil alegação de que há, no caso, apenas direitos disponíveis.

O Conselho Nacional do Ministério Público asseverou a legitimidade do Ministério Público em exigir contas finalísticas das entidades de interesse social, haja vista que a defesa do interesse social é uma atividade fim da instituição.

Destarte, quando essas entidades manejam recursos públicos, além da obrigatoriedade de prestar contas aos órgãos de controle externos da Administração Pública (TCM, TCE e TCU), são também obrigadas a apresentar suas contas ao Ministério Público nos moldes exigidos pelo "parquet".

No presente caso, o Ministério Público, que além de fazer a fiscalização propriamente dita das contas da entidade, verifica se as finalidades estatutárias estão condizentes com os objetivos de natureza social e assistencial e o interesse público que se comprometeu a cumprir, sugere a aprovação com recomendação das contas objeto deste procedimento, conforme parecer nº 77/2016 – MP/ACPJ incluso aos autos.

Ante as razões acima aduzidas, o Ministério Público do Estado do Pará, pela 1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, houve por bem em:

- 1) APROVAR COM RECOMENDAÇÃO as contas do ano-calendário de 2007 da entidade FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI;
- 2) PUBLICAR, na imprensa oficial, o Ato de Aprovação e esta decisão administrativa;
- 3) REGISTRAR esta decisão no banco de dados desta Promotoria de Justiça;
- 4) CIENTIFICAR o presentante legal da entidade.
- 5) DEIXAR de encaminhar este procedimento à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, nos moldes do art. 57, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará.
- 6) ARQUIVAR, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o presente procedimento em face de inexistir fundamento para a propositura de qualquer ação judicial;

SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO
1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial E Extrajudicial
Protocolo: 160496

PROCED. ADMINISTRATIVO Nº 595/2013-MP/PJTFFEIS SIMP 000461-110/2013	
PROCEDÊNCIA:	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2012	

ATO Nº 002/2017 - PJTFPAISFRJE ATO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS

O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, APROVA** as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI**, referentes ao exercício financeiro de 2012, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 18 de janeiro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial E Extrajudicial
Protocolo: 160514

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 037/09 – SIMP 000641-110/2015

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2008

INTERESSADO: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI

DECISÃO FINAL ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 03.567.986/0001-74, com sede na Travessa Dr. Moraes, 21, 6º Andar S/604, Belém/PA, foi notificada (fls. 02) a apresentar suas contas relativas ao ano-calendário 2008, nos termos dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e 31 da Lei nº 8.742/93.

No dia 22/10/09, a referida entidade apresentou os documentos requisitados, fls. 03 a 570.

Às fls. 571 a 575, o apoio contábil do Ministério Público exarou parecer no sentido da aprovação com recomendação das contas da referida entidade, tendo em vista que a mesma aplicou corretamente os recursos angariados na consecução de seus objetivos estatutários.

Essa, a suma dos fatos.

Cuida este procedimento administrativo da análise das contas do ano-calendário 2008 da entidade denominada FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI.

O apoio contábil desta promotoria, ao examinar os documentos juntados aos autos, sugeriu a aprovação com recomendação das contas apresentadas no Exercício de 2009, conforme parecer nº 04/2017 – MP/ACPJ.

O dever de prestar contas

O dever de prestar contas, contra a qual se debatem vários segmentos ligados às fundações privadas e organizações não governamentais, notadamente aquelas que, fraudando a verdade, procuram antagonizá-lo ao comando da eficiência, constitui no Direito Comparado, norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos ou privados.

Basta lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, registra em seu artigo 15; "a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração". A Constituição Federal coloca as vigas mestras do dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, ao estabelecer que "prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gere ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assumiu obrigações de natureza pecuniária".

O dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações paraíscais.

O dever de prestar contas ao Ministério Público pelas entidades de interesse social

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.

As entidades de interesse social são constituídas visando a atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Para uma associação ser caracterizada como de interesse social, faz-se mister que ela exerça, por meios de seus objetivos, missão de relevância como um todo.

Destarte, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente.

Na seara infraconstitucional, o Decreto-Lei n. 41, de 18.11.1966, dispondo sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Diz-nos o Dec. Lei n. 41/66 que:

"Art. 1º. Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita à dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei.

Art. 2º. A sociedade civil será dissolvida se:

- I- deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;

II- aplicar as importâncias representadas pelos auxílios subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;

III- ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada nos seus órgãos diretores.

Art. 3. °Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação reger-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil °. Assim, o Decreto Lei n. 41/1966, conforme testifica José Eduardo Sabo Paes, in Fundações e Entidades de Interesse Social, 5ª. Edição, Ed. Brasília Jurídica, p.g. 440, "ao destinar ao Ministério Público, a qualidade (legitimatio ad causam) para promover a extinção das pessoas jurídicas referidas pelo Decreto-Lei nº 41/66 (art. 3º), que recebam subvenções ou auxílio do poder público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares (art. 1º), implicitamente imputa ao parquet o ônus de sua fiscalização e À ENTIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS. E não há competência sem meios para executá-la."

Ora, se o Ministério Público tem legitimidade para apurar, mediante inquérito civil público, irregularidades nas associações e sociedades civis sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou que têm fins assistenciais. Despiciendo seria dizer que imperioso é exigir a prestação de contas da entidade, visto que de outra forma, tais recursos poderiam ser consumidos sob o manto da frágil alegação de que há, no caso, apenas direitos disponíveis.

O Conselho Nacional do Ministério Público asseverou a legitimidade do Ministério Público em exigir contas finalísticas das entidades de interesse social, haja vista que a defesa do interesse social é uma atividade fim da instituição.

Destarte, quando essas entidades manejam recursos públicos, além da obrigatoriedade de prestar contas aos órgãos de controle externos da Administração Pública (TCM, TCE e TCU), são também obrigadas a apresentar suas contas ao Ministério Público nos moldes exigidos pelo "parquet".

No presente caso, o Ministério Público, que além de fazer a fiscalização propriamente dita das contas da entidade, verifica se as finalidades estatutárias estão condizentes com os objetivos de natureza social e assistencial e o interesse público que se comprometeu a cumprir, sugere a aprovação com recomendação das contas objeto deste procedimento, conforme parecer nº 04/2017 – MP/ACPJ incluso aos autos.

Ante as razões acima aduzidas, o Ministério Público do Estado do Pará, pela 1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, houve por bem em:

- 1) APROVAR COM RECOMENDAÇÃO as contas do ano-calendário de 2008 da entidade FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI;
- 2) PUBLICAR, na imprensa oficial, o Ato de Aprovação e esta decisão administrativa;
- 3) REGISTRAR esta decisão no banco de dados desta Promotoria de Justiça;
- 4) CIENTIFICAR o presentante legal da entidade.
- 5) DEIXAR de encaminhar este procedimento à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, nos moldes do art. 57, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará.
- 6) ARQUIVAR, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o presente procedimento em face de inexistir fundamento para a propositura de qualquer ação judicial;

SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO
1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial E Extrajudicial
Protocolo: 160518

PROCED. ADMINISTRATIVO Nº 037/09-MP/PJTFFPAIS SIMP 000641-110/2015	
PROCEDÊNCIA:	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2008	

ATO Nº 005/2017 – 1ªPJTFPAISFRJE ATO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS

O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, APROVA** COM RECOMENDAÇÃO as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI**, referentes ao exercício financeiro de 2009, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 25 de janeiro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial E Extrajudicial

RECOMENDAÇÃO Nº 005/2017-1ªPJT/PAIS

Senhor Representante Legal,
Considerando os termos do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66;
Considerando, o que consta do Procedimento Administrativo de SIMP Nº 000641-110/2015 – Prestação de Contas do Ano Calendário 2008;

Resolve esta Promotoria, com fundamento no art. 27, item IV, inciso IV da Lei nº 8.625/93, "in verbis":

"Art. 27 – Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

IV – por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública;

Parágrafo único – No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

IV – promover audiências públicas e emitir relatórios, anuais ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito." (grifo nosso).

RECOMENDAR:

1. Que doravante realize anualmente o encerramento das contas de resultado (receitas e despesas), atendendo aos Princípios e Normas Brasileira de Contabilidade.

2. Que a entidade nos exercícios posteriores apresente o Livro Razão devidamente assinado por seu representante legal e o técnico responsável do ente fundacional.

Belém, 25 de janeiro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 160522

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**Nº 510/2012 – SIMP 000600-110/2015****PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2011**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI

DECISÃO FINAL ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 03.567.986/0001-74, com sede na Travessa Dr. Moraes, 21, 6º Andar S/604, Belém/PA, foi notificada (fls. 02 a 05) a apresentar suas contas relativas ao ano-calendário 2011, nos termos dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e 31 da Lei nº 8.742/93.

No dia 28/09/2012, a referida entidade, através do Ofício nº 080/2012, apresentou os documentos requisitados, fls. 06 a 275.

Às fls. 276 a 279, o apoio contábil do Ministério Público exarou parecer no sentido da aprovação das contas da referida entidade, tendo em vista que a mesma aplicou corretamente os recursos angariados na consecução de seus objetivos estatutários.

Essa, a suma dos fatos.

Cuida este procedimento administrativo da análise das contas do ano-calendário 2011 da entidade denominada FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI.

O apoio contábil desta promotoria, ao examinar os documentos juntados aos autos, sugeriu a aprovação das contas apresentadas do Exercício de 2012, conforme parecer nº 01/2017 – MP/ACPJ.

O dever de prestar contas

O dever de prestar contas, contra a qual se debatem vários segmentos ligados às fundações privadas e organizações não governamentais, notadamente aquelas que, fraudando a verdade, procuram antagonizá-lo ao comando da eficiência, constitui no Direito Comparado, norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos ou privados. Basta lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, registra em seu artigo 15; "a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração".

A Constituição Federal coloca as vigas mestras do dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, ao estabelecer que "prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica,

pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária".

O dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações para fiscais.

O dever de prestar contas ao Ministério Público pelas entidades de interesse social

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.

As entidades de interesse social são constituídas visando a atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Para uma associação ser caracterizada como de interesse social, faz-se mister que ela exerça, por meios de seus objetivos, missão de relevância como um todo.

Destarte, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente.

Na seara infraconstitucional, o Decreto-Lei n. 41, de 18.11.1966, dispo sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Diz-nos o Dec. Lei n. 41/66 que:

"Art. 1º. Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita á dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei.

Art. 2º. A sociedade civil será dissolvida se:

I- deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;

II- aplicar as importâncias representadas pelos auxílios subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;

III- ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada nos seus órgãos diretores.

Art. 3. °Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação reger-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil".

Assim, o Decreto Lei n. 41/1966, conforme testifica José Eduardo Sabo Paes, in Fundações e Entidades de Interesse Social, 5ª. Edição, Ed. Brasília Jurídica, p.g. 440, "ao destinar ao Ministério Público, a qualidade (legitimatío ad causan) para promover a extinção das pessoas jurídicas referidas pelo Decreto-Lei nº 41/66 (art. 3º), que recebem subvenções ou auxílio do poder público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares (art. 1º), implicitamente imputa ao parquet o ônus de sua fiscalização e À ENTIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS. E não há competência sem meios para executá-la."

Ora, se o Ministério Público tem legitimidade para apurar, mediante inquérito civil público, irregularidades nas associações e sociedades civis sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou que têm fins assistenciais. Despiciendo seria dizer que imperioso é exigir a prestação de contas da entidade, visto que de outra forma, tais recursos poderiam ser consumidos sob o manto da frágil alegação de que há, no caso, apenas direitos disponíveis.

O Conselho Nacional do Ministério Público asseverou a legitimidade do Ministério Público em exigir contas finalísticas das entidades de interesse social, haja vista que a defesa do interesse social é uma atividade fim da instituição.

Destarte, quando essas entidades manejam recursos públicos, além da obrigatoriedade de prestar contas aos órgãos de controle externos da Administração Pública (TCM, TCE e TCU), são também obrigadas a apresentar suas contas ao Ministério Público nos moldes exigidos pelo "parquet".

No presente caso, o Ministério Público, que além de fazer

a fiscalização propriamente dita das contas da entidade, verifica se as finalidades estatutárias estão condizentes com os objetivos de natureza social e assistencial e o interesse público que se comprometeu a cumprir, sugere a aprovação das contas objeto deste procedimento, conforme parecer nº 01/2017 – MP/ACPJ incluso aos autos.

Ante as razões acima aduzidas, o Ministério Público do Estado do Pará, pela 1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, houve por bem em:

1) APROVAR as contas do ano-calendário de 2011 da entidade FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI;

2) PUBLICAR, na imprensa oficial, o Ato de Aprovação e esta decisão administrativa;

3) REGISTRAR esta decisão no banco de dados desta Promotoria de Justiça;

4) CIENTIFICAR o presentante legal da entidade.

5) DEIXAR de encaminhar este procedimento à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, nos moldes do art. 57, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará.

6) ARQUIVAR, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o presente procedimento em face de inexistir fundamento para a propositura de qualquer ação judicial;

Belém (PA), 18 de janeiro de 2017.

SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 160503

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**Nº 259/11 – SIMP 000682-110/2015****PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2010**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI

DECISÃO FINAL ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 03.567.986/0001-74, com sede na Travessa Dr. Moraes, 21, 6º Andar S/604, Belém/PA, foi notificada (fls. 02 a 05) a apresentar suas contas relativas ao ano-calendário 2010, nos termos dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e 31 da Lei nº 8.742/93.

No dia 30/09/2011, a referida entidade apresentou os documentos requisitados, fls. 06 a 374.

Às fls. 375 a 378, o apoio contábil do Ministério Público exarou parecer no sentido da aprovação com recomendação das contas da referida entidade, tendo em vista que a mesma aplicou corretamente os recursos angariados na consecução de seus objetivos estatutários.

Essa, a suma dos fatos.

Cuida este procedimento administrativo da análise das contas do ano-calendário 2010 da entidade denominada FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI.

O apoio contábil desta promotoria, ao examinar os documentos juntados aos autos, sugeriu a aprovação com recomendação das contas apresentadas no Exercício de 2011, conforme parecer nº 79/2016 – MP/ACPJ.

O dever de prestar contas

O dever de prestar contas, contra a qual se debatem vários segmentos ligados às fundações privadas e organizações não governamentais, notadamente aquelas que, fraudando a verdade, procuram antagonizá-lo ao comando da eficiência, constitui no Direito Comparado, norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos ou privados. Basta lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, registra em seu artigo 15; "a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração".

A Constituição Federal coloca as vigas mestras do dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, ao estabelecer que "prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a

União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária”.

O dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações para fiscais.

O dever de prestar contas ao Ministério Público pelas entidades de interesse social

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.

As entidades de interesse social são constituídas visando a atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Para uma associação ser caracterizada como de interesse social, faz-se mister que ela exerça, por meios de seus objetivos, missão de relevância como um todo.

Destarte, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente.

Na seara infraconstitucional, o Decreto-Lei n. 41, de 18.11.1966, dispo sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Diz-nos o Dec. Lei n. 41/66 que:

“Art. 1º. Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita à dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei.

Art. 2º. A sociedade civil será dissolvida se:

I- deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;

II- aplicar as importâncias representadas pelos auxílios subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;

III- ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada nos seus órgãos diretores.

Art. 3. °Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação reger-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil”.

Assim, o Decreto Lei n. 41/1966, conforme testifica José Eduardo Sabo Paes, in Fundações e Entidades de Interesse Social, 5ª. Edição, Ed. Brasília Jurídica, p.g. 440, “ao destinar ao Ministério Público, a qualidade (legitimatío ad causan) para promover a extinção das pessoas jurídicas referidas pelo Decreto-Lei nº 41/66 (art. 3º), que recebam subvenções ou auxílio do poder público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares (art. 1º), implicitamente imputa ao parquet o ônus de sua fiscalização e À ENTIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS. E não há competência sem meios para executá-la.”

Ora, se o Ministério Público tem legitimidade para apurar, mediante inquérito civil público, irregularidades nas associações e sociedades civis sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou que têm fins assistenciais. Despedindo seria dizer que imperioso é exigir a prestação de contas da entidade, visto que de outra forma, tais recursos poderiam ser consumidos sob o manto da frágil alegação de que há, no caso, apenas direitos disponíveis.

O Conselho Nacional do Ministério Público asseverou a legitimidade do Ministério Público em exigir contas finalísticas das entidades de interesse social, haja vista que a defesa do interesse social é uma atividade fim da instituição.

Destarte, quando essas entidades manejam recursos públicos, além da obrigatoriedade de prestar contas aos órgãos de controle externos da Administração Pública (TCM, TCE e TCU), são também obrigadas a apresentar suas contas ao Ministério Público nos moldes exigidos pelo “parquet”.

No presente caso, o Ministério Público, que além de fazer a fiscalização propriamente dita das contas da entidade, verifica se as finalidades estatutárias estão condizentes com

os objetivos de natureza social e assistencial e o interesse público que se comprometeu a cumprir, sugere a aprovação com recomendação das contas objeto deste procedimento, conforme parecer nº 79/2016 – MP/ACPJ incluso aos autos.

Ante as razões acima aduzidas, o Ministério Público do Estado do Pará, pela 1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, houve por bem em:

1) APROVAR COM RECOMENDAÇÃO as contas do ano-calendário de 2010 da entidade FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI;

2) PUBLICAR, na imprensa oficial, o Ato de Aprovação e esta decisão administrativa;

3) REGISTRAR esta decisão no banco de dados desta Promotoria de Justiça;

4) CIENTIFICAR o representante legal da entidade.

5) DEIXAR de encaminhar este procedimento à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, nos moldes do art. 57, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará.

6) ARQUIVAR, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o presente procedimento em face de inexistir fundamento para a propositura de qualquer ação judicial;

SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial E Extrajudicial

Protocolo: 160489

AVISO Nº 010/2017-CSMP

Faço público, a quem interessar possa que a 7ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 5 de abril de 2017, às 9h, no Plenário “Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes”, no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

Julgamento de Certames:

1. 1.1. Julgamento de Promoção à 3ª Entrância, para o cargo de 5º PJ CÍVEL E DE DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA DE ICOARACI, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-042/2016 - Processo nº 055/2016/MP/CSMP.

1.2. Julgamento de Promoção à 3ª Entrância, para o cargo de 10º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS, pelo critério de MERECIMENTO - ED-043/2016 - Processo nº 056/2016/MP/CSMP.

1.3. Julgamento de Promoção à 3ª Entrância, para o cargo de 1º PJ DE MOSQUEIRO, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-044/2016 - Processo nº 057/2016/MP/CSMP.

1.4. Julgamento de Promoção à 3ª Entrância, para o cargo de 4º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS, pelo critério de MERECIMENTO - ED-045/2016 - Processo nº 058/2016/MP/CSMP.

1.5. Julgamento de Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de PJ DE RONDON DO PARÁ, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-046/2016 - Processo nº 059/2016/MP/CSMP.

1.6. Julgamento de Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ DE MONTE ALEGRE, pelo critério de MERECIMENTO - ED-047/2016 - Processo nº 060/2016/MP/CSMP.

Comunicação de Vagas.

O que ocorrer

Belém, 27 de março de 2017.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo: 160336

PROCED. ADMINISTRATIVO Nº 017/08-MP/PJTFFPAIS	SIMP 000582-110/2015
PROCEDÊNCIA:	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2007	

ATO Nº 003/2017 – 1ªPJTFFPAISRJE ATO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS

O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, APROVA** as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA**

E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI, referentes ao exercício financeiro de 2007, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 25 de janeiro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial E Extrajudicial

RECOMENDAÇÃO Nº 003/2017-1ªPJTFFPAIS

Senhor Representante Legal,

Considerando os termos do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66;

Considerando, o que consta do Procedimento Administrativo de SIMP Nº 000582-110/2015 – Prestação de Contas do Ano Calendário 2007;

Resolve esta Promotoria, com fundamento no art. 27, item IV, inciso IV da Lei nº 8.625/93, “in verbis”:

“Art. 27 – Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

IV – por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública;

Parágrafo único – No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

IV – promover audiências públicas e emitir relatórios, anuais ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.” (grifo nosso).

RECOMENDAR:

Que a doravante realize anualmente o encerramento das contas de resultado (receitas e despesas), atendendo aos Princípios e Normas Brasileira de Contabilidade.

Belém, 25 de janeiro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de

Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 160499

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº 595/2013 – SIMP 000461-110/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2012 INTERESSADO: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI

DECISÃO FINAL ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 03.567.986/0001-74, com sede na Travessa Dr. Moraes, 21, 6º Andar S/604, Belém/PA, foi notificada (fls. 02 a 06) a apresentar suas contas relativas ao ano-calendário 2012, nos termos dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e 31 da Lei nº 8.742/93.

No dia 25/09/2013, a referida entidade, através do Ofício nº 044/2013, apresentou os documentos requisitados, fls. 07 a 251.

Às fls. 252 a 255, o apoio contábil do Ministério Público exarou parecer no sentido da aprovação das contas da referida entidade, tendo em vista que a mesma aplicou corretamente os recursos angariados na consecução de seus objetivos estatutários.

Essa, a suma dos fatos.

Cuida este procedimento administrativo da análise das contas do ano-calendário 2012 da entidade denominada **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI**.

O apoio contábil desta promotoria, ao examinar os documentos juntados aos autos, sugeriu a aprovação das contas apresentadas do Exercício de 2013, conforme parecer nº 02/2017 – MP/ACPJ.

O dever de prestar contas

O dever de prestar contas, contra a qual se debatem vários segmentos ligados às fundações privadas e organizações não governamentais, notadamente aquelas que, fraudando a verdade, procuram antagonizá-lo ao comando da eficiência, constitui no Direito Comparado, norma elementar de conduta

de quem quer que se utilize dos recursos públicos ou privados. Basta lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, registra em seu artigo 15; “a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração”.

A Constituição Federal coloca as vigas mestras do dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, ao estabelecer que “prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária”.

O dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações parafiscais.

O dever de prestar contas ao Ministério Público pelas entidades de interesse social

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.

As entidades de interesse social são constituídas visando a atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Para uma associação ser caracterizada como de interesse social, faz-se mister que ela exerça, por meios de seus objetivos, missão de relevância como um todo.

Destarte, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente.

Na seara infraconstitucional, o Decreto-Lei n. 41, de 18.11.1966, dispondo sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Diz-nos o Dec. Lei n. 41/66 que:

“Art. 1º. Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita à dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei.

Art. 2º. A sociedade civil será dissolvida se:

I- deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;

II- aplicar as importâncias representadas pelos auxílios subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;

III- ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada nos seus órgãos diretores.

Art. 3. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação rege-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil”.

Assim, o Decreto Lei n. 41/1966, conforme testifica José Eduardo Sabo Paes, in *Fundações e Entidades de Interesse Social*, 5ª. Edição, Ed. Brasília Jurídica, p.g. 440, “ao destinar ao Ministério Público, a qualidade (legitimatío ad causan) para promover a extinção das pessoas jurídicas referidas pelo Decreto-Lei nº 41/66 (art. 3º), que recebam subvenções ou auxílio do poder público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares (art. 1º), implicitamente imputa ao parquet o ônus de sua fiscalização e À ENTIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS. E não há competência sem meios para executá-la.”

Ora, se o Ministério Público tem legitimidade para apurar, mediante inquérito civil público, irregularidades nas associações e sociedades civis sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou que têm fins assistenciais. Despiciendo seria dizer que imperioso é exigir a prestação de contas da entidade, visto que de outra forma, tais recursos

poderiam ser consumidos sob o manto da frágil alegação de que há, no caso, apenas direitos disponíveis.

O Conselho Nacional do Ministério Público asseverou a legitimidade do Ministério Público em exigir contas finalísticas das entidades de interesse social, haja vista que a defesa do interesse social é uma atividade fim da instituição.

Destarte, quando essas entidades manejam recursos públicos, além da obrigatoriedade de prestar contas aos órgãos de controle externos da Administração Pública (TCM, TCE e TCU), são também obrigadas a apresentar suas contas ao Ministério Público nos moldes exigidos pelo “parquet”.

No presente caso, o Ministério Público, que além de fazer a fiscalização propriamente dita das contas da entidade, verifica se as finalidades estatutárias estão condizentes com os objetivos de natureza social e assistencial e o interesse público que se comprometeu a cumprir, sugere a aprovação das contas objeto deste procedimento, conforme parecer nº 02/2017 – MP/ACPJ incluso aos autos.

Ante as razões acima aduzidas, o Ministério Público do Estado do Pará, pela 1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, houve por bem em:

1) APROVAR as contas do ano-calendário de **2012** da entidade **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI**;

2) PUBLICAR, na imprensa oficial, o Ato de Aprovação e esta decisão administrativa;

3) REGISTRAR esta decisão no banco de dados desta Promotoria de Justiça;

4) CIENTIFICAR o presentante legal da entidade.

5) DEIXAR de encaminhar este procedimento à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, nos moldes do art. 57, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará.

6) ARQUIVAR, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o presente procedimento em face de inexistir fundamento para a propositura de qualquer ação judicial;

Belém (PA), 18 de janeiro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial E Extrajudicial

Protocolo: 160512

ACÓRDÃO Nº 002/2017 – CPJ

RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº 023/2016 - CPJ (PROTOCOLO Nº 31909/2016)

RECORRENTE: ROBERTO CARLOS SOARES FIGUEIREDO
ADVOGADO: GUILHERME MESSIAS CAVALLEIRO DE MACEDO, OAB/PA 15450-B, E LUMA ALCÂNTARA SANTOS, OAB/PA 24004

RECORRIDA: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

INTERESSADO: SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (SISEMPPA)

RELATORA: PROCURADORA DE JUSTIÇA CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA QUE NEGOU A AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE LICENÇAS CLASSISTAS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE SINDICAL. 1) PRELIMINAR. COMPETÊNCIA DO CPJ PARA JULGAR OS RECURSOS ADMINISTRATIVOS INTERPOSTOS POR SERVIDORES DA INSTITUIÇÃO CONTRA DECISÃO DO PGJ RECONHECIDA, NOS TERMOS DO ART.21, INC. X, ALÍNEA “H” DA LEI COMPLEMENTAR Nº 057/06, C/C OS ARTS. 101, INC. I, 102, E 105, INC. I E II E §1º, DA LEI Nº 5.810/94, DESDE QUE NÃO IMPORTE EM AUMENTO DE GASTO PÚBLICO, SEM PREVISÃO NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS. 2) MÉRITO. PREJUDICADO EM FACE DA DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP) QUE NEGOU O PEDIDO.

DECISÃO: PRELIMINARMENTE, ACORDAM OS MEMBROS DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, POR UNANIMIDADE, PELO CONHECIMENTO DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. NO MÉRITO, O RECURSO RESTOU PREJUDICADO EM FACE DE DECISÃO

DO CNMP. REGISTRADO O IMPEDIMENTO DO PRESIDENTE E DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA LEILA MARIA MARQUES DE MORAES E MIGUEL RIBEIRO BAIA, E A SUSPEIÇÃO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA GERALDO DE MENDONÇA ROCHA, UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL, HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA, ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA E JORGE DE MENDONÇA ROCHA.

Belém (PA), 09 de março de 2017.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Corregedor-Geral do Ministério Público

Procurador-Geral de Justiça, em substituição

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, em substituição

Protocolo: 160558

PROCED. ADMINISTRATIVO Nº 259/11-MP/PJTFFPAIS SIMP 000682-110/2015	
PROCEDÊNCIA:	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2010	

ATO Nº 004/2017 – 1ªPJTFFPAISRJE

ATO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS

O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL,

no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, APROVA** as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DA AMAZÔNIA - FUNAGRI**, referentes ao exercício financeiro de 2011, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 25 de janeiro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial E Extrajudicial

RECOMENDAÇÃO Nº 004/2017-1ªPJTFFPAIS

Senhor Representante Legal,

Considerando os termos do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66; Considerando, o que consta do Procedimento Administrativo de SIMP Nº 000682-110/2015 – Prestação de Contas do Ano Calendário 2010;

Resolve esta Promotoria, com fundamento no art. 27, item IV, inciso IV da Lei nº 8.625/93, “in verbis”:

“Art. 27 – Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

IV – por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública;

Parágrafo único – No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

IV – promover audiências públicas e emitir relatórios, anuais ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.” (grifo nosso).

RECOMENDAR:

Que a doravante realize anualmente o encerramento das contas de resultado (receitas e despesas), atendendo aos Princípios e Normas Brasileira de Contabilidade.

Belém, 25 de janeiro de 2017.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 160491

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 015/2017. Processo Licitatório Nº. 037/2017.

O MUNICÍPIO DE REDENÇÃO - PA comunicar aos interessados, que realizará no dia 07/04/2017 às 09h, (horário Local), licitação sob modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, tendo como objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material elétrico para atender as demandas de manutenção corretiva, preventiva da iluminação pública de ruas e avenidas no Exercício de 2017. O edital completo no endereço Rua Walterloo Prudente nº 253 - setor Jardim Umuarama, site: www.redencao.pa.gov.br, mais informações no telefone (94) 3424-3578 e-mail licitacao@redencao.pa.gov.br; Wilmar Marinho Lima-Pregoeiro.

Protocolo: 160516

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO PA COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS Aviso de licitação PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 9/2017-13

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVA DESTA MUNICÍPIO. Data de Abertura: 10/04/2017. Horário: 09:00 horas Observação: O edital se encontra à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo no valor de R\$50,00 através de DAM, sito a Avenida Alacid Nunes nº 79 Centro, das 08 às 12 horas, na sala da CPL, através de mídia (pendrive). Maiores informações pelo tel. 094-3342 1403 -Valdir Rodrigues Santo - Pregoeiro.

Protocolo: 160494

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO

RETIFICAÇÃO. Na publicação da Inexigibilidade de Licitação nº 004/2017-CPL/PMB/ADM. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de informática voltados para instalação e gerenciamento de redes com fio e sem fio, instalação e gerenciamento de internet para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Baião/Pa, bem como o Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. Contratado: Premier Soluções Eireli - ME. Circulado no DOE/PA pág. 89 em 27/03/2017. ONDE SE LÊ: Valor: R\$ 47.840,00. LEIA-SE: Valor: R\$ 574.080,00 sendo R\$ 47.840,00 mensais. Carlos José de Farias da Paixão - Presidente da CPL.

Protocolo: 160495

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREU BRANCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREU BRANCO Aviso de Licitação

Edital Pregão Presencial nº PP CPL 005/2017-PMBB
O Município de Breu Branco, conforme a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Lei n.º 10.520/02 torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº PP CPL 005/2017-PMBB, com abertura para o dia 10/04/2017 às 09h00min, Horário local. Objeto: Contratação de empresa especializada, para Locação de Veículos Leves e Pesados, com a finalidade de atendimento das necessidades das Unidades que compõem a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Breu Branco. O Edital estará disponível na sede da PMBB, sito à Av. Belém s/nº, Centro, Breu Branco-PA, sala de Licitações. Breu Branco (PA), 25/03/2017, Sidney José Vaz Rodrigues, Pregoeiro.

Protocolo: 160498

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREVES - IPMB

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2017-Processo Administrativo Nº 009/2017.

Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Jurídica, visando atender às necessidades do Instituto de Previdência do Município de Breves, pelo período de 06 (seis) meses. Contratado: CUNHA & FERRAZ ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ: 22.418.773/0001-25. Valor total Contratado: R\$ 168.000,00 (Cento e Sessenta e Oito Mil Reais). Em 15/02/2017. Fundamento: Art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Inexigibilidade de Licitação Nº 009/2017, em conformidade com o Termo de Referência.

Protocolo: 160567

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA AVISO DE HOMOLOGAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Terra Alta-FME comunica que homologou resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016-0006. Objeto: Contratação de Empresa Para Aluguel de Máquinas Pesadas e Veículos para atender as Necessidades da Prefeitura e Secretarias do Município, em Favor da Empresa: A F Pereira- Epp, CNPJ: 15.699.217/0001-09. Gilvandro Alves C. do Nascimento - Prefeito Municipal.

Protocolo: 160517

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL AVISOS DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2017/PMC.

Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), destinado a atender as necessidades das diversas secretarias deste Município, por um período de 12 (doze) meses. Data

do recebimento e abertura das propostas e documentos de habilitação: 07/04/2017, às 09:00 hs; PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2017/PMC. Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de recarga de água mineral de 20 litros, destinado a atender as necessidades das diversas secretarias deste Município, por um período de 12 (doze) meses. Data do recebimento e abertura das propostas e documentos de habilitação: 10/04/2017, às 09:00 hs; PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 021/2017/PMC. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios, destinado a atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, nas modalidades de ensino fundamental, médio, pré-escola, creche, mais educação, educação de jovens e adultos, projeto quilombola e atendimento educacional especializado deste Município, para atendimento por um período de 12 (doze) meses. Data do recebimento e abertura das propostas e documentos de habilitação: 11/04/2017, às 09:00 hs; PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 022/2017/PMC. Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de motocicletas, destinado a atender as necessidades das diversas secretarias deste Município, durante o período de 12 (doze) meses. Data do recebimento e abertura das propostas e documentos de habilitação: 17/04/2017, às 09:00 hs; PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 023/2017/PMC. Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município, por um período de 12 (doze) meses. Data do recebimento e abertura das propostas e documentos de habilitação: 18/04/2017, às 09:00 hs. Os certames serão realizados no Prédio da Prefeitura Municipal - Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação, sito à Av. Barão do Rio Branco, 2232, Bairro: Centro, neste Município de Castanhal/Pa. Editais: Poderão ser obtido no endereço acima. Pedro Coelho da Mota Filho - Prefeito Municipal.

Protocolo: 160501

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Aviso de Licitação

Tomada de Preços nº 001/2017FMS-TP.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRAIRÃO, torna público em cumprimento aos conceitos contidos na Lei Federal nº 8.666. de 21/06/1993 e suas alterações em vigor, fará realizar, em sua sede às 09:00 horas do dia 11/04/2017, Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço global, para Contratação de empresa especializada para construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde do Cacao porte I, conforme proposta Nº 14910511000115001 no Município de Trairão/PA, conforme projeto básico e memorial descritivo em anexo, com base nas condições estabelecidas no Edital Tomada de Preços nº 001/2017FMS-TP. O Edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Trairão - PA, a partir da publicação deste. Valor do Edital: R\$ 100,00. Trairão - PA, 27 de março de 2017. Janaina Pereira Medina Presidente de Comissão de Licitação.

Protocolo: 160520

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRAFÃO DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRAFÃO DO NORTE AVISOS DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 3/2017-280301.

Tipo menor preço por item. Objeto: Contratação de Empresa Especializada, Para Executar Serviços de Reforma e Ampliação de Obras Para Escolas Municipais: Professora Elza Maria Correa Dantas e João Linhares do Município de Garrafão do Norte. Abertura será realizada no dia 02/05/2017 às 09:00 hs, na sala de licitações da Prefeitura; TOMADA DE PREÇO Nº 2/2017-280301. Tipo menor preço global. Objeto: Contratação de Empresa Especializada Na Recuperação da Pavimentação Asfáltica - Tapa Buraco Com Implantação de Drenagem Superficial para as ruas da Cidade de Garrafão do Norte. Abertura será realizada no dia 13/04/2017 às 10:00 hs,

na sala de licitações da Prefeitura. Dayana Souza dos Santos - Presidente CPL; PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017. Tipo menor preço Unitário, para aquisição de materiais de consumo para uso e manutenção dos veículos e máquinas pertencentes a prefeitura municipal de garrafão do norte. Abertura será realizada no dia 10/04/2017, às 09:00h, na Sala de Licitações da Prefeitura; PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017. Tipo menor preço Unitário, para contratação de empresa especializada em refrigeração para executar serviços de instalação, manutenção e consertos de ar condicionados e dos prédios públicos pertencentes à prefeitura municipal de Garrafão do Norte. Abertura será realizada no dia 11/04/2017, às 09:00h, na Sala de Licitações da Prefeitura. Ozias Freitas Barroso - Pregoeiro. AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017. O município de Garrafão do Norte, através da sua Presidente da CPL, torna público que fará realizar Licitação Pública na modalidade Chamada Pública, tipo menor preço Unitário. Objeto: Aquisição de Generos Alimentícios Exclusivo da Agricultura Familiar Destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, Durante o Ano Letivo de 2017. Abertura será realizada no dia 18/04/2017 às 08:00 h na sala de Licitações da Prefeitura. Dayana Souza dos Santos - Presidente da CPL.

Protocolo: 160504

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI

**PREFEITURA MUNICIPAL IGARAPÉ-MIRI
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017-0008 por lote.** Objeto: Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviço de Lixo Hospitalar Incluindo Coleta, Transporte, Armazenamento, Tratamento (Incineração) e Destino Final dos Resíduos. Abertura marcada para o dia 12/04/2017, às 10:00h. Edital e informações: Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri - Setor de Licitações, PÇ Sarges Barros 252, Bairro Centro, CEP: 68.430-000, Igarapé-Miri/Pa, no horário de 08:00 às 13h, ou pelo fone: (91) 981470139. Raimunda de C. Pereira - Pregoeira.

Protocolo: 160505

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI AVISO DE RESULTADO FINAL

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Inhangapi - Pará, torna público o resultado do julgamento do processo Licitatório Pregão Presencial 003/2017 - cujo objeto é Transporte Escolar, realizado no dia 13/03/2017, sendo vencedora a empresa: Felix e Malcher Empreendimentos Ltda. - EPP - CNPJ: 26.281.735/0001-24, ADJUDICANDO as rotas; 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22.

Protocolo: 160507

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

No dia 10/02/2017 foi Adjudicado e no dia 10/02/2017 foi Homologado a Dispensa de Licitação Nº DISP-016-PMO/17; Objeto: - Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Recuperação e Manutenção com C.B.U.Q, em vias Urbanas danificadas pelas fortes chuvas, conforme memorial descritivo em anexo, no valor de R\$ 381.602,96(Trezentos e Oitenta e Um Mil, Seiscentos e Dois Reais e Noventa e Seis Centavos); RECURSO PRÓPRIO.

EXTRATO DE CONTRATO

Origem: Dispensa de Licitação Nº DISP-016-PMO/17. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ. Contrato Nº 028/2017 - RIBEIRO & PIKANÇO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA- EPP, com o valor total de R\$ 381.602,96(Trezentos e Oitenta e Um Mil, Seiscentos e Dois Reais e Noventa e Seis Centavos). Objeto: - Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Recuperação

e Manutenção com C.B.U.Q, em vias Urbanas danificadas pelas fortes chuvas, conforme memorial descritivo em anexo. Vigência: 10/02/2017 a 31/03/2017. Data da Assinatura: 10/02/2017

Oriximiná - PA, 10 de Fevereiro de 2017

Antônio Odinélio Tavares da Silva

Prefeito Municipal

Protocolo: 160508

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Retificação do EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - Apresentação do PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE PARAGOMINAS. Publicado no DOE, edição do dia 20/03/2017. **Onde se lê:** A Audiência Pública realizar-se-á no dia 29 de março de 2017, às 09:00 h. **Leia - se:** A Audiência Pública realizar-se-á no dia 05 de abril de 2017, às 14:00 h. **PREGÃO PRESENCIAL nº. 016/2017.** Obj.: Aquisição de materiais de expediente, processamento de dados, limpeza, higienização, uniforme, tecidos, aviamento, educativo, esportivo, gás, gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis e outros materiais de consumo. Data de Abertura: 10/04/2017 as 09:00 hs. A retirada do Edital deverá ser efetuada de 8 às 12h e das 14 às 18h na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro, onde se realizará o certame. Pgm.: 28/03/2017.

CONT. - 445/2017 - PREGÃO PRESENCIAL nº 081/16, PMP/J.L. RENOVADORA LTDA-ME. Obj: Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagem de pneus para manutenção de veículos, máquinas pesadas e equipamentos pertencentes à Prefeitura de Paragominas. Valor global: R\$ 241.950,00. Rec.: Próprio. Vig: 20/03/17 à 31/12/17. Ord. Desp: Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal.

Protocolo: 160511

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS ERRATA

Na publicação do Aviso do CREDENCIAMENTO Nº 001/2016-GABIN, publicado no Diário Oficial nº 33341, pág.93 de 27/03/2017, verificou-se que houve um erro de digitação.

Desta forma comunica a todos interessados que:

Onde se lê:

"11 de Abril de 2017"

Leia-se:

"12 de Abril de 2017"

Parauapebas, 22 de Março de 2017.

LEO MAGNO MORAES CORDEIRO

Pregoeiro

Protocolo: 160245

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA Pregão Presencial nº. 015/2017.

Órgão: Prefeitura Municipal de Piçarra.

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Transporte Escolar. Data, Hora, Local: 10/04/2017 às 09h00min na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Piçarra/PA. Contato fone (94) 3422 1341. Edital e informações: Das 08:00h as 14:00h, no mesmo endereço supra, fornecido ao interessado que se identificar. Piçarra - PA, 27 de março de 2017. Pregoeiro - Roberto Ednamits dos Santos - CPL - PMP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA Pregão Presencial nº. 016/2017.

Órgão: Prefeitura Municipal de Piçarra.

Objeto: Locação de veículos leves

Data, Hora, Local: 10/04/2017 às 15h00min na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Piçarra/PA. Contato fone (94) 3422 1341. Edital e informações: Das 08:00h as 14:00h, no mesmo endereço supra, fornecido ao interessado que se identificar. Piçarra - PA, 27 de março de 2017. Pregoeiro - Roberto Ednamits dos Santos - CPL - PMP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA Pregão Presencial nº. 017/2017.

Órgão: Prefeitura Municipal de Piçarra.

Objeto: Aquisição de medicamentos. Data, Hora, Local: 11/04/2017 às 09h00min na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Piçarra/PA. Contato fone (94) 3422 1341. Edital e informações: Das 08:00h as 14:00h, no mesmo endereço supra, fornecido ao interessado que se identificar. Piçarra - PA, 27 de março de 2017.. Pregoeiro - Roberto Ednamits dos Santos - CPL - PMP.

Protocolo: 160513

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

CONTRATO

PREFEITURA DE PLACAS CONTRATO

Publica extrato do contrato firmado com a empresa: DACILENE LIMA AGUIAR EPP, Contratado nº 20179010 ,no valor de R\$ 176.761,86 (Cento e Setenta e Seis Mil Setecentos e Sessenta e Um Reais e Oitenta e Seis Centavos). Objeto: Aquisição de material de expediente para atender as necessidades das Secretarias: Administração, Infraestrutura, Ativ. Produtivo Desenvolvimento, Finanças, Gabinete do Prefeito. Vigência: 20-02-2017 a 29.12.2017, referente ao Pregão Presencial nº 9/2017-00007.

Publica extrato do contrato firmado com a empresa: E. PEREIRA MATOS COMERCIO - ME, Contratado nº 20179003 ,no valor de R\$ 12.493,56 (Doze Mil Quatrocentos E Noventa E Três Reais E Cinquenta E Seis Centavos)Objetivo aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades das Secretarias: Administração, Infraestrutura, Ativ. Produtivo Desenvolvimento, Finanças, Gabinete do Prefeito. Vigência: 20-02-2017 a 29.12.2017, referente ao Pregão Presencial nº 9/2017-00007.

Publica extrato do contrato firmado com a empresa: I. OLIVEIRA GUEDES COMÉRCIO - ME, Contratado nº 20179004, no valor de R\$ 131.727,75 (Cento e Trinta E Um Mil Setecentos E Vinte E Sete Reais E Setenta E Cinco Centavos). Objetivo aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos para atender as necessidades das Secretarias: Administração, Infraestrutura, Ativ. Produtiva Desenvolvimento, Finanças, Gabinete do Prefeito. Vigência: 20-02-2017 a 29.12.2017, referente ao Pregão Presencial nº 9/2017-00007.

Publica extrato do contrato firmado com a empresa: R. DE OLIVEIRA CORREIA COMERCIO - ME, Contratado nº 20179008, no valor de R\$ 9.834,00 (Nove Mil Oitocentos E Trinta E Quatro Reais). Objetivo aquisição gêneros alimentícios e recarga de gás para atender as necessidades das Secretarias: Administração, Infraestrutura, Ativ. Produtivo Desenvolvimento, Finanças, Gabinete do Prefeito. Vigência: 20-02-2017 a 29.12.2017, referente ao Pregão Presencial nº 9/2017-00007. Placas/PA 04/03/2017.

Publica o contrato firmado com a empresa W. R. P. MARQUES ME, contrato nº 20179068-PMP valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais). Objeto locação veículos para funcionamento da Secretaria de Infraestrutura. Vigência 22/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/201-00016. Publica o contrato firmado com a empresa R. BEZERRA DE SOUSA R. BEZERRA DE SOUSA COMÉRCIO EIRELI - ME, contrato nº 20179076 - PMP no valor de R\$444.900,88(quatrocentos e quarenta e quatro mil novecentos reais e oitenta e oito centavos). Objeto aquisição de óleo lubrificante e graxas para atender as necessidades das Secretarias: Administração, Infraestrutura, Ativ. Produtiva Desenvolvimento, Finanças e Gabinete do Prefeito. Vigência 20/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/2017-00017.

Publica o contrato firmado com a empresa G. B. DE AMARIZ EIRELI ME, contrato nº 20179073-PMP valor de R\$ 1.677.500,00 (hum milhão seiscentos e setenta e sete mil e quinhentos reais). Objeto locação veiculo emáquinasehorasmáquinasp paraofuncionamento Secretarias de: Administração, Infraestrutura, Ativ. Produtiva

Desenvolvimento e Gabinete do Prefeito. Vigência 22/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/201-00016. Publica o contrato firmado com a empresa R. BEZERRA DE SOUSA R. BEZERRA DE SOUSA COMÉRCIO EIRELI - ME, contrato nº 20179067 - FMA no valor de R\$4.508,00 (quatro mil quinhentos e oito reais). Objeto aquisição de óleo lubrificante e graxas para atender as necessidades do Fundo Municipal de Meio Ambiente. Vigência 20/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/2017-00017.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

Publica extrato do contrato firmado com a empresa: MARTINS E SANTOS COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI - ME, Contratado nº 20179036, no valor de R\$ - 792.770,00 (setecentos e noventa e dois mil setecentos e setenta reais); objetivo: Aquisição de combustíveis para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação e FUNDEB. Vigência: 27-02-2017 a 29.12.2017, referente ao Pregão Presencial nº 9/2017-00003 Publica extrato do contrato firmado com a empresa: R. N. BARROSO ABREU ME, Contratado nº 20179066, no valor de R\$ 157.690,00 (cento e cinquenta e sete mil seiscentos e noventa reais); objetivo: seleção e contratação de pessoa jurídica, do ramo pertinente, para o fornecimento de passagens aéreas em vôos regionais e nacionais, em classe econômica, mediante serviços de reserva, emissão e entrega dos respectivos bilhetes, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação. Vigência: 04-03-2017 a 29.12.2017. Ref. Pregão Presencial nº 9/2017-00013. Publica extrato do contrato firmado com a empresa: INDUSTRIA E COMERCIO LATICINIOS SANTA LUZIA LTDA-ME, Contratado nº 20179031, no valor de R\$- 210.003,00 (duzentos e dez mil e três reais); objetivo: Aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na merenda escolar, para alunos do ensino fundamental, infantil, médio, creche, Educação especial, Programa EJA e Programa mais Educação. Vigência: 27-02-2017 a 29.12.2017, referente ao Pregão Presencial 9/2017-00014 Publica extrato do contrato firmado com a empresa: D & A SOUZA COMERCIO LTDA-ME, Contratado nº 20179032, no valor de R\$ 822.879,30 (oitocentos e vinte dois mil e oitocentos e setenta e três reais e trinta centavos); objetivo: aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na merenda escolar, para alunos do ensino fundamental, infantil, médio, creche, Educação especial, Programa EJA e Programa mais Educação. Vigência: 27-02-2017 a 29.12.2017, referente ao Pregão Presencial nº 9/2017-00014. Publica o contrato firmado com a empresa W. R. P. MARQUES ME, contrato nº 20179069-FME valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Objeto locação veículos para funcionamento da Secretaria de Educação. Vigência 22/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/201-00016. Publica o contrato firmado com a empresa R. BEZERRA DE SOUSA R. BEZERRA DE SOUSA COMÉRCIO EIRELI - ME, contrato nº 20179071 - Educação no valor de R\$96.163,73 (Noventa e Seis Mil Cento e Sessenta e Três Reais e Setenta e Três Centavos). Objeto aquisição de óleo lubrificante e graxas para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação. Vigência 20/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/2017-00017. Publica o contrato firmado com a empresa G. B. DE AMARIZ EIRELI ME, contrato nº 20179074-FME valor de R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais). Objeto locação veículos para funcionamento da Secretaria de Educação. Vigência 22/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/201-00016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publica extrato do contrato firmado com a empresa: MARTINS E SANTOS COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI - ME, Contratado nº 20179035, no valor de R\$ -156.630,00 (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e sessenta reais); objetivo: Aquisição de combustíveis para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social. Vigência: 27-02-2017 a 29.12.2017, referente ao Pregão Presencial nº 9/2017-00002. Publica extrato do contrato firmado com a empresa: R. N. BARROSO ABREU ME, Contratado nº 20179064, no valor de R\$ 46.419,00 (quarenta e seis mil quatrocentos e dezenove reais); objetivo: seleção e contratação de pessoa jurídica, do ramo pertinente, para o fornecimento de passagens aéreas em vôos regionais e nacionais, em classe econômica, mediante serviços de reserva, emissão e entrega dos respectivos bilhetes, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social. Vigência: 04-03-2017 a 29.12.2017. Ref. Pregão Presencial nº 9/2017-00012. Publica o contrato firmado com a empresa G. B. DE AMARIZ EIRELI ME, contrato nº 20179075-FMAS valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Objeto locação veículos para funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Vigência 22/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/201-00016.

Publica o contrato firmado com a empresa R. BEZERRA DE SOUSA R. BEZERRA DE SOUSA COMÉRCIO EIRELI - ME, contrato nº 20179072 - Assistência Social no valor de R\$1.533,20 (Um Mil Quinhentos e Trinta e Três Reais e Vinte Centavos). Objeto aquisição de óleo lubrificante e graxas para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social. Vigência 20/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/2017-00017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publica extrato do contrato firmado com a empresa: MARTINS E SANTOS COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI - ME, Contratado nº 20179036, no valor de R\$ - 395.490,00 (trezentos e noventa e cinco mil quatrocentos e noventa reais); objetivo: Aquisição de combustíveis para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde. Vigência: 27-02-2017 a 29.12.2017, referente ao Pregão Presencial nº 9/2017-00004. Publica extrato do contrato firmado com a empresa: R. N. BARROSO ABREU ME, Contratado nº 20179065, no valor de R\$ 189.594,00 (cento e oitenta e nove mil quinhentos e noventa e quatro reais); objetivo: seleção e contratação de pessoa jurídica, do ramo pertinente, para o fornecimento de passagens aéreas em vôos regionais e nacionais, em classe econômica, mediante serviços de reserva, emissão e entrega dos respectivos bilhetes, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e Custeio do Tratamento fora do Domicílio. Vigência: 04-03-2017 a 29.12.2017. Ref. Pregão Presencial nº 9/2017-00010. Publica o contrato firmado com a empresa G. B. DE AMARIZ EIRELI ME, contrato nº 20179070-FMS valor de R\$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais). Objeto locação veículos para funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde. Vigência 22/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/201-00016. Publica o contrato firmado com a empresa R. BEZERRA DE SOUSA R. BEZERRA DE SOUSA COMÉRCIO EIRELI - ME, contrato nº 20179077 - Saúde no valor de R\$14.644,56 (Quatorze Mil Seiscentos e Quarenta e Quatro Reais e Cinquenta e Seis Centavos). Objeto aquisição de óleo lubrificante e graxas para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação. Vigência 20/03/2017 a 29/12/2017, referente ao Pregão Presencial 9/2017-00017.

Protocolo: 160515

EMPRESARIAL

CIPRASA - CIPRANDI MADEIRAS S/A

CNPJ nº 22.975.205/0001-25. Extrato da AGO de 20/12/16. Às 08:00 hs do dia 20/12/16, na sede social reuniram-se os acionistas da empresa, e deliberaram e aprovaram o seguinte: a) O Relatório da Diretora, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer de Auditoria do exercício 2015. b) Mudança da sede social que passa a funcionar na Rodovia BR 010, Km 80,1, Ulianópolis/PA, CEP: 68.632-000. c) A Sra. Larissa Uliana Ciprandi, apresentou renúncia do cargo de Diretora Superintendente e foi aprovada a eleição do seu substituto, Sr. Samuel Rodrigues da Silva, para completar o mandato que se encerra em 15/09/18. A reunião foi encerrada em 20/12/16, aprovada por unanimidade, tendo seu texto integral lavrado em livro próprio e registrada na JUCEPA sob o nº 20000511111, em 14/03/17. Marcelo Cebolão - Secretário Geral.

Protocolo: 160553

MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.

A Mineração Paragominas S.A. (CNPJ 12.094.570/0004-10) torna público que solicitou em 29/07/2016 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA) a modificação do escopo licença de instalação nº 2220/2015, que concerne a alteração do traçado do canal de emergência do RP1 (Sistema de Rejeitos II - Implantação do RP1), protocolado sob nº de documento 2016/27588 (juntado ao processo 2011/26594), a fim de permitir a continuidade nos processos de extração e beneficiamento de minerais metálicos - bauxita, no Município de Paragominas/PA. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.

A Mineração Paragominas S.A. (CNPJ 12.094.570/0004-10) torna público que solicitou em 29/07/2016 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA) a Autorização para supressão vegetal de 4,5 hectares e limpeza de vegetação em 7,3 hectares de vegetação em estágio inicial de regeneração (Sistema de Rejeitos II - Implantação do RP1), protocolado sob nº de documento 2016/27588 (juntado ao processo 2011/26594), a fim de permitir a continuidade nos processos de extração e beneficiamento de minerais metálicos - bauxita, no Município de Paragominas/PA. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.

A Mineração Paragominas S.A. (CNPJ 12.094.570/0004-10) torna público que solicitou em 22/07/2016 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA) a Autorização para captura, resgate, transporte e soltura de fauna nos platôs M3 e M5 (AID) e faixa de servidão da Linha de Transmissão e Mineroduto, protocolado sob nº de processo 2016/26603, a fim de permitir a continuidade nos processos de extração e beneficiamento de minerais metálicos - bauxita, no Município de Paragominas/PA. Foi determinada a apresentação de Plano de Conservação de Fauna.

MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.

A Mineração Paragominas S.A. (CNPJ 12.094.570/0004-10) torna público que solicitou em 24/02/2017 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA) a Solicitação de supressão vegetal (floresta primária alterada e secundária-estágio intermediário de regeneração) em 776,84ha (hectares) e comunicação de limpeza de vegetação em estágio inicial de regeneração em 45,13ha (hectares) para avanço de lavra no período de 2018 a 2020, protocolado sob nº de processo 2017/6298, a fim de permitir a continuidade nos processos de extração de minerais metálicos - bauxita, no Município de Paragominas/PA. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

Protocolo: 160561

FACEPA FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A CNPJ Nº 04.909.479/0001-34 AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se a disposição dos senhores acionistas, na Sede Social da Sociedade, sito na passagem 3 de Outubro nº 536 (Sacramento), cidade de Belém, Estado do Pará, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2016.

Belém/PA, 28 de março de 2017-03-17

Antônio Georges Farah
Diretor Presidente

Protocolo: 160543

NORTE HOTELARIA S/A.

CNPJ Nº 05.441.787/0001-40. Aviso - Comunicamos que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas na sede Social da empresa, à Av: Governador José Malcher Nº 485, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 11638/07, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2016. Belém(pa) 27 de março de 2017. Arthur dos Santos Mello - Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo: 160549

PAGRISA - PARÁ PASTORIL E AGRÍCOLA S/A-

CNPJ: 05.459.177/0001-74 - Assembléia Geral Ordinária - Convocação: São convidados os senhores acionistas a se reunir, no dia 30 de Abril de 2017, às 8:00 horas, em sua sede social, sito a Rodovia BR 010, Km. 1565, Município de Ulianópolis-PA, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação do Relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2016; b) Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2016; e c) Outros assuntos de interesse social. Comunicamos que encontra-se à disposição dos acionistas na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ulianópolis(PA), 27 de Março de 2017. (Ass.) Murilo Villela Zancaner-Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo: 160528

TERMO ADITIVO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ-CRM/PA designado como Contratante firmou TERMO ADITIVO nº03/2017 em 01 de março de 2017 com a empresa DIAMOND SERVICE LTDA-EPP, designada Contratada; Objeto: serviço de portaria de guarita na Sede do CRM/PA. Base Legal-Lei nº10.520/2002, Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº01/2014; Vigência 12 meses, início 09/03/2017 e término 08/03/2018. Signatários-Contratante: Dr. Paulo Sérgio Guzzo-Presidente do CRM/PA, Contratado: Sr. Mauro Luis Nunes - Diamond Service Ltda-EPP.

Protocolo: 160533

FÁBIO JOSÉ ROSSI EIRELI, CNPJ nº26.219.293/0001-96 situado na Rua Pinheiro s/n Industrial II, Novo Progresso/PA, torna público que requereu da SEMMA de Novo Progresso/PA a Licença Prévia (LP), protocolo nº108/2017, para a atividade de Beneficiamento de Madeira.

Protocolo: 160537

BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A
CNPJ 04.737.144/0001-86 - NIRE 15300011604 AVOIS AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 35 O Sr. Saul Chuny Zugmann diretor presidente da sociedade BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de Abril de 2017, às 08:00 horas, na sede da companhia situada no Lote 2, Setor 1, Quadra 3, do Distrito Industrial de Ananindeua, Cidade de Ananindeua, Estado do Pará, para deliberarem sobre o seguinte: ORDEM DO DIA na ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1. Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2016; 2. Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2016; 3. Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se deliberada sua manutenção; 5. Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros. A administração comunica aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da companhia situada no Lote 2, Setor 1, Quadra 3, do Distrito Industrial de Ananindeua, Cidade de Ananindeua, Estado do Pará os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/1976 com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Ananindeua (Pa) 28 de Março de 2017. Saul Chuny Zugmann - Diretor Presidente.

Protocolo: 160526

L. C. B. DA SILVA EIRELI-ME, CNPJ nº27.169.470/0001-30 situado na RUA INDUSTRIAL, S/N, LOTE CHÁCARA 01 QUADRA 598 SETOR INDUSTRIAL, Novo Progresso/PA, torna público que requereu da SEMMA de Novo Progresso/PA, a Licença de Prévia (LP) nº104/2017, para a atividade de Beneficiamento de Madeira.

Protocolo: 160536

CIPRASA - CIPRANDI MADEIRAS S/A
CNPJ nº 22.975.205/0001-25. Extrato da AGE de 15/03/17. Às 07:00 hs do dia 15/03/17, na sede social reuniram-se os acionistas da empresa, e deliberaram e aprovaram o seguinte: a) Pedido do Registro Simplificado da companhia junto a CVM, na forma da Instrução CVM nº 265, para posterior cancelamento. A reunião foi encerrada em 15/03/17, aprovada por unanimidade, tendo seu texto integral lavrado em livro próprio e registrada na JUCEPA sob o nº 20000512436, em 22/03/17. Marcelo Cebolão - Secretário Geral.

Protocolo: 160552

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA EXTRATO DE CONTRATOS

Contrato nº 2017032001-CMB. Contratante: Câmara Municipal de Bragança. Contratada: COMERCIO DE ALIMENTOS BANDEIRA EIRELI, CNPJ nº 19.451.221/0001-04. Valor: R\$ 99.276,87. Vigência: 20/03 a 31/12/2017. Contrato nº 2017032002-CMB. Contratante: Câmara Municipal de Bragança. Contratada: FORTE ALIMENTOS EIRELI-ME, CNPJ nº 26.254.705/0001-29. Valor: R\$ 45.499,24. Vigência: 20/03 a 31/12/2017. Pegão Presencial nº 001/2017-CMB Objeto: Aquisição de Material de Consumo Diversos (Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene, Limpeza, Descartável e Copa e Cozinha. Contrato nº 2017032003-CMB. Contratante: Câmara Municipal de Bragança. Contratada: FORTE ALIMENTOS EIRELI-ME, CNPJ nº 26.254.705/0001-29. Valor: R\$ 21.572,00. Vigência: 20/03 a 31/12/2017. Contrato nº 2017032004-CMB. Contratante: Câmara Municipal de Bragança. Contratada: W C DA SILVA FERREIRA-ME, CNPJ nº 20.553.670/0001-42. Valor: R\$ 50.520,00. Vigência: 20/03 a 31/12/2017. Pegão Presencial nº 002/2017-CMB Objeto: Aquisição de Material de Expediente e Suprimento de Informática. Contrato nº 2017032005-CMB. Contratante: Câmara Municipal de Bragança. Contratada: P. V. SOUSA IMPRESSOS MIDIA EIRELI-ME, CNPJ/MF nº 24.957.630/0001-17. Valor: R\$ 52.505,00. Vigência: 20/03 a 31/12/2017. Pegão Presencial nº 003/2017-CMB Objeto: Contratação de Empresa para Serviços Gráficos. IRENE DOS SANTOS FARIAS-Presidenta. Bragança, 27 de março de 2017

Protocolo: 160556

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRAGENS E MADEIRAS S/A. - CIFEMA -

CNPJ nº 04.906.319/0001-31. AVOIS AOS ACIONISTAS.

Avisamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, em nossa Sede Social na Av. Almirante Barroso nºs. 161 a 165, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo nº 133 da Lei 6.404/76, referentes aos anos de 2015 e 2016. Assembléia Geral Ordinária. Convocamos os Senhores Acionistas para a AGO que se realizará no dia 24/04/2017, às dez (10) horas em nossa Sede Social, a fim de deliberarem sobre o seguinte: a) Apreciação e julgamento das Contas da Diretoria referentes aos anos de 2015 e 2016; b) Eleição dos Membros da Diretoria para o triênio 2017/2019; c) Eleição dos Membros da AGO e do Conselho Fiscal para o exercício de 2017; d) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 2017; e, e) O que ocorrer. Belém-Pará, 27-03-2017. ARY TAVARES DE OLIVEIRA COSTA - Diretor Presidente - CFF nº 000.428.892-00.

Protocolo: 160560

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ MF Nº. 83.571.083/0001-04. EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO FINAM. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Ficam convidados os Senhores Acionistas para se reunir em AGO, no dia 28/04/2017, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia PA 150, Km 2,5 - Área C, CEP 68.555-330, na cidade de Xinguara, Pará, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) matérias referidas nos incisos I a IV do art. 132 da Lei 6.404/76, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2016; aprovação do Relatório da Administração, acompanhado dos Balanços Patrimoniais, Demonstrações Financeiras correspondentes e Parecer dos Auditor Independente; b) outros assuntos correlatos. AVISO AOS ACIONISTAS. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social de 2016. Xinguara/PA, 23/03/2017. Alexandre Afonso Bradley Alves - Diretor Presidente.

Protocolo: 160541

Y. YAMADA S/A COMÉRCIO E INDUSTRIA.

CNPJ: 04.895.751/0001-74 CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem conjuntamente, em primeira chamada às 8h:30, e em segunda, às 09h00, do dia 29 de Abril de 2017, em sua sede social, sita à Rua Senador Manoel Barata nº 400, a fim de deliberarem sobre o seguinte :

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- Aprovação do Balanço Patrimonial e de Resultados e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2016, bem como a prestação de contas dos Administradores;
- Eleição da Diretoria;
- Fixação dos honorários da Diretoria;
- Outros assuntos de interesse da Sociedade;

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- Deliberação sobre o aumento de Capital;
- Alteração dos Estatutos em seu artigo 5º;
- Alteração em seu Objeto Social, art 3º;
- O que ocorrer de interesse dos assuntos acima.

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Belém, 22 de Março 2017.

A Diretoria

Protocolo: 160546

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

No dia 16/01/2017 foi Adjudicado e no dia 16/01/2017 foi Homologado a Dispensa de Licitação Nº DISP-001-FMS/17; Objeto: - Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal de Oriximiná, conforme Decreto Municipal Nº 021 de 03 de janeiro de 2017, no valor de R\$ 50.235,00(Cinquenta Mil, Duzentos e Trinta e Cinco Reais): RECURSO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DE CONTRATO

Origem: Dispensa de Licitação Nº DISP-001-FMS/17. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contrato Nº 001/2017-FMS. Empresa A. G. V. TAVARES - ME, com o valor total de R\$ 50.235,00(Cinquenta Mil, Duzentos e Trinta e Cinco Reais). Objeto: - Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, destinados a atender as necessidades do Hospital Municipal de Oriximiná, conforme Decreto Municipal Nº 021 de 03 de janeiro de 2017.

Vigência: 16/01/2017 a 31/03/2017.

Data da Assinatura: 16/01/2017

Oriximiná - PA, 16 de janeiro de 2017

Tatiane Coelho Mazzoni
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo: 160509

ESTADO DO PARÁ MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS-SAAEP EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 011/2017-SAAEP; ORIGEM: PREGÃO RESENCIAL Nº 005/2016SAAEP e ARP Nº 041/2016SAAEP; CONTRATANTE: SAAEP-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS/PA; CONTRATADA(O): CKS BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME; OBJETO: Contratação futura de serviços de tornearia, usinagem, ajustes e solda em peças e /ou componentes industriais acompanhados com os elementos de ligação, que neste caso são os parafusos, porcas e arruelas, visando atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas, no município de Parauapebas, Estado do Pará; VALOR TOTAL: R\$ 244.339,38 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e oito centavos); PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2017 Atividade 2801.171222031.2.143 Manutenção do SAAEP, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R\$ 244.339,38; VIGÊNCIA: 06 de Março de 2017 a 31 de Dezembro de 2017; DATA DA ASSINATURA: 06 de Março de 2017. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0015/2017SAAEP ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016SAAEP; PARTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS/PA; FINALIDADE: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conserto de pneus e lavagem de veículos e motocicletas, pertencentes à frota do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas, no Município de Parauapebas, Estado do Pará; PRAZO DE VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura; DATA DE ASSINATURA DA ARP: 15 de Março de 2017; EMPRESA: PUMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP; CNPJ nº 18.626.829-0001-60; representada neste ato pelo Sr. Wesley Barbosa de Melo; PREÇOS: Lote 01 LAVAGEM GERAL DE VEÍCULOS: R\$ 34.099,00; EMPRESA: FORT BRILHO SERVIÇOS GERAIS EIRELI-EPP; CNPJ nº 21.675.185/0001-04; representada neste ato pelo Sr. Francisco Ferreira Braga; PREÇOS: Lote 02 CONSERTOS DE PNEUS: R\$ 13.549,38; Valor Total da ARP: R\$ 47.648,38 (Quarenta e sete mil seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos); Detalhamento de todos os itens no site www.saaep.com.br.

DIOGO CUNHA PEREIRA

Coordenador de Licitações e Contratos
Portaria SAAEP nº 0132/2017

Protocolo: 160521

Elidiane Silva Arruda - MIX VERDE, CNPJ: 26.918.796/0001-50, localizada a avenida perimetral, 392, Cohab, Tucuruí/PA, torna público que requereu a SEMMA-Tucuruí, a Licença de Operação para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados.

Protocolo: 160525

CONVÊNIO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ-CRM/PA vem prorrogar o Convênio de Cooperação firmado com o CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ- CESUPA; tendo por objeto assegurar a ampla defesa constitucional aos médicos em processos éticos profissionais quando declarados revêis, constituindo Defensor Dativo, tendo vigência de 12 meses, com início em 16/03/2017 a 15/03/2018; Signatários- Dr.Paulo Sérgio Guzzo-Presidente do CRM/PA e Dr.João Paulo Mendes Filho - Pró Reitor de Pós Graduação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do CESUPA.

Protocolo: 160531

A Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A., torna público que recebeu da SEMAS, a renovação da LO Nº 10368/2016 até a data 05/12/2020, para atividade do Posto de Abastecimento, na área industrial Munguba, Distrito de Monte Dourado, Município de Almeirim/PA.

Protocolo: 160535

YAMADA HOLDING ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS S.A
CNPJ n.º 12.620.846/0001-03.

CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem conjuntamente, em primeira chamada, às 14 horas, e em segunda, às 14h30, do dia 29 de abril de 2017, na Rua Senador Manoel Barata, 400, 5º piso, sala B, bairro Comércio, CEP 66.015-020, nesta capital, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A) Aprovação do Balanço Patrimonial e de Resultados e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2016, bem como a prestação de contas dos administradores.

B) Eleição da diretoria;

C) Fixação dos honorários da diretoria;

D) Outros assuntos de interesse da sociedade.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A) Deliberar sobre o aumento de capital;
B) Alteração dos Estatutos Sociais em sua Cláusula Quinta;
C) O que ocorrer de interesse dos assuntos acima. Outrossim, comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, no local acima indicado, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei n.º 6.404/76, com as alterações da Lei n.º 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Belém, 22 de março de 2017.

A Diretoria

Protocolo: 160545

NORTE HOTELARIA S/A.

CNPJ/MF 05.441.787/0001-40. Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária. Convocação. Ficam convocados os acionistas de Norte Hotelaria S/A., para as reuniões de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizarão em primeira convocação no dia 28/04/2017 às 16:00 e segunda chamada às 16:30 horas na sede social da empresa, sito a Av: Governador José Malcher, 485 a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos: - a) Apreciação do relatório da administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016 :- b) Fixação dos Honorários do conselho de administração e da Diretoria :- c) Aumento do Capital Social realizado pela incorporação de reservas e recursos próprios:- d) Eleição do Conselho de Administração :- e) eleição da Diretoria :- f) Alteração Parcial dos Estatutos Sociais :- g) o que ocorrer . Belém 27 de Março de 2017. A Diretoria.

Protocolo: 160551

EDITAL DE REABERTURA DE PRAZO DE INSCRIÇÕES DE CHAPAS PARA AS ELEIÇÕES SINDICAIS-

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários em Empresas de Passageiros nos Municípios de Ananindeua e Marituba - SINTRAM/PA CNPJ: 00686109/0001-24, COM SEDE a Tv. WE 61, nº 1511, Conjunto Guajará I - Coqueiro, Ananindeua (PA), CEP 67.143-370, com fulcro no 12, 34 e 35 do estatuto sindical, bem como respeitando as deliberações da Assembléia Geral Extraordinária - AGE do dia 23.02.2017, e do Edital de convocação das eleições publicada do DOE e no Jornal Amazônia do Dia 24.02.2017, bem como em razão das ações judiciais da justiça do trabalho nº 0000314-34.2017.5.08.0129, e despacho do dia 22.03.2017, do Exmº Sr. Juiz do Trabalho Dr. Fernando de Jesus da Castro Lobato Junior no processo nº 0000313-52.2017.508.0119, a diretoria do SINTRAM/PA REABRE O prazo para inscrição de chapas, garantindo o registro da chapa já inscrita, fixando o período de reabertura de inscrição do dia 29.03.2017 a 03.04.2017, estando de plantão no horário comercial no sábado e domingo dias 01 e 02 de abril, conforme art. 41 do estatuto, das 8 às 12 e das 14 às 17 horas, na sede do Sindicato, obedecendo o artigo 36 a 39 do estatuto. A impugnação de candidaturas será efetivada até o dia 06.04.2017. e as eleições serão realizadas no dia 12.04.2017, das 03:00 hs às 17:00 Hs, data de segunda convocação e horário conforme previsto no edital de convocação de eleição publicado no dia 24.02.2017 pelo qual todos o demais dispositivos estão mantidos. Ananindeua (PA), 28 de março de 2017 - Huelem Ferreira da Cunha - Presidente - SINTRAM

Protocolo: 160563

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAUPEBAS-SAAEP
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 006/2017SAAEP; ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016SAAEP- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016-SAAEP; CONTRATANTE: SAAEP-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAUPEBAS/PA; CONTRATADA(O): ARCH QUIMICA BRASIL LTDA; OBJETO: Aquisição de Hipoclorito de Cálcio Granulado e em Tablete 65% de Cloro Ativo para utilização no processo de tratamento de água, no Município de Parauapebas, Estado Pará; VALOR TOTAL: R\$ 638.005,50 (seiscentos e trinta oito mil, cinco reais e cinquenta centavos); PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2017 Atividade 2801.17.122.2031.2.143 Manutenção do SAAEP, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.11, no valor de R\$ 638.005,50; VIGÊNCIA: 20 de Fevereiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017; DATA DA ASSINATURA: 20 de Fevereiro de 2017.

Protocolo: 160530

IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A.

CNPJ/MF 04.893.996/0001-62. AVISO AOS ACIONISTAS - Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da empresa, à Av. Roberto Camelier, n.º120, bairro do Jurunas, das 08 às 12 horas e das 14 às 18 horas, os documentos de que trata o Art. 133 da Lei 6.404/76 e alterações, pela Lei n.º10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Belém(PA), 27 de março de 2017. A Diretoria.

Protocolo: 160534

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS/PA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 Objeto: aquisição gêneros alimentícios, material de limpeza e higienização, copa cozinha, descartáveis e outros que serão destinados a manutenção da Câmara Municipal de Salinópolis. A Câmara Municipal de Salinópolis torna público a HOMOGAÇÃO do Certame supracitado. Empresa(s) Vencedora(s): FALCÃO & CRUZ COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ: 09.587.749/0001-51, c/ valor de R\$ 34.204,38. **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017** Objeto: aquisição de material de expediente, processamento de dados e outros, destinados à manutenção da Câmara Municipal de Salinópolis. A Câmara Municipal de Salinópolis torna público a HOMOGAÇÃO do Certame supracitado. Empresa(s) Vencedora(s): BIS PAPELARIA, INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ: 11.051.446/0001-61, c/ valor de R\$ 57.583,20 - ANTÔNIO CARLOS DA COSTA CONCEIÇÃO - Presidente da Câmara Municipal

Protocolo: 160562

AFRICANA TECIDOS S/A
CNPJ: 04.893.988/0001-16

C O N V O C A Ç Ã O

Convocamos os Senhores Acionistas para a Assembléia Geral Ordinária a se realizar, em primeira chamada às 16h, e em segunda, às 16h30 do dia 29 de Abril de 2017, em sua sede Administrativa, sita à Rua Senador Manoel Barata, 400, 4º andar, a fim de deliberarem sobre o seguinte :

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

a) Aprovação do Balanço Patrimonial e de Resultados e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2016, bem como a prestação de contas dos Administradores;

b) Eleição da Diretoria.

c) Fixação dos honorários da Diretoria.

d) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei Nº 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Belém, 22 de Março 2017.

A Diretoria

Protocolo: 160544

CARTÓRIO VALE VEIGA
PROTESTOS DE CDA

CARTÓRIO DE PROTESTO DE LETRAS VALE VEIGA 1º OFÍCIO

Faço saber que se encontram em meu Cartório para serem protestados os seguintes Títulos referentes a Certidões de Dívida Ativa da Procuradoria da Fazenda Nacional:

CDA / VENCIMENTO	CONTRA	VALOR (R\$)
20112002736 08/03/2017	Jose Ribamar Magalhaes Dos Santos	5.155,67
20112003620 08/03/2017	Elielson Nazareno Cardoso De Souza	19.337,24
20112003878 08/03/2017	Maria De Nazare Silva Dos Santos	11.154,11
20112004988 08/03/2017	Maria Lucivalda Ferreira Russo	9.901,19
20112006655 08/03/2017	Sergio Luiz Damasceno Ferreira	2.791,66
20112007349 08/03/2017	Ivanildo De Oliveira Soares	2.062,43
20112007936 08/03/2017	Jose Candido Gomes Souza	4.182,67
20112008208 08/03/2017	Mauricio Abel Lima Paes	6.745,65
20112009424 08/03/2017	Nilza Maria Pereira Barra	17.804,93
20112009458 08/03/2017	Renaldo Da Costa Ferreira	10.188,93
20112009537 08/03/2017	Ivaldo Pereira Bruno	5.426,19
20112009754 08/03/2017	Jose Augusto Dos Santos	20.363,79
20112009955 08/03/2017	Josiel Macedo De Oliveira	1.590,57
20113000857 08/03/2017	Shirley Jacquellyne Alho Ferreira	2.403,96
20113000862 08/03/2017	Antonio Carlos Aido Maciel	1.732,21
20113001032 08/03/2017	Peres Cardoso Pinheiro	1.224,71
20113001169 08/03/2017	Maria De Lourdes Silva	10.358,74
20114000901 08/03/2017	Jose Bentes Farias	1.652,12
20114001975 08/03/2017	Deuzarina Nazare Mardock Nunes	2.252,64
20114002241 08/03/2017	Jose Raimundo Tavares Da Costa	7.657,58
20114003016 08/03/2017	Joaquim Maia De Lima	15.742,79
20114003504 08/03/2017	Juarez De Souza Lima	1.140,54
20114009947 08/03/2017	Jose Darcy Cabral De Albuquerque	4.420,06
20115000159 08/03/2017	Joseana Moreira Assis Ribeiro	6.474,90
20115000698 08/03/2017	Izidio Monteiro Duarte	10.909,81
20115000886 08/03/2017	Maria De Fatima Veiga Castro	5.210,99
20115001137 08/03/2017	Teodoro Ferreira Da Silva	11.398,57
20115001626 08/03/2017	Lucas Abelardo De Araujo Brandao	11.610,10
20115001716 08/03/2017	Waldilena Assuncao	11.453,50

20115001785 08/03/2017	Odileia Cardoso Machado	10.810,20
20115001964 08/03/2017	Ludileia Lima Lopes	10.306,27
20115001978 08/03/2017	Maria Do Rosario Mattos	19.476,84
20115002163 08/03/2017	Ivan Souza De Franca	13.785,79
20115002255 08/03/2017	Deivy Jonathas Melo Angelim	1.504,73
20115002312 08/03/2017	Davi Coelho Correa	17.392,39
20115002643 08/03/2017	Rose Milene Melo Da Silva	18.165,29
20115002814 08/03/2017	Nilce Maria Da Costa Dias	19.331,73
20115003093 08/03/2017	Marinete Martins Leite	2.074,23
20115003140 08/03/2017	Alonso Jose Noronha De Araujo	11.013,43
20115003274 08/03/2017	Maria Do Perpetuo Socorro De Castro E Silva V	10.454,58
20115003389 08/03/2017	Marileia Da Costa Silva	14.396,38
20115003473 08/03/2017	Raimundo Gustavo Da Costa Silva	9.790,62
20115003730 08/03/2017	Washington Geraldo Soares Carneiro	4.813,76
20115003742 08/03/2017	Cenage Da Silva Lemes	1.295,73
20115004659 08/03/2017	Odair Luiz Da Silva	17.059,49
20115004882 08/03/2017	Eunice Da Paixao Ferreira	1.755,89
20115004950 08/03/2017	Sandro Barros Azevedo	19.569,81
20115004955 08/03/2017	Waldir Rodrigues	8.196,02
20115005514 08/03/2017	Luzia Do Rosario Tavares Bastos	18.092,34
20115005840 08/03/2017	Idinair Maria Barbosa Bastos	7.004,65
20115006381 08/03/2017	Elielson Heitor Guimaraes Dos Santos	2.091,80
20115006692 08/03/2017	Joao Dos Santos Protazio	2.635,50
20515005139 08/03/2017	T & C Industria E Comercio Cabos De Vassouras	3.689,88
20516000272 08/03/2017	Irmaos Queiroz Transportes Ltda - Me	4.019,20
20516001461 08/03/2017	Eco Jeans Comercio De Confeccoes - Eireli - M	1.214,55
20516002621 08/03/2017	Admir Dos Santos Freitas Eireli	17.305,67
20516002624 08/03/2017	Admir Dos Santos Freitas Eireli	2.827,78
20516004101 08/03/2017	Clean Security Servicos De Limpeza E Conserva	12.687,19
20516005142 08/03/2017	A.C. Farias Servicos Eletricos Ltda - Epp	21.222,71
20516005145 08/03/2017	A.C. Farias Servicos Eletricos Ltda - Epp	46.993,15
20613004238 08/03/2017	Atelier Gourmet Alta Confeitaria Ltda - Me	2.720,05
20614001767 08/03/2017	Atelier Gourmet Alta Confeitaria Ltda - Me	1.900,22

20614002605 08/03/2017	Whx Servicos Ltda - Epp	7.466,29
20614002625 08/03/2017	F. J. Pinto Soares - Me	1.822,05
20614007014 08/03/2017	Peralta - Administracao E Corretagem De Segur	1.309,52
20614007080 08/03/2017	Gremio Recreativo Bloco Carnavalesco Estacao	1.419,66
20614009695 08/03/2017	A J De Souza Pamplona - Me	5.515,65
20614009989 08/03/2017	Comercial Ls Almeida Ltda - Epp	1.227,60
20615000956 08/03/2017	Construtora Marques & Santos Ltda - Me	11.091,46
20615002598 08/03/2017	E De A Giordano E Cia Ltda - Me	4.395,19
20615002618 08/03/2017	J.Grippli Comercio Ltda - Me	1.311,62
20615002702 08/03/2017	Dular - Distribuidora De Bebidas E Alimentos	20.107,23
20615002988 08/03/2017	R. Do S. C. De Souza - Me	12.786,73
20615002994 08/03/2017	Lcb & Sa Empreendimentos E Participacoes Ltda	1.518,80
20615003265 08/03/2017	Sindicato Dos Servidores Publicos Estaduais D	2.607,99
20615011094 08/03/2017	Claudio Domingos De Figueiredo Junior - Me	10.579,82
20615011313 08/03/2017	Ls Contabilidade E Planejamento Empresarial	12.181,96
20616000574 08/03/2017	A J De Souza Pamplona - Me	1.972,93
20616002588 08/03/2017	DI Usinagem De Maquinas Ltda - Me	7.844,06
20616002590 08/03/2017	DI Usinagem De Maquinas Ltda - Me	3.538,58
20616002592 08/03/2017	DI Usinagem De Maquinas Ltda - Me	2.123,14
20616002594 08/03/2017	DI Usinagem De Maquinas Ltda - Me	6.369,44
20616002654 08/03/2017	DI Usinagem De Maquinas Ltda - Me	6.193,00
20616003088 08/03/2017	Agrigeo Agrimensura Georreferenciamento E Ser	17.706,99
20616003283 08/03/2017	Otica Visione Ltda - Me	13.049,02
20616003342 08/03/2017	Consult Para Servicos De Consultoria Tributar	10.429,59
20616003424 08/03/2017	F & B Servicos Em Geologia Eireli - Me	7.050,31
20616003537 08/03/2017	Corpo Pilates - Centro De Osteopatia, Reeduca	17.445,39
20616004460 08/03/2017	Comercial Ls Almeida Ltda - Epp	15.677,20
20116005878 08/03/2017	Welder Soares De Oliveira	11.535,82
20116005894 08/03/2017	Michelly Da Costa Lima	20.911,22
20116005898 08/03/2017	Andre Luiz Gurgel Ramos	16.657,31
20116006042 08/03/2017	Igor Charles Castor Alves	3.103,12

20116006099 08/03/2017	Karina Pinheiro Da Silva	1.097,14
20116006291 08/03/2017	Eliana Laurinho Da Costa	12.658,14
20116006641 08/03/2017	Jorge Luis Monteiro Spinelli	10.857,81
20116006698 08/03/2017	Augusto Cezar Bastos De Souza	12.890,65
20116014887 08/03/2017	Antonio Eduardo Marques	13.759,09
20116014934 08/03/2017	Ciane Cristina De Oliveira Mackert	22.589,38
20116015657 08/03/2017	Edgar Correa Do Vale	12.616,83
20116015764 08/03/2017	Vilma Francisca Hutim	10.988,14
20116016768 08/03/2017	Fernanda Estela Da Cruz Camara	14.481,94
20116016840 08/03/2017	Eusebio Cantao Simoes	44.312,21
20214000629 08/03/2017	N L C Pontes Ltda - Me	1.375,13
20214001026 08/03/2017	Mais Comunicacao E Representacao Ltda - Me	5.419,18
20214002997 08/03/2017	A J De Souza Pamplona - Me	3.851,37
20215001189 08/03/2017	F. J. Pinto Soares - Me	1.724,36
20216000058 08/03/2017	A J De Souza Pamplona - Me	3.284,80
20216000652 08/03/2017	DI Usinagem De Maquinas Ltda - Me	5.018,11
20216000842 08/03/2017	Solve Engenharia Ltda - Epp	265.812,33
20415000400 08/03/2017	Distribuidora Mundial Comercio E Servico Ltda	16.341,54
20512002057 08/03/2017	Transneto Transporte Neto Ltda Me	2.623,97
20513000055 08/03/2017	A. J. B. Amaral Maciel Me	1.514,00
20513000546 08/03/2017	Ires Edirnae Cordovil De Moraes	2.040,01
20513001661 08/03/2017	Restaurante Cervejaria E Lanchonete Veneza Lt	8.186,31
20513001947 08/03/2017	Restaurante Cervejaria E Lanchonete Veneza Lt	3.841,47
20513003809 08/03/2017	M J Comercio De Generos Alimenticios Ltda Me	1.407,21
20514000276 08/03/2017	M A De Araujo Braga Me	1.530,59
20514001815 08/03/2017	Jorival M. Da Silva - Me	2.348,59
20514003361 08/03/2017	T C Industria E Comercio Cabos De Vassouras L	4.880,96
20514004077 08/03/2017	Restaurante Bohemio Ltda - Epp	4.832,76
20514004620 Venc.08/03/2017	Reginalda Rodrigues De Souza	1.821,02
20514006399 Venc.08/03/2017	Atelier Gourmet Alta Confeitaria Ltda	2.211,61

20514007404 08/03/2017	T & C Industria E Comercio De Cabos De Vassou	2.294,85
20515001366 08/03/2017	Gelateria Da Amazonia, Industria E Comercio L	1.688,58
20115014790 08/03/2017	Elizete De Nazare Ferreira De Brito	13.428,40
20115015321 08/03/2017	Edson Diniz Pinto De Araujo	13.296,77
20115015325 08/03/2017	Luiz Carlos Rocha De Araujo Junior	26.601,42
20115015351 08/03/2017	Maria De Nazare Alves De Lima	15.268,70
20115015380 08/03/2017	Renee Novaes De Castro	14.989,97
20116000294 08/03/2017	Isabel Cristina Bentes De Almeida	12.929,22
20116000586 08/03/2017	Joao Carlos Soares	17.325,00
20116000708 08/03/2017	Juliana Silva Paiva	22.993,34
20116001094 08/03/2017	Pedro De Souza Guedes	14.886,01
20116001598 08/03/2017	Maria Celeste Bitar Pinheiro	14.355,59
20116001734 08/03/2017	Nerci Viana Da Mota	11.452,98
20116001828 08/03/2017	Carlos Alberto Santos Souza	14.182,20
20116001876 08/03/2017	Luiz Otavio De Lima Amaral	11.420,50
20116002321 08/03/2017	Manoel Roque Modesto	10.127,84
20116002375 08/03/2017	Suzete Peres Maxwell	10.300,57
20116002477 08/03/2017	Ramiro Itamar Cantao Da Conceicao	11.249,46
20116002729 08/03/2017	Terezinha Melo Chaves	4.331,30
20116003019 08/03/2017	Angela Maria Carvalho De Aquino	2.016,71
20116003024 08/03/2017	Maria De Fatima Goes Aguiar Maia	16.440,17
20116003164 08/03/2017	Sandra Chaves Jacob	14.951,47
20116003210 08/03/2017	Reginaldo Merencio Da Silva	17.412,79
20116003601 08/03/2017	Denise Socorro Campos Damasceno	19.645,53
20116003715 08/03/2017	Ines Antonia Santos Ribeiro	25.263,08
20116003836 08/03/2017	Andrea Dos Santos Azevedo	10.412,00
20116003874 08/03/2017	Cemires Paulo De Oliveira Barros	13.228,02
20116003881 08/03/2017	Rejane Ramalho Leal Soeiro	13.003,56
20116004366 08/03/2017	Marcio Augusto De Lima Marcal	12.119,75
20116004417 08/03/2017	Rubens Emerson Dos Santos Fragoso	16.837,16
20116004910 08/03/2017	Clelia Luiza Bernardes Esmael	10.230,74
20116005064 08/03/2017	Alessandra Michelle Monteiro Navegantes	11.122,61
20116005445 08/03/2017	Joao Carlos Ferreira Chagas	12.607,58

20116005773 08/03/2017	Augusto Lapa Viana Junior	12.141,97
20116005784 08/03/2017	Marcia Karina Cabral De Lima	19.206,35
20715002122 08/03/2017	Mcf Desenho Digitalizacao E Plotagens Eireli	1.720,65
23113000356 08/03/2017	Luiz Claudio Espindula Amoras	13.737,95
24615001955 08/03/2017	Oscar Rosso Nelson	1.102,58
		1.969,02
41112005570 08/03/2017	Abilio Raimundo Da Silva	12.786,73
20615002988 08/03/17	Aval/Ritiane Do Socorro Cardoso De Souza	2.205,48
20513002134 08/03/17	Aval/Edinelli S. Azevedo Teixeira	1.821,02
20514004620 08/03/17	Aval/Reginalda Rodrigues De Souza	5.155,67

Os títulos acima me foram apresentados para serem protestados por falta de pagamento em meu Cartório, à rua Aristides Lobo, nº 468, os intimo a virem pagar ou dar a razão do não pagamento, ficando ciente que os respectivos protestos serão lavrados dentro do prazo legal.

Belém, 24 de março de 2017

SALVIO ALBERTINO DE M CORREA JUNIOR

Tabelião Titular do Cartório de Protesto VALE VEIGA 1º Ofício.

Protocolo: 160186

TABELIONATO MOURA PALHA PROTESTOS DE CDA

TABELIONATO II OFÍCIO DE PROTESTO MOURA PALHA

Encontram-se neste tabelionato os títulos referentes as Certidões de Dívida Ativa da Fazenda Nacional (CDA-IRPF).

CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA NACIONAL - IRPF			
CDA	VENCIMENTO	CONTRIBUINTE	VALOR \$
643462	8/03/2017	PRIME CONSTRUCOES LTDA - EPP	R\$ 2.259,23
642516	8/03/2017	PLANNING - CONSULT. GERENCIAM. E PLANEJ. EM CON	R\$ 5.828,20
642517	8/03/2017	PLANNING - CONSULT. GERENCIAM. E PLANEJ. EM CON	R\$ 12.153,91
642714	8/03/2017	R A JINKINGS & CIA LTDA - ME	R\$ 12.583,73
642742	8/03/2017	PLANNING - CONSULT. GERENCIAM. E PLANEJ. EM CON	R\$ 14.001,36
642743	8/03/2017	PLANNING - CONSULT. GERENCIAM. E PLANEJ. EM CON	R\$ 17.555,11
642806	8/03/2017	PRIME CONSTRUCOES LTDA	R\$ 5.932,64
642823	8/03/2017	PRIME CONSTRUCOES LTDA	R\$ 4.286,00
642953	8/03/2017	SEBASTIAO RIBEIRO LIMA	R\$ 14.067,02

642978	8/03/2017	GRACA MARIA COSTA REIS	R\$ 15.430,18
643063	8/03/2017	MANUEL WALMIR PEREIRA LABORDA PASSOS	R\$ 1.392,05
641382	8/03/2017	IONE MARIA DE OLIVEIRA MOURA	R\$ 3.595,81
641397	8/03/2017	CLAUDIO ANTONIO DA SILVA CAVALCANTI	R\$ 1.817,53
641634	8/03/2017	IONE MARIA DE OLIVEIRA MOURA	R\$ 3.693,11
641825	8/03/2017	MARCIO AUGUSTO DO ROSARIO LOPES	R\$ 17.493,12
641974	8/03/2017	SANDRA DE MELO SILVA	R\$ 10.819,71
642111	8/03/2017	JOSE CLARINDO VALENTE PINHEIRO NETO	R\$ 2.869,66
642326	8/03/2017	EMPRESA DE TRANSPORTES ESTRELA DO MAR LTDA	R\$ 13.318,20
642379	8/03/2017	JOSE LUIZ BALEIRO E SILVA	R\$ 2.585,24
642481	8/03/2017	GARRA TRANSPORTES RODOVIARIOS E SERVICOS DE L	R\$ 10.378,78
642583	8/03/2017	ANA CAROLINA MARQUES KOS	R\$ 3.605,77
642969	8/03/2017	ALEXANDRE LOPES DA CUNHA	R\$ 13.117,97
641333	8/03/2017	ANTONIO AZEVEDO FERREIRA	R\$ 6.558,80
641338	8/03/2017	ALMIR JOSE DE OLIVEIRA GABRIEL FILHO	R\$ 3.314,08
641470	8/03/2017	EMILENE FERREIRA BRITO	R\$ 1.804,33
641612	8/03/2017	AMIR JOSE DE OLIVEIRA GABRIEL FILHO	R\$ 2.930,37
641724	8/03/2017	ANTONIO DOS SANTOS DIAS	R\$ 1.571,35
641843	8/03/2017	JOSE WAGNER SOARES DE MELO	R\$ 12.948,16
641908	8/03/2017	LACY DINIZ LOPES	R\$ 15.939,42
642103	8/03/2017	CELIO JOSE PEREIRA DA COSTA	R\$ 1.258,91

Cujos são ditos devedores intimados e notificados, dentro do prazo de 72 horas pagar ou dar razão do não pagamento sob pena de serem lavrados os protestos, Belém-PA 28 de Março de 2017, Tabelionato II Ofício de Protesto Moura Palha - Julio Antonio Gaia Lopes - escrevente juramentado.

Protocolo: 160224

Siderúrgica Norte Brasil S.A. - CNPJ: 07.933.914/0001-54						Demonstração do fluxo de caixa			
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO						Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
						(Valores expressos em milhares de reais)			
						2016	2015		
<p>Após o terceiro ano consecutivo de queda na produção industrial, a produção acumulada de aço bruto no país apresentou redução de 9,2% em relação a 2015, segundo dados apresentados pelo Instituto Aço Brasil. Na mesma base de comparação, a produção de laminados teve queda de 7,7%. As vendas internas, por sua vez, decresceram 9,1% frente a 2015.</p> <p>Em meio a esse cenário que reflete a maior crise já enfrentada pelo setor de siderurgia no país, a Sinobras produziu 312.567 toneladas de laminados, uma redução de apenas 1,4% em relação ao ano anterior, quando foram produzidas 317.133 t.</p> <p>As entregas totalizaram 412.455 toneladas e a receita líquida atingiu R\$768 milhões (reduções de 4% e 14%, respectivamente). A queda da receita líquida foi ocasionada pelas condições de retração de mercado como também pelo maior volume de venda de tarugos, em relação ao ano anterior (60.970 t, em 2016; 24.537 t, em 2015), produtos intermediários e com menor valor agregado.</p> <p>As margens de vendas, entretanto, apresentaram expressiva melhora, passando de 19%, em 2015, para 22,5%, em 2016. Isso se refletiu no EBITDA que atingiu R\$87 milhões, com margem de 11,3% (R\$77,4 milhões e 8,6%, respectivamente, em 2015).</p> <p>A variação cambial positiva no ano, de 16,5%, também trouxe impactos benéficos ao resultado da Companhia, que apurou prejuízo contábil de R\$9,9 milhões, contra um prejuízo de R\$68,6 milhões no exercício social anterior, em que o Real se desvalorizou 47% em relação ao Dólar.</p> <p>A dívida bruta apresentou redução de cerca de 5%. O caixa operacional gerado no ano, de aproximadamente R\$85 milhões, foi usado essencialmente para o pagamento de dívidas financeiras.</p> <p>Em 2016 a Companhia logrou êxito no alongamento de seus empréstimos juntos aos bancos para pagamento em períodos que variam de 5 a 10 anos. Aproximadamente R\$ 97.609 em vencimentos de curto prazo foram diluídos no passivo não circulante juntamente com o montante total de dívidas bancárias.</p> <p>Os investimentos na ampliação da laminação deverão ser retomados em 2018, com previsão de início das operações da nova planta em 2020. Esse projeto visa à duplicação da usina, que deverá atingir a capacidade instalada de 850.000 toneladas/ano.</p> <p>Agradecemos o apoio e confiança dos nossos <i>stakeholders</i> ao longo de 2016, com os quais gostaríamos de manter e estreitar nossos laços ao longo de 2017. A nossa expectativa é de que será um ano ainda com muitos desafios, mas de recuperação da economia do país.</p>						<p>Fluxos de caixa das atividades operacionais</p> <p>Prejuízo do exercício (9.986) (68.618)</p> <p>Ajustes por:</p> <p>Depreciação e amortização 49.539 46.306</p> <p>Juros de empréstimos e financiamentos 9.568 4.057</p> <p>Variações cambiais líquidas - 17.141</p> <p>Juros e custos amortizáveis de debêntures 38.320 40.760</p> <p>Baixa de ativo imobilizado 63 21</p> <p>Ajuste a valor presente de clientes - (654)</p> <p>Ajuste a valor presente de fornecedores 1.428 (3.342)</p> <p>Perdas estimadas para redução ao valor recuperável 5.299 2.686</p> <p>Imposto de renda e contribuição social diferidos 13.751 (31.742)</p> <p>Imposto de renda e contribuição social correntes 191 -</p> <p>Juros (ativos) passivos sobre mútuos financeiros com partes relacionadas 2.608 437</p> <p>Outros encargos sobre mútuos (308) -</p> <p>Constituição de provisão para contingências 113 -</p> <p>Rendimentos de aplicações financeiras (200) (830)</p> <p>Variação monetária ativa (4.717) (5.087)</p> <p>Lucro operacional ajustado 105.669 1.135</p> <p>Variações nos ativos circulantes e não circulantes</p> <p>Contas a receber de clientes 19.760 (7.886)</p> <p>Estoques 52.095 21.101</p> <p>Impostos a recuperar 8.196 (9.141)</p> <p>Pagamentos antecipados 1.180 (1.532)</p> <p>Outras contas a receber 7.812 (11.466)</p> <p>Depósitos judiciais (65) 133</p> <p>Variações nos passivos circulante e não circulantes</p> <p>Fornecedores (56.976) 47.200</p> <p>Adiantamentos de clientes (27.928) 51.433</p> <p>Impostos a recolher 8.993 19.830</p> <p>Outras contas a pagar (33.418) 26.849</p> <p>Caixa proveniente das atividades operacionais 85.318 137.656</p> <p>Dividendos pagos - (1.529)</p> <p>Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros (17.857) (22.480)</p> <p>Pagamento de debêntures - juros (16.480) (37.425)</p> <p>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 50.981 76.222</p> <p>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</p> <p>Aplicações financeiras (500) (143.742)</p> <p>Resgates de aplicações financeiras 5.308 140.883</p> <p>Investimentos em outras sociedades - (8.350)</p> <p>Aquisição de ativo imobilizado (6.674) (124.473)</p> <p>Aquisição em ativo intangível (369) (251)</p> <p>Empréstimos concedidos a partes relacionadas (152) (45.364)</p> <p>Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas - 43.907</p> <p>Caixa líquido usado nas atividades de investimento (2.387) (137.390)</p> <p>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</p> <p>Emissão de debêntures - 249.440</p> <p>Custos de transação para emissão de debêntures - (4.935)</p> <p>Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal (19.570) (152.624)</p> <p>Pagamento de debêntures - principal (44.725) (200.000)</p> <p>Liquidação de instrumentos financeiros derivativos - (18.692)</p> <p>Captção de empréstimos e financiamentos 30.000 168.594</p> <p>Captção de empréstimos de partes relacionadas 58.531 130.091</p> <p>Pagamento de empréstimos de partes relacionadas (79.013) (107.965)</p> <p>Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de financiamento (54.777) 63.909</p> <p>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa (6.183) 2.741</p> <p>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</p> <p>No início do exercício 7.861 5.120</p> <p>No fim do exercício 1.678 7.861</p> <p>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa (6.183) 2.741</p>			
Balço Patrimonial 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)						Demonstração do resultado			
						Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
						(Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015		
Circulante						Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.678	7.861	Fornecedores	12	56.229	94.156		
Aplicações financeiras	5	1.154	5.762	Financiamentos e empréstimos	13	87.041	97.210		
Contas a receber de clientes	6	74.349	97.429	Impostos a recolher	14	21.069	27.207		
Estoques	7	162.287	231.047	Imposto de renda e contribuição social		-	2.978		
Impostos a recuperar		14.791	22.987	Adiantamentos de clientes		53.537	81.465		
Pagamentos antecipados		8.007	9.187	Debêntures	15	23.801	2.044		
Outras contas a receber		9.709	22.757	Dividendos a pagar	9	18.717	18.717		
Total do ativo circulante		271.975	397.030	Outros contas a pagar		33.274	66.692		
Não circulante						Total do passivo circulante			
Contas a receber de clientes	6	-	703	Total do passivo circulante		293.668	390.469		
Impostos a recuperar		177	176	Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	11.605	25.356	Fornecedores	12	38.136	55.757		
Depósitos judiciais		2.708	2.643	Financiamentos e empréstimos	13	102.649	69.392		
Partes relacionadas	9	214.606	210.348	Impostos a recolher	14	19.063	762		
Outras contas a receber		3.960	-	Provisão para contingências	16	113	-		
Investimentos	10	81.665	65.000	Adiantamento para aumento de capital	9	27.575	27.575		
Imobilizado	11	657.411	676.128	Partes relacionadas	9	5.709	24.502		
Intangível		7.795	10.690	Debêntures	15	201.179	268.828		
Total do ativo não circulante		979.927	991.044	Total do passivo não circulante		394.424	446.816		
Total do ativo		1.251.902	1.388.074	Patrimônio líquido e recursos para aumento de capital					
						Capital social	362.461	362.461	
						Reserva de capital	3.561	3.561	
						Ajustes de avaliação patrimonial	12.661	12.661	
						Reservas de lucros	162.120	172.106	
						Total do patrimônio líquido	540.803	550.789	
						Recursos para aumento de capital	23.007	-	
						Total do patrimônio líq. e recursos para aumento de capital	563.810	550.789	
						Total do passivo e patrimônio líquido	1.251.902	1.388.074	
						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Demonstração do resultado						Demonstração do resultado abrangente			
						Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
						(Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	2016	2015		2016	2015			
Receita operacional líquida	18	768.061	897.642	Prejuízo do exercício	(9.986)	(68.618)			
Custos dos produtos vendidos	19	(595.077)	(726.805)	Outros resultados abrangentes	-	-			
Lucro bruto		172.984	170.837	Resultado abrangente do exercício	(9.986)	(68.618)			
Outras (despesas) receitas operacionais				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
Vendas	19	(105.776)	(108.549)						
Administrativas e gerais	19	(26.756)	(22.988)						
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(2.903)	(8.188)						
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		37.549	31.112						
Receitas financeiras	20	10.522	21.256						
Despesas financeiras	20	(69.160)	(59.043)						
Ganhos e perdas com derivativos	20	-	(33.995)						
Variações cambiais, líquidas	20	25.045	(59.690)						
Resultado financeiro		(33.593)	(131.472)						
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		3.956	(100.360)						
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	8	(191)	-						
Diferido	8	(13.751)	31.742						
Prejuízo do exercício		(9.986)	(68.618)						

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de capital			Reservas de lucros			Ajustes avaliação patrim.	Prejuízos acumulados	Total Patrimônio líquido	Recursos para aum. de capital	Total do patrim. líq. de recursos para aumento de capital
	Capital social	Reserva de subvenção de investimento	Reserva legal	Reserva de contingências	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	362.461	3.561	11.366	56.444	72.927	99.987	12.661	-	619.407	-	619.407
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(68.618)	(68.618)	-	(68.618)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	(68.618)	-	68.618	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	362.461	3.561	11.366	56.444	72.927	31.369	12.661	-	550.789	-	550.789
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(9.986)	(9.986)	-	(9.986)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	(9.986)	-	9.986	-	-	-
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.007	23.007
Saldos em 31 de dezembro de 2016	362.461	3.561	11.366	56.444	72.927	21.383	12.661	-	540.803	23.007	563.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Rodovia PA 150, KM 425 s/n, Marabá, Estado do Pará, e tem por objetivo social, principalmente a indústria siderúrgica integrada, bem como a comercialização, no atacado e varejo de laminados longos de aço; relaminados, trefilados e perfilados de aço; semiacabados de aço; ferro-gusa, bem como a exportação desses produtos. Produzindo aço desde maio de 2008, a Companhia é integrada ao Grupo Aço Cearense e possui uma linha de produtos que inclui vergalhões, fio-máquina e trefilados e já alcança todo país com sua distribuição do produto voltado, exclusivamente, para o mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$21.693. A Administração da Companhia vem realizando um conjunto de ações reestruturadas, incluindo as repactuações de dívidas comentadas nas Notas 13 e 24, as quais visam gerar recursos suficientes para honrar os compromissos assumidos pela Companhia no curto prazo.

2. Base de preparação**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão dessas demonstrações contábeis em 23 de março de 2017.

2.2. Base de mensuração

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Aplicação de julgamento, estimativas contábeis e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão detalhadas a seguir:

a) **Valor recuperável de ativos (impairment) não financeiros**
Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) nos ativos de longo prazo. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e do preço de venda líquido, efetuados com base em estimativas. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

b) **Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribui-

ção social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

c) Valor justo de outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Provisões para contingências

Como descrito na Nota 16, a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos.

e) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros da Companhia e consultores externos, que são revisados anualmente.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, líquida de devoluções e descontos comerciais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos fluam em favor da Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos na demonstração de resultados. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

3.3. Instrumentos financeiros**Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia "desreconhece" um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas		
Vendas de produtos	864.635	1.005.364
Outras receitas	10.557	1.349
Receitas relativas à construção de ativos próprios	57.118	172.681
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(8.357)	(4.916)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos	(473.155)	(608.645)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(140.873)	(250.551)
Outros	(2.419)	(4.455)
Valor adicionado bruto	307.506	310.827
Depreciação e amortização	(49.539)	(46.306)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	257.967	264.521
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	14.116	52.142
Valor adicionado total a distribuir	272.083	316.663
Pessoal	75.520	79.244
Remuneração direta	58.880	62.711
Benefícios	11.660	11.271
FGTS	4.980	5.262
Impostos, taxas e contribuições	128.097	96.978
Federais	107.786	73.925
Estaduais	16.581	17.858
Municipais	37	104
Outros impostos, taxas e contribuições	3.693	5.091
Remuneração de capitais de terceiros	78.452	209.059
Juros, variações cambiais e despesas com financiamentos	66.419	200.251
Aluguéis	12.033	8.808
Remuneração de capitais próprios	(9.986)	(68.618)
Prejuízo do exercício	(9.986)	(68.618)
Valor adicionado total distribuído	272.083	316.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

i) **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma deci-

continua

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

sões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado do ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data da contratação, e com risco insignificante de alteração de seu valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

Contas a receber de clientes e provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis (impairment)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros Selic e reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra a receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e é apropriada ao curso da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. A provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia avalia os títulos individualmente, levando em consideração o histórico de perda de cada cliente.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros: fornecedores, financiamentos e empréstimos, mútuos com partes relacionadas, dividendos a pagar e debêntures.

Capital social

a) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b) Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

c) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.

3.4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados em premissas que levam em consideração principalmente as condições de mercado existentes na data do balanço. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.5. Provisão para recuperação dos ativos

Conforme determinações do CPC 01 (R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente o ativo imobilizado e o intangível. Na data de cada encerramento das demonstrações contábeis, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos

custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

3.6. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e/ou produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7. Investimentos

Os investimentos permanentes, por não representarem controladas e/ou coligadas, são avaliados ao custo de aquisição deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, custo atribuído (*deemed cost*), deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC 37 e seguindo orientação da Interpretação "ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", avaliou suas edificações e terrenos para atribuir um novo custo (*deemed cost*). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

3.9. Arrendamento mercantil financeiro

Os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.10. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva. A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado, correspondendo a *softwares*, cujo registro é feito na demonstração do resultado do exercício na rubrica de amortizações. O método utilizado para amortização reflete o padrão de consumo pela companhia dos benefícios econômicos futuros. A vida útil é aferida pelo exercício em que a Companhia tem a capacidade de cobrar o pleno uso da infraestrutura até o final do período dessa licença. A vida útil e o valor residual são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e adequados de acordo com a necessidade.

3.11. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

3.12. Provisões diversas

A Companhia registra provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e previdenciárias que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para levar em

conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo os critérios de reconhecimento das provisões, que determinam que uma provisão deva ser reconhecida quando: (i) a companhia tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária a divulgação de uma contingência passiva.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

No âmbito das regras de incentivos fiscais de redução do imposto de renda, cujo valor é destinado à reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais - a Companhia é beneficiária, até o exercício de 2018, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de venda de laminados e treliçados (lucro da exploração). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende a despesa corrente e diferida, as quais são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente é o a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas desses tributos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O tributo diferido é mensurado à taxa de imposto que é esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Na determinação dos tributos correntes e diferidos, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para os tributos no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda e contribuição social no exercício em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma companhia sujeita à tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

3.15. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos decorrente de direitos da Companhia e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações cambiais passivas, despesas com juros sobre empréstimos e sobre outras obrigações e custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.16. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação complementar.

3.17. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto relevante nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos conta movimento	1.306	4.010
Aplicações financeiras - CDB pós-fixados	372	3.851
	1.678	7.861

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras em

continua

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) possuem rentabilidade de 90% do CDI (2015: 90% do CDI) e garantem, substancialmente, liquidez imediata. Essas aplicações podem ser resgatadas antes do seu prazo de vencimento, podendo haver variação mínima nos rendimentos e por essa razão foram considerados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), nos montantes de R\$1.154 e R\$5.762, respectivamente, possuem rentabilidade que variam de 100% a 103% do CDI (2015: variação de 100% a 103% do CDI).

6. Contas a receber de clientes**a) Composição do saldo**

	2016	2015
Contas a receber de clientes - mercado interno	86.384	107.183
Contas a receber de clientes - mercado externo	321	-
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	976	258
	87.681	107.441

Provisão para redução ao valor recuperável de recebíveis	(13.332)	(9.309)
	(13.332)	(9.309)
	74.349	98.132

Circulante
Não circulante
Nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% dos recebíveis.

b) Por vencimento dos títulos

	2016	2015
A vencer	55.829	77.200
Vencidos		
De 1 a 60 dias	10.760	16.122
De 61 a 120 dias	1.559	2.949
De 121 a 180 dias	1.204	1.416
Mais de 180 dias	18.329	9.754
	31.852	30.241
	87.681	107.441

c) Movimentação de provisão para perda no valor recuperável de recebíveis

	2016	2015
Saldo inicial	(9.309)	(6.623)
Adições	(9.741)	(7.856)
Reversões	3.279	1.114
Baixas	2.439	4.056
Saldo final	(13.332)	(9.309)

Critério de mensuração da provisão

Com base na análise individual de seus clientes terceiros, a Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para fazer frente às eventuais perdas.

Para mensuração da provisão, a Administração tem por base o histórico de perda e atrasos significativos.

Não há alteração histórica nos critérios para constituição da provisão para os exercícios de 2016 e 2015.

7. Estoques

	2016	2015
Produtos acabados	52.999	61.654
Produtos em semiacabados	23.911	35.834
Matérias-primas	13.720	60.593
Adiantamento a fornecedores	28.300	22.804
Almoxarifado	36.817	45.131
Estoque em trânsito e em poder de terceiros	6.540	5.031
	162.287	231.047

8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2016	2015
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	38.180	38.274
Diferenças temporárias		
Provisão para perda com clientes	4.533	3.165
Provisões para multa/juros	-	1.640
Venda para entrega futura	-	1.644
Provisão para faturado e não entregue	754	396
Outras provisões	3.768	10.533
	47.235	55.652

Passivo:

Adoção do custo atribuído	(6.516)	(6.516)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(651)	-
Vida útil do ativo imobilizado	(28.463)	(23.780)
	(35.630)	(30.296)

Imposto de renda e contribuição social ativo (passivo), líquido **11.605** 25.356

A Companhia, fundamentada nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, tem saldo reconhecido de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de

R\$38.180 (2015: R\$38.274). A compensação desse crédito tributário não possui prazo prescricional e está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos, sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias é conforme demonstrada a seguir:

	2016	2015
2017	23.300	43
2018	2.925	9.708
2019	7.393	11.273
2020	5.635	26.803
2021 em diante	7.982	7.825
	47.235	55.652

9. Partes relacionadas

As partes relacionadas, natureza das transações e saldos julgados relevantes por parte da Administração estão demonstrados a seguir:

a) Transações ativas

	2016				2015			
	Cientes	outros ativos (i)	Mútuos ativos (ii)	Venda de apart. societ. (iii)	Cientes	Outros ativos (i)	Mútuos ativos	Venda de apart. societ. (iii)
Aço Cearense Comercial Ltda.	777	11	34	-	110	-	-	-
Aço Cearense Industrial Ltda.	150	-	-	-	31	3	-	-
Sinobras Florestal Ltda.	49	19.982	4.802	-	113	10.749	5.295	-
WMA Participações S.A.	-	1.584	-	209.770	-	1.401	-	205.053
Estrutural Com. e Serv. Ltda.	-	-	-	-	4	-	-	-
Varejão da Sucata Ltda.	-	925	-	-	-	1.906	-	-
	976	22.502	4.836	209.770	258	14.059	5.295	205.053
Circulante	976	22.502	-	-	258	14.059	-	-
Não circulante	-	-	4.836	209.770	-	-	5.295	205.053

b) Transações passivas

	2016					2015				
	Fornecedores	Outras contas a pagar	Dividen a pagar	Mútuos passivos (i)	AFAC (iv)	Fornecedores	Outras contas a pagar	Dividen. a pagar	Mútuos passivos	AFAC (iv)
Aço Cearense Comercial Ltda.	3.586	23.315	-	-	-	22.284	61.096	-	5.871	-
Aço Cearense Industrial Ltda.	13	-	16.694	5.709	27.575	122	18.847	16.694	16.916	27.575
Sinobras Florestal Ltda.	799	-	-	-	-	-	-	-	1.715	-
Varejão da Sucata Ltda.	192	-	-	-	-	65	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	2.023	-	-	-	-	2.023	-	-
	4.590	23.315	18.717	5.709	27.575	22.471	79.943	18.717	24.502	27.575
Circulante	4.590	23.315	18.717	-	-	22.471	79.943	18.717	-	-
Não circulante	-	-	-	5.709	27.575	-	-	-	24.502	27.575

c) Transações de resultado

	2016			2015		
	Vendas	Compras	Outras rec. (desp.) (v)	Vendas	Compras	Outras rec. (desp.) (v)
Aço Cearense Comercial Ltda.	28.679	(3.781)	(10.482)	28.942	(30.625)	(7.083)
Aço Cearense Industrial Ltda.	1.530	(29)	(2.545)	-	(10)	-
Sinobras Florestal Ltda.	90	(37.224)	1.056	294	(30.741)	-
WMA Participações S.A.	-	-	4.717	-	-	5.088
Estrutural Comercio e Serviços Ltda.	-	-	-	195	-	-
	30.299	(41.034)	(7.254)	29.431	(61.376)	(1.995)

i. Os montantes classificados como "outros ativos" correspondem a adiantamento a fornecedores de estoques e outras contas a receber. ii. Referem-se a contratos de mútuos entre as partes relacionadas. Os contratos são atualizados pela variação da Taxa Referencial (TR), sendo reconhecido o IOF nas operações de crédito. iii. Em 31 de janeiro de 2014, a Companhia alienou, em favor da controladora WMA Participações S.A., a totalidade das quotas de sua titularidade da Sinobras Florestal Ltda., ou seja, 199.965 (cento e noventa e nove, novecentos e sessenta e cinco) quotas, que corresponde a 99,98% do capital social. O valor será pago pela WMA Participações S.A., em favor da Companhia, conforme disponibilidade financeira da WMA Participações S.A. O saldo devedor está sendo atualizado pelo índice da Taxa Referencial (TR), que no exercício corrente montou R\$4.717 (2015: R\$5.088). iv. Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital recebido do acionista Aço Cearense Industrial Ltda.. v. Os valores classificados como outras receitas (despesas) correspondem a juros incorridos nas operações de mútuos entre partes relacionadas, atualização monetária citada no item (i) e despesas administrativas e comerciais alocadas na Companhia decorrente do compartilhamento gastos da parte relacionada Aço Cearense Comercial Ltda..

d) Outras partes relacionadas

A Companhia possui outras partes relacionadas, com as quais não efetuou transações no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, abaixo qualificadas:

- Cia. Geração de Energia Elétrica Paranapanema;
- Elektro Eletricidade e Serviços S.A.;
- União Participações Ltda.;
- Simara Participações e Empreendimentos Ltda.;
- W Steel Industrial e Comércio Ltda.;

e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é definida a remuneração dos administradores da Companhia, que é distribuída aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. A remuneração dos diretores e dos demais membros do pessoal chave da Administração, registrada na rubrica de "despesas administrativas e gerais" em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$1.417 (2015: R\$1.440). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

10. Investimentos

A Companhia, para garantir a sustentabilidade energética de sua usina em Marabá/PA, na condição de autoprodutora, tem participação de 1% na SPE (Sociedade de Propósito Específico) - Norte Energia S.A. - empresa responsável pela implantação e gestão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Trata-se de investimento estratégico, pois assegura e possibilita (informações não auditadas pelos auditores independentes):

- Suficiência energética para produção de até 600 mil toneladas de aço por ano;
- Operação em horário de ponta, o que aumenta a utilização dos equipamentos em 20% nos dias úteis;

continua

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

- Melhor qualidade da energia disponibilizada;
- Redução do custo energético e por consequência a redução do custo de produção; e
- Maior competitividade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de R\$81.665 e R\$65.000, respectivamente, estão registrados ao custo de aquisição do investimento, acrescidos de novos aportes realizados em 2016, no montante de R\$16.665 (2015: R\$8.350). Não há efeito de equivalência patrimonial, pois não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição e deduzidos de *impairment*. Em virtude da inexistência de mercado ativo não existem bases suficientes que proporcionem informação para subsidiar a mensuração do valor justo do investimento. Em 31 de dezembro de 2016 não foi identificado nenhum indício de *impairment* para registro no investimento.

11. Imobilizado

a) Composição

	Taxas médias de deprec. (%a.a)	2016		2015	
		Custo	Deprec. acumul. Líquido	Custo	Deprec. acumul. Líquido
Terrenos	-	22.621	- 22.621	22.621	- 22.621
Obras civis e instalações	4%	290.452	(117.270) 173.182	278.071	(100.822) 177.249
Máquinas e equipamentos	9%	405.474	(204.231) 201.243	396.340	(177.747) 218.593
Móveis e utensílios	10%	3.361	(2.027) 1.334	3.319	(1.721) 1.598
Veículos	15%	16.861	(12.157) 4.704	16.735	(9.733) 7.002
Equipamentos de computação	20%	5.064	(3.861) 1.203	4.963	(3.364) 1.599
		743.833	(339.546) 404.287	722.049	(293.387) 428.662
Adiantamento a fornecedores	-	215	- 215	12.348	- 12.348
Imobilizações em andamento	-	252.909	- 252.909	235.118	- 235.118
		996.957	(339.546) 657.411	969.515	(293.387) 676.128

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de imobilizações em andamento refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da produção de laminados com a instalação de nova planta e construção de subestação e linhas de transmissão. A Administração estima que estes projetos estejam concluídos até o final do exercício de 2019.

b) Movimentação

	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Reclas-sificação	Saldo em 2016
Terrenos	22.621	-	-	-	-	-	22.621
Obras civis e instalações	177.250	139	-	(16.448)	12.242	-	173.182
Máquinas e equipamentos	218.592	721	(11)	(26.496)	8.355	81	201.243
Móveis e utensílios	1.598	67	(9)	(324)	2	-	1.334
Veículos	7.002	52	-	(2.513)	163	-	4.704
Equipamentos de computação	1.599	198	(43)	(575)	24	-	1.203
	428.662	1.177	(63)	(46.356)	20.786	81	404.287
Adiantamento a fornecedores	12.348	2.644	-	-	(14.777)	-	215
Imobilizações em andamento	235.118	23.800	-	-	(6.009)	-	252.909
	676.128	27.621	(63)	(46.356)	-	81	657.411

	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Reclas-sificação	Saldo em 2015
Terrenos	22.621	-	-	-	-	-	22.621
Obras civis e instalações	174.163	1.202	-	(15.613)	17.498	-	177.250
Máquinas e equipamentos	207.430	8.852	(3)	(24.542)	26.855	-	218.592
Móveis e utensílios	1.768	155	(3)	(323)	1	-	1.598
Veículos	9.265	295	(5)	(2.553)	-	-	7.002
Equipamentos de computação	1.831	324	(10)	(590)	44	-	1.599
	417.078	10.828	(21)	(43.621)	44.398	-	428.662
Adiantamento a fornecedores	43.551	21.352	(52.555)	-	-	-	12.348
Imobilizações em andamento	112.056	168.679	(699)	-	(44.398)	(520)	235.118
Importações em andamento	2.541	41.760	(44.301)	-	-	-	-
	575.226	242.619	(97.576)	(43.621)	-	(520)	676.128

c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Durante o exercício de 2016, a Companhia analisou a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, não observando a confirmação de tais indicadores. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da Administração, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

d) Avaliação da vida útil do ativo imobilizado

A Companhia revisa e ajusta seus critérios quanto à determinação do tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado periodicamente. Durante o exercício de 2016, a Administração não identificou fatores que pudessem alterar significativamente a vida útil dos seus ativos imobilizados.

e) Garantias

Parte do saldo do Imobilizado foi dado em garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 13).

12. Fornecedores

a) Composição da conta

	2016	2015
Fornecedores no país		
Partes relacionadas (Nota 9)	4.590	22.471
Fornecedores diversos	19.371	16.001
Fornecedores no exterior		
Fornecedores diversos	72.318	114.783
	96.279	153.255
Ajuste a valor presente	(1.914)	(3.342)
	94.365	149.913
Circulante	56.229	94.156
Não circulante	38.136	55.757

13. Financiamentos e empréstimos

a) Composição da conta

Modalidade	Vencimento final	Encargo anual médio		
			2016	2015
Moeda nacional				
Finame	ago/2019	3,5%	5.314	9.024
Finame URTJLP	-	-	-	63
Arrendamento mercantil	nov/2018	12,6%	418	607
Financiamento capital de giro	mar/2026	CDI + 3,6%	183.958	156.908
			189.690	166.602
Circulante			87.041	97.210
Não circulante			102.649	69.392

b) Por vencimento - não circulante

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2016	2015
2017	-	34.453
2018	27.356	19.396
2019	16.163	10.957
2020	9.544	4.586
2021	5.375	-
2022	5.375	-
2023	5.375	-
2024	5.375	-
2025	5.375	-
2026	22.711	-
	102.649	69.392

Em 2016, a Companhia repactuou parte considerável de suas dívidas com Instituições Financeiras. A negociação contemplou o alongamento com obtenção de dois anos de carência, redução das taxas de juros contratadas e dilatação dos prazos de amortização da dívida para até 10 anos.

c) Garantias

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados para a usina integrada de produção de aço, e os empréstimos por cessão fiduciária de duplicatas e alienação fiduciária de equipamentos, ambos avalizados pelos principais acionistas. As Cédulas de Crédito Bancário celebradas com o BTG Pactual contemplam o compromisso da Companhia em fornecer ao banco com até 90 dias do encerramento de cada ano fiscal, demonstrações contábeis auditadas em 31 de dezembro de cada exercício por empresa de auditoria independente e de reconhecimento internacional.

Conforme comentado na Nota 11, em 31 de dezembro de 2016, alguns contratos de financiamentos e empréstimos estão garantidos por bens do ativo Imobilizado, cujo valor líquido contábil é R\$24.066 (2015: R\$34.932).

d) Cláusulas restritivas ("Covenants")

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém contratos de empréstimo no valor de R\$68.804 (2015: R\$36.585), os quais contêm cláusula restritiva. Esses contratos podem ser declarados antecipadamente vencidos se os índices financeiros a seguir não forem obtidos, tomando com base as demonstrações contábeis consolidadas da controladora WMA Participações S.A.

- O resultado da razão da divisão da Dívida Líquida Financeira Total pelo LAJIDA (EBITDA), não poderá ser superior a 12x no exercício social de 2016; e

- O resultado da razão da divisão do LAJIDA (EBITDA) pelo Resultado Financeiro Líquido não poderá ser inferior a 1,0x a partir do exercício social de 2016 em diante.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia infringiu covenants decorrentes da divisão da dívida líquida pelo EBITDA e decorrentes da divisão do EBITDA pela despesa financeira líquida. Ambos os índices foram apurados com base nas demonstrações contábeis consolidadas da controladora WMA Participações S.A..

Contudo, a Companhia obteve das instituições financeiras o "waiver", documento que o credor concorda em não declarar o vencimento antecipado desses empréstimos. Com base nesse documento, a Administração manteve os saldos apresentados no passivo não circulante.

14. Impostos a recolher

	2016	2015
PIS e COFINS	9.067	16.294
ICMS	1.451	1.108
Parcelamentos ordinários federais (a)	24.462	-
REFIS - Lei 12.996/2014 (b)	3.345	3.345
Outros parcelamentos	-	1.269
Outros	1.807	5.953
	40.132	27.969
Circulante	21.069	27.207
Não circulante	19.063	762

(a) Durante o exercício corrente, a Companhia aderiu a um parcelamento ordinário da Receita Federal, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN 15/2009, incluindo débitos previdenciários e dos impostos PIS, COFINS e IPI para pagamento no prazo de 60 (sessenta meses). Em 31 de dezembro de 2016, saldo atualizado do parcelamento é de R\$24.462.

(b) As Companhia aderiu em 2014 ao parcelamento REFIS da Lei 12.996/2014 e em seguida optou pela modalidade de quitação antecipada conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN 15/2014. A Companhia está aguardando homologação da quitação antecipada pela Receita Federal para que o débito seja baixado. O montante parcelado e quitado é de R\$3.345. O registro do pagamento antecipado está apresentado na rubrica impostos a recuperar no ativo circulante.

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

Ano de vencimento	2016	2015
2017	-	762
2018	5.611	-
2019	5.611	-
2020	5.611	-
2021	2.230	-
	19.063	762

continua

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

15. Debêntures**a) Composição da conta**

Parcelas	Encargos anual médio 2016	Vencimento final		
			2016	2015
Primeira emissão (c)				
Debêntures não conversíveis em ações	-	Emissão CEI	-	5.752
Debêntures conversíveis em ações	-	Emissão CEI	-	17.255
Subtotal			-	23.007
Terceira emissão (d)				
Debêntures não conversíveis em ações	92	CDI + 2%	Mar/2026	228.516
				252.389
Custos de emissão	-	-	(3.536)	(4.524)
Subtotal			224.980	247.865
			224.980	270.872
Circulante			23.801	2.044
Não circulante			201.179	268.828

b) Por vencimento - não circulante

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2016	2015
2017	-	63.156
2018	4.376	71.236
2019	17.505	71.236
2020	17.505	63.200
2021	17.505	-
2022	17.505	-
2023	17.505	-
2024	17.505	-
2025	17.505	-
2026	74.268	-
	201.179	268.828

c) Primeira emissão

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 1999, aprovou a emissão de 20.137.068 debêntures, sendo 15.123.051 debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$15.123, e 5.014.017 debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$5.014. As debêntures foram emitidas pela Companhia nas condições definidas na Lei nº 8.167/91 e no Decreto nº 101/91, consoante deliberação da referida Assembleia. O prazo de carência original contratado seria de três anos e o vencimento em 6,5 anos, já incluindo o prazo de carência, a partir da data de emissão. A atualização prevista compreende TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo mais juros fixos de 4% ao ano. O único debenturista é o FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia. A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, definiu os seguintes benefícios e condicionantes às debêntures emitidas: i) Permitiu que as debêntures inconversíveis fossem resgatadas mediante a emissão de novas debêntures conversíveis em ações desde que a Companhia manifestasse interesse, o que ocorreu, no prazo, em 2012. Este resgate estava condicionado à obtenção do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI); ii) Estabeleceu que os novos prazos de carência e de vencimento das debêntures seriam equivalentes ao prazo de implantação do empreendimento; iii) Dispensou as debêntures dos encargos financeiros, a partir de 23 de agosto de 2000, desde que o atraso na implantação do projeto não pudesse ser imputado à beneficiária; iv) Condição que as operações de conversão das debêntures emitidas se realizassem no prazo máximo de um ano a contar da emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI), findo o qual as debêntures seriam exigíveis; A dispensa dos encargos, até 24/08/2000, no valor de R\$ 73.926.450,64 foi deferida através do Despacho do DFRP nº 620 e do Ofício nº 680/2012/CGIP/DFRP/SFRI-MI, ambos de 13 de julho de 2012, do Ministério da Integração Nacional, homologada e contabilizada pelo BASA/FINAM, a qual foi aceita e confirmada consoante deliberação da AGE realizada em 16/11/2012. O saldo devedor de debêntures conversíveis e inconversíveis, na data de 24/08/2000, ficou reduzido a R\$ 23.007, o qual permaneceu congelado até a data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI). O prazo de um (1) ano para a conversão, previsto na MP 2.199-14 é contado de 08/12/2016. Obtido o CEI, em 16 de dezembro de 2016, a Companhia solicitou ao Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos, do Ministério da Integração Nacional a elaboração do Parecer Técnico previsto no art. 63 da Portaria MI 53/2016 que substanciará a aprovação do pleito relativo ao Resgate das Debêntures não Conversíveis mediante a emissão de novas debêntures conversíveis; e, ratificou a decisão de, simultaneamente, converter as debêntures conversíveis de origem e as novas debêntures emitidas, em ações preferenciais; O processo de conversão de todas as debêntures em ações preferenciais está em análise no DFRP, à luz da Portaria M.I.N. Nº 452/2016 e, enquanto o processo não é finalizado, a Companhia reclassificou as debêntures para a rubrica de Recursos para aumento de capital, no patrimônio líquido (Nota 17). A estimativa da Companhia é que o processo de conversão seja finalizado em 2017.

d) Terceira emissão

A Companhia, dando sequência à sua política de captação de recursos mais adequados às suas operações, reunida em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 6 de agosto de 2015, deliberou pela emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo escriturador

e, adicionalmente, com relação às debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais debêntures. O valor total da emissão, ocorrida em 6 de agosto de 2015, foi de R\$249.440, sendo 24.944 debêntures, no valor nominal individual de R\$10, em série única, não sendo conversíveis em ações da Companhia. Em 2016, o contrato foi aditado, estabelecendo que o valor nominal de cada uma das debêntures será amortizado em 92 (noventa e duas) parcelas, sendo duas delas amortizadas em janeiro e março de 2016, e as demais, em parcelas mensais e sucessivas, a partir de outubro de 2018, até o vencimento, em fevereiro de 2026. Com o aditamento, os juros remuneratórios serão pagos, mensalmente, a partir de abril de 2017 e até a data de vencimento. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes das debêntures, a Companhia constituiu:

- Hipoteca de terceiro grau; e
- Alienação fiduciária de equipamentos.

Os custos de emissão das debêntures estão sendo amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e estão apresentados na rubrica "Debêntures", como redução da dívida, conforme determinado pelo CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dos custos de emissão dessa Terceira emissão era de R\$ 3.537 (2015: R\$4.524).

Cláusulas restritivas ("Covenants")

As debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas se os índices financeiros abaixo não forem obtidos, tomando com base as demonstrações contábeis consolidadas da controladora WMA Participações S.A.:

- O resultado da divisão do Endividamento Financeiro Líquido pelo LAJIDA (EBITDA), não poderá ser superior a 12x no exercício social de 2016;
- O resultado da divisão do LAJIDA(EBITDA) pelo Resultado Financeiro Líquido não poderá ser inferior a 1x a partir do exercício social de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia infringiu covenants decorrentes da divisão da dívida líquida pelo EBITDA e decorrentes da divisão do EBITDA pela despesa financeira líquida. Ambos os índices foram apurados com base nas demonstrações contábeis consolidadas da controladora WMA Participações S.A..

Contudo, a Companhia obteve das instituições financeiras o "waiver", documento que o credor concorda em não declarar o vencimento antecipado dessas debêntures. Com base nesse documento, a Administração manteve os saldos apresentados no passivo não circulante, conforme contrato de debêntures.

16. Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão constituída é R\$113 (2015: R\$ 0) para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos.

A seguir estão divulgadas as principais causas com probabilidade de perda possível, cujas práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a constituição de provisão.

i) **Ações trabalhistas** - Para as ações trabalhistas, a Administração e seus assessores legais têm expectativa de perda classificada como possível em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$9.635 (2015: R\$11.193), para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil. Desse montante, a Companhia mantém depositado judicialmente o valor de R\$906 (2015: R\$837). ii) **Ações ambientais** - Para as ações judiciais e administrativas de natureza ambiental, a Administração e seus assessores legais têm expectativa de perda classificada como possível em demandas que envolvem o montante aproximado de R\$717.192 (2015: R\$695.570). Em função do estágio em que se encontram as demandas e em razão das tratativas de negociação com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para conversão das multas administrativas em serviço ambiental por meio da implantação do Projeto Floresta Nativa (PFN), elaborado pela Companhia em conjunto com entidades de ensino e pesquisa, e com a participação de organizações não governamentais e órgãos públicos, na opinião dos assessores legais da Companhia, o desfecho final dessas ações no momento é classificado com chance possível de êxito, portanto, nenhuma provisão para perda foi contabilizada nas demonstrações contábeis. A Companhia mantém depósito judicial referente à Ação Anulatória de Auto de Infração lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no valor de R\$1.803 (2015: R\$1.732). O depósito foi realizado para garantir juízo e a probabilidade de êxito da Companhia de anulação da infração é possível.

17. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$362.461, assim representado:

	Quantidade de ações - 2016 e 2015						
	ON	%	PNA	PNB	PNC	Total	%
Acionista							
WMA Participações S.A.	82.945.374	80,02	460.392	-	1.200.000	84.605.766	70,57
Demais acionistas	20.709.233	19,98	201.046	2.135.597	12.238.094	35.283.970	29,43
Total	103.654.607	100,00	661.438	2.135.597	13.438.094	119.889.736	100,00

- ON - Ações ordinárias nominativas
- PNA - Ações preferenciais nominativas classe "A"
- PNB - Ações preferenciais nominativas classe "B"
- PNC - Ações preferenciais nominativas classe "C"

As ações preferenciais classe "A" não têm direito a voto, e destinam-se, no primeiro momento, à subscrição e integralização com incentivos fiscais administrados pelo Ministério da Integração Nacional, na forma do Decreto-Lei nº 1.376/74, ficando-lhes assegurados os seguintes direitos e restrições:

a) **Capital social** - (i) Prioridade no reembolso de capital, pelos mesmos valores que forem reembolsados as ações ordinárias em caso de liquidação da Companhia; (ii) Participação integral nos resultados sociais, na forma do Estatuto Social; (iii) Participação na capitalização de quaisquer reservas, em igualdade de condições com as de outras classes além das ordinárias; e (iv) Inalienabilidade, pelo prazo de quatro anos, a contar da data de sua conversão ou permuta, nos termos do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74. As ações preferenciais classe "B" têm direito a voto, e destinam-se à subscrição por fundadores e/ou investidores portadores de opções para aplicação de recursos de incentivos fiscais. As ações preferenciais classe "C" não têm direito a voto, e se destinam à subscrição, por fundadores, investidores em geral e/ou investidores do artigo 9º e/ou à conversão das debêntures subscritas pelo FINAM com base no artigo 5º e/ou com recursos previstos no artigo 9º da Lei nº 8.167/91, assegurando aos seus detentores as seguintes vantagens: (i) Prioridade na distribuição do dividendo máximo que for atribuído a qualquer classe de ações; (ii) Prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e (iii) Participação integral nos resultados da Companhia, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título. Também, as ações preferenciais classe "C" não têm preferência na subscrição de ações quando estas emissões objetivarem a absorção de incentivos fiscais ou a conversão de debêntures, ambos originários da Lei nº 8.167/91, consoante disciplina o artigo 172, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva de capital**Reserva subvenção de investimento**

Corresponde aos valores dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda, ao qual a Companhia é beneficiária de redução, atualmente, de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de produção de aço (lucro da exploração). Conforme as políticas contábeis vigentes, até 31 de dezembro de 2007, as reduções relativas às subvenções e assistências eram registradas diretamente no patrimônio líquido como reserva de capital - subvenções para investimento. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da reserva era de R\$3.561.

c) Reservas de lucros**Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme artigo 31 do seu Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2016

continua

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

e 2015, o saldo da reserva era de R\$11.366.

Reserva para contingências

É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do Estatuto Social, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da reserva era de R\$56.444.

Reserva de incentivos fiscais

A partir de 2008, as subvenções passaram a ser registradas diretamente no resultado do exercício e, posteriormente, transferidas para a reserva de lucros - incentivos fiscais. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, em função do prejuízo do exercício, não houve incentivo apurado e, logo, destinação para essa reserva.

Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com o artigo 31 do Estatuto Social, a Companhia após destinação da reserva legal, reserva para contingências, reserva de lucros - incentivos fiscais e dividendos, o saldo restante constituirá a reserva de retenção de lucros (artigo 196 da Lei nº 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI) a ser emitido pelo Ministério da Integração Nacional ou órgão que venha a substituí-lo na função de dar continuidade à implantação do projeto aprovado pela extinta SUDAM. Em 2016, a Reserva de retenção de lucros absorveu os prejuízos apurados no exercício, que totalizaram R\$9.986 (2015: R\$68.618). Em 31 de dezembro de 2016, o montante dessa reserva é de R\$21.383 (2015: R\$31.369).

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao custo atribuído (*deemed cost*) dos terrenos no montante de R\$12.661, em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

e) Dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia possui ações ordinárias e preferenciais e não tem diferenciação na distribuição dos dividendos. O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Recursos para aumento de capital

Conforme comentado na Nota 15, com a emissão do CEI, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2016, como Recursos para aumento de capital, o montante de R\$23.007, que será convertido em ações preferenciais Classe "C" a favor do FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia.

18. Receita operacional líquida

	2016	2015
Receita bruta de vendas de produtos	874.239	1.021.679
(-) Devoluções mercado interno	(10.535)	(6.442)
(-) Impostos sobre faturamento	(95.643)	(107.796)
(-) Ajuste a valor presente - faturamento	-	(9.799)
	768.061	897.642

19. Despesas por natureza e função

	2016	2015
Matérias-primas e materiais de consumo	(318.930)	(432.417)
Pessoal e encargos	(87.440)	(104.169)
Fretes e carretos	(76.523)	(79.630)
Energéticos	(75.447)	(85.060)
Depreciação e amortização	(49.539)	(46.306)
Aluguéis e condomínios	(22.036)	(25.931)
Serviços em geral	(11.082)	(11.316)
Gastos compartilhados	(9.364)	(7.083)
Perdas em operações de crédito	(7.741)	(4.916)
Outros	(72.410)	(69.702)
	(730.512)	(866.530)

Classificadas como:

	2016	2015
Custo dos produtos vendidos	(595.077)	(726.805)
Vendas	(105.776)	(108.549)
Administrativas e gerais	(26.756)	(22.988)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.903)	(8.188)
	(730.512)	(866.530)

20. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Variações monetárias	4.717	5.094
Descontos obtidos	216	970
Rendimentos de aplicações	596	863
Juros ativos	3.508	3.211
Ajuste a valor presente	-	10.454
Receita com empréstimos de partes relacionadas	1.479	664
Outras	6	-
	10.522	21.256

Despesas financeiras

	2016	2015
Juros passivos	(11.434)	(1.496)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	(46.899)	(44.079)
Juros de empréstimos de partes relacionadas	(4.087)	(915)
Descontos concedidos	(797)	(1.611)
IOF	(1.465)	(3.451)
IRRF	(330)	(419)
Comissões e corretagens	(2.236)	(4.433)
Outras despesas financeiras	(1.912)	(2.639)
	(69.160)	(59.043)

Ganhos e perdas com derivativos

	2016	2015
Variações cambiais, líquidas	41.897	10.393
Variações cambiais ativas	(16.852)	(70.083)
Variações cambiais passivas	25.045	(59.690)
	(33.593)	(131.472)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**a) Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros). A política de gestão de riscos da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia decorrente da volatilidade dos mercados. Nesse contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para se proteger de certas exposições ao risco. A Companhia segue sua política de gestão de riscos financeiros mitigando fatores ou eventos, que podem impactar no retorno esperado dos ativos. No cerne da política de gestão de riscos financeiros está a diversificação do portfólio de operações, exigência de contrapartidas, atualizações de cadastros, controle de garantias, entre outras ações.

b) Gerenciamento dos riscos

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Financeira juntamente com a Diretoria de Sustentabilidade, visando proteger a rentabilidade do negócio, ou o próprio, de riscos específicos ou sistêmicos, sempre quando necessário e julgado pertinente à estratégia corporativa.

A Companhia é pouco sensível às flutuações diárias dos mercados financeiros e foca suas ações na volatilidade mensal e trimestral para medir o desempenho corporativo, mantendo, todavia, os valores em risco cambial de curto prazo naturalmente protegidos por operações de exportação, não necessitando, até o momento, se utilizar de instrumentos derivativos para restringir os riscos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não diferem de forma significativa daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

c) Composição dos saldos

Instrumentos financeiros	Mensuração	2016		2015	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado					
Aplicações financeiras	Valor justo	1.154	1.154	5.762	5.762
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e bancos	Custo amortizado	1.678	1.678	7.861	7.861
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	74.349	74.349	98.132	98.132
Partes relacionadas - mútuos financeiros	Custo amortizado	4.836	4.836	5.295	5.295
Total ativo financeiro		82.017	82.017	117.050	117.050
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	189.690	132.024	166.602	133.479
Fornecedores	Custo amortizado	94.365	94.365	149.913	149.913
Debêntures	Custo amortizado	224.980	102.176	270.872	170.977
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	-	-
Partes relacionadas - mútuos financeiros	Custo amortizado	5.709	5.709	24.502	24.502
Total passivo financeiro		514.744	334.274	611.889	478.871

*Crêterios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (fair value)***Caixa e equivalentes de caixa**

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

Partes relacionadas - mútuos financeiros

Correspondem aos mútuos financeiros ativos e passivos com partes relacionadas e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos à perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

Contas a receber de clientes

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos à perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

Financiamentos e empréstimos e debêntures

Os valores dos financiamentos atrelados a TJLP e CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas informações anuais em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos em que há uma taxa fixa adicional. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2017 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

d) Riscos de mercado**Risco de taxa de câmbio**

Parte do passivo financeiro e fornecedores da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi verificada uma variação negativa em relação ao real de 16,54% (2015: variação positiva de 47,01%). A exposição da Companhia em moeda estrangeira pode ser identificada conforme segue:

	2016	2015
Contas a receber em moeda estrangeira (Nota 6)	321	-
Contas a pagar em moeda estrangeira (Nota 12)	(72.318)	(125.309)
Provisões diversas em moeda estrangeira	-	(28.818)
Déficit apurado	(71.997)	(154.127)

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no final do exercício, demonstrados a seguir:

	Moeda dólar (US\$000)	
	2016	2015
Ativos em moeda estrangeira(a)	98	-
Passivos em moeda estrangeira(b)	(22.190)	(40.364)
Exposição líquida(a-b)	(22.092)	(40.364)

Dada a exposição ao risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação

continua

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$3,2591 em 31 de dezembro de 2016; (ii) cenário possível: conforme prática de mercado e deliberação da Administração da Companhia, o cenário é construído considerando um aumento de 5% na cotação do dólar, passando para R\$3,4221; e (iii) cenário remoto, em que a cotação do dólar é elevada em 10% da utilizada no cenário provável, passando a R\$3,5850.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Moeda	2016		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Dólar	3,2591	3,4221	3,5850

Moeda	2015		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Dólar	3,9048	4,1000	4,2953

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor de US\$22.092 mil em 31 de dezembro de 2016 (2015: *déficit* de US\$40.364 mil), conforme o cenário demonstrado acima:

Instrumentos	USD		R\$		
	Exposição em 2016	Risco	Cenário provável	Cenário provável	Cenário provável
Instrumentos financeiros ativos	98	Alta - dólar	-	16	32
Instrumentos financeiros passivos	(22.190)	Alta - dólar	-	(3.616)	(7.232)
	(22.092)	-	-	(3.600)	(7.200)

Instrumentos	USD		R\$		
	Exposição em 2015	Risco	Cenário provável	Cenário provável	Cenário provável
Instrumentos financeiros passivos	(40.364)	Alta - dólar	-	(7.879)	(15.762)
	(40.364)	-	-	(7.879)	(15.762)

Risco de taxas de juros

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos e debêntures, emitidos a taxas variáveis, expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia não tem ativos significativos sobre os quais incidem juros. A política financeira da Companhia tem por objetivo mitigar os riscos desde que os custos justifiquem os benefícios trazidos pela operação na redução da exposição em determinado índice ou moeda. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as debêntures e os empréstimos e financiamentos da Companhia, às taxas variáveis, eram denominados em reais e dólar norte-americanos. As taxas de juros contratadas para as debêntures e os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	2016	%	2015	%
Empréstimos e financiamentos				
Pré-fixada	5.732	1%	9.694	2%
CDI	183.958	44%	156.908	38%
	189.690	45%	166.602	40%
Debêntures				
CDI	224.980	55%	247.865	60%
	414.670	100%	414.467	100%

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía operações com derivativos.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e passivos indexados a taxa de juros, em aberto no final do exercício, considerando o cenário provável, o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2016. Os cenários possível e remoto foram calculados com deterioração de 5% e 10% respectivamente, sobre as taxas em 31 de dezembro de 2016.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Taxa	2016		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário provável
CDI	13,63%	14,31%	14,99%

Taxa	2015		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário provável
CDI	14,14%	14,85%	15,55%

Os efeitos na despesa financeira considerando os cenários provável, possível e remoto estão demonstrados a seguir:

Taxa	2016		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário provável
CDI	-	2.787	5.574

Taxa	2015		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário provável
CDI	-	2.862	5.723

As taxas de juros específicas a que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas a "Empréstimos e financiamentos" e "Debêntures", são apresentadas nas Notas 13 e 15.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A política de gerenciamento adotada pela Companhia para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos pelo saldo líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não

descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2016

	Saldo contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 10 anos
Fornecedores	94.365	56.229	18.129	20.007
Empréstimos e financiamentos	189.272	86.834	27.145	75.293
Obrigações com arrendamento mercantil	418	207	211	-
Debêntures	224.980	23.801	4.376	196.803

Em 31 de dezembro de 2015

Fornecedores	149.913	94.156	29.888	25.869
Empréstimos e financiamentos	165.995	97.018	34.249	34.728
Obrigações com arrendamento mercantil	607	192	204	211
Debêntures	270.872	2.044	63.156	205.672

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, e outras obrigações.

e) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da Administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A gestão de risco de crédito da Companhia, no intuito de mitigar esses riscos, adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o somatório dos respectivos valores contábeis, deduzido de quaisquer provisões para perda do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se no montante de R\$80.338 (2015: R\$109.189) e refere-se a contas a receber de clientes, aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do caixa a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. O montante dessa provisão em 31 de dezembro de 2016 é de R\$13.332 (2015: R\$9.309) (Nota 6).

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

A Companhia mantém concentração máxima por banco de até 30% (trinta por cento) do total aplicado para o caso de bancos de grande porte e até 10% (dez por cento) do total aplicado para o caso de bancos de médio porte. Não serão admitidas aplicações em Bancos de pequeno porte. Para fins de classificação de porte será considerada a listagem publicada anualmente pelo Banco Central do Brasil, de acordo com o ativo total da instituição, considerando os dez primeiros bancos como bancos de grande porte, do 11º ao 30º como de médio porte, e 31º em diante como de pequeno porte.

Aplicações financeiras com prazo de indisponibilidade de liquidez superior a 360 dias deverão contar com aprovação específica do Conselho de Administração.

Qualidade do crédito**Contas a receber de clientes**

Não há uma classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Dessa forma, as comissões de crédito avaliam a qualidade do crédito levando em consideração, entre outros aspectos, o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Companhia, situação financeira e conceito junto ao mercado, assim definindo limites de crédito, ao quais são monitorados regularmente.

Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela Administração, para a cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

g) Controles relacionados aos riscos

A Companhia visa controlar os riscos mediante a avaliação desses, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante o exercício.

h) Níveis de valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem em sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilidade imediata.

• O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. A mensuração dos valores justos demonstrados abaixo foi classificada como Nível 2 baseado na observação dos preços de mercado:

	2016			
	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado				
Aplicações financeiras	1.154	-	1.154	-
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos	1.678	-	1.678	-
Contas a receber de clientes	74.349	-	74.349	-
Partes relacionadas - mútuos financeiros	4.836	-	4.836	-
	82.017	-	82.017	-

continua

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros			
	2016	2015	
Empréstimos e financiamentos	189.690	-	132.024
Fornecedores	94.365	-	94.365
Debêntures	224.980	-	102.176
Partes relacionadas - mútuos financeiros	5.709	-	5.709
	514.744	-	334.274
2015			
	Valor contábil	Valor justo	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado			
Aplicações financeiras	9.613	-	9.613
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e bancos	4.010	-	4.010
Contas a receber de clientes	98.132	-	98.132
Partes relacionadas - mútuos financeiros	5.295	-	5.295
	117.050	-	117.050
Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	166.602	-	133.479
Fornecedores	149.913	-	149.913
Debêntures	270.872	-	170.977
Partes relacionadas-mútuos financeiros	24.502	-	24.502
	611.889	-	478.871

i) **Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.

22. Transações que não envolveram caixa

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e, portanto, não refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Aumento de investimento na Usina de Belo Monte através de compensação com saldo em aberto, decorrente da venda de estoque de aço R\$16.665 (2015: R\$8.350).
- Os juros de empréstimos e financiamentos capitalizados ao custo de ativos qualificáveis no exercício foram de R\$20.947 (2015: R\$20.592).
- Conversão de debêntures em Recursos para Aumento de Capital de R\$23.007 (2015: R\$0), conforme mencionado na Nota 17.

23. Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia dispõe das seguintes modalidades de seguros:

- Seguro empresarial: danos materiais incluindo vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça (bens ao ar livre), sendo o valor em risco segurado é de R\$640.000. Danos elétricos, com valor segurado de R\$ 2.000. Derrame de material em estado de fusão, com valor segurado de R\$5.000.
- Seguro auto: Cobertura contra os riscos de incêndio, colisão e roubo, assegurado pelo valor de mercado.
- Seguro transporte nacional: Cobertura contra os riscos do transporte nacional, assegurado pelos seguintes valores: Máquinas e peças R\$1.500; demais mercadorias R\$400.
- Seguro transporte internacional: Cobertura contra os riscos do transporte internacional, sendo: viagem principal internacional (aéreo, marítimo ou terrestre) de US\$40.000 por embarque e/ou acumulação; percursos terrestres ou aéreos ou aquaviários complementares à viagem principal internacional com cobertura de R\$1.000 e acúmulo em armazém alfandegado com cobertura de US\$40.000 por acumulação.

A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo de exames dos auditores independentes.

24. Eventos subsequentes

Em 2017, a Companhia alongou parte das suas dívidas com as instituições financeiras, em montante aproximado de R\$47.000 (não auditado), com novo prazo de amortização da dívida para 2021.

Composição do Conselho de Administração

José Vilmar Ferreira - Presidente
Wander Jean Matos Ferreira - Vice-presidente
Rose Marie Matos Ferreira - Conselheira
Maria de Jesus Ferreira Corrêa - Conselheira

Composição da Diretoria

José Vilmar Ferreira - Presidente
Francisco Ian de Vasconcelos Corrêa - Vice-presidente
Rose Aline Matos Ferreira de Freitas Guimarães - Diretora Corporativa

Responsável técnico

Renan Lacerda Lima
CPF: 618.990.973-68
Contador CRC-CE nº 13.516/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Siderúrgica Norte Brasil S.A.** Marabá - PA. **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Siderúrgica Norte Brasil S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siderúrgica Norte Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 23 de março de 2017. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. CRC 2SP015199/F-6, Carlos Santos Mota Filho - Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE.

Protocolo: 160565

A **JARI CELULOSE**, Papel e Embalagens S.A, torna público que **recebeu** da SEMAS, a renovação da **LO Nº 10368/2016 até a data 05/12/2020**, para atividade do **Posto de Abastecimento**, na área industrial Munguba, Distrito de Monte Dourado, Município de Almeirim/PA.

TAPAJÓS ALIMENTOS LTDA, CNPJ: **06.153.245/0003-05**, torna público que requereu a SEMAS/PA a renovação de sua **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (L.O)**, nº 8915/2015, com validade até 29/07/2017.

Protocolo: 160524

Comunico o extravio de notas fiscais de nº 41775401 a 41775450 da empresa MÁRIO AUGUSTO PINHEIRO DE BARROS MECÂNICA AUTOMOTIVA, CNPJ 11.460.887/0001-17. Conforme o boletim de Ocorrência nº 00277/20170105-2 do dia 26/03/2017.

Protocolo: 160555